

NARA LYA CABRAL SCABIN
[organizadora]

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO (PÓS-)GOVERNO BOLSONARO

ATAQUES, CAPTURAS E CONTROVÉRSIAS



INTERCOM

NARA LYA CABRAL SCABIN
[organizadora]

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO (PÓS-)GOVERNO BOLSONARO

ATAQUES, CAPTURAS E CONTROVÉRSIAS



GÊNIO EDITORIAL

Editores

Genio Nascimento e Patrícia Santinelli

Conselho Editorial

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (UFG)

Ariane Carla Pereira (Unicentro)

Daniela Cristiane Ota (UFMS)

Denise Tavares da Silva (UFF)

Edna de Mello Silva (Unifesp)

Fábio Sadao Nakagawa (UFBA)

Fafate Costa (UFRRJ)

Gabriela Machado Ramos de Almeida (ESPM-SP)

Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)

Laura Loguercio Cánepa (UAM)

Lilian Amadei Sais (USP)

Marcos César da Rocha Seruffo (UFPA)

Mayra Fernanda Ferreira (Unesp)

Mirna Tonus (UFU)

Patrícia Cardoso D'Abreu (Ufes)

Roseméri Laurindo (Furb)

Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão (USP)

Thiago Pereira Falcão (UFPB)

Vilso Junior Santi (UFRR)

NARA LYA CABRAL SCABIN
[organizadora]

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO (PÓS-)GOVERNO BOLSONARO

ATAQUES, CAPTURAS E CONTROVÉRSIAS



São Paulo
2024

CONSELHO EDITORIAL DA INTERCOM

Presidente do Conselho

Juliano Domingues da Silva (Unicap)

Allysson Viana Martins (Unir)

Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS)

Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)

Ana Sílvia Lopes D. Médola (Unesp)

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)

Bruno Guimarães Martins (UFMG)

Cicilia M. Krohling Peruzzo (Uerj)

Dario Brito Rocha Júnior (Unicap)

Erick Felinto de Oliveira (Uerj)

Fernando Oliveira Paulino (UnB)

Iluska M. da Silva Coutinho (UFJF)

Joaquim Paulo Serra (UBI, Por.)

Luiz Claudio Martino (UnB)

Margarida M. Krohling Kunsch (USP)

Margarita Ledo Andión (USC, Gal.)

Maria Ataíde Malcher (UFPA)

Maria Cristina Gobbi (Unesp)

Maria Érica de Oliveira Lima (UFC)

Maria Immacolata V. de Lopes (USP)

Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)

Nair Prata Moreira Martins (Ufop)

Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB)

Patrícia Gonçalves Saldanha (UFF)

Pedro Gilberto Gomes (Unisinos)

Raquel Paiva de A. Soares (UFRJ)

Raúl Fuentes Navarro (Iteso, Mex)

Roseli Fígaro Paulino (USP)

Sandra L. A. de Assis Reimão (USP)

Sérgio Augusto S. Mattos (UFRB)

Sônia Caldas Pessoa (UFMG)

Vanessa Cardozo Brandão (UFMG)

DIRETORIA EXECUTIVA INTERCOM 2023-2027

Presidente: Juliano Mendonça Domingues da Silva

Vice-Presidente: Arianne Carla Pereira

Diretora Financeiro: Daniela Cristiane Ota

Diretor Administrativo: Fernando Ferreira de Almeida

Diretora Editorial: Nara Lya Cabral Scabin

Diretor de Relações Internacionais: Eneus T. Barreto Filho

Diretora Cultural: Márcia Guena dos Santos

Diretora de Documentação: Ivanise Hilbig de Andrade

Diretor de Projetos: Paulo Victor Purificação Melo

Diretora Científica: Iluska Maria da Silva Coutinho

Diretor Regional Norte: José Tarcísio S. Oliveira Filho

Diretora Regional Nordeste: Michelly Santos de Carvalho

Diretor Regional Centro-Oeste: Luãn José Vaz Chagas

Diretora Regional Sul: Camila Garcia Kieling

Diretor Regional Sudeste: Franco Dani Araújo e Pinto

Copyright © 2024 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e à Gênio Editorial.

ORGANIZAÇÃO

Nara Lya Cabral Scabin

EDIÇÃO, PROJETO EDITORIAL E CAPA

Gênio Editorial

REVISÃO

Patrícia Santos Santinelli

FICHA CADASTRAL

Liberdade de expressão no (pós-)governo de Bolsonaro
[livro eletrônico] : ataques, capturas e controvérsias /
organização Nara Lya Cabral Scabin. -- 1. ed. -- São Paulo :
Gênio Editorial : Intercom, 2024.

Vários colaboradores
Bibliografias.
ISBN 978-65-81716-13-4

1. Bolsonaro, Jair Messias, 1955- 2. Brasil - Política e governo
3. Democracia 4. Direito constitucional - Brasil 5. Liberdade
de expressão e comunicação 6. Liberdade de imprensa - Brasil
I. Scabin, Nara Lya Cabral.

24-198061 CDU-342.727(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Liberdade de expressão e pluralismo :
Direito constitucional 342.727(81)

genioeditorial.com | portalintercom.org.br

Apresentação

(Nara Lya Cabral Scabin)

Prefácio

Por que refletir sobre liberdade de expressão é um chamado urgente?

(Fernanda Nalon Sanglard)

Parte I

Debates e tensionamentos em torno do conceito de liberdade de expressão

Capítulo 1.

Fundamentos da liberdade de expressão absoluta

(Renata Ribeiro Rolim)

Capítulo 2.

A censura escalável e suas formas contemporâneas

(Carla de Araujo Risso, Daniela Osvald Ramos)

Capítulo 3.

Liberdade de expressão na retórica de grupos públicos bolsonaristas no Telegram

(Adriano C. Brainer, Ivan Paganotti)

PARTE II
NECROPOLÍTICA, MISOGINIA E VIOLÊNCIAS
CONTRA A COMUNICAÇÃO

Capítulo 4.
“O destino de todo mundo”: análise da
recepção do público bolsonarista ao
jornalismo televisivo sobre a pandemia de
covid-19
(Natalia Reis Gomes)

Capítulo 5.
O embate entre Bolsonaro e o Grupo Globo:
“Eu queria que você botasse no ar essa... eu
imitando falta de ar”
(Carlos Augusto de França Rocha Júnior)

Capítulo 6.
A presença da dominação masculina na
comunicação: o caso de Patrícia Campos Mello
(Ana Luiza Vieira Morais, Millena Gonçalves
Constantino dos Santos, Luiz Ademir de Oliveira)

Capítulo 7.
Sistematização da violência digital contra
mulheres jornalistas: das origens do Vale do
Silício à esfera masculina
(Giovana Kebian)

PARTE III

A DEMOCRACIA SITIADA: DISCURSOS ANTIDEMOCRÁTICOS EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

Capítulo 8.

**Táticas no Twitter utilizadas contra a imprensa
no governo de Jair Bolsonaro**
(Girliani Martins da Silva)

Capítulo 9.

**Subserviência, censura e ameaças
democráticas (2018-2022): alguns prints sobre
Bolsonaro**

10

(Tiago Coutinho, Felipe Oliveira, Wesley
Vasconcelos)

Capítulo 10.

**“A verdade será revelada”: teorias
conspiratórias da extrema-direita no Twitter
sobre os atos do 8 de janeiro**
(Aline Melo de Oliveira)

Sobre os autores

Apresentação



Apresentação

Nara Lya Cabral Scabin

12

NOS QUATRO ANOS de retrocessos que, sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), alcançaram as mais diversas dimensões da vida política e social brasileira, pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento debruçaram-se sobre fenômenos cuja compreensão mostrava-se – e mostra-se ainda hoje – desafio fundamental ao enfrentamento de ataques e violações de direitos que atingem, sobretudo, grupos minorizados.

É o caso, para citar alguns exemplos, do negacionismo científico, dos revisionismos históricos, do avanço do discurso de ódio, do fortalecimento de fundamentalismos religiosos, do acelerado investimento no desmonte da ciência e da educação, do favorecimento à privatização generalizada, inclusive de setores essenciais e estratégicos à soberania nacional, do apelo à austeridade fiscal como política de desinvestimento público e precarização social. Longe de constituírem problemas exclusivos do governo de extrema-direita de Bolsonaro, tais questões – que, aliás, continuam fazendo-se decisivamente presentes na vida nacional – adensaram-se e alcançaram ampla visibilidade midiática naqueles anos.

Entre os estudos sobre liberdade de expressão conduzidos no campo da Comunicação, incluindo suas interfaces interdisciplinares, observamos que as pesquisas desenvolvidas no Brasil na virada dos anos 2010 para a década de 2020 acompanham as emergências temáticas trazidas à luz por força de fenômenos constitutivos da chamada “virada conservadora”. Oferecem amostra disso os trabalhos apresentados nos encontros anuais do Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entre 2019 e 2022: ao menos 40 dos 67 artigos aprovados para apresentação no âmbito do grupo, no período, abordam diretamente questões relacionadas ao avanço da extrema-direita e de grupos neoconservadores, no Brasil e/ou no mundo, do ponto de vista de suas implicações para os debates sobre censura e liberdade de expressão nas mídias.

Diante desse cenário, o presente livro, enquanto resultado de um esforço coletivo do GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão da Intercom, busca oferecer um balanço crítico dos debates sobre liberdade de expressão construídos no campo comunicacional brasileiro que abordam o contexto do governo de Jair Bolsonaro, suas condições históricas de possibilidade e suas reverberações posteriores, já que a chegada da extrema-direita à política institucional brasileira, mais do que risco iminente, consolidou-se como preocupante realidade com as eleições legislativas

de 2022. Da mesma forma, os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 mostraram que o fantasma do golpismo que assola a democracia brasileira, muito longe de constituir um delírio fantasioso, ronda entre nós absolutamente encarnado em setores das Forças Armadas, em órgãos policiais, em governos locais e no Congresso.

Organizados em três partes, os dez capítulos que integram esta obra articulam temas, objetos e aportes teórico-metodológicos representativos das principais discussões conduzidas no âmbito do GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão ao longo dos últimos anos. No livro, estão representadas três regiões do país (Nordeste, Sudeste e Sul) através das contribuições de 16 pesquisadoras e pesquisadores vinculados a instituições de oito estados brasileiros (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo), além de Portugal.

Abrindo a **Parte I – Debates e tensionamentos em torno do conceito de liberdade de expressão**, o capítulo “Fundamentos da liberdade de expressão absoluta”, de Renata Ribeiro Rolim, aborda a mudança verificada no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da liberdade de expressão a partir da decisão que considerou constitucional, em 2020, o chamado “inquérito das *fake news*”, reviravolta jurídica acompanhada por transformações nas formas como setores progressistas do país têm se posicionado sobre a liberdade de expressão. Diante disso, a autora

discorre sobre as formulações teórico-políticas que embasam os três eixos fundamentais do princípio da liberdade de expressão absoluta, a saber: a relação entre indivíduo e sociedade; a discussão sobre Estado e luta de classes; e a tradução jurídica desse direito democrático.

Na sequência da primeira parte do livro, o capítulo “A censura escalável e suas formas contemporâneas”, de Carla de Araujo Risso e Daniela Osvald Ramos, retoma a definição de censura clássica como ponto de partida para a discussão dos novos tipos de censura contemporânea, percorrendo o efeito contágio da censura à imprensa no Brasil, a censura pela multidão (*mob censorship*), a cultura do cancelamento e falácias *ad hominem*, recurso retórico muitas vezes empregado com finalidade censória. Ao longo do texto, as autoras demonstram que a censura, além de constituir fenômeno social escalável, permanece nas sociedades através de vastos intervalos temporais devido à sua capacidade de materialização em novas e distintas estratégias – as quais, na era digital, passam a ser incorporadas ao comportamento do cidadão comum.

Intitulado “Liberdade de expressão na retórica de grupos públicos bolsonaristas no Telegram”, o terceiro capítulo, de autoria de Adriano C. Brainer e Ivan Paganotti, mapeia e discute as formas pelas quais, em grupos extremistas da direita presentes no aplicativo Telegram, a liberdade de expressão é invocada como uma justificativa para fundamentar uma comunicação centrada no viés de

confirmação e no estímulo ao extremismo político e ideológico. Por meio de vasta pesquisa empírica baseada em observação não participante, os autores acessaram grupos públicos bolsonaristas, realizando coleta manual e posterior análise de grande volume de mensagens. Os resultados do trabalho apontam para os usos estratégicos de ferramentas midiáticas, como o Telegram, pelos grupos estudados, o que favorece a criação de novas esferas digitais e tribos morais, com potenciais impactos significativos sobre os modelos democráticos.

Inaugurando a **Parte II – Necropolítica, misoginia e violências contra a comunicação**, o capítulo “‘O destino de todo mundo’: análise da recepção do público bolsonarista ao jornalismo televisivo sobre a pandemia de covid-19”, de Natalia Reis Gomes, apresenta um estudo sobre as reações de eleitores de Bolsonaro domiciliados no interior do estado de São Paulo acerca de matérias telejornalísticas relacionadas à pandemia de covid-19 no Brasil. Partindo da observação prévia quanto à existência, entre grupos bolsonaristas, de uma corrente refratária às medidas de isolamento social implementadas como forma de contenção da crise sanitária deflagrada pelo coronavírus, a autora realizou entrevistas com participantes de um grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro no Telegram. Com base nos resultados do estudo, o trabalho situa o bolsonarismo no contexto de uma “ética do cinismo” à luz da qual instituições tradicionais são descredibilizadas e apontadas como instâncias

incapazes de representar a realidade, elemento decisivo ao consumo noticioso por audiências bolsonaristas.

As tensões entre bolsonarismo e jornalismo profissional são discutidas também no capítulo “O embate entre Bolsonaro e o Grupo Globo: ‘Eu queria que você botasse no ar essa... eu imitando falta de ar’”, de Carlos Augusto de França Rocha Júnior, que aborda as disputas instauradas entre Jair Bolsonaro e o Grupo Globo em torno de vídeos em que o ex-presidente brasileiro aparece imitando pessoas em sofrimento físico, em decorrência de falta de ar – uma referência aos doentes que morriam acometidos por covid-19. Com base em aportes da Análise de Discurso Crítica, o autor procurou compreender o viés discursivo das disputas entre Bolsonaro e Globo, as quais, embora tenham tido início no *Jornal Nacional*, avançaram rapidamente para plataformas digitais, espalhando-se por diferentes mídias.

Na sequência, o sexto capítulo do livro, intitulado “A presença da dominação masculina na comunicação: o caso de Patrícia Campos Mello”, de Ana Luiza Vieira Moraes, Millena Gonçalves Constantino dos Santos e Luiz Ademir de Oliveira, volta-se para o significativo aumento da violência contra a imprensa verificado durante o governo de Jair Bolsonaro – com número significativo de ataques contra jornalistas realizados pelo próprio ex-presidente. Destacando as mulheres jornalistas como alvos prioritários de violência, os autores empreendem uma análise dos ataques misóginos sofridos pela jornalista Patrícia

Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em 18 de fevereiro de 2018, considerando também os desdobramentos do episódio, com destaque para sua repercussão por veículos midiáticos e discursos de entidades de classe.

A violência contra jornalistas é tema também do capítulo “Sistematização da violência digital contra mulheres jornalistas: das origens do Vale do Silício à esfera masculina”, de Giovana Braga Kebian. No texto, empreende-se uma pesquisa teórica sobre o caráter sistemático de atos misóginos dirigidos, sobretudo em ambientes *online*, contra profissionais de imprensa, que se tornaram alvos frequentes de ataques massivos perpetrados por perfis anônimos. Observando que a arquitetura das plataformas digitais é muito bem apropriada e explorada por movimentos de extrema-direita, a autora situa as raízes das agressões contra jornalistas mulheres em gramáticas originárias da esfera masculina da internet – a chamada *manosphere*, ou “machosfera”, em português –, fortemente influenciada pela ideologia *red pill*.

Finalmente, a **Parte III – A democracia sitiada: discursos antidemocráticos em redes sociais digitais** tem início com o capítulo “Táticas no Twitter utilizadas contra a imprensa no governo de Jair Bolsonaro”, de Girliani Martins da Silva, que discute as relações entre a ascensão do governo de Jair Bolsonaro e os ataques realizados, pelo então presidente, à imprensa brasileira, entre 2019 e 2022, na plataforma Twitter (atual X). A autora concede especial atenção ao *modus operandi* de Bolsonaro nesses ataques, identificando a adoção de três táticas

principais – *astroturfing*, *doxing* e *firehosing* –, além de duas ferramentas (*bots* e *fake news*).

Em seguida, o nono capítulo do livro, intitulado “Subserviência, censura e ameaças democráticas (2018-2022): alguns prints sobre Bolsonaro”, propõe uma reflexão sobre as formas pelas quais a história do tempo presente pode ser pensada a partir de datas que lembram o passado. Ao longo do texto, os autores, Tiago Coutinho Parente, Carlos Felipe de Oliveira Souza e Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos, investigam como, durante seu mandato, Jair Bolsonaro buscou interferir sobre as narrativas de datas da história brasileira por meio de recursos midiáticos, com destaque para o 7 de setembro, constantemente relacionado, pelo ex-presidente, ao dia 31 de março, que marca o golpe militar de 1964. Dessa forma, os autores mostram como as duas datas foram mobilizadas, pelo discurso bolsonarista, para ameaçar a democracia brasileira.

Fechando a terceira – e última – parte da obra, o capítulo “A verdade será revelada: teorias conspiratórias da extrema-direita no Twitter sobre os atos do 8 de janeiro”, de Aline Melo de Oliveira, examina narrativas produzidas por políticos e ativistas de extrema-direita no contexto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) instaurada para investigar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, responsáveis pela depredação das sedes dos Três Poderes da República, em Brasília. Mapeando os principais argumentos apresentados pela extrema-direita a respeito da CPMI, a autora identifica a

construção de uma narrativa sobre supostos “agentes infiltrados”, a qual, ao lado da desconfiança quanto às instituições públicas, opera como uma forma de “conspiracionismo” em apoio à Comissão.

Como aponta Bruno Paes Manso no livro *República das Milícias*, Jair Bolsonaro é herdeiro político de ex-agentes da ditadura militar que nunca aceitaram a redemocratização do Brasil. Não surpreende, portanto, que o ex-presidente brasileiro tenha proferido falas exaltando o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra – durante seu voto no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, antes mesmo de ser eleito para a presidência da República –, negando a existência do golpe de 1964 ou elogiando a atuação dos governos militares. É também fruto dessa herança política a postura de Bolsonaro e do bolsonarismo em relação à liberdade de expressão, princípio democrático e direito humano fundamental que este livro pretende convocar à reflexão – não como simples “ausência de censura”, mas como sinônimo de um debate público plural, diverso, tolerante e verdadeiramente inclusivo.

Prefácio



Prefácio

Por que refletir sobre liberdade de expressão é um chamado urgente?

Fernanda Sanglard

22

NÃO É DE hoje que a questão da liberdade de expressão se transformou em uma das pautas mais importantes da interface Comunicação, Ciência Política e Direito. Foi considerado um “tema clássico” do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos civis e os regimes autoritários que marcaram o período. Vez ou outra ganhava a atenção da esfera pública quando surgia um caso emblemático de censura.

Todavia, a partir dos anos 2010, quando recessões democráticas passam a ser identificadas e problematizadas em diversas partes do mundo, o tópico volta com mais força e tem sido alvo de constantes debates (e embates) nas arenas de discussão pública. Passa a se manifestar nos conflitos de interesse cotidianos, nas discussões em plataformas de mídias sociais, como tema central de pesquisas e em debates jurídicos.

De acordo com Owen Fiss, na obra *A Ironia da Liberdade de Expressão*, publicada em português em 2022, esse tem sido um dos debates mais difíceis e calorosos enfrentados pela Suprema Corte dos Estados Unidos na atualidade.

Motivo de controvérsias, disputas e reflexão – como a que é promovida nesta obra –, a liberdade de expressão é o tema da vez. Não há mais como produzir conhecimento científico com seriedade sobre desinformação, inteligência artificial, censura, discurso de ódio ou sectarismo religioso sem passar pela questão da liberdade de se expressar e de seus limites – ou não haveria limites?

Se, a partir da redemocratização no Brasil, defender a liberdade de expressão se restringia basicamente às liberdades políticas e de costumes, as mudanças sociotécnicas trouxeram consigo novas preocupações. Como este livro bem aponta, as formas de censura contemporâneas, as práticas da necropolítica, a utilização da ambiência digital para atacar as minorias, proferir o ódio e a violência, e a escalada das tentativas de intimidação dos jornalistas por parte de agentes públicos, mesmo em regimes democráticos, chamam a atenção para uma questão central na contemporaneidade: a regulação midiática. E, para debater regulação, é necessário pensar sobre liberdade de expressão.

Segundo Fiss (2022), o que está por trás dos tensionamentos e das disputas de sentido acerca da noção de liberdade de expressão é, na verdade, um desentendimento epistêmico entre percepções de autonomia e democracia. Duas concepções distintas e até mesmo antagônicas acerca desse tipo de liberdade ganham agora outra roupagem com as discussões contemporâneas. Mas o pano de fundo, na visão de Fiss, continua sendo o mesmo.

De um lado, posicionam-se aqueles que defendem a intervenção mínima (ou nenhuma) do Estado no controle da liberdade de expressão, entendendo que há uma assimetria de poder e que as instituições poderiam ferir a autonomia discursiva dos sujeitos. Por outro lado, estão os que enxergam que pode haver uma perspectiva positiva na atuação do Estado, que deveria ser um agente de estímulo para a regulação e para a ampliação de vozes no debate democrático sem que outros princípios e regras da convivência sejam feridos.

Neste livro, *Liberdade de expressão no (pós-)governo Bolsonaro: ataques, capturas e controvérsias*, temos o privilégio de acompanhar o que há de mais recente no debate acadêmico, especialmente no campo da Comunicação e do Direito, acerca desta temática.

A mudança de entendimento no Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil acerca da liberdade de expressão a partir do “inquérito das fake news” serve de argumento para demonstrar a importância de se pensar a centralidade da comunicação nesse processo, e o quanto os pesquisadores e as pesquisadoras da área têm a contribuir. Em um dos capítulos deste livro, a crítica à falta de parâmetros jurídicos no Brasil para o exercício da liberdade de expressão chama a atenção para a inexistência de entendimento entre os atores sociais e políticos que regem as normas vigentes, bem como a interpretação delas. Para além das esferas jurídica e política, as discussões

acerca do direito à comunicação a partir de um olhar comunicacional se fazem necessárias, assim como a troca argumentativa sobre a divergência entre a necessidade de se colocar ou não se colocar limites às expressões preconceituosas, sectárias ou violentas.

Esta obra tem a qualidade de jogar luz sobre esses aspectos, mas também destacar que as práticas censórias parecem ter raízes sólidas e férteis, que, mesmo após serem podadas pelos instrumentos democráticos, insistem em brotar novamente, seja como forma de censura clássica – que, sim, ainda é praticada, como alguns exemplos tratados neste livro demonstram –, seja como novo modo de ação. Esses modos mais recentes, desempenhados fora da esfera administrativa e burocrática do Estado e das instituições tradicionais, têm mecanismos de ação que também visam a controlar a produção simbólica. Deixa de ser propriedade e prática dos governos, dos agentes de Estado e das autarquias para serem socialmente aceitas e praticadas por grupos civis que encontram na ambiência digital o cenário propício. A plataformação tem aí seu impacto ao estimular trocas cada vez menos justificadas e racionais. Surge, então, a ideia de “censura pela multidão”, trazida em um dos textos para explicar a reconfiguração dos limites do discurso público por meio da violência online. O que isso quer dizer? Que a “liberdade de expressão” passa a ser reapropriada e ressignificada a ponto de ser compreendida por certos grupos como liberdade para desumanizar o outro.

A proposta deste livro de discutir a liberdade de expressão no (pós-)governo Bolsonaro chama a atenção para a figura pública de Jair Bolsonaro (PL), assim como para o controverso papel representado por ele à frente da Presidência da República. Autodenominado como liderança da extrema direita no país, Bolsonaro figurou tanto como agente público defensor da liberdade de expressão absoluta quanto como agente de recorrentes ações censórias durante o exercício do mandato presidencial. Tal personalidade e suas práticas, portanto, também merecem o olhar atento do campo, a fim de que se possa refletir sobre as estratégias comunicacionais utilizadas por representantes políticos capazes de estabelecer retóricas e práticas contraditórias e, ainda assim, socialmente aceitas.

Nesse sentido, diversos capítulos desta obra se dedicam a analisar os embates protagonizados pelo então presidente e setores sociais, entre eles a imprensa, eleita como inimiga de seu governo. A utilização de plataformas de redes sociais para a proliferação de desinformação, discurso de ódio e ambiência de caos informacional também são tópicos relevantes trazidos neste livro, em total consonância com as questões que afligem o campo comunicacional.

O espanto de alguns autores em perceber o aval de grupos progressistas à censura estatal em casos que envolvem a atuação da extrema direita está materializada em alguns textos, assim como em outros há a defesa de que a liberdade de expressão

não deveria ser um direito absoluto ou o temor de que a falta de regulação midiática leve a ainda mais retrocessos democráticos. A principal preocupação de alguns estudiosos diz respeito aos investimentos significativos, de recursos e em pressão política, das big techs para bloquear as possibilidades de regulação, o que poderia beneficiar a organização de grupos extremistas e sectários em diversos países e a circulação de desinformação sob a égide de defenderem a liberdade de expressão. Tais perspectivas demonstram o quanto o impasse é profundo e não há consenso acadêmico acerca desse rico e complexo objeto de estudo.

O livro, cuidadosamente organizado por Nara Lya Cabral Scabin, faz um convite à reflexão e um chamado à participação urgente da academia nos debates que vêm sendo travados acerca da temática nas mais diversas esferas.

27

Referência

FISS, Owen M. **A Ironia da Liberdade de Expressão: Estado, Regulação e Diversidade na Esfera Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

Parte I

**Debates e
tensionamentos em
torno do conceito de
liberdade de expressão**



Capítulo 1

Fundamentos da liberdade de expressão absoluta

Renata Ribeiro Rolim

ESTE TEXTO FAZ parte de uma pesquisa apresentada no congresso anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) realizado em 2022 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A convite da professora Nara Lya Cabral Scabin, coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, expus a profunda mudança no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) diante da liberdade de expressão com o famoso “inquérito das *fake news*”.

Como parâmetro de comparação, utilizei a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130, julgada em 2009 (ADPF 130/2009), que se baseou na liberdade de expressão absoluta para retirar do ordenamento jurídico a antiga Lei de Imprensa. Demonstrei que, naquele momento político, o STF tratava de blindar a grande imprensa do Brasil contra legislações anti-monopólicas, como havia ocorrido com a *Ley de Medios* argentina. Em 2020, o STF considerou o “inquérito das *fake news*” constitucional (ADPF 572/2020), mesmo sem ter competência para iniciar e conduzir esse procedimento policial e sem respeitar a ampla

defesa dos investigados. Para justificar seu voto, o ministro Luís Roberto Barroso considerou que atacar o STF por meio de *fake news* “não é coisa de gente de bem; é gente capturada pelo mal” (STF, 2020, p. 176).

Além dessa reviravolta jurídica, o que mais me surpreendeu foi a mudança de posição política dos setores progressistas do país diante da liberdade de expressão. Para quem estudou a construção do “direito à comunicação” na América Latina (Rolim, 2011), foi espantoso ver o aval da esquerda à censura estatal enquanto a extrema direita se apresentava como defensora desse direito democrático.

30

Essas questões foram aprofundadas e deram origem ao livro “Paradoxos da Liberdade de Expressão” (Rolim, 2022). Neste capítulo, apresento as formulações teórico-políticas que embasaram aquela publicação, com ênfase nos três eixos fundamentais que compõem o princípio da liberdade de expressão absoluta: a relação entre indivíduo e sociedade; a discussão sobre Estado e luta de classes; e, por fim, a tradução jurídica desse direito democrático.

Indivíduo e sociedade

A liberdade de expressão foi um direito democrático conquistado ao longo de quase 400 anos de duros enfrentamentos e lutas cruentas.

Durante a Idade Média, a ortodoxia da Igreja Católica impunha “a ferro e fogo” certos dogmas sob a alegação de fazer “o Bem” para os indivíduos e para a sociedade. Qualquer um que pensasse ou se

manifestasse contrário a eles poderia ser considerado um herege e, por isso, colocava sua vida em sério risco¹.

A liberdade absoluta de pensar e de falar sem precisar atender aos padrões morais vigentes só foi assegurada em lei com a Revolução Francesa. Desde então, a defesa da liberdade de expressão como princípio democrático significa afirmá-la como um direito indivisível e universal. Indivisível porque não existe “meia” liberdade ou liberdade “sob licença”. Universal porque não importa quem se manifeste nem o conteúdo ou a forma dessa manifestação.

As ideias que possam nos parecer mais desagradáveis, pronunciadas pelas pessoas que consideramos mais detestáveis, são livres para vir a público e serem debatidas. É esse o preço da liberdade de pensar e de falar sem precisar de autorização.

Essa formulação está de acordo com as ideias iluministas acerca do homem e da vida em sociedade. Como atributo da humanidade, a consciência dos indivíduos exerce um papel fundamental na criação e nas transformações do mundo humano. Impedir seu livre curso é contrário, portanto, à própria condição humana.

Vários autores expressaram essa ideia a partir de ângulos distintos, tais como John Milton (1608/1674), John Locke (1689/1692), Voltaire (1694/1778) e Karl Marx (1818/1883).

Em 1644, John Milton publicou sua famosa defesa da impressão sem licença prévia do Estado. Ele

1. Ver o interessante romance histórico de Howard Fast, “Torquemada” (1966).

escreveu “Areopagítica” em meio à guerra civil inglesa entre as forças sociais que apoiavam o rei Carlos I e as que davam suporte ao Parlamento, liderado por Oliver Cromwell. Nesse panfleto, Milton deu voz à consciência política que começava a se formar a partir das inúmeras reviravoltas entre os setores que disputavam o poder do Estado.

Dirigindo-se às forças que compunham o Parlamento – que, em outro momento, haviam sido censuradas pelo rei –, Milton afirmou: “Dai-me a liberdade de saber, de me expressar e de arguir livremente de acordo com minha consciência, acima de todas as liberdades” (Milton, 1996, n./p.).

32

John Locke escreveu a “Carta acerca da Tolerância” durante a chamada “Revolução Gloriosa” (1688/1689). Esse texto estabeleceu o argumento liberal clássico para a liberdade de consciência, precursora da liberdade pública de expressão: tentar forçar alguém a aceitar a ortodoxia de uma época e proferir a opinião que se considera verdadeira é, ao mesmo tempo, errado em princípio e inútil na prática.

Nas palavras de Locke, “mesmo se alguém quisesse, não poderia jamais crer por imposição de outrem. É a fé que dá força e eficácia à verdadeira religião que leva à salvação” (Locke, 1978, p. 3).

A consequência política disso é que os governos devem se limitar a proteger os “bens civis”, isto é, “a vida, a liberdade, a saúde física e a libertação da dor, e a posse de coisas externas, tais como terras, dinheiro, móveis, etc. e assim por diante”. Segundo Locke, “não cabe [...] às leis fundamentar a verdade

das opiniões, mas tratar da segurança e proteção da comunidade e dos bens de cada homem” (Locke, 1978, p. 17).

Das intensas lutas políticas na França do século XVIII, Voltaire destaca-se como o defensor intransigente da mais ampla liberdade de expressão. Para o filósofo, a liberdade de expressão só existe como um direito universal, que pode ser usado e abusado sem qualquer pré-requisito. Liberdade de expressão para Voltaire não é privilégio para certos indivíduos e/ou para certas opiniões. As ideias de que discordamos e mesmo aquelas que odiamos devem ter curso livre.

No “Tratado sobre a Tolerância” (Voltaire, 2000), o filósofo expôs suas principais ideias sobre a liberdade de expressão. Evelyn Beatrice Hall, biógrafa de Voltaire, resumiu essas ideias na seguinte frase: “Eu não concordo com o que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-lo” (Hall, 1906, n./p.).

A atitude revolucionária dos grandes pensadores franceses do século XVIII desconhecia qualquer tipo de autoridade exterior. Religião, concepção da natureza, sociedade e ordem estatal foram submetidas às mais severas críticas. O socialismo científico, segundo Engels (1984), é o herdeiro dessa postura teórico-política.

No governo de Frederico Guilherme IV, rei da Prússia, a censura era justificada por ser um “mal menor” em relação aos perigos que as injúrias proferidas pela imprensa representavam para a educação do povo. No entanto, para Karl Marx, a censura nunca pode ser um meio para desenvolver

a liberdade de expressão e de imprensa. Ela é tão somente uma forma pela qual o governo garante sua dominação ao incutir passividade ao público. Segundo o autor,

A imprensa censurada é a que produz um efeito desmoralizador. O *vício da hipocrisia* é inseparável dela e, além disso, é desse vício que surgem todos os seus outros defeitos, pois inclusive sua capacidade de virtude básica perde-se através do revoltante *vício da passividade*, mesmo se visto esteticamente. O governo ouve somente sua própria voz; sabe que ouve somente a sua voz; entretanto, tenta convencer-se de que ouve a voz do povo, e exige a mesma coisa do povo. O povo, portanto, cai parcialmente numa superstição política, parcialmente na heresia política, ou isola-se totalmente da vida política, tornando-se uma multidão privada (Marx, 2009a, p. 65, *grifos nossos*).

Marx insistia ainda que a liberdade de imprensa é o “olhar onipresente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo. [...] o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição de sabedoria” (Marx, 2009a, p. 60).

Mesmo como democrata que buscava interferir no exercício do poder político, Karl Marx já se mostrava inflexível contra qualquer tentativa de tutela estatal do debate público. Ao fazer parte das lutas da classe trabalhadora na Europa, ele compreendeu que os interesses dos trabalhadores

não seriam atendidos através do controle do Estado. Tratava-se de tomar o poder político para desapropriar a burguesia dos meios de produção e construir uma nova sociabilidade fundada no trabalho associado (Marx, 2011).

Para que o proletariado pudesse estar em condições de realizar essa tarefa, aprofundou-se em Marx a consciência quanto à grande importância dos direitos democráticos – entre eles, a liberdade de imprensa – como requisito para a organização política dos trabalhadores. Assim como a liberdade de imprensa foi crucial nas lutas políticas da burguesia contra a aristocracia, também seria para o proletariado em seu necessário confronto com a burguesia.

Desde então, quaisquer que fossem as circunstâncias, a liberdade de expressão foi defendida como um princípio pelos socialistas. Isso aconteceu durante a Revolução Russa diante dos ataques que os padres da igreja ortodoxa faziam em suas pregações contra as greves e o socialismo. Diante dessa situação, Rosa Luxemburgo (1905, n./p.) afirmou: “Todo homem pode ter a fé e as opiniões que lhe pareçam capazes de assegurar a felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isto é o que os socialistas pensam”.

Em outro texto, a revolucionária polonesa foi ainda mais clara: “Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. [...] tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial (Luxemburgo, 2017, p. 93).

Os socialistas revolucionários, portanto, jamais abandonaram a defesa da liberdade de expressão como direito indivisível e universal: em outras palavras, como direito absoluto. Para eles, apenas tal condição faz da liberdade de expressão um direito democrático em favor das amplas maiorias e das profundas transformações sociais.

Estado e luta de classes

A unificação da classe trabalhadora em torno de seus próprios interesses é um desafio permanente da luta política. A burguesia investe contra essa concentração de forças das mais variadas formas.

36

No campo da comunicação social, a burguesia usa de seu poder econômico para impor determinadas opiniões e assim formar um senso comum que lhe seja favorável. Por meio de jornais de grande circulação, de inúmeras editoras e do monopólio da radiodifusão, ela pretende fazer passar seus interesses como majoritários.

Contra os dissidentes, a burguesia também conta com o poder repressivo do Estado. A história da imprensa operária é repleta de empastelamentos (Frederico, 2003). No Brasil, o exercício da radiodifusão sem autorização estatal foi considerado crime desde sua primeira regulamentação geral em 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações. Apenas em 1998, as rádios comunitárias foram autorizadas por lei, mas, ainda assim, com severas restrições, como a proibição de veicular publicidade, a vedação de “proselitismo

político” e o veto à formação de redes com outras rádios comunitárias (Lei n. 9612/98).

Com a internet, abriu-se a possibilidade de pessoas e grupos falarem para audiências mais amplas sem a necessidade de investir grande capital. Por isso, desde muito cedo, a burguesia procura controlar essa alternativa democrática tanto do ponto de vista econômico quanto político. A formação de monopólios como Google e Facebook/Meta são a expressão disso.

Nos últimos anos, um setor da burguesia que atua no mercado interno de países imperialistas vem utilizando seus recursos para financiar e organizar a extrema direita em diversos países. No campo da comunicação pública, a extrema direita centrou suas atenções na internet. As campanhas publicitárias do Brexit e de Trump – usadas posteriormente nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 – foram elaboradas a partir do acesso e do tratamento ilegais de dados de usuários armazenados nas redes sociais, em especial, no Facebook. Com esses dados, foi possível produzir e distribuir em escala industrial mensagens que favoreceram a escolha da agenda política conservadora (Rolim, 2021).

A extremadireita, portanto, não foi alavancada por esses setores da burguesia para enfrentar a organização política da classe trabalhadora, como ocorreu na Alemanha da República de Weimar. Seu renascimento reflete a desagregação política do bloco imperialista. O debate atual em torno do controle das redes sociais apenas pode ser compreendido quando

se leva em conta a intensa luta de classes que se desenrola no interior desse bloco.

Como os princípios da liberdade de expressão, extraídos das vitórias e derrotas da classe trabalhadora, podem nos auxiliar nesta discussão?

Marx e Engels participaram intensamente das lutas pela criação de um partido que unificasse a classe trabalhadora, até mesmo internacionalmente. Dessas experiências, Marx (2009b) deixou muito claro que as ideias dominantes são as da classe que também é a força material dominante na sociedade. Por isso, seu esforço em criar jornais de classe, independentes da burguesia.

No processo social e político que desembocou na Revolução Russa, essa consciência se desenvolveu ainda mais entre a classe trabalhadora e foi expressa por Lenin (1973) em um texto clássico, “O que fazer”.

Esse texto foi escrito em meio ao enfrentamento da repressão czarista e à dura batalha política entre várias correntes que disputavam a direção do movimento operário. Por isso, até hoje, é uma literatura que orienta os quadros políticos mais avançados das organizações dos trabalhadores.

Lenin entendia que a elevação da consciência política das massas não poderia ser obtida a partir de suas lutas econômicas específicas. Era necessária uma atividade que fosse capaz de tornar claros os laços que existem entre todos os casos de arbitrariedades, violências e abusos de toda espécie, quaisquer que sejam os grupos e classes ou frações de classes afetadas. Mesmo que o proletariado não fosse diretamente

afetado por essas opressões, sua imprensa deveria denunciá-las (Lenin, 1973).

Assim, explicitar a unidade das opressões é uma das funções mais importantes do partido político, e um jornal para toda a Rússia seria seu principal instrumento. A tarefa da imprensa do partido é denunciar todas as arbitrariedades e opressões com base em fatos e acontecimentos concretos (agitação e propaganda), mas também – e talvez mais importante – ser um organizador coletivo (Lenin, 1973).

O elo entre o particular e o universal seria criado de forma prática com a própria produção do jornal (a troca de experiências, de materiais, de forças e de recursos entre os grupos e os movimentos); e depois, também, com a sua distribuição (as conversas, o olho no olho, a leitura coletiva etc.). A produção e a distribuição de um jornal para toda a Rússia dariam ao trabalho de organização, segundo Lenin, uma envergadura muito maior que a de muitos jornais locais dispersos (Lenin, 1973). A imprensa bolchevista foi, de fato, determinante para a vitória da revolução operária na Rússia.

A partir da experiência de ter organizado o vitorioso exército vermelho em plena guerra civil, Trotsky foi o primeiro a advertir sobre o perigo da ascensão do nazismo na Alemanha durante o governo da social-democracia da República de Weimar (Trotsky, 1968).

Trotsky concluiu que a burguesia não podia desistir de aticar as milícias nazistas contra os trabalhadores, ainda que não estivesse pronta, em

um primeiro momento, para os riscos de entregar todo o poder a Hitler. Por isso, a repressão estatal do bonapartismo da República de Weimar incidia sobre a extrema direita, mas não a ponto de destruí-la. A forte oposição dos trabalhadores às imposições econômicas da burguesia em tempos de crise mantinha o nazismo como uma opção do regime político burguês.

Além das milícias nazistas e da ditadura bonapartista apoiada por setores da social-democracia, pesavam sobre o proletariado as lideranças do Partido Comunista. Seguindo as orientações do stalinismo, elas se recusaram a fazer uma política de “frente única” com os operários mais combativos da social-democracia para se opor aos nazistas. O Partido Comunista considerava equivocadamente que o Partido Social-Democrata era tão autoritário quanto seria um governo do nacional-socialismo (Trotsky, 1968).

Com uma direção justa do proletariado, o fascismo seria destruído sem dificuldade e não restariam brechas para o bonapartismo. Infelizmente, a situação não é essa. A força paralisada do proletariado toma a forma enganadora de uma ‘força’ da camarilha bonapartista. Nisso consiste a fórmula política de hoje (Trotsky, 1968, p. 285).

Seguindo os passos de Marx, Engels e Lenin, Trotsky apostava na organização política independente dos operários para deter a burguesia, seja qual fosse a versão política em que se apresentasse – bonapartismo ou nazismo.

Contudo, ao se apoiar na ditadura bonapartista para enfrentar o nazismo, a social-democracia abriu o caminho para a vitória da extrema direita. Por não terem identificado seus verdadeiros inimigos, os comunistas alemães foram incapazes de evitar a ascensão de Hitler ao poder. Esses erros custaram muito caro. O nazismo instalou no país muito mais que uma ditadura. Ele implementou uma verdadeira guerra civil aberta contra os trabalhadores e a população em geral.

Em outra oportunidade, Trotsky deixou ainda mais clara a sua recusa em apoiar medidas do Estado contra os direitos democráticos, qualquer que fosse o motivo, qualquer que fosse a vítima. Diante das tentativas de colocar na ilegalidade os partidos nazista e comunista nos Estados Unidos, Trotsky esclareceu sua posição:

Sendo um oponente irreconciliável não apenas do fascismo, mas também do *Comintern* atual, sou ao mesmo tempo decididamente contra a supressão de qualquer um deles.

A proscrição de grupos fascistas teria inevitavelmente um caráter fictício: como organizações reacionárias, elas podem facilmente mudar de cor e se adaptar a qualquer tipo de forma organizacional, uma vez que os setores influentes da classe dominante e do aparelho governamental simpatizam consideravelmente com eles e essas simpatias inevitavelmente aumentam em tempos de crise política.

Quanto ao *Comintern*, a supressão só poderia ajudar essa organização completamente

degenerada e ultrapassada. [...] No entanto, a questão não se esgota com esta consideração. Nas condições do regime burguês, toda supressão dos direitos políticos e da liberdade, não importa a quem sejam dirigidos no início, no final inevitavelmente pesa sobre a classe trabalhadora, particularmente seus elementos mais avançados. Essa é uma lei da história. Os trabalhadores devem aprender a distinguir entre seus amigos e seus inimigos de acordo com seu próprio julgamento e não de acordo com as dicas da polícia (Trotsky, 1939, n./p., *grifos nossos*).

42 A experiência histórica ensina que os direitos democráticos são defendidos apenas pela classe trabalhadora e seus aliados. A burguesia, ao contrário, pode apelar até mesmo para o fascismo em momentos de intensa crise. Por isso, a tendência atual de setores progressistas de apoiar o Poder Judiciário no cerceamento à liberdade de expressão, por mais nobres que sejam os fins éticos a serem alcançados, apenas reforçam o controle estatal sobre o debate público e colocam em risco a organização autônoma da classe trabalhadora.

A tradução jurídica da liberdade de expressão absoluta

A jurisprudência brasileira acerca da liberdade de expressão é errática. O conjunto das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a liberdade de expressão até hoje não firmou parâmetros jurídicos para o exercício desse direito.

Várias pesquisas demonstram que esse tribunal não construiu uma referência minimamente generalizável que possa orientar seja juízes, seja jornalistas, seja o público em geral sobre o que e quando se está autorizado a falar. Essa casuística revela, na verdade, uma forte influência política nessas decisões.

Isso foi constatado na pesquisa realizada por Ivar Hartmann. Ele desenvolveu um critério objetivo para analisar as decisões do STF que tratam das liberdades de expressão e de imprensa a fim de verificar se a corte está produzindo precedentes jurisdicionais que criem previsibilidade e segurança jurídica. Depois de anos de trabalho na equipe do projeto “Supremo em Números”, da Fundação Getúlio Vargas Direito Rio, Ivar Hartmann ajudou a criar um algoritmo que é capaz de avaliar vários aspectos de cada decisão dos ministros do STF em um universo de 1.500.149 delas (Hartmann, 2020).

A conclusão a que Hartmann chegou ao analisar essas decisões é a de que, na jurisprudência do STF, não há critérios concretos mínimos para definir em que medida a honra pode ser limitada pela liberdade de expressão e vice-versa. Não sabemos, entre outras questões jurídicas, a diferença entre declarações de fato e meras opiniões; qual seria a distinção entre afetar e violar a honra de alguém; se a declaração verdadeira excluiria o dano ou se a declaração falsa culposa afastaria a punição judicial (Hartmann, 2020).

Diante dessa situação, nosso referencial teórico para medir os parâmetros jurídicos da liberdade de expressão é a jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos, considerada a mais democrática do mundo. A construção dessa jurisprudência não foi obra de raciocínios lógicos ou de argumentações jurídicas persuasivas. Ao contrário, ela refletiu os embates políticos que foram travados naquele país.

Em 1791, todos os estados norte-americanos haviam ratificado a Primeira Emenda à Constituição, que previa: “O Congresso não fará nenhuma lei [...] restringindo a liberdade de palavra, ou de imprensa”. Naquele momento, isso significava a proibição da licença estatal prévia, mas com a possibilidade de sanção jurídica posterior em caso de ofensas e difamações.

No entanto, em 1798, o governo norte-americano usou de uma suposta ameaça estrangeira – os *Wild Irishmen* e os *Jacobins* franceses – para aprovar uma espécie de lei de segurança nacional. A Lei de Sedição tornou ofensa grave, punível com multas, prisão e até deportação, proferir ou escrever palavras que pudessem difamar o presidente, o governo ou o Congresso dos Estados Unidos, trazê-los ao “desprezo ou descrédito” ou “incitar contra eles [...] o ódio das boas pessoas dos Estados Unidos”.

Thomas Jefferson liderava as forças políticas de oposição ao então governo. Essas forças perceberam o perigo da criminalização das críticas e passaram a elaborar uma nova teoria democrática da

liberdade de expressão naquele país. Entre os textos mais famosos dessa época está o de James Madison, no qual ele reconhece que a atuação do Judiciário poderia produzir o mesmo efeito de uma censura prévia. O receio de pagar altas indenizações induziria à autocensura da imprensa:

Uma lei infringindo pena às publicações impressas teria um efeito similar à lei autorizando uma censura prévia à publicação. Seria ridículo dizer que nenhuma lei pode ser aprovada impedindo a impressão de publicações, mas possibilitando a punição posterior (Madison, 1800, n./p.).

Com o fim da vigência da Lei de Sedição, os tribunais norte-americanos voltaram a utilizar critérios mais conservadores para resolver os conflitos entre os direitos à honra e à liberdade de imprensa. Essa situação só vai ser alterada em maior profundidade com o julgamento pela Suprema Corte do caso *New York Times vs Sullivan*, em 1964.

No calor das lutas pelos direitos civis da população negra do sul dos Estados Unidos, o comissário de polícia da cidade de Montgomery, L. B. Sullivan, propôs uma ação indenizatória por difamação contra o jornal *New York Times*. No dia 29 de março de 1960, a pedido do Comitê para a Defesa de Martin Luther King e da Luta pela Liberdade no Sul, o jornal publicou um anúncio publicitário que denunciava violações de direitos constitucionais contra a população negra e pedia contribuição para a defesa jurídica de Luther King.

Apesar de não fazer referência expressa ao comissário, Sullivan se sentiu atacado em sua honra e argumentou que alguns fatos narrados no anúncio não eram totalmente verdadeiros e/ou continham imprecisões.

Nesse momento, o *New York Times* estava sendo demandado por outras autoridades do Alabama em ações com fundamentos e pedidos jurídicos idênticos. De acordo com a pesquisa realizada por Rodrigo Gaspar de Mello, os pedidos de indenização das autoridades públicas contra órgãos de imprensa somavam cerca de 300 milhões de dólares (Mello, 20021). Estava clara a tentativa de usar o Direito como ferramenta política em favor das forças repressoras do Estado.

A segregação racial nos Estados Unidos, no entanto, perdia cada vez mais apoio político entre a população de uma forma geral. Além disso, a contestação crescente à guerra do Vietnã, que entre 1961 e 1974 matou mais de 50 mil soldados americanos e deixou outros 300 mil feridos, abalava de maneira perigosa o regime político norte-americano. Era preciso aliviar um pouco a pressão antes que essas reivindicações ficassem fora de controle e se transformassem em uma oposição geral ao regime político.

Na decisão da ação *New York Times vs Sullivan*, o juiz Brennan da Suprema Corte reconheceu esse perigo:

[a] manutenção da oportunidade da livre discussão política a fim de que o governo

seja receptivo à vontade do povo e de que as mudanças sejam obtidas pelos meios legais, [é] fator essencial à segurança da República [...] é perigoso desencorajar o pensamento, a esperança e a imaginação [...] que o medo produz repressão; que a repressão produz ódio; que o ódio ameaça a estabilidade do governo (Brennan, 1964, n./p.).

O alto grau de mobilização popular da sociedade norte-americana fez com que o Judiciário elaborasse critérios jurídicos mais democráticos para fazer prevalecer, nos casos de interesse público, a liberdade de imprensa sobre os direitos à honra. A Suprema Corte passou a considerar que o debate público deve ser “desinibido, robusto e amplamente aberto, e que pode eventualmente incluir ataques veementes, cáusticos e às vezes desagradavelmente agudos” (Brennan, 1964, n./p.).

A partir dessa decisão foi construída a chamada doutrina da “malícia real”. Essa doutrina considera que dizer uma mentira não é suficiente para caracterizar a difamação. Para ser condenado por esse crime, o réu deve saber que o que ele afirma é falso ou, pelo menos, deve ser negligente em apurar se o fato é falso ou verdadeiro. Além disso, não cabe mais ao réu provar a veracidade de seu pronunciamento. O ônus da prova foi transferido para o autor da ação penal de difamação.

[A] permissão de comprovar a verdade como defesa, com o ônus da prova recaindo sobre o réu, não significa que apenas a palavra falsa será dissuadida. Até as cortes

que aceitam essa defesa como salvaguarda adequada têm reconhecido as dificuldades de produzir provas que a difamação alegada era verdadeira em todos os seus aspectos particulares. De acordo com uma regra como essa, os críticos da conduta oficial serão dissuadidos de dar voz à suas críticas mesmo que acreditem que os fatos sejam verdadeiros e mesmo que sejam, de fato, verdadeiros; isso porque restarão dúvidas sobre se a verdade dos fatos poderá ser comprovada nos tribunais ou o medo de precisar gastar elevada quantia para produzir a prova da verdade (Brennan, 1964, n./p.).

Nos casos de interesse público, o exercício da crítica – por mais mordaz, odiosa e desagradável que seja – deve ser protegido de todo e qualquer controle estatal. O quão profundamente esse princípio penetrou a consciência política norte-americana pode ser visto na história da *American Civil Liberties Union*, ou ACLU, na sigla em inglês.

A ACLU surgiu logo após a I Guerra Mundial, período em que se estimulava o medo de uma revolução comunista nos Estados Unidos. Entre novembro de 1919 e janeiro de 1920, o Departamento de Justiça do país se dedicou a perseguir, prender e deportar pessoas que expressassem opiniões não alinhadas ao governo, sob a acusação de serem anarquistas, socialistas e/ou comunistas. Milhares de pessoas foram presas sem mandados e sem respeitar as proteções constitucionais contra buscas e apreensões. Desde então, a ACLU atua na defesa das liberdades civis nos tribunais dos Estados Unidos.

Um dos momentos mais notáveis da história da ACLU ocorreu na década de 1970 quando a organização defendeu um grupo nazista que pretendia marchar pelo subúrbio de Skokie, Illinois, em Chicago, onde viviam muitos sobreviventes do Holocausto. Sob o argumento de que o governo impunha restrições significativas ao direito dos nazistas de marcharem e expressarem suas opiniões, a ACLU saiu vencedora dos tribunais. A advogada do caso foi Eleanor Holmes Norton, uma jovem negra que estava em total desacordo com o conteúdo das manifestações nazistas.

Em entrevista para a revista *At Liberty*, a advogada esclareceu sua posição:

[...] a razão pela qual tivemos liberdade de expressão, continuamos a ter liberdade de expressão, principalmente como afro-americanos, é porque ninguém pode nos impedir de falar. Eles poderiam nos impedir de usar as mesmas instalações, eles poderiam nos impedir de votar. Mas a Primeira Emenda diz que todos podem falar. Acontece que a liberdade de expressão é mais importante para aqueles que têm menos em nossa sociedade. Então, qual é a melhor maneira de não abrir mão disso? Representar aqueles que mais têm na sociedade. Este era um grupo de homens brancos, que se sentiam no direito de degradar os afro-americanos e usar sua liberdade de expressão para fazer isso (Norton, 2020, n./p.).

Aryeh Neier era o diretor executivo da ACLU naquele momento. Em entrevista, ele também ressaltou a importância desse caso:

[...] foi muito valioso porque estávamos representando um grande número de manifestantes contra o racismo naquele período. Também estávamos representando muitas pessoas que protestavam contra a guerra no Vietnã. E estávamos sendo criticados por todas as pessoas que estávamos representando. Mostrar que também estávamos dispostos a representar George Wallace ajudou as pessoas a entenderem que nossa preocupação era a liberdade de expressão e não a causa específica que os indivíduos estavam representando (Neier, 2021, n./p.).

O grupo nazista acabou não realizando a manifestação por temor de retaliação da população local e, em pouco tempo, se desfez. No entanto, a ACLU atuou na preservação do princípio universal da liberdade de expressão: se a alguém for negado o direito de falar, isso ameaça o direito de falar de todos.

Ao longo dos anos, a jurisprudência norte-americana consolidou o entendimento de que a liberdade de expressão é um direito que prevalece sobre a honra individual em assuntos de interesse público. Em se tratando de agentes públicos, de postulantes a cargos eletivos e de pessoas privadas que tenham relevância pública e que se incorporaram voluntariamente ao debate público, o autor do processo deve provar que a alegação do réu é falsa e que ele agiu dolosamente para ferir a sua honra. O Judiciário norte-americano também concede plena liberdade às opiniões, pois elas podem ser inadequadas ou mesmo maliciosas, mas nunca falsas ou verdadeiras.

A separação do é que alegação de um fato e mera opinião é averiguada em cada caso concreto (Mello, 2021). A orientação para essa distinção é a de que as decisões não estimulem a autocensura, mas que ajudem a promover um debate público “desinibido, robusto e amplamente aberto”.

Conclusão

Vivemos em um ambiente moral desfavorável ao exercício da liberdade de expressão absoluta. A generalização da incerteza, da impotência, da fragilidade emocional e da ansiedade diante do futuro até mesmo estimularam alguns autores a caracterizar nossa época pelo termo “cultura do medo” (Furedi, 2022).

O medo se faz atual mesmo quando a possibilidade de seu fato gerador acontecer é bastante remota. Ele está presente tanto nos grandes temas sociais – aquecimento global, guerras, delinquência – quanto nas questões cotidianas – desemprego, educação dos filhos e alimentação. É certo que a percepção dessa emoção incide de maneira mais vigorosa sobre as camadas sociais que têm mais a perder. Por esse motivo, a pequena burguesia, conservadora ou progressista, tende a ser um alvo mais fácil de campanhas políticas alarmistas e desorientadoras.

A suposta luta contra as fake news apela para o medo que a pequena burguesia progressista tem do fascismo. Para afastar esse “terrível mal”, ela está disposta a apoiar os monopólios da comunicação

tradicional como “fontes oficiais de notícias” e a conceder a um Judiciário ostensivamente conservador o poder de estabelecer a verdade.

Essa atitude pragmática é completamente avessa aos fundamentos da liberdade de expressão absoluta, que são o resultado de uma rica e complexa experiência histórica e foram acumulados em meio ao duro e revolucionário enfrentamento político contra forças conservadoras que detinham o controle do aparato de repressão do Estado.

A liberdade de expressão absoluta se sustenta em valores como coragem, responsabilidade e convencimento pessoal pelo domínio racional das emoções. Tais valores, por sua vez, apenas podem se manifestar em escala social quando há confiança em um futuro necessário² e promissor. Em plena crise da sociabilidade capitalista, portanto, a humanidade é chamada a escolher entre o medo e a liberdade.

Referências

Brennan, Willian. **New York Times Co. v. Sullivan**, 376 U.S. 254, 1964. Disponível em: <supreme.justia.com/cases/federal/us/376/254>. Acesso em: 25/11/2022.

Engels, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 6a ed, São Paulo: Global, 1984.

Engels, Friedrich. **O anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

2. A categoria filosófica da “necessidade” é bem desenvolvida por Engels em “O anti-Dühring” (2015).

Fast, Howard. **Torquemada**. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.

Frederico, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

Furedi, Fkank. **Cómo funciona el miedo**. La cultura del miedo en el siglo XXI. Madri: Rialp, 2022.

Hartmann, Ivar. Crise dos precedentes no Supremo: o caso dos precedentes sobre liberdade de expressão. **Revista Estudos Institucionais**, v. 6, n. 1, p. 109-128, jan./abr. 2020.

Lenin, V. I. ¿Qué hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento. In. **La información de clase**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, p. 47/81.

Locke, John. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Luxemburgo, Rosa. **O socialismo e as igrejas**. 1905. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1905/mes/igrejas.htm>> Acesso em 28/11/2020.

Luxemburgo, Rosa. **A revolução Russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

Neier, Aryeh. Defending Speech We Hate. **At liberty podcast**. 17/06/2021. Disponível em <aclu.org/podcast?issue=free-speech> Acesso em 25/11/2022.

Norton, Eleano Holmes. The Case for D.C. Statehood. **At Liberty Podcast**. 2020. Disponível em <[pod-casts.apple.com/bz/podcast/the-case-for-d-c-statehood/id1396174920?i=1000443603858](https://podcasts.apple.com/bz/podcast/the-case-for-d-c-statehood/id1396174920?i=1000443603858)> Acesso em 25/11/2022.

Madison, James. **Report on the Virginia Resolutions**. Janeiro de 1800. Disponível em <press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/v1ch8s42.html> Acesso em 25/11/2022.

Marx, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Marx, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

Marx, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Mello, Rodrigo Gaspar. **Liberdade de expressão, honra e censura judicial**: uma defesa da incorporação da doutrina da malícia real ao direito brasileiro. 2a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

Milton, John. **Areopagitica**. Domínio Público, 1996. Disponível em <dominiopublico.gov.br/download/texto/gu000608.pdf> Acesso em 25/11/2022.

Rolim, Renata Ribeiro. **Direito à comunicação**: possibilidades, contradições e limites para a lógica dos movimentos sociais. Recife: 8 de Março, 2011.

Rolim, Renata Ribeiro. “Desinformação”: transparência e responsabilização civil contra as lógicas do monopólio capitalista da comunicação. In Amorim, Ninno; Peregrino, Lucas Neiva. **Coletânea ObservaCult**: festejos, inventários culturais e controle da informação. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 91 a 110.

Rolim, Renata Ribeiro. **Paradoxos da liberdade de expressão**. Cajazeiras: Arribaça, 2022.

Supremo Tribunal Federal. **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental**. Distrito Federal. 18/06/2020.

Disponível em: <portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346358281&ext=.pdf> Acesso em: 28/11/2022.

Trotsky, Leon. **Why I Consented to Appear Before the Dies Committee**. Disponível em: <marxists.org/archive/trotsky/1939/12/dies2.html> Acesso em: 24/11/2022.

Trotsky, Leon. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

Capítulo 2

A censura escalável e suas formas contemporâneas

Carla de Araujo Risso

Daniela Osvald Ramos

O CONCEITO DE censura muitas vezes se aproxima de um ato ligado ao Estado e aos seus órgãos institucionalizados. Uma das doze definições de censura do dicionário “Michaelis” relaciona “Censura” ao Departamento onde trabalha um grupo de censores ao defini-la como o “exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral”.

Para Maria Cristina Castilho Costa (2013, p. 3496), desde o princípio do desenvolvimento da capacidade simbólica humana, “estabeleceu-se o conflito entre uma subjetividade única e indivisível que nos distingue como individualidade e a força hegemônica da cultura forjada nas relações estabelecidas pela vida coletiva”. Seria este conflito o responsável por desencadear o surgimento da censura, um processo psicossocial que emerge para desempenhar o controle dos comportamentos e das informações que circulam dentro de uma sociedade, procurando uniformizar as alteridades por meio do silenciamento de opiniões divergentes.

Ao longo da história, por diversas vezes, observa-se que o silêncio foi imposto pelos mais

poderosos com o uso da autoridade, da força, da dependência, da barganha e até da violência, para tirar a voz dos críticos, revolucionários, dissidentes, inovadores, inconformados, reformadores e insubordinados. Entre os séculos XV e XX, é possível caracterizar a censura prioritariamente como ação política do Estado, institucionalizada em seu aparelho administrativo, com a função de controlar a disseminação de ideias e a produção artística. Contudo, atualmente, a censura não tem uma forma única e pode se apresentar de várias maneiras.

Maria Cristina Castilho Costa (2013) ressalta que esse recurso autoritário, ligado à força do Estado, foi extinto em quase todos os países ocidentais. Isso, contudo, não indica que foram suprimidas todas as formas de controle do pensamento dissidente. Costa (2013, p. 3497), na verdade, aponta para o surgimento de outros mecanismos de controle social, mais difíceis de serem identificados, combatidos e avaliados: “Estamos, hoje, diante de processos de interdição plurais, difusos, indiretos e internacionais, mais adequados a um capitalismo neoliberal, informacional e globalizado”.

Longe de serem uma novidade recente, esses modelos de ação censória, desempenhados fora da esfera administrativa de um gabinete burocrático, apenas recrudesceram frente à aparente extinção da censura estatal. Ao longo dos últimos anos, presenciamos o desenvolvimento de outros mecanismos indiretos e plurais de controle da produção simbólica, embasados em um conjunto

poderoso de técnicas e argumentos para submeter os pensamentos e ações. As justificativas para a censura têm variado. O material pode ser considerado indecente ou obsceno; herético ou blasfemo; sedicioso ou traição. Assim, as ideias vêm sendo suprimidas sob o pretexto de se proteger as três principais instituições sociais: a Família, a Religião e o Estado. Um dos mais antigos estratagemas utilizados é o argumento religioso: certas coisas são consideradas “ofensivas” aos olhos da Divindade e, em seu nome, devem ser proibidas. Essas coisas variam de país para país, de religião a religião, de seita a seita e são, em sua maioria, embora nem sempre, de natureza sexual. A Segurança Nacional também é frequentemente utilizada como justificativa para a supressão das liberdades individuais. Muitas das restrições à distribuição de informação que se encontram ainda hoje, em todo o mundo, são respaldadas pela figura do Estado como “pai zeloso” ou como “uma sentinela atenta”.

Após longos anos de imposição da censura prévia no Brasil, a promulgação da Constituição brasileira de 1988 extinguiu a censura oficial do governo, tornando a expressão intelectual, artística, científica e de comunicação um direito fundamental de todos os cidadãos. Porém, Costa (2013) aponta para os novos mecanismos de controle que se estabeleceram depois deste evento.

Pode-se observar, por exemplo, a existência de inúmeros exemplos de uma “censura togada”, na qual juízes dão liminares e sentenças alegando pretenso dano a pessoas atingidas por obras artísticas

ou informações jornalísticas. Dentre tantos, há o caso emblemático da edição de aniversário da revista *Playboy*, em agosto de 2008 (Risso, 2016). Tratava-se de um ensaio do fotógrafo Bob Wolfenson com Carol Castro realizado em pontos históricos de Salvador, como o Pelourinho e a escadaria da Igreja do Paço, e que trazia como personagens Dona Flor, Tieta e Gabriela, as musas de Jorge Amado. À época, a fotografia em que a atriz aparecia vestida com um corpete, com os seios à mostra e um terço nas mãos, causou polêmica. Poucos dias depois, em 25 de agosto de 2008, o juiz Oswaldo Freixinho, da 29ª Vara Cível do Rio de Janeiro, determinou que a Editora Abril não poderia imprimir novas tiragens e nem edições comemorativas com aquela foto; na sentença, havia uma menção ainda para a revista se abster de elementos religiosos em outros ensaios, já que o uso de tais elementos feriria sentimentos dos fiéis. A censura foi pedida em ação conjunta do Instituto Juventude Pela Vida, do Rio de Janeiro, e por um padre de Goiás, representados pelos advogados Renato Beneduzi e Ricardo Brajterman – este último já havia ajuizado ação que proibiu a Viradouro de levar à Sapucaí um carro alegórico sobre o Holocausto a pedido da Federação Israelita do Rio no Carnaval do mesmo ano.

Curiosamente, em outubro de 2019, Ricardo Brajterman participou de um protesto acompanhado de diversos atores e intelectuais contra a censura no campo da produção cultural. Esse movimento foi pautado pela peça *Caranguejo Overdrive*, que iria se apresentar na mostra “CCBB — 30 Anos de Cias” e

que foi retirada do programa às vésperas da estreia. Esse caso foi alvo inclusive de uma ação no Ministério Público Federal (MPF) em 2020, que entendeu que o cancelamento da apresentação foi feito “sem qualquer embasamento constitucional ou legal”. A peça *Caranguejo Overdrive* foi alvo de censura estatal, bem aos moldes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado pela ditadura do Estado Novo em 1939, pois, segundo o próprio MPF, “a União, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, solicitou previamente o envio de cópia integral dos textos e vídeo dos espetáculos, a fim de controlar o conteúdo”, de modo que, posteriormente, foi emitida “ordem para que o CCBB cancelasse as apresentações da peça ‘Caranguejo overdrive’, operando indevida censura ao espetáculo”.

Existem ainda outras formas de censura indireta, como as leis de incentivo que deixam a cargo de empresas patrocinadoras a decisão sobre o que deve ou não ser produzido e exibido. Um acontecimento dessa categoria de censura se deu com o encerramento precipitado da exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em Porto Alegre, pelo Santander Cultural, em setembro de 2017. Grupos religiosos e o Movimento Brasil Livre (MBL) viram nas obras expostas apologia à pedofilia, zoofilia e blasfêmia, o que reacendeu, à época, a discussão sobre que é e o que não é permitido na arte. Ao justificar o fechamento, o Santander disse entender que “algumas obras desrespeitam símbolos, crenças

e pessoas”, o que não estaria em linha com sua visão de mundo.

Costa (2008) afirma que a censura não se constitui apenas de uma série de proibições e cortes, nem um conjunto de regras sobre aquilo que é ético, correto ou adequado, mas sim, como um campo de relações sociais que não está apartado da sociedade civil. Meirelles (2021) também aponta para a existência de um fantasma da censura no Brasil atualmente. Para a autora, isso se evidencia nos ataques sistemáticos ao jornalismo no país. No ranking mundial sobre liberdade de imprensa elaborado pela organização Repórteres sem Fronteiras, o Brasil ocupa, em 2023, a 110ª posição de um total de 180 países¹. Considerando o indicador de segurança desse ranking – que avalia a capacidade de elaborar, coletar e divulgar informações de acordo com os métodos e a ética do jornalismo, sem risco indevido de lesão corporal, sofrimento psicológico ou emocional nem risco de dano profissional (perda de emprego, apreensão de equipamentos ou saque de instalações, por exemplo) –, a classificação cai para 124^a.

Segundo busca automatizada (Figura 1) realizada nos relatórios da Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) de outubro de 2018, a partir da campanha às eleições presidenciais daquele ano, até dezembro de 2022, final do mandato de Jair Bolsonaro, foram relatados 196 casos de agressões envolvendo o ex-presidente da República como agressor principal,

1. Conforme informações disponíveis em: <rsf.org/pt-br/ranking/nota-pol?year=2023>. Acesso: 16 Jun. 2022.

elencados pelo tipo de agressão verbal. O ano de 2021 representou um recorde do ponto de vista da continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil registradas até então.



Figura 1 – Foram 5 casos de agressão verbal de Jair Bolsonaro e seguidores em 2018, a partir de outubro daquele ano: 20 em 2019; 70 em 2020; 56 em 2021; e 45 em 2022. Fonte: Busca realizada pelas autoras ².

A descredibilização da imprensa continuou sendo um destaque (87 casos) em 2022, apesar de o índice ter diminuído em relação a 2021; já as ocorrências de ameaças/hostilizações/intimidações cresceram 133,33% em 2022 (77 casos, 44 a mais que os 33 registrados em 2021), no contexto das campanhas para eleição presidencial (Fenaj, 2023). Meirelles (2021) também ressalta que a omissão de dados e informações pode ser caracterizada como censura. Um exemplo foi a queda do site do Ministério da

2. Acessível em: <obcom.net.br/vis?date_to=1&year_to=2022&month_to=12&date_from=1&year_from=2018&month_from=10&kind=25&offset=0>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

Saúde, em junho de 2020, quando o país registrou recordes de mortes decorrentes da pandemia de covid-19. Na ocasião, Jair Bolsonaro falou, em tom de bravata: “Acabou matéria do *Jornal Nacional*”. Essa declaração foi interpretada como um subterfúgio do Governo Federal para fugir dos principais telejornais e limitar o acesso a números sobre o monitoramento da doença. O episódio representa um tipo de censura indireta e, a partir dele, foi criado um consórcio de veículos de imprensa para divulgação de dados da pandemia no Brasil, com a união inédita e histórica de *Folha de S. Paulo*, *UOL*, *O Estado de S. Paulo*, *Extra*, *O Globo* e *G1* para monitorar a quantidade e qualidade dos dados disponíveis sobre a covid-19 no Brasil.

63

Novas estratégias de censura

Resultado de dez anos de pesquisa do antigo Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC), o Observatório em Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom-USP) foi criado em agosto 2012 com a intenção de mapear as formas de censura existentes na sociedade – registrar, classificar, interpretar, estudar e analisar os recursos contemporâneos de controle e cerceamento da informação e da produção simbólica. Para além dos casos de censura mencionados acima, hoje vivenciamos novos tipos de censura, como a censura mediada pela tecnologia e novos tipos de censura que surgiram no contexto do sentimento anti-imprensa no Brasil, durante o isolamento social decorrente da pandemia de covid 19, a exemplo de ações instituídas

por um político eleito na prefeitura do Rio de Janeiro, que deu origem aos “guardiões de Crivella”, um ato já replicado a partir da dinâmica do “cercadinho” do ex-presidente Jair Bolsonaro, e a saída dos jornalistas deste lugar que se tornou ameaçador à segurança física dos profissionais. Estes atos foram depois imitados por cidadãos comuns, como discutiremos adiante. Waisbord (2020) propõe identificarmos também um novo tipo de censura nomeada “mob censorship” ou “censura pela multidão”, também no contexto de ameaça aos jornalistas durante o governo Donald Trump (2017-2021). A seguir, discutimos a cultura do cancelamento a partir do recurso das falácias *ad hominem*. Importante observar que não colocamos em questão os temas que envolvem populações que sofrem há séculos com a desigualdade estrutural imposta pela lógica colonialista brasileira, a qual atinge determinados grupos que estão sujeitos a altos índices de violência estrutural, como as mulheres. Três mulheres morreram por dia vítimas de feminicídio durante o isolamento social entre 2020 e 2021³, por exemplo. Segundo os recentes dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023⁴, os feminicídios aumentaram 6,1% em 2022 e resultaram em 1.437 mulheres mortas por serem mulheres. “Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram

3. Dados da Amazônia Real, conforme disponíveis em: <amazoniareal.com.br/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidios-por-dia/?gclid=CjwKCAjwq5-WBhB7EiwAl-HEkiXdqu_AsqotaibQkxdH2cgbS9lDen8toRxZPx5NyPjW9pA9ew7cCRoCvaoQAvD_BwE>. Acesso em: 29 Set 2023.

4. Dados do Monitor da Violência, disponível em <forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 29 set 2023.

(1,2% em relação ao ano anterior), o que impossibilita falar apenas em melhora da notificação como causa explicativa para o aumento da violência letal” (Fórum, 2023, p. 236). Ainda, 76,5% das mais de 47 mil mortes no país em 2022 foram de pessoas negras, o principal grupo vitimizado por esta violência letal, e 83,9% desta população representam as vítimas de intervenção policial (Fórum, 2023, p. 27-31). Assim, a discussão da liberdade de expressão quando estas populações estão envolvidas em um fenômeno comunicacional é extremamente sensível.

“Cercadinho”, os “Guardiões de Crivella” e mais: o efeito de replicação da censura pelo ator político e seu aprendizado pelo cidadão comum no contexto do sentimento anti-imprensa brasileiro

Além da pandemia de covid-19, 2020 também foi um ano emblemático para a liberdade de imprensa no Brasil. Foi o ano em que os jornalistas saíram do “Cercadinho da Alvorada”, quando tinham a oportunidade de tentar entrevistar o presidente Jair Bolsonaro, já que o mandatário da República não se dispunha a dar entrevistas coletivas. O espaço conhecido como “cercadinho” era lotado de apoiadores do então presidente, e o episódio derradeiro se deu em maio de 2020, quando, na escalada dos atos antidemocráticos contra o Superior Tribunal Federal (STF), Bolsonaro disse que não falaria com a imprensa “porque vocês não prestam” (Abreu, 2022, p. 147). A seguir, o Grupo Globo e, logo depois, a *Folha de S. Paulo* e outros veículos

decidiram pela saída de seus profissionais do local, devido ao temor pela segurança de seus colaboradores. Abreu (2022, p. 131), em pesquisa com os jornalistas que cobriam diariamente o presidente no cercadinho, chegou à conclusão de que

[...] mesmo sem censura oficial, os ataques do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores a jornalistas constituem uma ameaça à liberdade de imprensa, garantida pelos artigos 5º e 220º da Constituição Federal e no Código de Ética dos jornalistas, e ao próprio ethos do jornalista.

O ataque constante do ocupante do cargo máximo do país aos jornalistas parece ter tido um efeito de contágio ao ensinar uma estratégia de censura não institucionalizada, por meio da violência verbal e constrangimento físico, tanto a outros atores políticos como a cidadãos comuns. No mesmo ano, em setembro, foi denunciado o esquema chamado “Guardiões de Crivella” (Campos et al., 2020), um grupo de funcionários públicos da prefeitura do Rio de Janeiro que impediam jornalistas de realizarem reportagens em hospitais da cidade, em plena pandemia (e justamente por isso). O *modus operandi* do grupo de funcionários, que tinham escala para fazer plantão em frente aos hospitais públicos, era atrapalhar a cobertura televisiva ao vivo, literalmente gritando para interromper a transmissão da reportagem ao vivo ou sua gravação (Campos et al., 2020), promovendo um ato censório ao impedir o trabalho do profissional de imprensa. Observamos o “efeito contágio” destes atos em uma amostra de

71 notícias coletadas pelo *Google Alert* de setembro de 2020 a fevereiro de 2022 com as palavras-chave “ataque + jornalistas”, “agressão + jornalistas”, “ataque + repórter”, “violência + repórter”. Dos 71 casos noticiados, dez dão conta de ataques ao vivo a repórteres de televisão, impedindo-os de terminarem a transmissão, uma ação bastante similar à perpetrada pelos “guardiões”. Das dez notícias, quatro dos repórteres eram homens e sete, mulheres. Observa-se nos dez vídeos que o impedimento à cobertura jornalística se deu por iniciativa de cidadãos comuns, que passavam atrás do repórter gritando “Globo lixo”⁵, por exemplo, até não ser mais possível que se ouvisse a/o repórter. Apesar de este fenômeno demandar uma pesquisa mais aprofundada, nota-se que há uma

67

Waisbord (2020), em pesquisa sobre assédio online a jornalistas no contexto do populismo norte-americano, cunhou o termo “mob censorship” ou “censura pela multidão”: um novo guarda-chuva para atos de caráter censório no ciberespaço. Seria uma nova forma de censura,

[...] possibilitada pelo deslocamento das condições de fala nas sociedades contemporâneas. Revela que a censura não é mais propriedade exclusiva de poderosos

5. Importante registrar que #globolixo também é uma *hashtag* operacionalizada por grupos que semeiam sentimentos anti-imprensa nas plataformas, e o trânsito desta *hashtag* do on para o *offline*.

perpetradores, como governos, empresas ou grupos armados ilegais que visam interferir nos direitos de expressão” (Waisbord, 2020, p.1040).

A censura pela multidão tem como objetivo, por meio da violência online, reconfigurar os limites do discurso público, de modo que a “liberdade de expressão” passa a significar a liberdade para desumanizar o outro (Waisbord, 2020, p. 1040). O aprendizado do impedimento do trabalho jornalístico no Brasil, de conotação censória, nos faz inferir que infelizmente a censura pela multidão, que já é um problema de violência online, pode migrar para a esfera física, como antes foi percebido no “cercadinho”, inviabilizando e censurando a atividade jornalística no país, de uma nova maneira.

Falácias censórias – *argumentum ad hominem* e a cultura do cancelamento

Uma falácia consiste num argumento falso, uma ideia que parece transmitir uma verdade ou discurso válido, mas não apresenta bases lógicas e coerentes. *Ad hominem* ou *argumentum ad hominem* (“argumento contra a pessoa”) é um tipo de falácia que se caracteriza quando um indivíduo responde a um argumento com críticas pessoais ao seu autor e não ao mérito das proposições apresentadas – tira-se o foco do assunto em discussão, deslocando-o para algum aspecto que não tem qualquer relação com o conteúdo a ser debatido.

Existem diferentes categorias de falácias *ad hominem*, como *ad hominem ad personam*, que consiste no ataque direto ao caráter da pessoa que propôs determinado argumento; *ad hominem circumstantiae*, quando a parcialidade da pessoa que propôs o argumento é posta em dúvida, indicando que esta teria algo a ganhar por estar defendendo determinado ponto de vista; e *tu quoque*, também conhecida como a falácia da hipocrisia, que se dá quando o adversário é acusado de praticar aquilo que está colocando em questão.

A lógica das redes propicia essa prática e favorece muito pouco ou quase nada a argumentação racional. O Twitter, hoje X, e seus 280 caracteres criaram um ambiente extremamente inóspito de postagens agressivas e rasas. Quem nunca viu nessa plataforma mulheres sendo chamadas de “feias”, “velhas” ou “gordas” por alguém tentando ganhar um bate-boca online? Ou viu alguém ser chamado de “fascista”, “imbecil” ou “vadia”, só para ficarmos nos adjetivos publicáveis? O ex-governador João Dória, por exemplo, recebeu o epíteto de “calça apertada” das milícias digitais, e é evidente que esse tipo de argumentação é tão raso como um pires e imaturo como as utilizadas por uma criança ao chamar o coleguinha de “feio, bobo e chato” – o coleguinha até pode ser tudo isso, mas, no âmbito da lógica argumentativa, essas falácias não acrescentam nada a um debate.

Deslegitimar as lutas dos movimentos sociais chamando suas reivindicações de “mimimi”

– expressão usada na comunicação informal para descrever ou imitar uma pessoa que reclama – é também uma forma de censura que procura calar quem denuncia o racismo estrutural, a homofobia ou o machismo que existem no Brasil.

Para além dessas ofensas sem lustro e sem lastro no cenário atual, queremos propor o debate sobre um caso de falácia *argumentum ad hominem*, frequentemente aplicado para silenciar algumas vozes. Tomemos como exemplo o caso revelado pelo *The Intercept Brasil* em junho de 2022: uma menina de 11 anos, grávida, que, após ser vítima de um estupro, foi mantida pela Justiça de Santa Catarina em um abrigo por mais de um mês para evitar que fizesse um aborto legal. Aqueles que eram contra o aborto afirmavam “o que houve foi assassinato”, e, dentre as mulheres, começou a circular uma frase retirada de um episódio do seriado *Friends* e usada pelas feministas em manifestações a favor do direito ao aborto já há alguns anos: “Sem útero, Sem opinião” (“No Uterus, No Opinion”). A tese presente nesse bordão é bem clara, apesar de ser comprovado historicamente que homens procuram ter a hegemonia no que diz respeito à decisão absoluta sobre os corpos das mulheres: homens e mulheres trans não podem opinar porque nunca experimentarão pessoalmente a gravidez ou o parto, portanto, carecem de empatia com as mulheres e não estão preparados para tomar uma decisão adequada sobre se o aborto deve ou não ser legal. Nesse caso, utiliza-se a falácia *ad hominem* para desqualificar a opinião de todas as pessoas que não

tenham útero, excluindo do debate as mulheres trans e mulheres que removeram seu útero por motivo de saúde – isso só enfraquece a força de qualquer grupo social.

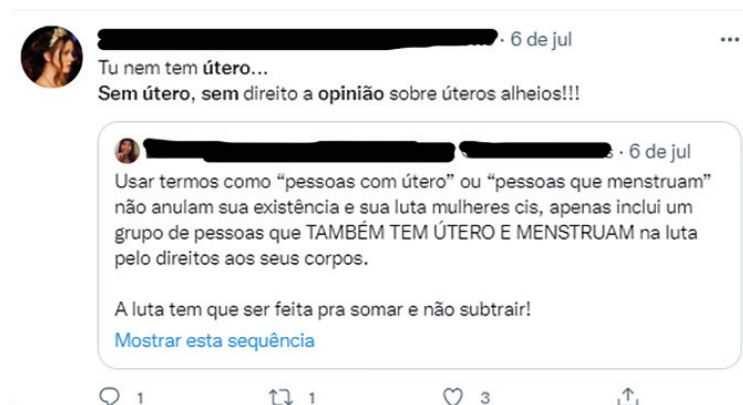


Figura 2 – Fonte: Captura de tela realizada pelas autoras.

No caso da menina de Santa Catarina, foi uma juíza e uma promotora, ambas portadoras de útero, que não tiveram qualquer empatia e pediram para a criança manter a gestação por mais “uma ou duas semanas”, com o intuito de aumentar a sobrevivência do feto. Indo contra o que consta na lei, que não estipula prazo para a interrupção da gravidez em caso de estupro ou de risco de vida para a mulher, a juíza ainda afirmou que o aborto só seria possível com menos de 22 semanas de gestação ou 500 gramas do feto. O caso só se encerrou quando o Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Hospital Universitário (HU) de Florianópolis que realizasse o aborto para a menina de 11 anos, independente de tempo gestacional ou

autorização judicial.

Outro tipo de fenômeno que se baseia em *argumentum ad hominem* é a “cultura do cancelamento” (“cancel culture”), expressão eleita pelo *Dicionário Macquarie*, da Austrália, em 2019, como o termo que mais moldou o comportamento humano daquele ano. A “cultura do cancelamento” é um fenômeno ligado às novas tecnologias e à sensação de justiça social que se dá quando vários indivíduos acreditam que alguém praticou algum ato em desacordo com a ordem social convencional. Algumas de suas consequências podem ser a expulsão de uma pessoa de sua posição de influência ou fama – seja no mundo real ou virtual, ou em ambos – ou um boicote a empresas. Trata-se da atualização do Ostracismo ateniense, punição criada por Clístenes no século V a.C., que consistia em banir ou exilar por dez anos um cidadão que atentasse contra a liberdade pública.

Contudo, o fenômeno do “cancelamento”, normalmente originado de uma acusação – seja ela verdadeira ou não –, não poupa os vivos nem os mortos e tampouco tem prazo determinado para acabar – podendo ter efeitos passageiros, temporários ou definitivos, dependendo do grau de exposição e do erro cometido. O tribunal da opinião pública tem julgado e condenado uma lista enorme de pessoas, pelos mais variados motivos: Woody Allen, Kevin Spacey, Johnny Depp (ou sua ex-mulher Amber Heard), Karol Conká, Juliana Paes, Gabriela Pugliesi, entre vários. Um caso emblemático é o do chileno Pablo Neruda, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1971, cuja poesia

refletia a vida e as lutas dos latino-americanos comuns e que, para muitos, foi um símbolo de resistência à tirania e à ditadura. Neruda vem sendo posto em xeque pela cultura do cancelamento desde 2015, mais de quarenta anos depois de seu falecimento, quando feministas chilenas começaram a condená-lo por um estupro relatado no livro póstumo e autobiográfico *Confesso que vivi* – publicado em 1974.

Em suas memórias, Neruda descreve o que aconteceu em 1929, quando ocupava um posto diplomático no Ceilão (atual Sri Lanka). Depois de agarrar pelos pulsos, com força, a mulher que limpava seu banheiro todas as manhãs, desnudou-a e levou-a para sua cama: “O encontro foi de um homem com uma estátua. Permaneceu todo o tempo com os olhos abertos, impassível. Fazia bem em me desprezar. A experiência não se repetiu”⁶. Para o escritor e jornalista Darío Oses (2020), o poeta Neruda ora é reverenciado, ora é maculado, e sua imagem oscila de herói a canalha. Segundo Oses, atualmente, no Chile, há antinerudismos – uma espécie de culto negativo que gera devoções e catecismos – para todos os gostos: desde os de direita até os de extrema esquerda.

Os ataques a Neruda abarcam todos os tipos de *argumentum ad hominem: ad personam*,

6. No original, em espanhol: “Una mañana, decidido a todo, la tomé fuertemente de la muñeca y la miré cara a cara. No había idioma alguno en que pudiera hablarle. Se dejó conducir por mí sin una sonrisa y pronto estuvo desnuda sobre mi cama. Su delgadísima cintura, sus plenas caderas, las desbordantes copas de sus senos, la hacían igual a las milenarias esculturas del sur de la India. El encuentro fue el de un hombre con una estatua. Permaneció todo el tiempo con sus ojos abiertos, impassible. Hacía bien en despreziarme. No se repitió la experiencia”.

porque é chamado de estuprador, então, seu caráter desqualifica toda a sua obra; *circumstantiae*, pois “como um estuprador pode falar de amor?”; *tu quoque*, porque é um hipócrita, que se proclama comunista, mas estuprou uma serviçal.

Oses (2020) argumenta que Neruda escreveu o episódio de estupro como uma espécie de *mea culpa* em suas memórias, quarenta anos depois: “Não se pode negar que aos 26 anos Neruda cometeu abusos, mas ele admitiu, confessou e se arrependeu. Além disso, estava ciente de que havia perpetrado um ato que, quando naturalizado, não tinha sanção legal ou mesmo moral”. Oses ainda acredita que é problemático julgar com a mentalidade atual os comportamentos de outra época.

Neruda foi um homem de seu tempo. Não foi o melhor nem o pior. Ele protagonizou um dos maiores feitos civis da história do Chile, quando salvou mais de dois mil espanhóis de cair nas mãos do fascismo. A sua luta pela liberdade trouxe-lhe perseguições que o obrigaram a exilar-se. Mas sim, ele tem seu lado sombrio e, como todos os homens e mulheres, deve carregar sua sombra (Oses, 2020, n./p.).

A famosa romancista chilena Isabel Allende, autora e defensora dos direitos das mulheres, em entrevista ao The Guardian⁷, argumentou que o trabalho de Neruda ainda tinha valor: “Como muitas

7. Disponível em: <theguardian.com/books/2018/nov/23/chile-neruda-airport-rape-admitted-memoirs>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

jovens feministas no Chile, estou enojada com alguns aspectos da vida e personalidade de Neruda, no entanto, não podemos descartar sua escrita”. Em janeiro de 2022, Isabel Allende complementou: “Uma coisa é falar do homem, e todos nós temos defeitos, outra bem diferente é falar do trabalho dele. Se no caso de um artista como Neruda vamos nos concentrar em suas ações, então vamos rever sua vida privada, mas não vamos eliminar tudo, porque senão ninguém será salvo”.

Apontamentos finais

A censura é um fenômeno dinâmico, cujas estratégias se transformam ao longo do tempo, de maneiras diferentes em determinadas sociedades. Sem dúvida, a internet é um vetor para essa discussão, como vimos na censura pela multidão, como também são decisivas novas formas que não discutimos ao longo deste texto, mas endereçamos nestas conclusões finais, como a censura algorítmica (Cobbe, 2021; Risso; Ramos, 2021). Com a digitalização da cultura, a censura como fenômeno social se torna escalável, podendo ser ensinada e praticada de maneira coletiva – como vimos no caso dos ataques censórios aos jornalistas e no processo mesmo da censura pela multidão e da cultura do cancelamento. Como aponta Costa (2013, p. 3497), trata-se de processos (...) “de interdição plurais, difusos, indiretos e internacionais”.

Volochinov e Bakhtin (2006) já identificaram que os julgamentos de valor presumidos são atos sociais regulares e essenciais, configurados por meio

do posicionamento ideológico dos interlocutores envolvidos no discurso. Para Menegassi e Cavalcanti (2013, p.438),

Se o julgamento de valor for condicionado pela existência de uma dada comunidade, considerando-se suas relações ideológicas, ele se torna uma matéria de crença dogmática, alguma coisa tida como certa por todos os participantes do grupo social. Entretanto, se for verbalizado e justificado, torna-se duvidoso, pois, ao separar-se do seu referente, perde a conexão com as condições existenciais do seu grupo dado, ou seja, um julgamento de valor qualquer existe em sua totalidade.

76

Mas a questão aqui é se, por ser um julgamento de valor, certas opiniões devem ser censuradas? Se não estivermos lidando com discurso de ódio – que, por sinal, vai de encontro ao art. 3º, da Constituição Brasileira, no qual se dispõe, no inciso IV que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação –, o razoável seria ouvir o contraditório para poder argumentar e ampliar as visões sobre qualquer assunto.

Nossa intenção aqui foi a de fomentar um debate mais amplo, tendo como parâmetro, como já discutimos, a evidência factual da desigualdade estrutural de certas populações majoritárias que são tratadas como minorias culturais e que evidenciam uma lógica colonialista de subjugação dos corpos

femininos (biológicos ou não) e dos corpos não brancos.. E, também, o parâmetro de como argumentar civilizadamente em debates sensíveis a fim de não alimentar uma espiral do ódio que nos levará de forma inequívoca à barbárie.

Referências

Abreu, T. O. Cercadinho do Alvorada: uma ameaça ao ethos do jornalista e à liberdade de imprensa. **Revista Miguel**, número 6. Jan/jun 2022. Disponível em <maxwell.vrac.puc-rio.br/59455/59455.PDF>. Acesso em: 7 jun 2022.

Bakhtin, M.; Volochinov, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

Campos, C.; Maciel, A.; Alaniz, D.; Oliveira, S.; Soares, P. R.. “Guardiões do Crivella’: entenda as denúncias sobre esquema para impedir reportagens sobre a saúde no Rio”. In: **G1**. Disponível em <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/01/guardioes-do-crivella-entenda-as-denuncias-sobre-esquema-para-impedir-reportagens-sobre-a-saude-no-rio.ghhtml>. Acesso em: 7 jun. 2022.

Carvalho, A. “Discursos de ódio nas redes digitais e a instauração do ‘tribunal’ virtual”. In: **Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** 41, 2018, Joinville. Disponível em: <portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0883-1.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

Cobbe, J. “Algorithmic Censorship by Social Platforms: Power and Resistance”. In: **Philosophy & Technology** 34, 07 de outubro de 2020, pp. 739-766. Disponível em: <link.springer.com/article/10.1007/s13347-020-00429-0>. Acesso em: 08 jul. 2022

Costa, M. C. C. Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. 2013, **Anais**. Santiago de Compostela: Ibercom, 2013. Disponível em: <eca.usp.br/acervo/producao-academica/002661893.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

Costa, M. C. C. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2008.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 29 set 2023.

Risso, C.A. O Sagrado e o Corpo feminino: estudo de casos – José Saramago e a Playboy portuguesa e Jorge Amado e a Playboy brasileira. In: **Anais do II Congresso Internacional Sobre Culturas** - Diálogos Brasil Portugal. [recurso eletrônico]. Salvador: UFBA, 2016. 668 p. Disponível em: <repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23442>. Acesso: 19 set. 2023.

Risso, C. A.; Ramos, D. O. Corpo feminino, resistência e censura algorítmica: o caso de Tetas X Tetas. 2021, **Anais...** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <eca.usp.br/acervo/producao-academica/003073568.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Rodrigues, J, C. **O Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1975.

Gobbi, N. “Ministério Público aciona CCBB por censura à peça ‘Caranguejo overdrive’, no ano passado”. In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2020. Disponível em: <oglobo.globo.com/cultura/ministerio-publico-aciona-ccbb-por-censura-peca-caranguejo-overdrive-no-ano-passado-24707460>. Acesso: 16 jun. 2022.

Gois, A. Juiz proíbe nova tiragem da ‘Playboy’ deste mês com polêmica foto de Carol Castro. In: **Extra**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2008. Disponível em: <extra.globo.com/tv-e-lazer/ancelmo-gois-juiz-proibe-nova-tiragem-da-playboy-deste-mes-com-polemica-foto-de-carol-castro-565521.html#ixzz4Nll31576>. Acesso: 16 jun. 2022.

Meirelles, J. “Censura no Brasil é coisa do passado?” In: **Politize**, Florianópolis, 2 de julho de 2021 Disponível em: <politize.com.br/censura-no-brasil-e-coisa-do-passado/>. Acesso: 07 jun. 2022.

Menegassi, R. J; Cavalcanti, R.S.M.. “Conceitos Axiológicos Bakhtinianos em Propaganda Impressa”. IN: **Alfa: Revista de Linguística**. v. 57 n. 2, pp.433-449, São Paulo, UNESP 2013.

Oses, D. “¡Muera Neruda!” In: **Palabra Pública**, Santiago de Chile, 26 de março de 2020. Disponível em: <palabrapublica.uchile.cl/2020/03/26/muera-neruda>. Acesso 04 jul. 2022.

Waisbord, S. “Mob Censorship: Online Harrasment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism”. IN: **Digital Journalism**, 8:8, pp. 1030-1046, 24 de setembro de 2020.

Capítulo 3

Liberdade de expressão na retórica de grupos públicos bolsonaristas no Telegram

Adriano C. Brainer

Ivan Paganotti

Grupos de mensagem em aplicativos digitais tornaram-se nos últimos anos uma plataforma essencial para diversos atores procurarem e compartilharem conteúdos políticos em formatos que misturam gêneros informativos, opinativos e de entretenimento. Entre esses aplicativos, o Telegram tem se destacado por suas políticas bastante tolerantes quanto aos limites da liberdade de expressão, apresentando considerável resistência em colaborar com demandas judiciais e policiais de autoridades nacionais (Colomé, 2021). Junto à possibilidade de abrigar grupos massivos, com milhares de usuários, antes que esse formato de transmissão fosse adotado por outros aplicativos similares – como o WhatsApp –, esse aplicativo tem sido adotado por grupos da extrema direita, que buscam nesse espaço uma forma de difundir suas mensagens radicais sem as limitações temáticas e de escopo de seus competidores (Tunholi, 2021).

Nesse sentido, esta pesquisa procura compreender de que forma a justificativa de liberdade de expressão fundamenta uma comunicação focada no viés de confirmação, mas também no estímulo ao extremismo político ideológico, em grupos extremistas da direita no Telegram. A fundamentação

teórica está dividida em três grandes temas para o esclarecimento de seu propósito, a saber: (a) a esfera pública digital e a midiaticização como agente propulsor; (b) o modelo tradicional de tribos morais e como a digitalização impacta em novos formatos e novos valores sociais; e (c) o direito à comunicação e à liberdade de expressão sustentada por discursos ideológicos extremistas.

A metodologia adotada envolve a netnografia, termo cunhado por Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky e Schatz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio digital para “seguir os atores” (Braga, 2007, p. 05).

Foi realizada pesquisa empírica baseada na observação não participante, sem interação com o grupo supracitado. Foram acessados grupos públicos bolsonaristas na plataforma de mensagens Telegram, usando, para isso, uma conta sem identificação. O motivo se dá graças a dois principais pontos: a metodologia considera que a pesquisa visa exclusivamente grupos públicos, facilmente encontrados em buscas pela internet e no próprio aplicativo de mensagens, portanto, foi realizado um monitoramento manual dos dados e compreensão do objeto nos contextos do grupo/rede analisada, conforme defendem Garimella e Tyson (2018); o segundo motivador se desenvolve a fim de interpretar o ambiente hostil dirigido à pesquisa acadêmica, portanto, foi utilizada a metodologia defendida por Chagas, Modesto e Magalhães (2019), que consiste no modelo definido pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), denominada de pesquisa

“encoberta”, ou seja, sem explicitar essa finalidade no procedimento de coleta de dados, preservando assim a identificação dos pesquisadores envolvidos nessa coleta de dados.

Após a coleta dos dados, a análise seguiu o procedimento de inferência, que articula o texto e os fatores que determinam suas características. Bardin (1977) relaciona três etapas principais para este método: pré-análise, exploração do material, interpretação dos dados e inferência; para este estudo, utilizamos principalmente a inferência para análise, etapa relacionada à descrição e interpretação. Laville e Dionne (1999) explicam que, nesse método, não há regras formalmente definidas e que análise e interpretação se confundem muitas vezes.

Entre os objetivos desta pesquisa, destaca-se a necessidade de compreender de forma mais estratégica como a comunicação massiva digital, a partir de ferramentas de disparo de mensagens, pode impactar nos processos comunicacionais democráticos. A discussão, portanto, não está apenas em compreender como a mensagem surge e seus objetivos, mas principalmente agrupar, a partir de uma pesquisa aprofundada, de que forma se organizam e contribuem com a agenda pública oficial.

Assim, o *corpus* de mensagens consideradas neste trabalho foi analisado para avaliar de que forma esses grupos desenvolvem suas comunicações, compartilham, criam novas esferas públicas digitais e estabelecem, a partir de suas condições, diferenças consideráveis acerca da liberdade de expressão e, conseqüentemente, impactam os modelos tradicionais comunicacionais.

Graças ao baixo controle quanto à disseminação e propagação de notícias falsas, e para a geração de visões que corroboram com a lógica dos envolvidos (e seu viés de confirmação), grupos organizados, a partir do Telegram, utilizam a ferramenta de forma estratégica, criando, portanto, novas esferas digitais e tribos morais, impactando incisivamente nos modelos democráticos.

Com o desenvolvimento das premissas apontadas no capítulo, é possível elencar como esses ganhos se relacionam e interagem com aspectos sociopolíticos, aprofundando, portanto, o modelo comercial e de interação, além da construção de sociedades influenciadas pelo evento citado. É com essa base que buscamos discutir os pontos inerentes a temas caros sobre esfera pública digital e liberdade de expressão com seus limites (ou a falta deles) para a composição comunicacional que envolve sociedade, política e distribuição massiva de mensagens.

83

Interações sociais e debates políticos na esfera pública digital

A formação da esfera pública na internet passa por uma série de discussões, que se alicerçam nas teorias clássicas e se chocam com novos modelos de organização social, política e de comunicação. A noção de política está normalmente relacionada ao poder e direitos em nossa vida cotidiana, contudo, as mídias digitais possibilitam e criam novos entendimentos acerca desses contextos. Se, décadas atrás, sem a internet, o padrão de formação das esferas públicas passava predominantemente pela

Nara Lya Cabral Scabin [org.]

mídia hegemônica, hoje podemos identificar novos sentidos, em que a facilitação a partir da troca e do “compartilhar” se tornam mais evidentes.

Ao compreender de que forma as esferas públicas conectadas se desenvolvem e criam um novo arcabouço relacional e de impacto social, a partir da comunicação, três pontos podem ser observados nessa construção: a esfera pública e a internet; a validade dos assuntos na esfera pública, a partir da racionalidade de uma discussão, amparados nos conceitos levantados por Luís Mauro Sá Martino (2014); e o contexto de sociedade em rede com a reorganização da vida social, de acordo com Manuel Castells (2013). Com esses pontos, validamos uma visão imbricada com o que ocorre no dia a dia das mídias digitais como canais políticos: um poderoso e massivo dispositivo de criação de notícias e a formatação de um modelo de esfera pública digital que ultrapassa os critérios tradicionais antes impostos.

Portanto, busca-se compreender em quais condições a internet e suas mais variadas formas de comunicação podem ser um espaço de deliberação política e discussão de temas públicos. É inegável que, com o seu surgimento, a comunicação ganhou e se adaptou a nuances antes nunca vistas, como a polifonia e a descentralização dos meios de produção de comunicação, o surgimento/impulsioneamento de influenciadores digitais ou até mesmo a formatação de grupos imbuídos de configurar uma esfera pública que discorra sobre temas de interesse público.

Reforçando o conceito clássico de Jürgen Habermas (2003), Martino (2014, p. 90) destaca que a esfera pública “pode ser entendida como um espaço

de discussão e ação social formada na interação entre as pessoas”, “um local de conversas no qual assuntos de relevância para a cidade são debatidos, e também da tomada coletiva de decisões, a partir da troca de ideias entre cidadãos”. Esse espaço abstrato, formado na interação entre indivíduos, a partir de interesses em comum, configura-se como o campo de manifestação de ideias responsáveis pela formação da opinião pública: “assim, segundo o conceito clássico, a esfera pública é formada nos espaços públicos de discussão, e é povoada por ideias tornadas públicas a partir da sua divulgação” (Martino, 2014, p.92).

O ponto fundamental, nessa nova concepção, torna-se determinante quando os grandes conglomerados de mídias tradicionais são acompanhados, pressionados e até “substituídos” por big-techs, que entregam nas mãos dos usuários a possibilidade da produção e descentraliza o modelo tradicional, criando um novo embate entre discussões acerca do público e privado.

Como elemento-chave para a constituição de uma esfera pública, está a caracterização de um espaço de discussão de temas de caráter político, e não de um interesse simples e individual sobre um tema. Trata-se, portanto, da relevância social e política que um assunto desempenha dentro de uma democracia. A validade desse assunto passa por regras básicas que, segundo Martino (2014), devem seguir uma “racionalidade” com os seguintes pontos: (a) reconhecimento do interlocutor; (b) igualdade

de condições de participação; e (c) respeito às regras. Há, portanto, uma dimensão moral, que deve deixar claros os interesses, propostas e objetivos do cidadão ao participar de uma discussão pública digital.

Contudo, ao adentrarmos em grupos públicos com interesses em comum, essas discussões ganham outras conotações, podendo não apenas alterar a racionalidade da referida participação, como também criar um fluxo de mensagens que impactam e alteram de forma efetiva a vida pública social dos cidadãos, incluindo as questões que perpassam a vida cotidiana fora dos ambientes conectados.

Democracia de espectadores e neotribalismo

86

A comunicação descentralizada, focada em arcabouços mais complexos se comparada com os modelos tradicionais, vem impactando de forma incisiva modelos democráticos fragilizados, especialmente a partir de mensagens trocadas em plataformas que não possuem travas morais e legais de disseminação de conteúdos por parte de seus usuários. Esse campo fértil para a proliferação de conteúdos que complementam ambientes da comunicação tradicional ganha força ao analisarmos alguns fenômenos recentes de viralização digital.

Esse processo se torna ainda mais complexo ao avaliarmos a comunicação governamental “oficiosa” que, a partir de Jair Bolsonaro (PL) ocupando a Presidência da República entre 2019 e 2022, determinou uma série de modelos incomuns para criar formatos de emissão, meio e recepção para

seus adeptos, com um *modus operandi* que corrobora uma visão de desprezo e descrédito em relação às mídias tradicionais. A junção entre os novos formatos de mídia e seus impactos do ponto de vista moral e social, além da atuação de redes sociais, contribuem para que o modelo seja cada vez mais aceito por parte da sociedade, criando um novo jogo político com capacidade de alterar de forma eficaz os modelos tradicionais comunicação.

Estruturando um pensamento acerca da capacidade das novas mídias, deve-se entender o impacto da comunicação digital, no momento que essa inteligência coletiva age, não apenas por ideologias próprias, mas também com um maquinário de disparo de informações falsas. Tendo como base a teoria das neotribos de Michel Maffesoli (2014), é importante apontar como o desenvolvimento de narrativas afeta o modelo de comunicação atual nas redes sociais digitais.

Noam Chomsky (2019, p.13) critica a força política midiática que compõe a modernidade e cria uma sociedade controlada a partir de novas ideias (belicistas, no caso), em que “a propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes”. A reflexão do autor perpassa questões importantes sobre o que ele chama de “democracia de espectadores”, especificando que “numa democracia que funciona adequadamente existem dois tipos de cidadãos” (Chomsky, 2019, p.16). O primeiro tipo

seriam as classes especializadas, responsáveis por tomar as decisões e administrar o sistema político, econômico e ideológico; o segundo tipo seria a classe que contempla a maioria da população, denominada “rebanho desorientado” – nesse caso, seria papel dos da classe dominante desviar “sua atenção para outro assunto. Não deixem que se metam em confusão. Certifiquem-se que permaneçam, quando muito, espectadores da ação, dando de vez em quando seu aval a um ou outro dos verdadeiros líderes entre os quais podem escolher” (Chomsky, 2019, p.19). É salutar apontar que essas distrações fazem parte de discursos populistas apresentados na contemporaneidade, com um poderoso adendo: a capacidade de capilarização das redes sociais possibilita dar vozes estridentes para o citado rebanho desorientado.

Torna-se, portanto, um paradoxo, uma massa de pessoas com baixo poder de mudança, com exceção a momentos específicos, como as eleições, e a forte capacidade de criar e amplificar uma poderosa polifonia que mobiliza a esfera pública, seja para desmentir ou, ainda, para, de acordo com seus interesses, endossar determinado discurso. Além disso, no ambiente digital, a capilaridade também ocorre graças aos conhecidos bots, sistemas de disparo automatizado de mensagens em grande volume, que contribuem com a forte disseminação de desinformação.

Para que isso seja possível, a construção centrada no indivíduo ganha novos ares na pós-modernidade. Proposto na modernidade, a partir do

séc XVIII, o liberalismo foi centrado nos indivíduos que buscavam suas necessidades e se manifestavam livremente. Maffesoli defende que, na pós-modernidade, as atribuições coletivas se dão por interesses em comum, além da possibilidade de novos laços até então não considerados: “Se a modernidade pôde ser obnubilada pela política, a pós-modernidade poderia sê-lo pelo clã [...] poderíamos dizer que, na perspectiva individualista (e política), o genérico ‘é aquilo de que todos fazem parte, mais do que aquilo que é comum a todos’” (Maffesoli, 2014, p.185-186). Esse engajamento potente, criando factoides facilmente escalonáveis, não é uma exclusividade de governantes populistas pós-modernos, como afirma Mello (2020, p.22): “Na versão moderna do autoritarismo – em que governantes não rasgam a Constituição nem dão golpe de Estado clássicos, mas corroem as instituições por dentro –, não é necessário censurar a internet”. Esse grande fluxo de (des)informação gera um verdadeiro vale-tudo narrativo, mas contribui de forma efetiva com o modelo proposto por Maffesoli, em que o autor afirma que “a constituição de microgrupos, das tribos que pontuam a espacialidade se faz a partir do sentimento de pertença, em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação” (Maffesoli, 2014, p.250).

Tratamos, portanto, de um fenômeno importante do ponto de vista não apenas narrativo, mas de construção de sociedades e, conseqüentemente, de impacto comunicacional com valores compartilhados, contextos desviados que ganham relevância e uma

sociedade incapaz de absorver o alto volume de informações que lhe é entregue diariamente.

Nos discursos bolsonaristas, foco deste estudo, o conflito institucional ocorre quando a (des) informação é propagada em forma de comunicação oficial e rompe os parâmetros básicos da verdade, ocupando e criando um forte embate entre os campos institucionais, rompendo, portanto, com a premissa básica de uma comunicação oficial governamental. Assim, após a disseminação de uma mensagem “oficiosa” – nos discursos de improviso das lideranças, de cima para baixo, ou nas mensagens difundidas nas plataformas digitais, de baixo para cima –, agentes passam a disputar a narrativa: fontes oficiais precisam desmentir a informação, enquanto apoiadores insuflam uma horda de propagação da referida notícia falsa.

Análise da comunicação coletiva nas plataformas digitais

Face ao importante e considerável volume de conteúdos publicados e divulgados diariamente em grupos de mensagens, o escopo desta pesquisa foi delimitado para focar grupos públicos no Telegram, em específico, o denominado “Presidente Bolsonaro”, com monitoramento realizado durante março a junho de 2022, portanto, por 4 meses. O período se torna relevante, pois aponta essencialmente os principais temas polêmicos abordados pelos seguidores de Bolsonaro, englobando não apenas os aspectos inerentes às eleições presidenciais que viriam, mas

também a maior crise sanitária que o país viveu no último século, a pandemia de covid-19.

A fim de compor uma amostragem viável para elucidar os pontos delimitados, estabeleceu-se, além do prazo, um modelo prioritariamente qualitativo, focado nos temas primários e caros ao objetivo principal da pesquisa: avaliar o impacto da criação e disseminação de mensagens, tendo como base de consulta o aplicativo Telegram, e compreender, a partir da observação e do *modus operandi* do referido grupo, de que forma essa comunicação se desenvolve e se estabelece fora dos parâmetros tradicionais. Após a definição da abrangência e dos temas que deveriam ser observados, mais de 11 mil postagens foram analisadas, sendo que, destas, 300 foram analisadas detalhadamente, chegando a um *corpus* qualitativo de modelos principais que emolduram e embasam os aspectos persuasivos e concomitantes às necessidades exploradas (BRAINER, 2023). A leitura do referido levantamento foi feita através de celular próprio do autor, sem indicação ou ainda manifestação pública no grupo pesquisado. O método netnográfico “silencioso”, ou *lurking*, “ato de entrar em listas de discussão, fóruns, comunidades online, etc., apenas como observador, sem participação ativa” (Fragoso, 2011, p. 192) tornou-se prática nesta pesquisa graças aos motivos de segurança já apontados na introdução, considerando também riscos e vantagens possíveis desse modelo interacional.

Os grupos criados no Telegram e em outras redes de disparo em massa são extremamente

voláteis e não seguem uma regra clara quanto à sua criação ou descontinuidade. Ponto marcante ao entrar em uma dessas comunidades é o automático direcionamento para outras: a tentativa de expandir a rede se dá também na distribuição em outros canais que abordam, de modo geral, os mesmos temas e repercutem os mesmos conteúdos, mas ganham em capilaridade ao se “desmembrar” em mais de um.

Para justificar essa primeira observação, utilizamos a teoria de Gerlach (2001), denominada “SPIN cycle”, ou *Segmentary, Polycentric, e Integrated Networked*. A descoberta do autor se deu ao fim da década de 1960 ao estudar e examinar a estrutura de movimentos sociais, apontando que “o tipo de organização mais comum não era nem centralizada e burocrática nem amorfa, mas sim uma rede segmentária, policêntrica e integrada (acrônimo SPIN)” (Gerlach, 2001, p. 289, *tradução nossa*¹).

- Segmentado: composto por muitos grupos diversos, que crescem e morrem, dividem-se e fundem-se, proliferam-se e contraem-se.

- Policêntrico: ter líderes ou centros de influência múltiplos, muitas vezes temporários e às vezes concorrentes.

- Rede Integrada: formando uma rede solta, reticulada e integrada com múltiplos vínculos por meio de viajantes, membros sobrepostos, atividades conjuntas, material de leitura comum e ideais e oponentes

1. No original: “the most common type of organization was neither centralized and bureaucratic nor amorphous, but one that was a segmentary, polycentric, and integrated network (acronym SPIN)” (Gerlach, 2001, p. 289)

compartilhados. (Gerlach, 2001, p.289-290, *tradução nossa*²).

Esse modelo se encaixa no identificado nas redes bolsonaristas no Telegram, onde há constante movimentação, não apenas pela inclusão automática de usuários em outros grupos, mas também pelo estímulo e orientação para que isso ocorra. Nesse sentido, outro parâmetro relevante para essa análise envolve duas frentes que dialogam ao mesmo tempo em que se desenvolvem de forma segmentada/individualmente: o oficial e o oficioso. Enquanto canais oficiais de Bolsonaro registravam principalmente suas ações na presidência, apontando aspectos de gestão, o canal “presidente Bolsonaro” articulava-se em torno de comunicações oficiosas, poucas vezes reverberando o que seu líder propunha como “institucional”. O aspecto “segmentado” torna-se evidente nessa divisão:

Um SPIN típico é composto de segmentos semiautônomos. Novos segmentos são criados dividindo os antigos, acrescentando novos segmentos ou dividindo e adicionando novas funções. Os segmentos se sobrepõem e se entrelaçam de forma complexa, de modo que muitas pessoas são membros de vários segmentos ao mesmo tempo. Uma pessoa pode ser um líder em

2. No original: “Segmentary: Composed of many diverse groups, which grow and die, divide and fuse, proliferate and contract. - Polycentric: Having multiple, often temporary, and sometimes competing leaders or centers of influence. - Networked: Forming a loose, reticulate, integrated network with multiple linkages through travelers, overlapping membership, joint activities, common reading matter, and shared ideals and opponents.” (Gerlach, 2001, p. 289-290)

um segmento e um seguidor em outro (Gerlach, 2001, p. 290, tradução nossa³).

Ainda se abordarmos os aspectos oficiais/oficiosos, os grupos de Telegram, mesmo alinhados com uma evidente liderança oficial (no caso, Bolsonaro), reinterpretam, cada um a seu modo próprio, os sentidos do discurso desse grupo político, sem necessariamente depender de instruções ou da liderança clara de um dos seus membros.

No grupo pesquisado, não apenas o moderador possuía a liberdade em divulgar suas informações, como todos no grupo eram habilitados para tal. Entretanto, qualquer sinalização que pudesse transgredir as regras da comunidade era imediatamente delatada e punida com pronto banimento. Isso fica evidente no segundo ponto de destaque da teoria SPIN Cycle, o policentrismo:

Por policêntrico, quero dizer que esses movimentos têm muitos líderes ou centros de liderança e que esses muitos líderes não são dirigidos ou comandados por uma cadeia de comando sob um líder central. As lideranças, assim como os segmentos, não se organizam hierarquicamente; eles são “heterárquicos”. Eles não têm um comandante-em-chefe. Não há uma pessoa que possa reivindicar falar pelo movimento como um todo, assim como não há um grupo que represente o movimento. Inicialmente

3. No original: “A typical SPIN is composed of semiautonomous segments. New segments are created by splitting old ones, by appending new segments, or by splitting and adding new functions. Segments overlap and intertwine complexly, so that many people are members of several segments at the same time. A person may be a leader in one segment and a follower in another.” (Gerlach, 2001, p. 290)

denominamos esses movimentos de policéfalos, ou “muitas cabeças”, porque os movimentos que estudamos na década de 1960 tinham muitos líderes, e estes não eram organizados em uma cadeia hierárquica de comando (Gerlach, 2001, p. 294, tradução nossa⁴).

O oficial e o oficioso, neste caso, nunca se contrapõem. Ao contrário, mesmo com pautas distintas, a sua causalidade está exatamente no fato de que se complementam e sobrevivem a partir de suas construções individuais, mas cooperadas. Mesmo que as pautas não sigam uma mesma lógica, elas abordam de forma sistemática o mesmo objetivo, elencando, portanto, seus métodos e formato de produção. Nesse sentido, é possível compreender como discursos contraditórios – por exemplo, exigindo ruptura radical com o estado democrático, ou indicando que as falas golpistas não devem ser interpretadas literalmente, pois são somente bravatas ou chistes – podem circular entre esses grupos sem serem problematizadas; essa pluralidade se encaixa indiretamente na defesa da liberdade de expressão, foco da análise destes grupos.

Outro ponto que se faz importante notar é que o grupo estudado possuía como prioridade

4. No original: “By polycentric I mean that these movements have many leaders or centers of leadership, and that these many leaders are not ultimately directed or commanded through a chain of command under a central leader. The leaders, like the segments, are not organized in a hierarchy; they are “heterarchic.” They do not have a commander in chief. There is no one person who can claim to speak for the movement as a whole, any more than there is one group that represents the movement. Initially we termed these movements polycephalous, or “many headed,” because the movements we studied in the 1960s had many leaders, and these were not organized in a hierarchical chain of command.” (Gerlach, 2001, p. 294)

a repercussão de conteúdos produzidos em outros canais, também tratados aqui como oficiosos: sites de desinformação, outros canais do próprio Telegram, como já citado, e, de certa forma, com pouco espaço de debate.

Assim, apesar das perspectivas e temáticas aparentarem uma pluralidade nesses espaços digitais massivos, há reforço do fenômeno das “bolhas” (Farias; Cardoso; Nassar, 2020, p. 211) digitais que operam sob o viés de confirmação, reforçando perspectivas já assimiladas pelos integrantes desses grupos. O efeito disso, mesmo que não priorizado nesta pesquisa, fica evidente ao vermos as consequências da disseminação de discursos de ódio, a partir do estabelecimento de inimigos a serem combatidos entre os opositores desse movimento político.

Visões do bolsonarismo: antipetismo, conservadorismo e neoliberalismo

Em consonância com o observado por Messenberg (2019, p. 24), nas mensagens analisadas, foi identificada uma “cosmovisão” da direita brasileira elucidada a partir de diversos significados explorados posteriormente. O quadro abaixo, desenvolvido por Messenberg (2019), aponta o direcionamento pesquisado e, por conseguinte, desenvolvido a partir de outras peculiaridades, que foram observadas e captadas no período da pesquisa. Nota-se que as premissas estabelecidas seguem uma mesma lógica para a formatação comunicacional do grupo estudado, contemplando inequivocamente os mesmos padrões de construção semântica:

ANTIPETISMO	CONSERVADORISMO MORAL	PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS
IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA
Impeachment (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família Tradicional	Estado Mínimo
Corrupção	Resgate da Fé Cristã	Eficiência do mercado (privatização)
Crise Econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
	Combate à criminalidade /aumento da violência	Corte de políticas sociais
	Oposição às cotas raciais	

Quadro 1 – ideias-força da direita, segundo Messenberg (2019).
Fonte: Messenberg (2019, p. 29).

Elencando o modelo apresentado por Messenberg (2019), estabelecemos um novo quadro que contribui de forma complementar a um primeiro entendimento sobre a comunicação do grupo estudado: acrescentamos outros discursos fundamentais como “ideias-força” verificadas no grupo pesquisado: o (a) “inimigo antagônico” (CESARINO, 2019); (b) “ataques a adversários políticos”; (c) “cerceamento da liberdade de expressão”; (d) “resgate da fé cristã” (já elucidado no quadro original); e (e) “liberdade individual VS coletiva”, com a negação científica de cobertura vacinal, em especial graças à pandemia da covid-19. Temos, portanto, o acréscimo de quatro pontos que serão detalhados, mais a apropriação de um já existente e desenvolvido pela autora (Messenberg, 2019).

ANTIPETISMO	CONSERVADORISMO MORAL	PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS
IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA
Impeachment (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família Tradicional	Estado Mínimo
Corrupção	Resgate da Fé Cristã	Eficiência do mercado (privatização)
Crise Econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
Inimigo antagônico	Combate à criminalidade /aumento da violência	Corte de políticas sociais
Ataques a adversários políticos	Oposição às cotas raciais	Liberdade individual VS coletiva (antivax)
“Cerceamento” da liberdade de expressão		

Quadro 2 – Novas ideias-força (grifadas) acrescentadas aos eixos de Messenberg (2019).

Fonte: Adaptado de Messenberg (2019, p. 29).

Com isso, temos novos conceitos somados ao modelo pré-determinado, apresentando, na sequência, esse novo arcabouço da lógica comunicacional e do desenvolvimento de uma tribo direcionada a tais interesses, a partir das demandas do referido grupo bolsonarista:

a) Inimigo Antagônico: define-se por meios mais amplos do que apenas o verificado em conservadorismo moral e o anticomunismo. Aqui, todo e qualquer meio que não dialogue com a lógica do grupo está fadado a ser considerado inimigo direto. A fronteira antagonista amigo-inimigo (Cesarino, 2019) é comumente citada, tendo em vista o “sagrado”, seja em comentários ou ainda em vídeos falsificados.

b) Ataques a adversários políticos: ocorrem de diversas formas, mas também a partir do uso do humor, com memes ou figuras montadas depreciando seus inimigos.

c) Cerceamento da liberdade de expressão: o discurso parte da premissa da liberdade de expressão, mesmo que ela carregue em seu seio agressões e, conseqüentemente, crimes contra terceiros. Estipula-se uma falsa simetria “patrulhesca”, utilizando especialmente o Supremo Tribunal Federal como o principal executor do referido cerceamento.

d) Resgate da fé cristã: posiciona Bolsonaro como o único capaz de absorver e aderir ao apelo conservador (Deus, pátria e família), combatendo qualquer visão contrária ao modelo. É comum e constante a inclusão de trechos religiosos/bíblicos em meio às mensagens políticas. Também foram identificados conteúdos que caracterizavam Bolsonaro como o “enviado” de Deus e único capaz de manter o país dentro dessa dita “conformidade”;

e) Liberdade individual VS coletiva (antivax): a ideia de que vacinas, em especial as que combatem o novo coronavírus causador da covid-19, são letais ou fazem parte de um pacto para controle da população, possui grande espaço e destaque.

Com esses novos critérios, fica ainda mais evidente o que Sunstein (2001) classificava como “câmara de eco” (“echo chamber”, em inglês), em que as pessoas, com maior controle da reverberação de sua comunicação (mesmo que dependentes da

algoritimização das redes), acabam evitando contato com discursos políticos diferentes (Karlsen et al., 2017). Voltamos aos modelos já citados em que os usuários se relacionam com pares que vão endossar suas opiniões, reforçando o viés de confirmação. Mesmo cientes das mais variadas formas de analisarmos aspectos comunicacionais na esfera pública digital, continuaremos nos atendo ao modelo aqui defendido, em que a forma preponderante no grupo estudado configura a confirmação das opiniões de seus membros, reforçando o que já tratamos como um modelo de viés de confirmação.

Liberdade de expressão e controle da “censura” nos meios e na justiça

A comunicação caracterizada em grupos bolsonaristas nas redes sociais embute em suas linhas um arsenal de contextos que intensificam a necessidade de entender e diferenciar o oficial do oficioso. Ainda se considerarmos as características no discurso oficial, uma despreocupação deliberada com o padrão estético de linguagem deixou de ser sutil para se tornar um formato de comunicação, encabeçada e operacionalizada a partir de vociferações ou ainda na utilização do humor como mecanismo de viralização e validação. Scabin e Paganotti (2022) apontam que a utilização do dito “humor ofensivo” se tornou recorrente no período do governo de Jair Bolsonaro, e que o limite entre público e privado, ou ainda o entendimento por parte de grandes canais

jornalísticos (o chamado “jornalismo de referência”), se ampliou conforme esse *modus operandi* se tornou mais evidente. Essa forma de comunicar também é comum nas trocas entre usuários de aplicativos de disparo de mensagem. Um ponto se faz presente e ganha destaque: o questionamento ou defesa acerca de uma eventual liberdade de expressão, mesmo que isso transpasse não apenas o óbvio a não ser dito, mas também impugnando crimes, em muitos casos.

A Constituição Brasileira garante, em seu art. 220, voltado para a comunicação social, que “a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (art. 220). Reforça ainda que é “vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (art. 220, § 2º). E é nessa amplitude de alcance com uma forte desregulamentação da comunicação no país que discursos dos mais variados podem ser observados no grupo estudado, o que muitas vezes pode ser tratado como discurso de ódio (Rothenburg; Stroppa, 2015). Esse discurso, longe de ser algo novo, mas muito ampliado pela ausência clara de limites dos canais de divulgação e propagação de desinformação, pode ser tratado, segundo Brugger, como “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (Brugger, 2007, p. 118).

Firma-se, portanto, uma incongruência entre o devido (por lei) e o questionado (por atuação), que se alicerça no referido artigo constitucional para a realização de processos claros visando à desinformação e à captura de atenção do grupo em questão. O problema passa a ser mais enraizado a partir do momento em que esses discursos ferem de forma grave a integridade de outrem, em sua imagem e honra, por exemplo, além de corroborar com abalos sistemáticos nas teias democráticas e em seus alicerces. Outro fator preponderante e que complementa esse complexo amálgama de obrigações e direitos parte do Marco Civil da Internet no Brasil (Lei 12.965/2014), que não responsabiliza diretamente provedores de internet pela divulgação realizada por terceiros em casos de mensagens preconceituosas e/ou discriminatórias (Rothenburg; Stroppa, 2015).

A cruzada desses grupos passa também pelo momento em que se torna opaca a relação de liberdade de expressão e deveres dos referidos discursos, principalmente quando se percebe que o julgamento em torno da dita liberdade elege inimigos que justificam determinado impedimento para que esse processo ocorra de acordo com seus desejos. Para esses grupos, o direito à comunicação constitui, portanto, um contexto envolto de vantagens, mas com pouquíssimas obrigações, especialmente no que tange à divulgação de determinados discursos.

O conflito institucional, a partir dos discursos de Bolsonaro, ocorre quando a (des) informação é propagada em forma de comunicação oficial e rompe os parâmetros básicos da verdade, ocupando e criando um forte embate entre os campos institucionais e quebrando a premissa básica de uma comunicação oficial governamental. Assim, agentes contidos nesse campo passam a disputar a narrativa: os oficiais precisam desmentir a informação, e os apoiadores insuflam uma orda de propagação da referida notícia falsa. Toda essa disputa de campo e suas respectivas consequências puderam ser mais observadas no momento em que a ferramenta Telegram passa a correr riscos de banimento em território nacional, com o grupo se articulando para que outras formas de comunicação “sem censura” sejam adotadas pelos membros. Esse movimento é amparado no contexto anterior, em que um inimigo é estabelecido e busca-se alternativas para que a comunicação não deixe de existir.

Nota-se um discurso alinhado a alguns pontos importantes: indução e divulgação de maneiras alternativas de utilizar o Telegram por “proxys”⁵, mesmo quando o aplicativo é ameaçado de bloqueio; criação de contas em outras redes e divulgação para continuidade da comunicação; criação de outras redes para burlar a denominada

5. Termo utilizado para definir intermediários entre o usuário e o servidor. Assim, e com o uso sugerido, seria possível burlar, através de *proxys* um possível banimento da plataforma Telegram. Este foi um esforço contínuo do grupo estudado, tendo em vista a continuidade da comunicação e dos alicerces ali fundados.

“ditadura comunista”; preocupação com trâmites que correm na Justiça acerca de desinformação (as ditas *fake news*); e por fim, a defesa da liberdade e a conclusão de que vivemos em uma “ditadura” que impede o livre exercício de expressão.

À luz da análise deste tópico, percebemos os direcionamentos citados acima como a contextualização para que a comunicação do grupo se mantivesse ativa. A disputa de campos se torna ativa, e conseguimos analisar quão organizados são os grupos. Mensagens analisadas nesta pesquisa indicam “Aplicativos similares ao Telegram”, “como contornar o bloqueio da ditadura comunista”; também listas com diversas outras redes (inclusive oficiais) como Twitter, Instagram e Tiktok são divulgadas de forma a manter seus usuários ativos e “informados” (Figura 1). Mensagens trocadas em 30 de março de 2022 estimulavam os participantes do grupo a reeleger Jair Bolsonaro com esse meio/objetivo comunicacional de forma explícita: “podem nos expulsar do face e de todas as redes sociais. Vamos eleger o Mito por telepatia, fumaça, tambores. Se bobear reativamos o fax, telex, telegrama, pombo correio, etc.” (Figura 1). Outro conteúdo justificava o possível banimento da rede no Brasil elencando comparativamente as redes do então presidente com as redes sociais de Lula, apontando números maiores de Bolsonaro e apontando este dado como o motivo para o bloqueio.

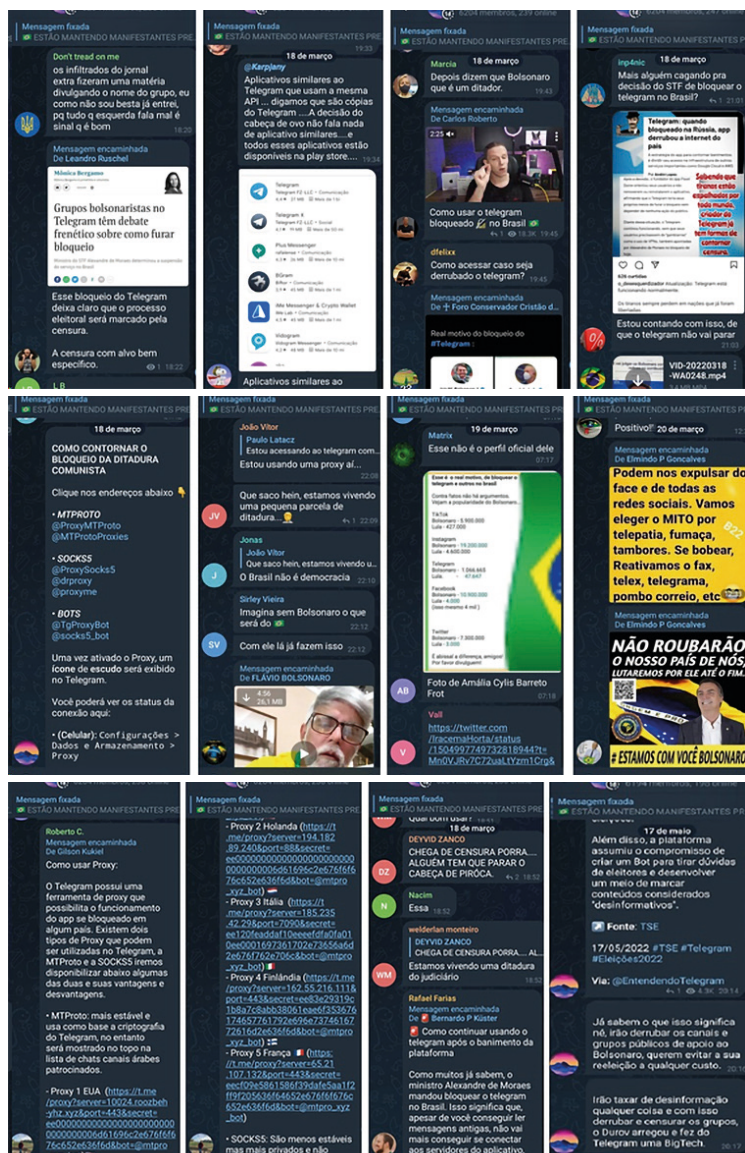


Figura 1 – Mensagens do grupo Presidente Bolsonaro no Telegram entre março e maio de 2022 com as temáticas censura e liberdade de expressão.

Fonte: Captura de tela do Telegram (Brainer, 2023, p. 74-76).

Destacam-se também algumas mensagens, sem a discussão necessária, apontando o Projeto de Lei (PL 2630/2020), que “institui a Lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet” (Câmara dos Deputados, 2020, n./p.), como o mecanismo de censura que se estabeleceria a partir de uma regulação mínima.

A “defesa da liberdade”, difundida pelo grupo, reforça novamente os aspectos prioritários na comunicação do grupo estudado, que é a manutenção de espaços sem nenhum tipo de crivo legal que impeça e cerceie desinformação. Mesmo o administrador da página afirmou em determinado momento como o “Telegram cedeu covardemente ao sistema”: “já sabem o que isso significa né, irão derrubar os canais e grupos públicos de apoio a Bolsonaro, querem evitar a sua reeleição a qualquer custo. Irão taxar de desinformação qualquer coisa e com isso derrubar e censurar os grupos, o Durov arregou e fez do Telegram uma Big Tech” (Figura 1).

Vale pontuar que diversos grupos que serviam de fonte de informação para o grupo estudado, de fato, foram excluídos no decorrer da pesquisa, mesmo que o bloqueio total e a exclusão de canais que propagam desinformação nunca tenham sido realizados no período em que o estudo foi efetuado.

Considerações finais

A pesquisa buscou no decorrer de dois anos e com um recorte específico elucidar como

a comunicação digital contribui e oficializa, politicamente, novos modelos de se pensar a sociedade e a esfera pública e, neste caso, apontar o modelo proposto pelo grupo estudado quanto às questões envolvendo liberdade de expressão. Em nenhum momento tivemos como objetivo criar grandes amostragens de posts, ou ainda realizar uma pesquisa com viés mais semiótico, por exemplo; contudo, percebemos que o volume e a riqueza de informação disponibilizada oferecem não apenas uma leitura, mas dezenas delas para que possamos compreender um pouco melhor esse movimento.

Voltando-se para os resultados aqui estabelecidos, torna-se evidente a quebra do modelo tradicional quando tratamos de esfera pública. O modelo que determina não apenas a troca como também a intersecção de ideias para se transformar em opinião perde força. Essas opiniões já vêm prontas, empacotadas e diagramadas com conteúdos que apenas contribuem com o viés de confirmação do grupo e com o afago a mentes e opiniões que não serão alteradas, independente do volume de mentiras ali propagadas.

Cabe ressaltar que ao pensarmos nos modelos tradicionais de comunicação, em que os meios eram controlados por grandes conglomerados, com seus respectivos interesses editoriais, políticos e econômicos, a internet trouxe a falsa impressão de que essa hegemonia fosse quebrada. As Big Techs cumprem com o mesmo papel, oferecendo ao usuário um bálsamo capaz de fazê-lo crer que

sua livre expressão não capitaliza essas gigantes da tecnologia. Leda ilusão – afinal, é justamente neste volume desenfreado de informações que o capitalismo simbólico, isto é, os dados, oferecem a hegemonia e o controle para essas redes.

O que se percebeu após dois anos de imersão no grupo estudado é que existe forma, método, modelo e periodicidade no sistema de comunicação bolsonarista. Sem esses pontos, dificilmente uma comunicação digital ganha força, justamente por competir com milhões de conteúdos todos os dias, distribuídos nas mais variadas redes disponíveis. Fez-se também presente, uma abordagem “customizada” sobre liberdade de expressão, que exige, mas não cumpre com as obrigações estabelecidas constitucionalmente. Vale ressaltar que se fazem necessários também dois aprofundamentos que não obtiveram espaço nesta pesquisa: o efeito que essa comunicação causa no tecido democrático e os efeitos de propagação de grupos extremistas que bebem dessas fontes para se insuflar e cometer ataques golpistas contra o Estado ou ainda contra adversários políticos.

Ademais, e voltando-nos novamente para os resultados apresentados nesta pesquisa, compreendemos também a limitação dos dados coletados e a forma como isso se desenvolveu. Por se tratar de um método manual, sem nenhum tipo de suporte/aparato tecnológico massivo para coleta, separação e compreensão dos conteúdos, acreditamos que outras formas de captação e análise

podem contribuir não apenas com a possibilidade de estudar um volume maior, mas com aberturas ainda mais precisas e concretas sobre o tema aqui delimitado.

Percebe-se, portanto, um assunto relevante e com inúmeras possibilidades de desdobramentos. O que se apresentou claro nesta pesquisa, especificamente, é a capacidade da criação de uma esfera digital sem as regras do modelo tradicional e a constituição de novas tribos morais, que, conforme Maffesoli (2014) aponta, surgem a partir do declínio do individualismo nas sociedades de massa e são desenvolvidas a partir de uma sucessão de nós “que constituem a própria substância de toda socialidade” (Maffesoli, 2014, p. 250).

Se esgotar na ação, contudo, e considerando a pesquisa realizada, não se mitiga nem desaparece, apenas ganha outros rótulos que sempre buscarão driblar regras e leis estabelecidas para a manutenção de uma sociedade minimamente saudável quanto ao seu consumo comunicacional. Cabe notar que essa comunicação é amálgama, desterritorializada e descentralizada, fato também que não impede a aglutinação em torno de ideias e metas estabelecidas pelo todo.

Estudos sociológicos, antropológicos e etnográficos concomitantes à comunicação também se fazem cada vez mais necessários para compreendermos – ou atenuarmos – os efeitos que esse modelo proporciona. O inimigo estabelecido, as normas individuais impostas ao coletivo,

graças aos modelos de doutrinação e controle que foram percebidos e terão cada vez mais espaço nesse arcabouço digital que a comunicação está entrelaçada.

Portanto, entendemos se tratar de um longo caminho para uma melhor compreensão e atuação legal sobre essas forças, independente do lado e das motivações. A comunicação social e o direito a ela devem ser garantidos em comunidades livres e democráticas, mas o modelo também pode se tornar cada vez mais seu calcanhar de Aquiles para o desenvolvimento de sociedades mais justas.

Referências

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

Braga, A. Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica. In: 16º Encontro Anual da Compós, 2007, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2007. Disponível em: <proceedings.science/compos/compos-2007/trabalhos/ usos-e-consumos-de-meios-digitais-entre-participantes -de-weblogs-uma-proposta-me?lang=pt-br>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Brainer, A. C. **A esfera pública digital e o papel do Telegram na construção de novas tribos morais**. 2023. 98 folhas. Dissertação (Comunicacao Social) – Universidade Metodista de Sao Paulo, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: <tede.metodista.br/jspui/ handle/tede/2283>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Brugger, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio?

Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Trad. Maria Angela Jardim de Santa Cruz Oliveira. **Revista de Direito Público**, v. 15 n. 117, jan./mar. 2007. Disponível em: <portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/521/919>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Câmara dos Deputados. **PL 2630/2020**. Inteiro teor. Projeto de Lei. Disponível em: <camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Castells, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013.

Cesarino, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <revistas.usp.br/ra/article/view/165232/15842>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Chagas, V.; Modesto, M.; Magalhães, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, n. 14, 2019. Disponível em: <portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10374>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Chomsky, N. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

Colomé, J. P. Por que o telegram é tão popular nas antigas repúblicas soviéticas. **El País**, 26 maio 2021. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2021-05-26/por-que-o-telegram-e-tao-popular-nas-antigas-republicas-sovieticas.html>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Farias, L. A., Cardoso, Ivelise A. Nassar, P. Opinião pública: impactos da revolução digital na era da pós-verdade. In: Farias, L.A.; Lemos, E.; Rebechi, C. N. (orgs.) **Opinião**

pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas. São Paulo, SP: Abrapcorp, 2020. Disponível em: <portal.abrapcorp2.org.br/livros-abrapcorp/Livro_Opiniao-Publica.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Fragoso, S. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Garimella, K.; Tyson, G. Whatapp doc? a first look at whatsapp public group data. In: **Proceedings of the international AAAI conference on web and social media**. Palo Alto: Stanford University, 2018.

Gerlach, L. The structure of social movements: environmental activism and its opponents. In: Arquilla, J., Ronfeldt, D. **Networks and netwars**: The future of terror, crime, and militancy. Washington: Rand, 2001.

Habermas, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Karlsen, R.; Steven-jonhseen, K.; Wolleback, D.; Enjolras, B. Echo chamber and trench warfare dynamics in online debates. **European Journal Communication**, vol. 32, n. 3, p. 257-273, 2017. Disponível em: <doi.org/10.1177/0267323117695734>. Acesso em: 30 set. 2023.

Laville, C.; Dionne, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Maffesoli, M. **O Tempo das Tribos**. Rio de Janeiro: Forense. 2014.

Martino, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, Ambientes, Redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

Messenberg, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In Freixo, A.; Pinheiro-Machado, R. (orgs) **Brasil em transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 25-49.

Rothenburg, W. C.; Stroppa, T. Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. In: **Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/6-21.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Scabin, N. L. C.; Paganotti, I. Humor ofensivo em estratégias defensivas: comicidade incômoda na retórica política bolsonarista. In: 31º Encontro Anual da Compós, 2022, Imperatriz. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/humor-ofensivo-em-estrategias-defensivas-comicidade-incomoda-na-retorica-politic?lang=pt-br>. Acesso em: 30 set. 2023.

Sunstein, C. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Tunholi, M. Telegram é o app que ganhou mais usuários em 2021, e CEO comemora. **Tecnoblog**, 13 de dez. de 2021. Disponível em: <tecnoblog.net/noticias/2021/12/14/telegram-e-o-app-que-ganhou-mais-usuarios-em-2021-e-ceo-comemora>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Parte II

Necropolítica, misoginia e violências contra a comunicação



Capítulo 4

“O destino de todo mundo”: análise da recepção do público bolsonarista ao jornalismo televisivo sobre a pandemia de covid-19

Natalia Reis Gomes

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, a interdisciplinaridade nos estudos dos media levou a um aumento no valor dado às análises da audiência. Aos poucos, conceitos como os de Adorno (1982), de que os espectadores são passivos, sendo objetos e não sujeitos da indústria cultural, foram dando espaço às teorias de que todo contato é mediado desde a sua produção (Basilio; Moreno; Barrére, 2013) tendo como parte do processo a produção de sentidos por parte do público receptor (Kucinski, 2012). Nestas, para uma análise profunda das audiências, é preciso considerar que a base de toda ação midiática é o público receptor dos esforços comunicacionais e das mensagens (Rocha, 2011). Por isso, mais do que uma percepção isolada das partes, os olhares sobre as audiências buscam perceber a funcionalidade do processo comunicacional (Jenkins, 2009) e os hábitos dos receptores/telespectadores frente às mídias (Cohen; Schmidt, 2013). O filósofo Jesus Martin Barbero afirma que “a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro de

comunicação”. (Barbero, 1995, p. 40). Uma análise da audiência pode proporcionar um panorama complexo de análise e prospecção (Jenkins, 2009), sendo o receptor visto como a ponta última da cadeia de comunicação e, por isso, fonte de estudo (Berlo, 1999).

O uso dos meios de comunicação digital na busca de notícias, em especial nas redes sociais, estabeleceu novos comportamentos de consumo de informação (Arnaut, 2011; Jost, 2012). Forneceu aos consumidores de notícias um maior controle sobre seu consumo, abandonando papéis passivos (Harrison; Waite; Hunter, 2006). Para Bourdieu (1997), o acesso à televisão tinha como contrapartida a censura, pois “o assunto é imposto, as condições da comunicação são impostas” (Bourdieu, 1997, p. 19). Esse momento de força do jornalismo televisivo, para Safatle (2012), correspondia à ética da convicção perpetuada por décadas, em que o indivíduo era convocado a consumir os mesmos produtos jornalísticos prontos com valor de verdade e a partir da identificação e celebração de valores comuns. Para o autor, com o crescimento do consumo online de notícias, entramos em uma nova etapa da comunicação pela ética do cinismo (Safatle, 2012), em que as instituições tradicionais são descredibilizadas e vistas como instâncias incapazes de representar a realidade. Essa teoria reafirma conceitos anteriores de que as mediações na comunicação “provêm as constrações que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (Barbero, 1987, p. 233), tendo assim o receptor uma capacidade de resistência em

relação às mídias. Sendo ou não as consequências esperadas, esse fenômeno confirma o sujeito receptor enquanto social, cultural e político.

O cinismo, comunicação e participação política

O processo de emancipação na recepção de notícias se deu pelo crescente consumo de notícias online, que frustrou a expectativa de um engajamento do trabalho intelectual de resistência à mídia que acompanharia o processo emancipatório, apontado por Schroder (1987) e o surgimento de problemáticas como as bolhas sociais online, as *fake news* e a pós-verdade. A busca dos consumidores de jornalismo online exclusivamente pelas notícias “que reforçam suas ideias preconcebidas” (Kakutani, 2018, p. 17) abriu precedentes para o uso da negatividade da “ironização absoluta das condutas” (Safatle, 2007, p. 36) quando colocado frente a frente com realidades que o desagradam, abrindo aos sujeitos “a possibilidade de mostrar que esta realidade não pode ser tomada a sério, devendo a todo momento ser invertida e pervertida” (Safatle, 2012, p. 37). Dentro desta lógica, esse sujeito nunca se vê como implicado nos mecanismos por ele ironizados.

Para Loureiro e Casadei (2019), na recepção dos conteúdos noticiosos televisivos contrários aos da bolha do receptor, os

[...] afetos positivos e negativos se combinam na ironização da grande imprensa como

uma estratégia de convocação ao consumo das *fake news* – afetos esses que são distribuídos de uma forma específica na narrativa e que reposicionam os detentores do saber sobre em uma dada estruturação noticiosa” (Loureiro; Casadei, 2019, p. 16).

Como explica Ferrari (2018, p. 62), as notícias falsas só existem “porque as pessoas precisam de notícias, verdadeiras ou não, para alimentar as próprias certezas”. Por isso, o surgimento das bolhas sociais facilita tanto a propagação de notícias falsas quanto a ironização, o cinismo e a descrença frente ao jornalismo tradicional.

118

A crise na credibilidade das instituições de jornalismo ganhou força não apenas pelo fato de os usuários preferirem interagir com informações que reforcem suas próprias convicções (Wolton, 2000), mas, em grande parte, pela questão dos afetos envolvidos na política e em suas narrativas que centram não no acontecimento, mas sim, na emoção e nos valores que muitas vezes não possuem nenhum fundo de real (Rego, 2019).

Parikh (2012) aponta para um processo de conversão de políticos em celebridades, ideias políticas em produtos midiáticos e comunicação política, em *showbusiness*. Outros pesquisadores como Santos Junior (2014; 2016), Van Zoonen (2004) e Wilson (2011) também analisam a existência de uma corrente entre pessoas que se comportam no ambiente online de modo muito semelhante aos fãs de cultura pop ou de esportes quando o tema é

política. Esse comportamento fanático é marcado pela criação de conteúdo para a internet, dinâmicas e debates com forte engajamento afetivo, disputas entre grupos rivais e diferenças entre comunidades interpretativas (Santos Junior, 2016). A busca por uma recompensa social dentro de uma comunidade específica (Recuero, 2012), além de um apelo a um contrapoder de informação advindo da sociedade civil (Castells, 2015) desprovido da emancipação deste grupo pela racionalidade, levou ao fortalecimento de discursos passionais, deslocamentos do signo da justiça e legitimações de um ódio “não somente irracional, mas muito mais antirracional” (Hoepfner, 2017, p. 41). Neste capítulo, abordo o bolsonarismo enquanto *fandom* político.

Para Gomes (2011), é preciso ter cautela em relação à hipótese de que toda participação política é boa por si só, pois a descentralização da informação online – devido à ascensão dos meios de comunicação alternativos e independentes que a internet propiciou – abriu espaço para canais de informação com uma agenda deliberadamente política na qual os “compromissos propagandísticos e ideológicos suplantam qualquer compromisso de informação factual” (Perosa, 2017, p. 22). Cidadãos hostis à deliberação permitem o desenvolvimento de interações políticas que podem levar a práticas antidemocráticas (Dahlberg, 2001). A resolução de problemas que atravessam uma perspectiva social exige uma racionalidade deliberativa (Marcus, 2002), porém, no comportamento de fãs dentro dos *fandoms*

(grupos de apoiadores fanáticos de um político), os afetos intensos de emoção e passionalidade e a esfera pessoal do indivíduo impactam os conteúdos políticos. Especificamente quanto ao bolsonarismo nas redes sociais, segundo Dalmonte e Souza (2019, p. 240), os fãs de Bolsonaro “se dispõem a aceitar algumas regras das instâncias oficiais e instaurar outras formas de vigilância no intuito de proteger o produto admirado, distribuindo reconhecimento e benesses aos que compartilham de suas posições e punindo aqueles que discordam”.

Para Safatle (2015, p. 12), o cinismo é a “categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”. Este capítulo aborda o cinismo enquanto modo de socialização e de funcionamento da linguagem, a partir dos ordenamentos e dos processos de interação social, enquanto negação da realidade. As mutações nas formas como a audiência lida com as notícias são consequências das mudanças nos meios de comunicação, que “contribuiriam para a redução na qualidade da tomada de decisões” (Miguel, 2008, p. 266), dado que a “mídia que impulsiona uma postura cínica do público” (Miguel, 2008, p. 257). A pós-verdade, as *fake news* e as bolhas são assim consequências de uma nova ética no lidar com a realidade e, conseqüentemente, com as notícias, bem como resultado das transformações materiais e do trabalho, pois “o capitalismo nada oferece a crer, o cinismo é sua moralidade” (Lyotard, 1980, p. 16).

A partir desta base teórica, em especial, considerando os pressupostos éticos e o conceito de cinismo apresentados por Safatle no livro “Cinismo e falência da crítica” (Safatle, 2015) e com a observação prévia de uma corrente de resistência às medidas de confinamento relacionadas à pandemia de covid-19 pelos grupos bolsonaristas, essa pesquisa analisou processos de construção discursiva cínica entre o público autodenominado bolsonarista do interior do estado de São Paulo em relação às representações jornalísticas da mídia televisiva sobre a crise gerado pelo coronavírus no Brasil.

Metodologia

Gondim (2003) enxerga que a opção por uma abordagem qualitativa em uma pesquisa exprime a busca pela compreensão de uma realidade particular e uma autorreflexão emancipatória, pois o conhecimento do mundo não deve ser um fim em si mesmo, e há a convicção “de que o pesquisador assume uma posição crítica, mas não consegue se desvencilhar do fato de que está implicado no processo de investigação” (Gondim, 2003, p. 150). Existe, assim, uma diminuição da distância entre a produção e a aplicação do conhecimento, bem como o aumento de comprometimento do pesquisador com a transformação social.

Para Ruótolo (1998, p. 159), o foco de análise dos estudos de audiência e recepção não é “pura composição ou o tamanho da audiência, mas sim as respostas que os indivíduos dão ao conteúdo

da comunicação”. O grupo focal é um grupo de “discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade” (Gomes; Barbosa, 1999, p. 1). É também um recurso para compreender o processo de construção de atitudes, percepções e representações sociais de grupos humanos (Veiga; Gondim, 2001). Isso explica a escolha por esse método qualitativo, pois, sob a perspectiva teórica de Beltrão (1980), a análise empreendida nestas pesquisas não tem como objetivo ser uma análise massiva, mas sim, específica de um grupo – no caso do nosso estudo, os bolsonaristas. Morgan (1997) define “grupos focais” como uma técnica que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador de forma a trazer à tona aspectos que não estariam acessíveis sem essa interação no grupo. Pretendi observar e comparar os comportamentos e respostas, sendo o nível de análise o do indivíduo no grupo (Gondim, 2003).

Nosso *corpus* e também nosso objeto empírico são o material que foi recolhido dentro das interações dos grupos focais, ou seja, as respostas do grupo de autodeclarados bolsonaristas em relação à crise do coronavírus no Brasil a partir da visualização de conteúdos noticiosos televisivos. Foram entrevistados 19 participantes, em quatro grupos focais, convidados a participar de forma voluntária por um convite dentro de um grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro do Telegram da cidade de Marília, no interior do estado de São Paulo. Os grupos foram formados por

participantes de ambos os sexos e com idades entre 22 e 72 anos de idade. O grupo, heterogêneo com relação a idade, gênero e formação acadêmica, visou a analisar os apoiadores de Bolsonaro enquanto grupo em suas similaridades de discurso. A tabela abaixo mostra a composição etária de cada grupo:

GRUPO FOCAL A
Participante 01: Sexo Feminino (41 anos) Participante 02: Sexo Masculino (22 anos) Participante 03: Sexo Masculino (47 anos) Participante 04: Sexo Masculino (22 anos) Participante 05: Sexo Feminino (72 anos) Data da entrevista: 04 de maio de 2020
GRUPO FOCAL B
Participante 01: Sexo Feminino (35 anos) Participante 02: Sexo Masculino (42 anos) Participante 03: Sexo Masculino (26 anos) Participante 04: Sexo Masculino (27 anos) Data da entrevista: 05 de maio de 2020
GRUPO FOCAL C
Participante 01: Sexo Masculino (22 anos) Participante 02: Sexo Feminino (42 anos) Participante 03: Sexo Masculino (63 anos) Participante 04: Sexo Masculino (39 anos) Participante 05: Sexo Masculino (29 anos) Data da entrevista: 05 de agosto de 2020
GRUPO FOCAL D
Participante 01: Sexo Masculino (42 anos) Participante 02: Sexo Masculino (25 anos) Participante 03: Sexo Feminino (39 anos) Participante 04: Sexo Masculino (38 anos) Participante 05: Sexo Masculino (30 anos) Data da entrevista: 06 de agosto de 2020

Tabela 1 – Composição de gênero e etária dos grupos focais.
Fonte: Elaboração da autora.

O recurso tecnológico empregado foi a entrevista por vídeo via aplicativo Zoom, cujo link de convite foi enviado exclusivamente aos participantes que se voluntariaram a participar do estudo. Antes de cada entrevista, o objetivo da pesquisa foi explicado, e cada participante foi convidado a dar ou não consentimento sobre o uso de suas respostas de forma anônima nesta pesquisa. As características do moderador foram de não-diretividade, fazendo perguntas abertas apenas para manter o fluxo do diálogo entre os voluntários. As perguntas que poderiam ser feitas durante a conversa foram: (a) O que você sentiu ao assistir à reportagem?; (b) Você sente medo das consequências da não política de isolamento social no Brasil?; (c) Qual seu grau de confiança na mídia brasileira tradicional?; (d) Qual seu grau de confiança na OMS?; (e) Qual seu grau de confiança em Jair Bolsonaro?; (f) Quais fontes acredita serem confiáveis para se informar sobre as questões do coronavírus no Brasil?; e (g) Quais fontes você utiliza para se informar?

A escolha por dois períodos diferentes para cada grupo de entrevistas se deu pela necessidade de verificar se o avanço da pandemia e do número de mortes modificaria ou alteraria os discursos sobre a pandemia. No momento das entrevistas com os primeiros grupos focais nos dias 4 e 5 de maio de 2020, o número de óbitos diários pela covid-19 no Brasil eram de 316 e 571 mortes, respectivamente (Dong; Du; Gardner, 2020). No momento das duas últimas entrevistas com os grupos focais C e D, o

número de mortes diárias registradas no Brasil foi de 1.226 (Dong; Du; Gardner, 2020).

A mídia televisiva escolhida foi o jornalismo da TV Globo, sendo duas reportagens do programa *Fantástico*. Os seguintes vídeos foram compartilhados com os participantes no início da sessão pelo aplicativo Zoom: “Manaus vive cenário de caos nos hospitais e nos cemitérios por causa do coronavírus” (disponível em: <globoplay.globo.com/v/8511008>); “Coronavírus: Ceará registra recordes de mortes em um único dia” (disponível em: <globoplay.globo.com/v/8511492>); e “Pandemia de coronavírus dificulta despedidas de famílias no maior cemitério de São Paulo” (disponível em: <g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-dificulta-despedidas-de-familias-no-maior-cemiterio-de-sp.ghtml>). Após a visualização desses vídeos, dentro do grupo, os participantes foram convidados a voluntariamente se pronunciarem com relação às notícias e estimulados a comentarem sobre os conteúdos apresentados. As entrevistas focais tiveram uma duração média de uma hora por grupo.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar as tendências da audiência bolsonarista enquanto público de informação noticiosa e suas reações emocionais frente às reportagens sobre a crise da pandemia de covid-19 no Brasil. O percurso das entrevistas visou a sondar sobre o público dos meios de comunicação no consumo de informação e conteúdo, razão pela qual a análise dos resultados

pretende verificar, em relação aos processos e conteúdo das respostas dos participantes dos grupos focais, as oposições, convergências e os temas centrais de argumentação intra e intergrupar, bem como o uso ou não de discursos vinculados à ética cínica de ironização absoluta (Safatle, 2015).

Análise das entrevistas

A análise das entrevistas com os grupos focais visou a perceber padrões e repetições de temas vinculados à descrença na mídia tradicional brasileira, bem como semelhanças nos padrões de comportamento dos participantes na forma como lidam com as notícias sobre a crise do coronavírus. A escolha pelo debate sobre notícias vinculadas à pandemia de covid-19 se justifica por todo o programa filosófico relevante ser solidário de um “acontecimento histórico que força o pensamento a reconstruir quadros conceituais”, sendo o “espanto diante do acontecimento que nos leva a pensar” (Safatle, 2015, p. 186).

Para uma melhor visualização dos resultados, foram agrupados trechos das entrevistas com as seguintes temáticas: descrença na mídia brasileira e nos números de mortes geradas pelo coronavírus no Brasil; uso das redes sociais e da internet como ferramenta para se informar; confiança no Bolsonaro e na Organização Mundial de Saúde; opiniões sobre a política de confinamento e distanciamento social; e práticas discursivas cínicas.

(1) Descrença na mídia brasileira

O primeiro padrão percebido entre os discursos dos participantes foi a descrença na mídia tradicional. Isso é resultado de um processo longo de descrença em relação aos discursos de poder advindos de uma desconfiança generalizada, que, “aliás, inclui o próprio discurso da mídia” (Miguel, 2008, p. 268). Por isso, cresce a tendência de seleção do que é ou não aceito como verdadeiro, dependendo da audiência. A tabela abaixo mostra exemplos de afirmações dos participantes dos grupos focais sobre a mídia brasileira:

“O jornalismo de forma geral no Brasil perdeu aquela coisa de realmente informar, virou um entretenimento” (Participante 03 – Grupo Focal B)
“Algumas emissoras, principalmente a rede Globo, ela mostra sempre o lado ruim” (Participante 02 – Grupo Focal C)
“A mídia, 50% não é verdadeira” (Participante 02 – Grupo Focal C)
“Tudo que é dito na midia não é 100% confiável” (Participante 03 – Grupo Focal C)
“Eu confiava nas midias, mas eu creio que todo mundo puxa pra um lado” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“Eu tive uma namorada que ela era contratada por um órgão do governo para falar mal de um determinado partido, ela ganhava cinco mil reais por mês, ela era jornalista” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“Sei que a maioria das coisas são mentira, infelizmente” (Participante 04 – Grupo Focal C)

Tabela 2 – Opiniões dos participantes sobre a mídia brasileira.
Fonte: Elaboração da autora.

(2) Descrença no Jornalismo da Rede Globo

Sobre a descrença no jornalismo da Rede Globo, foi unânime a percepção de uma posição de imparcialidade por parte do canal, com palavras como “mentirosa”, “manipuladora” e “lixo”, sendo usadas para descrever o canal. Um discurso muito utilizado foi o de que a emissora cria medo e pânico nos telespectadores, como se vê, por exemplo, na frase dita pela Participante 01 do Grupo Focal B: “Se você assistir a Globo sem os EPIS necessários você morre durante a reportagem”. “EPIS” é a abreviatura de “equipamentos de proteção individual”, e a frase faz referência ao suposto perigo que as pessoas sentem ao assistir as reportagens da Globo. Abaixo, segue a tabela com exemplos de afirmações feitas pelos participantes sobre a Rede Globo:

“A Globo para mim é uma mídia mentirosa” (Participante 04 – Grupo Focal A)
“A Globo é um verdadeiro terrorismo, mostra coisas horríveis e eu não acredito na Globo porque eles mentem muito” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“Tudo que eu vejo através da Globo eu tenho um pé atrás, porque eu sei que as notícias podem ser manipuladas” (Participante 02 – Grupo Focal A)
“Não confio na Globo nem um pouquinho” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“A Globo pra mim é o lixo” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“Globo não existe para mim” (Participante 04 – Grupo Focal A)
“hoje se você conversa com dez pessoas, as dez não confiam na Globo mais” (Participante 03 – Grupo Focal C)

“eu cheguei a ver por exemplo uma pessoa que era contratada pela Globo para se passar que era entrevistada e cada hora ela tinha uma roupa diferente, uma opinião diferente e era a mesma pessoa, que era contratada realmente” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“eu acho um lixo a reportagem da Globo, sensacionalismo é pouco” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Rede Globo confiança nenhuma” (Participante 04 – Grupo Focal D)
“A Globo é muito mentirosa, só falta falar que o coronavírus foi o Bolsonaro que trouxe para o nosso país” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“A Globo está direcionando todas suas reportagens com cunho político e é uma falta de respeito exacerbada” (Participante 02 – Grupo Focal A)
“A Globo manipula demais as coisas, tudo por audiência e outros motivos, motivos políticos” (Participante 03 – Grupo Focal A)
“Se você assistir a Globo sem os EPIS necessários você morre durante a reportagem” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Tem muita mentira no meio da Globo, eu não consigo mais acreditar no que a Globo fala, tudo é contra o Bolsonaro” (Participante 04 – Grupo Focal A)
“Dá nojo de você ver uma emissora de televisão tendo que se valer desse tipo de reportagem que fere a alma das pessoas, que causa pânico, que causa revolta, para poder trazer público” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Eu não vejo que é um programa jornalístico, eles usam de família, é uma exposição de famílias na mídia de uma forma desumana” (Participante 02 – Grupo Focal B)
“Minha confiança na Rede Globo é zero” (Participante 02 – Grupo Focal D)
“É ridículo o que a Globo faz, expor as pessoas” (Participante 04 – Grupo Focal A)

Tabela 3 – Opiniões dos participantes sobre o jornalismo da Rede Globo.

Fonte: Elaboração da autora.

(3) Descrença quanto ao número de mortes pelo coronavírus no Brasil

Quanto ao padrão de descrença percebido entre os participantes quanto ao número de mortes por covid-19 no Brasil, nota-se, em grande parte dos discursos, a negação baseada no mascaramento para o Outro, o que “pode ser acompanhado de um não querer saber que indica uma certa forma de auto hipocrisia ou de mentira para si” (Safatle, 2015, p. 29). Essa forma de lidar com as notícias advém da não aceitação da realidade. É possível observar esse padrão na tabela abaixo:

130

“Eu acho que a Globo está mentindo... não tem tantas mortes” (Participante 01 – Grupo Focal A)
“Tudo que é óbito dentro de ambiente hospitalar vai para o serviço de verificação de óbitos e avisaram minha amiga para bater o pé e não aceitar colocarem que foi coronavírus” (Participante 03 – Grupo Focal B)
“Morreu de infarto é coronavírus, morreu de unha encravada é coronavírus” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Tudo que morre falam que é do Covid... Eu ouvi ontem falar que os policiais estão abrindo caixão e tinham pedras lá dentro, então não acredito que seja tudo isso não. Porque morreu que nem morreu ali e tinha quatro pessoas da família. Será que é verdade que tinha corpo lá dentro? Não tá morrendo tanta gente assim não, que nem eles estão falando” (Participante 01 – Grupo Focal A)
“Os policiais abriram mesmo os caixões e tinham pedras e paus” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“Ouvi falar sobre alguns caixões que estavam sendo enterrados com pedras” (Participante 04 – Grupo Focal B)

“A Globo eu cheguei a ver casos da mesma reportagem da mesma pessoa que morreu, de dia falando que era infarto e de tarde falar que era de coronavírus” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“Os médicos têm uma cota pra dar laudo que é coronavírus” (Participante 02 – Grupo Focal C)
“O governo recebe um valor por cada pessoa que morre por Covid... Isso é comprovado que aconteceu” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“Eu tava vendo reportagem que tem caixão que foi enterrado que estava vazio e muitos que foram enterrados que não era coronavírus” (Participante 01 – Grupo Focal C)
“Uma pessoa que morreu por motivo de câncer eles quiseram colocar lá que era covid” (Participante 01 – Grupo Focal D)
“Eu conheci três casos que morreram de outras doenças e colocaram Covid” (Participante 02 – Grupo Focal D)
“Depois que apareceu essa doença não teve mais um enfarto, não teve mais derrame, tudo é covid!” (Participante 04 – Grupo Focal D)
“Eles enterram como Covid mas não tem exame positivo, mas está lá nas estatísticas como positivo ou como suspeito para aumentar os números” (Participante 03 – Grupo Focal D)
“Muito laudo vem sendo sim falsificado porque não é todo mundo que falece de coronavírus” (Participante 01 – Grupo Focal C)

Tabela 4 – Opiniões dos participantes sobre o número de mortes por Covid-19 no Brasil.

Fonte: Elaboração da autora.

(4) Uso das redes sociais e da internet como fonte de informação

O uso da internet como forma de buscar informações iniciou um novo momento para as audiências, pois possibilitou a seleção dos conteúdos noticiosos de acordo com os desejos e convicções individuais. Para Safatle (2015, p. 186), estamos em uma situação histórica que se sustenta “exatamente por ser um desabamento”. Essa nova maneira de racionalização social tem como consequência a “falência de um modelo hegemônico de crítica social” (Safatle, 2015, p. 185), dado que, dentro das bolhas criadas pelo ambiente online, o debate de ideias permanece entre os iguais. A tabela abaixo mostra a preferência dos bolsonaristas por informarem-se através da internet:

132

“Eu uso mais grupos de Facebook para me informar, agora jornalismo eu não me informo muito não” (Participante 02 – Grupo Focal D)
“O que eu escuto na televisão eu vou lá e dou uma pesquisada” (Participante 04 – Grupo Focal D)
“Na internet se você procurar bem você vai achar as informações certas” (Participante 04 – Grupo Focal A)
“Eu utilizo muito a internet, as redes sociais, eu uso muito elas. Eu pego a informação de várias pessoas que eu acredito que tem uma credibilidade boa” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“A internet é mais confiável que rádio e televisão” (Participante 03 – Grupo Focal C)
“Meu maior meio de apreciar notícias é pela internet” (Participante 02 – Grupo Focal A)
“A internet veio para corrigir de certa maneira as mídias” (Participante 02 – Grupo Focal A)

“Eu gosto muito da internet também” (Participante 03 – Grupo Focal A)
“Eu leio tudo, eu to em mais ou menos uns setenta grupos na internet e eu recebo informações desses grupos” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Antigamente a gente via uma notícia na internet e corria na TV pra ver se era verdade. Hoje é o contrário. A gente vê na TV e corre na internet pra ver se é verdade. As coisas se inverteram” (Participante 01 – Grupo Focal C)
“Quando eu quero saber uma notícia eu prefiro pesquisar na internet porque não é possível que esse tanto de pessoa morreu de coronavírus, existe outras doenças pessoas morrem de outras coisas” (Participante 01 – Grupo Focal C)
“Como é televisão a gente não pode acreditar em tudo também né. Por isso a gente tem que pesquisar bastante pela internet. Porque querendo ou não ela virou uma mídia meio arcaica né” (Participante 01 – Grupo Focal C)
“Eu sigo o Bolsonaro pelo celular para saber as notícias” (Participante 01 – Grupo Focal A)
“Eu uso as páginas oficiais do governo” (Participante 04 – Grupo Focal D)
“Eu utilizo as páginas oficiais e especialmente as do presidente também para me informar” (Participante 03 – Grupo Focal D)

Tabela 5 – Opiniões dos participantes sobre o uso da internet como fonte de informação.

Fonte: Elaboração da autora.

(5) Confiança em Bolsonaro

Durante todo o seu mandato, desde sua posse, o ex-presidente Jair Bolsonaro utiliza em seus discursos o salmo bíblico que diz “*conhecereis a*

verdade e a verdade vos libertará” (Agostine, 2018, n./p. grifos no original). Essa escolha, em seus discursos, conversa com a ideia a respeito dos discursos de cinismo, a qual afirma que existe um certo conforto na promessa de uma verdade que nos liberta, de que uma “luz advinda com a enunciação da verdade será capaz de portar um acontecimento que reconfigura o campo da efetividade” (Safatle, 2015, p. 58). Porém, trata-se de uma ilusão, dado que o cinismo e seus discursos nos colocam diante de um fenômeno da usura da verdade (Safatle, 2015). Ao analisar algumas afirmações dos participantes bolsonaristas dos grupos focais, fica clara essa busca por algo ou alguém que detenha essa verdade absoluta – neste caso em específico, personificado na figura de Jair Bolsonaro, conforme observa-se nas afirmações contidas na tabela abaixo:

“Confio 100% no presidente Jair Bolsonaro” (Participante 01 – Grupo Focal A)
“Pelo trabalho que Bolsonaro vem desenvolvendo e por tudo, meu grau de confiança é mais de cem por cento” (Participante 04 – Grupo Focal D)
“Meu grau de confiança no presidente Bolsonaro é 100%” (Participante 03 – Grupo Focal D)
“Pra mim quase tudo que o Bolsonaro fala é verdade” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“Eu confio cegamente no Bolsonaro, ele é o homem que vai colocar o Brasil nos eixos” (Participante 05 – Grupo Focal A)
“O povo gosta dele porque ele fala a língua do povo, as vezes ele fala besteira, mas é o jeito dele mesmo, o povo gosta da autenticidade” (Participante 03 – Grupo Focal A)

“Bolsonaro foi o único cara que se opôs de verdade a tudo que tava acontecendo” (Participante 03 – Grupo Focal A)
“Eu tenho uma confiança muito grande no governo dele, nos ministros dele” (Participante 02 – Grupo Focal A)
“O Bolsonaro em si não esconde nada, não tem nada a esconder” (Participante 04 – Grupo Focal A)

Tabela 6 – Opiniões dos participantes sobre o presidente Jair Bolsonaro.

Fonte: Elaboração da autora.

(6) Táticas discursivas cínicas

Apesar de presentes em praticamente todas as categorias de análise vistas, nesta seção, são destacadas afirmações que utilizaram discursos do cinismo ou a ironização absoluta das condutas (Safatle, 2015, p. 184). O cinismo é uma maneira de distorcer procedimentos de justificação para conformar o discurso a interesses que não podem ou não estão explicitamente revelados (Safatle, 2015).

O uso discursos cínicos está presente quando os participantes buscaram legitimar sua conduta a partir de valores que eles próprios julgam “falsos, porém necessários” (Safatle, 2015, p. 29). Por exemplo, o Participante 01 do Grupo Focal A disse o seguinte, sobre as medidas de isolamento social: “não precisamos fazer isolamento, temos que tomar os cuidados sim, mas fechar não. Eu tenho comercio e precisamos trabalhar. Morrer nós vamos mesmo, mas aí a gente vai morrer de fome né?”

(Participante 01 – Grupo Focal A). Sua opinião inicial da não necessidade das medidas de distanciamento acompanha seu interesse pessoal sobre o tema, e, dessa forma, apresenta uma justificativa ironizando os riscos que o coronavírus traz, inclusive o risco de morte. Já no discurso do Participante 04 do grupo focal C, vemos o discurso cínico acompanhado de um pessimismo: “é muito triste porque eu sei que eu preciso exercer meu papel de cidadão, brigar pelos direitos nossos, mas como que eu vou brigar se eu não acredito mais em nada?” (Participante 04 – Grupo Focal C). Essa afirmação, ainda que contenha traços de desesperança, acompanha uma não culpa sobre as responsabilidades coletivas que a pandemia impõe aos cidadãos. Podemos ver outros exemplos destes discursos na tabela abaixo:

“Me perguntam se eu tenho medo, eu não. O que tiver que acontecer vai acontecer” (Participante 02 – Grupo Focal C)
“Hoje em dia está tão difícil acreditar em uma informação que é verídica, a gente tem que absorver aquilo que a gente tem como opinião própria e analisar se você acha válido ou não” (Participante 04 – Grupo Focal B)
“Não é que eu confio mais, eu prefiro confiar mais nisso” (Participante 01 – Grupo Focal B)
“Não é uma informação na verdade” (Participante 02 – Grupo Focal B)
“Eu tenho selecionado o que eu acredito” (Participante 04 – Grupo Focal B)
“Eu preferi me desligar das mídias e eu acho que estou vivendo melhor. Eu nem procuro saber de coronavírus” (Participante 02 – Grupo Focal C)

“Infelizmente algumas pessoas que são debilitadas vão morrer, não tem outro jeito. E não é o isolamento que vai resolver.” (Participante 04 – Grupo Focal C)
“É muito triste porque eu sei que eu preciso exercer meu papel de cidadão, brigar pelos direitos nossos mas como que eu vou brigar se eu não acredito mais em nada?” (Participante 04 – Grupo Focal C)

Tabela 07: Uso de táticas discursivas de cinismo pelos participantes.

Fonte: Elaboração da autora.

Conclusão

O crescimento do consumo online de notícias gerou uma nova etapa da comunicação pela ética do cinismo (SAFATLE, 2012) em que as instituições tradicionais são descredibilizadas e vistas como instâncias incapazes de representar a realidade. Os meios de comunicação de massa estão dentro de um “ambiente cultural e político” (MIGUEL, 2008, pg. 269) e não são variáveis independentes deste contexto. Sendo o *bolsonarismo* um fenômeno dentro desta nova ética e dessa nova forma da audiência de lidar com as notícias, e entendendo a sociedade como sistemas de ordenação pelos quais perpassam a linguagem, esta pesquisa buscou perceber o uso de discursos cínicos e as similaridades nos discursos entre os participantes dos grupos focais.

Para o cínico, não é apenas racional ser cínico e sim “só é possível ser racional sendo cínico” (Safatle, 2015, p. 29). A repetição do uso desses discursos cria uma racionalização específica do nosso tempo, uma

nova ética no lidar com a vida social, com a realidade, com o jornalismo e com as notícias. Os discursos cínicos não aparecem apenas como posições discursivas simples, mas como uma posição que se faz presente em várias esferas da vida social, incluindo as do campo dos julgamentos morais.

O uso da ironização está presente em afirmações como a do Participante 04 no grupo focal C – “Infelizmente algumas pessoas que são debilitadas vão morrer, não tem outro jeito. E não é o isolamento que vai resolver” (Participante 04 – Grupo Focal C) –, que banaliza as mortes pelo coronavírus como inevitáveis para justificar a não implementação de medidas de isolamento social. No caso da seleção de conteúdos que legitime uma conduta ou opinião prévia sobre um tema, a afirmação do Participante 01 do grupo focal B é um exemplo que demonstra a busca por suas próprias opiniões dentro dos conteúdos noticiosos: “não é que eu confio mais, eu prefiro confiar mais nisso” (Participante 01 – Grupo Focal B).

Para Safatle (2015, p. 64), “seria reconfortante imaginar que tais formas de inversão discursiva seriam obra apenas de esquizofrênicos sociais que se travestem em radicais de extrema direita, no entanto, isso está longe de ser o caso”. Os resultados trazem pistas de que esse realmente não é o caso. Não é perceptível exatamente uma falta de empatia por parte dos participantes, mas sim, uma negação da realidade e um uso dos discursos cínicos para este fim. É difícil incluir todas essas pessoas como apenas extremistas. Estamos, na realidade, diante de um efeito colateral do nosso

tempo histórico, que produz o cinismo dos discursos e dos indivíduos. Sendo os meios de comunicação e os jornalistas parte dessa realidade, cabe a eles “um papel principal no desencadeamento de mudanças” (Miguel, 2008, p. 258). O jornalismo deve existir e persistir enquanto ferramenta contra a negação da realidade e enquanto complemento da busca da verdade, tendo por base a responsabilidade social.

Referências

Adorno, T. A indústria cultural. In: **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Agostine, C. Confira a íntegra do discurso do presidente eleito, Jair Bolsonaro. **Revista Valor** - São Paulo, 2018. Disponível em: <valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/28/confira-a-integra-do-discurso-do-presidente-eleito-jair-bolsonaro.shtml>

Arnaut, R. D. Era Transmídia. **Revista Geminis**, São Carlos, ano 2, n. 2, 2011.

Barbero, J. M. **De los medios a las mediaciones**. Comunicación, cultura y hegemonia, México, Gustavo Gilli, 1987.

Barbero, J. M. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: Sousa, M. W. de. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1995.

Basilio, S. C. A.; Moreno, M. F. Barrére, E. Análise de audiência e interação de usuários de sistemas de TV interativa. **Revista de Radiodifusão**, São Paulo, v. 7, n. 7, 2013.

Beltrão, L. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

Berlo, D. K. **O Processo da Comunicação** [The Communication Process] (9th ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bourdieu, P. **Sobre a televisão**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

Castells, M. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Cognen, J. & Schmidt, E. **A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios**. São Paulo: Intrínseca, 2013.

140

Dahlberg, L. The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. **Information, Communication & Society**, v. 4, n. 4, p. 615-633, 2001.

Dalmonete, E. F. & Souza, P. C. Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 41, n. 2, p. 235-270, 2019.

Dong, E., Du, H. & Gardner, L. An interactive web-based dashboard to track Covid-19 in real time. **The Lancet Summit**. Vol. 20 Issue 5. Pg. 533-534, 2020.

Ferrari, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ/ Fortaleza: Armazém de Cultura, 2018

Gomes, M. E. S. & Barbosa, E. F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais**, 1999. Disponível em <educativa.org.br>

Gomes, W. Participação Política Online: Questões e Hipóteses. In: Maia, R. C. M.; Gomes, W. & Marques, F. P. J. A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 19-46, 2011.

Gondim, S.M.G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Universidade Federal da Bahia **Revista Paidéia**, v. 12(24), 149-161, 2003.

Harrison, T.; Waite, K. & Hunter, G. L. The Internet, information and empowerment. **European Journal of Marketing**, 40(9/10), 972-993, 2006.

Hoepfner, S. Ensaio sobre o ódio - Apologia da dúvida. Revista **Caderno Sesc_Videobrasil** 12: metafluxus: 2016/2017, p. 28-47, 2017.

Jenkins, H. **Cultura da Convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

Jost, F. Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2012.

Kakutani, M. **A morte da verdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

Kucinski, B. A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2012.

Lyotard, J. F. **Des dispositifs pulsionnels** (p. 4). Christian Bourgois Éditeur, 1980.

Loureiro, E. R. L. & Casadei, E. B. “Isso a Globo não mostra”: dimensões afetivas das notícias falsas no debate sobre o descrédito da imprensa tradicional. VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política - **VIII Compolítica**. Universidade de Brasília (UnB), 2019.

Marcus, G. E. **The sentimental citizen**: emotion in democratic politics. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2002.

Miguel, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, 250-273, 2008.

Morgan, D. Focus group as qualitative research. **Qualitative Research Methods Series**. 16. London: Sage Publications, 1997.

Parikh, K. H. **Political Fandom in the Age of Social Media**: Case Study of Barack Obama's 2008 Presidential Campaign. Media@LSE Electronic MSc Dissertation Series, 2012.

142

Perosa, T. **O império da pós-verdade**, 2017. Disponível em: <epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>.

Recuero, R. **A Conversação em Rede**: Comunicação mediada pelo computador e redes sociais da internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Rego, A. R. Crises e impermanências do jornalismo em um cenário digital-expectativas no horizonte. **Revista Internacional de Historia de la Comunicación** v. 13 pp. 29-52, 2019.

Rochas, S. M. Entre a ideologia, a hegemonia e a resistência: dos modos de endereçamento como um diálogo entre a produção e a audiência de produtos audiovisuais. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, v. 13, n. 3, 2011.

Ruótolo, A. C. F. Audiência e recepção: perspectivas. **Comunicação & Sociedade** n. 30, pp. 159-170, 1998.

Safatle, V. "Muito longe, muito perto: dialética, ironia e

cinismo a partir da leitura hegeliana de O Sobrinho de Rameau”. **Artefilosofia**, n.2, v. 1, pp.36-55, 2007.

Safatle, V. *Cuerpos flexibles y praticas disciplinarias*. org. Baccega, M. A. **Comunicación y culturas del consumo**, Zamora: Comunicación Social, 2012.

Safatle, V. P. **Cinismo e falência da crítica**. Boitempo Editorial, 2015.

Santos Junior, M. A. A Rede de Oposição Radical no Facebook: cartografia e apontamentos sobre os haters políticos. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 15, n. 38, pp. 309-324, 2014.

Santos Junior, M. A. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. **Revista GEMInIS**, n. 1 Ano 7, p. 117-146, 2016.

Schroder, K. C. “Convergence of Antagonist Traditions?” in **European Journal of Communication**, Vol.2, nº1, 07-31, 1987.

Van Zoonen, L. Imagining the Fan Democracy. **European Journal of Communication**, v. 19, n. 1, pp. 39-52, 2004.

Veiga, L. & Gondim, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**. 2(1), 1-15, 2001.

Wilson, J. Playing with politics: Political fans and Twitter faking in post-broadcast democracy. Convergence: **The International Journal of Research into New Media Technologies**, v. 17, n. 4, p. 445-461, 2011.

Wolton, D. **Internet, ¿y después?** Una teoría crítica de los nuevos medios de comunicación. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

Capítulo 5

O embate entre Bolsonaro e o Grupo Globo: “Eu queria que você botasse no ar essa... eu imitando falta de ar”

Carlos Augusto de França Rocha Júnior

NO INÍCIO DE 2020, o Brasil passava a atravessar a pandemia de covid-19. O presidente brasileiro à época dos acontecimentos, Jair Bolsonaro (2019-2022), adotou, entre suas medidas diante da crise sanitária, atitudes negacionistas, como a recusa ao isolamento social, defendidas em entrevistas¹ e também em redes sociais². Duas transmissões nestas redes com Bolsonaro imitando pessoas sem ar em 2021 foram lembradas em perguntas feitas em transmissão do *Jornal Nacional*, da TV Globo, na sabatina para as eleições de 2022. Na oportunidade, o político buscava a reeleição e a liderança nas pesquisas de intenção de voto; ao mesmo tempo, a pandemia de covid-19 arrefecia após a adoção da vacina, apesar do posicionamento contrário do presidente aos imunizantes³.

O presente capítulo aborda o papel da Comunicação Pública no processo democrático, bem

1. Conforme informações disponíveis em: <poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-conscientizou-brasil-contrainisolamento-social>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

2. Conforme informações disponíveis em: <ndmais.com.br/politica/em-rede-social-bolsonaro-compartilha-video-criticando-isolamento-social>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

3. Conforme informações disponíveis em: <poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

como o do jornalismo e os desafios de ambos em um cenário de ascensão do autoritarismo. Para isso, optou-se por abordar a concepção de Comunicação Pública na perspectiva de Weber (2020) e os embates discursivos na perspectiva de Fairclough (2010). O objetivo foi compreender a disputa instaurada a partir do momento em que Bolsonaro passou a tentar reposicionar suas falas a partir do Twitter para rebater imagens dele captadas enquanto imitava pessoas sem ar em um ato de minimização e negligência no combate à covid-19.

No caso da referida transmissão do *Jornal Nacional*, há luta eminentemente ideológica entre o presidente candidato e a empresa jornalística em torno da representação das cenas de Bolsonaro imitando pacientes com falta de ar e, por extensão, da condução da máquina governamental para a assistência aos atingidos pela covid-19. A busca do candidato se deu no sentido de afirmar sua versão dos acontecimentos e tornar sua representação de si próprio e dos jornalistas dominante, mesmo que calcada na fuga da realidade.

Abordar esta disputa é compreender o quanto a Comunicação Pública e a democracia, em suas diferentes dimensões, precisam ser continuamente defendidas de atores sociais autoritários que utilizam diferentes tecnologias como ferramentas para difusão de suas mensagens. Trata-se também de abordar o quanto o jornalismo pode ser uma ferramenta para estabelecer contraponto a estes atores em sua truculência.

Da TV para o Twitter e do Twitter para o portal

O então presidente e candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro (PL) participou da série de entrevistas com os concorrentes do pleito eleitoral exibidas pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, em 22 de agosto de 2022. Bolsonaro foi o primeiro a ser entrevistado pela emissora, sendo sucedido pelos candidatos Ciro Gomes (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Simone Tebet (MDB). A lista de entrevistados obedeceu a critérios de representação no Congresso Nacional e pontuação na pesquisa Datafolha de intenção de voto, estipulados pela Rede Globo.

146

As entrevistas com presidenciáveis acontecem desde 2002⁴, com mudanças em seu formato, como ampliação do tempo para a conversa com os candidatos e a entrevista no Palácio da Alvorada para candidatos à reeleição em 2006 e 2014 com Lula⁵ e Dilma Rousseff⁶. Esta concessão gerou o primeiro embate entre Bolsonaro e Rede Globo na entrevista de 2022, já que a emissora estipula a regra de entrevistar todos os candidatos em estúdio, e o candidato⁷ manifestou desejo de ser entrevistado no

4. Conforme informações disponíveis em: <folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u24319.shtml>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

5. Conforme informações disponíveis em: <oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/lula-no-jornal-nacional-relembra-a-ultima-entrevista-do-candidato-em-2006.ghtml>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

6. Disponível em: <globoplay.globo.com/v/3572518>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

7. Conforme informações disponíveis em: <g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/05/jair-bolsonaro-confirma-presenca-em-entrevista-ao-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

Palácio da Alvorada.

Ao longo de 20 anos, as entrevistas do Jornal Nacional caracterizam-se por um modelo de confronto entre apresentadores – William Bonner, Fátima Bernardes, Patrícia Poeta e Renata Vasconcellos – e os candidatos nos temas que os incomodam. Nas eleições de 2022, a de Bolsonaro⁸, com 40 minutos de duração, foi dividida pelo telejornal em 9 tópicos, assim denominados pela emissora: ataques ao sistema eleitoral brasileiro e golpe; manifestação de apoiadores; compromisso com o resultado das urnas; pandemia; economia; meio ambiente; aliança com o Centrão; trocas de ministros da educação; e interferência na Polícia Federal.

A escolha sobre o tema *pandemia* para a análise é motivada pelo fato de o presidente candidato ter se manifestado posteriormente para confrontar a observação da jornalista Renata Vasconcellos, segundo a qual Bolsonaro havia imitado pessoas com falta de ar em meio a uma pandemia que matava por insuficiência respiratória e isso poderia ser associado a falta de compaixão. Conforme transcrição a seguir:

[Renata Vasconcellos:]

Agora, candidato, sobre o seu comportamento com as frases que eu mencionei, imitando pacientes com falta de ar, muitos viram isso como um sinal de falta de compaixão.

8. Jair Bolsonaro (PL) é entrevistado no Jornal Nacional. <g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/22/jair-bolsonaro-pl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

[Jair Bolsonaro:]

Eu queria que você botasse no ar eu imitando a falta de ar.

[Renata Vasconcellos:]

Mas falta de compaixão...

[Jair Bolsonaro:]

Ah bom, então você começou a mudar, já começou a mudar. Tudo bem.

[Renata Vasconcellos:]

Desculpe, só para eu completar a minha frase. Muitos viram isso como uma falta de compaixão, de solidariedade com os doentes, com as vítimas, com os parentes das vítimas. O senhor se arrepende?

[Jair Bolsonaro:]

A solidariedade eu manifestei conversando com o povo nas ruas, visitando a periferia de Brasília, vendo pessoas humildes que foram obrigadas a ficar em casa sem ter um só apoio do governador ou prefeito, isso que aconteceu.

[...]

E nós fizemos exatamente o que? Demos o auxílio emergencial imediatamente. 68 milhões de pessoas humildes começaram a receber o auxílio emergencial. Eles estavam condenados a morrer de fome dentro de casa.

[...]

[Renata Vasconcellos:]

Então o senhor chama isso de politicamente incorreto? O senhor não se arrepende do

seu comportamento, das frases que fez imitando pessoas com falta de ar, como solidariedade com as famílias que sofreram?

[Jair Bolsonaro:]

Você acabou de falar que eu não imitei a falta de ar e você voltou a falar em falta de ar novamente. Você voltou a falar em falta de ar novamente.

[Renata Vasconcellos:]

Candidato, 700 mil mortos. A minha pergunta é muito específica: o senhor se arrepende disso?

[Jair Bolsonaro:]

Lamento as mortes. Não tem quem não perdeu um parente, um amigo. Lamento as mortes. Agora, não poderia ser tratada a covid da forma como começou a ser tratada. E quando você fala em tratamento precoce, lembre-se que no protocolo do Mandetta tinha o tratamento precoce lá, mas só em caso grave, onde eu não concordei com ele.

[...]

No início, o protocolo do Mandetta era: vá para casa. Quando sentir falta de ar, procura um hospital. Eu falei: 'Procurar pra que se não tem remédio?' E não tinha vacina também naquele momento.

[William Bonner:]

Vamos falar de economia? Eu só queria observar: a Renata não retirou a observação sobre o fato de o senhor ter imitado pessoas com falta de ar.

[Jair Bolsonaro:]

Ela retirou.

[William Bonner:]

Não, não, não. Ela disse que o senhor imitou gente com falta de ar e que faltou também a solidariedade. Foram as duas coisas.

[Renata Vasconcellos:]

E o senhor não respondeu à minha pergunta se se arrependia ou não, mas tudo bem. [...]

(*Jornal Nacional*, 2022, n./p.)

150

O tema rapidamente captou a atenção do perfil do presidente na rede social Twitter, que fez uma montagem⁹ da entrevista a fim de apontar uma possível assertividade de Bolsonaro ao responder às questões. São 31 segundos entre a fala de Renata Vasconcellos, no *Jornal Nacional*, e as respostas de Jair Bolsonaro no mesmo telejornal e em lives em que o candidato à reeleição fala a respeito da falta de ar durante o período de pandemia de covid-19. A tentativa é de sustentar uma versão de que não houve deboche, mas sim, cuidado com as pessoas acometidas pela doença.

9. Disponível em: <twitter.com/jairbolsonaro/status/1561899185175232516>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

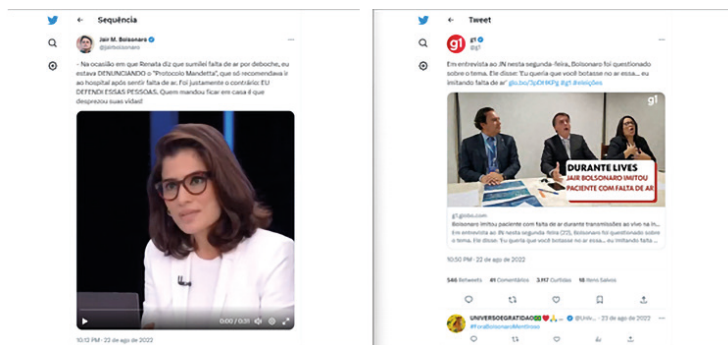


Figura 1 – Tweets nas contas de Jair Bolsonaro e do portal G1 com a disputa de versões sobre a imitação feita pelo então presidente de pessoas com falta de ar.

Fonte: Montagem elaborada pelo autor a partir de capturas de tela.

Menos de uma hora depois, o portal G1 apresentou uma matéria¹⁰ em que o presidente aparece imitando pessoas com falta de ar, além de ter feito referência ao tema no Twitter¹¹. A opção do veículo de imprensa não é por uma correlação com o tweet de Bolsonaro, mas com as declarações que o candidato à reeleição fez durante o telejornal, apresentadas em vídeo complementar à matéria com o registro de pelo menos três oportunidades em que Bolsonaro realiza imitações e piadas em relação à falta de ar gerada como sintoma da covid-19.

Na prática, o embate travado na entrevista é amplificado por Bolsonaro e também pelo grupo

10. Disponível em: <g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

11. Disponível em: <twitter.com/g1/status/1561908708774379520>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

Globo, que une Rede Globo e G1. Ao seu modo, cada um dos envolvidos aborda o assunto na perspectiva de buscar hegemonia sobre o tema em discussão, seja na comprovação de que houve ou não a imitação da falta de ar, seja sobre o quanto as tais imitações, como outras atitudes de Bolsonaro, representam deboche em relação às pessoas doentes. Vemos, nesse sentido, que o então presidente rompe a normatividade da comunicação pública durante seu mandato e acaba por ser cobrado quando está na posição de candidato à reeleição como parte do debate público sobre a covid-19.

Comunicação pública, Comunicação Política e qualidade da democracia

Abordar a Comunicação Pública é olhar para a democracia. Weber (2020) trata a Comunicação Pública como indicador de qualidade para as democracias, principalmente no tocante aos debates públicos. Esta associação entre Comunicação Pública e democracia interessa particularmente no que a autora associa aos debates envolvendo temas de interesse público e relacionados a acontecimentos públicos em que Estado, sociedade e mídias têm participação e responsabilidades. Eleições e crise sanitária são bons exemplos de como o debate público e o acontecimento público estão próximos.

O conceito de Comunicação Pública também permite compreender como diferentes atores sociais se mobilizam pela participação cidadã. “A qualidade

das democracias é diretamente proporcional à qualidade de participação dos cidadãos” (Weber, 2020, p. 40). Pensar em qualidade de participação é importante para dimensionar o tamanho do desafio da democracia, com tecnologias que propagam a ampla participação ao mesmo tempo em que oferecem progressiva personalização da política com prevalência de interesses privados sobre o interesse público.

Há cada vez mais arenas que se apresentam como públicas, para além do que aponta Weber (2020) nasuieijãoaenquadramentosdefinidospelaimprensa. Outros atores midiáticos, como os sites de rede social, estão em cena e atuam sobre os temas em discussão. Weber, Coelho e Locatelli (2017) abordam o poder de influência sobre a esfera pública que a abordagem de diferentes temas pode ter, quanto estes são expostos publicamente. Quanto mais mobilização em torno de um acontecimento público, mais ele se transforma em debate público. Mas, com a promoção de tensões passionais em detrimento de reflexões racionais, o debate sobre temas de vivência comum avança para ser uma “cacofonia” que tira qualidade da discussão pública. Weber e Locatelli (2022) ressaltam que a Comunicação Pública complexifica a Comunicação Política na compreensão de acontecimentos, relações sociais e política.

Estudar empiricamente a comunicação pública, portanto, é identificar atores, relações, discursos, mídias e produtos comunicacionais quanto à sua

responsabilidade a partir do preconizado em dispositivos legais, constitucionais e especialmente orientados pela postura ético-moral para além da sua função eminentemente fática e imediata (Weber; Locatelli, 2022, p. 142).

154

Esses atores estão em um cenário cada vez mais marcado pela comunicação midiaticizada, representada por novas tecnologias e objetivos. Os autores abordam este cenário apontando que o interesse público passa a ter outra configuração, diferente daquela que compõe o *ethos* do jornalismo. É uma configuração marcada pela combinação entre entretenimento e informação com rápida acessibilidade por dispositivos digitais. Na política, na sociedade e nas mídias, há alterações de padrões que afetam a comunicação pública, com a abertura de potencialidades e também desafios, como a desinformação.

No epicentro de toda essa dinâmica está o interesse público, um conceito caro aos direitos humanos e às democracias, que justifica a opção moderna pelos regimes democráticos. Mas que também funciona como arma retórica dos grupos que o disputam, com sentidos às vezes diametralmente opostos. Na política tende a ser utilizado com fins eleitorais e legitimadora de práticas governamentais e dos representantes eleitos. A imprensa também utiliza o conceito para autorreferenciar suas práticas, reivindicando para si a fala de uma suposta opinião pública. Fato é que a associação simplória do conceito

interesse público prejudica as instituições do Estado democrático e permite que interesses privados, individuais, familiares e religiosos se sobreponham ao interesse público. Até regimes autoritários podem procurar justificar censura e cerceamento de liberdades em seu nome do interesse público. Cabe assinalar que um Estado totalitário não exerce a comunicação pública mesmo que assim a denomine. A propaganda persuasiva ocupa o lugar da informação dirigida em favor de um projeto político, a participação será controlada, a censura será imposta e isso impede a realização do debate público (Weber; Locatelli, 2022, p.142).

Apesar de a Comunicação Pública ser uma conquista das democracias e sociedades com possibilidades de participação amplificadas por meio das conquistas tecnológicas, há também perigos gerados pela ação de atores autoritários que interditam ou distorcem o debate público. O momento eleitoral, como parte das dimensões da democracia apontadas por Ricardo Fabrino Mendonça (2018)¹², é um dos mais importantes para a Comunicação Pública e dos mais sensíveis às transformações em curso. O período eleitoral é aquele que consegue reunir a dimensão de participação e autogoverno com a de autorização popular para o exercício do poder político. Ambos estão diretamente relacionados com a representação,

12. Trata-se das seguintes dimensões: (1) autorização popular para o exercício do poder político; (2) participação e autogoverno; (3) monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) competição política e pluralismo; (6) discussão de opiniões; (7) defesa do bem comum.

associada com o implemento de uma ideia de cada vez mais participação.

O período eleitoral é o espaço também para outra dimensão da democracia, como mostra Mendonça (2018): o monitoramento e vigilância sobre o poder político. Imprensa e sociedade civil atuam para que o exercício do poder político seja feito em público e o representante seja responsabilizado por suas falas e atos. Em uma eleição, a atuação do representante é colocada em perspectiva em suas dimensões de transparência, publicidade e descentralização. O jornalismo, como atividade profissional, tem a capacidade de realizar esta cobrança e de expor como atores políticos impulsionam o conflito entre as dimensões fática e normativa da Comunicação Pública.

Weber (2011) inclui o jornalismo e as redes sociais nos sistemas e produção de comunicação pública para a promoção do debate público e difusão de informação a partir de múltiplos tipos de notícias e a construção de contato mais aproximado entre os atores sociais, respectivamente. Ambos estão diretamente relacionados a estratégias de visibilidade e credibilidade no que elas acionam de repercussão e memória e de reconhecimento e legitimidade. A autora tece considerações sobre o Estado, mas é possível estabelecer paralelos em relação ao Chefe de Estado que disputa na arena política sua manutenção no posto.

Para Rosanvallon (2020), a batalha se dá no campo da comunicação, com as ideias de democracia,

de vida, de trabalho e de povo no século XXI. As eleições também são engolfadas por personagens que defendem uma “refundação democrática” pela aposta em antagonismos em torno de demandas heterogêneas. O autor olha para um conceito central para o populismo e também para as eleições para compreender como populistas ganham espaço no jogo político até mesmo para defender ideias que minam a democracia. Nas discussões confusas sobre o que significa povo e na aposta da fratura social entre elites e povo, os neopopulistas erguem seus posicionamentos e apresentam sua ideia sectária de povo para alcançar protagonismo político.

Chefes de Estado de postura populista, como Jair Bolsonaro, aproveitam a amplificação do discurso do Estado por meio da web para tentar modelar a Esfera de Visibilidade Pública para sua própria legitimação simbólica e o reconhecimento de vínculos, mesmo que isso implique em deslegitimar outros atores, como a imprensa. O Estado acaba por ser utilizado pelo político para seus interesses particulares, em detrimento do interesse público. “A política funcional, pragmática, corresponde a ampliação de processos comunicacionais e investimentos estruturais, estéticos e institucionais” (Weber, 2011, p. 116). A autora aponta que o poder de comunicação do Estado disputa versões com a mídia, porém, considerando a atual conjuntura, cabe refletir sobre em que medida o próprio ator político encampa estas disputas, igualmente ganhando em quantidades e desequilibrando a credibilidade.

Análise de Discurso Crítica e a luta por hegemonia na disputa discursiva

O relato jornalístico é fruto de um conjunto de disputas ideológicas por hegemonia, em que diferentes atores sociais lutam através da linguagem para fazer prevalecer seus posicionamentos sobre os outros. A imitação de Bolsonaro de pessoas com falta de ar durante a pandemia de covid-19 é mais um destes exemplos. O então presidente e candidato à reeleição e o grupo Globo disputam, primeiramente, na própria entrevista no *Jornal Nacional*, em que Bolsonaro tenta primeiro negar a existência da imitação e posteriormente enviesar a compreensão quanto esta imitação da chave do deboche para a via de um suposto aconselhamento.

É um embate de viés discursivo, considerando as facetas linguística e social do discurso. A ideia de discurso para Fairclough (2010) está diretamente ligada à ação como prática e estrutura social. “Ao usar o termo ‘discurso’ proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2010, p. 90). A definição implica em uma relação dialética entre prática e estrutura social para compreender o quanto a linguagem é mobilizada para a construção de identidades e relações sociais, assim como de conhecimentos e crenças.

Fairclough situa o discurso como prática ideológica que mobiliza significados do mundo para

diferentes relações de poder. A prática discursiva acontece sob restrições sociais nos processos de produção e interpretação, considerando-se os recursos disponíveis tanto do ponto de vista das estruturas sociais como pelas práticas sociais de que os participantes fazem parte. São práticas marcadas pela ideologia e pelo poder como hegemonia. Neste aspecto, a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, interpelando os sujeitos com existência em diferentes instituições. A hegemonia, por sua vez, é vista como liderança sujeita a articulação, desarticulação e rearticulação contínuas. É uma dominação que não envolve a força e que está sujeita a disputas continuamente.

A Análise de Discurso Crítica, proposta por Faiclough e encampada por Ramalho e Resende (2011), aborda a ideologia e a hegemonia como noções preliminares tanto para a dimensão discursiva quanto para o social. “A ADC não pesquisa a linguagem como sistema semiótico nem como textos isolados, mas, sim o discurso como um momento de toda prática social” (Ramalho; Resende, 2011, p. 14). O discurso possui caráter integrador entre linguagem e práticas sociais como fenômeno mental, relações sociais e mundo material.

O interesse no estudo do discurso pela ADC se dá tanto na chave do abstrato, em relação à língua e outros tipos de semiose que compõem a vida social, quanto pela dimensão do concreto, no que diz respeito a modos de representar o mundo. “Essas principais maneiras como o discurso figura

simultânea e dialeticamente em práticas sociais correlacionam-se aos três momentos de ordens do discurso, os momentos internos do momento semiótico das práticas (gêneros, discursos e estilos, respectivamente)” (Ramalho; Resende, 2011, p. 44). Tal relação está materializada em lutas hegemônicas em que diferentes discursos são utilizados para a sustentação ideológica de determinados posicionamentos.

Para pesquisas em ADC, em relação ao estudo da materialização de discursos em textos são temas relevantes: a representação de grupos específicos de atores sociais em textos de ampla circulação; a recontextualização de discursos de campo a outro; as influências de discursos específicos sobre construções identitárias e sobre modos de ação; a representação de aspectos específicos do mundo por meio de discursos particulares; os modos como grupos específicos de atores sociais atualizam discursos particulares na representação de sua experiência etc. (Ramalho; Resende, 2011, p. 58).

Esta materialização de discursos em textos permite uma observação mais atenta a respeito da construção de identidades e identificações, de como estas construções identitárias se relacionam, além de como os atores sociais não são completamente livres e nem totalmente constrangidos pela estrutura social. Tal observação em ADC se dá sob a guia de categorias que apresentem as diferentes maneiras de representar, interagir e identificar relacionadas às práticas sociais em determinados produtos como textos e imagens.

As categorias analíticas têm o papel de ser as formas e significados que apresentam as maneiras particulares associadas às práticas sociais situadas. Elas permitem o mapeamento da produção entre o discursivo e o não discursivo para apontar os efeitos sociais. Em particular, interessa ao presente estudo a categoria de *representação dos atores sociais* para compreender como, a partir de diferentes estratégias, Bolsonaro e Globo interagem e representam-se mutuamente.

As categorias analíticas abordam diretamente publicações na rede social Twitter. Em linhas gerais, o Twitter é um site de rede social fundado em 2006 por Jack Dorsey, Noah Glass, Biz Stone e Evan Williams, inicialmente como uma rede de microblogs com mensagens de até 140 caracteres a serem difundidas por diferentes usuários para seus seguidores. A limitação de caracteres atendia ao cenário da época, com destaque para o papel desempenhado pelo envio de informações por mensagens SMS. A partir de 2020, esse limite foi flexibilizado, e, atualmente, a plataforma pertence a Elon Musk, empresário alinhado à extrema direita dos Estados Unidos¹³.

A partir da entrevista de 40 minutos de Bolsonaro no *Jornal Nacional* – e, especificamente, do trecho de oito minutos e sete segundos que trata da pandemia de covid-19 –, foi possível destacar o diálogo específico sobre a imitação que Bolsonaro

13. Conforme informações disponíveis em: <[oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/alinhado-a-extrema-direita-musk-muda-equilibrio-de-forcas-politicas-com-twitter-diz-pesquisadora-da-ufrij.html](https://globo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/alinhado-a-extrema-direita-musk-muda-equilibrio-de-forcas-politicas-com-twitter-diz-pesquisadora-da-ufrij.html)>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

fez de pessoas com falta de ar. A partir desta seleção, a opção da pesquisa foi por referenciar os tweets de Bolsonaro e G1, portal de notícias da Globo, sobre o tema. Ao todo, foram apontados dois tweets com as duas versões sobre a imitação de pessoas com falta de ar: o tweet de Bolsonaro, com o vídeo; e o tweet de G1, com a publicação jornalística correlacionada. Estes materiais textuais constituem o *corpus* analisável a partir da ADC.

Considerando os tweets e a notícia “Bolsonaro imitou paciente com falta de ar durante transmissões ao vivo na internet em 2021”, o estudo buscou identificar marcas textuais que apontassem a disputa ideológica por hegemonia entre Bolsonaro e o Grupo Globo, com o acionamento de diferentes linguagens, desde o texto até o vídeo. Cada um dos atores sociais utiliza diferentes ferramentas para representar suas ideias e, também, para delimitar a posição ocupada pelo outro na disputa.

Análises de embates discursivos em diferentes plataformas

À luz dos percursos metodológicos para se compreender as representações destas práticas sociais particulares, é possível entender as representações de atores sociais por diferentes caminhos, como por inclusão ou exclusão, com destaque para atividades ou para julgamentos, entre outras possibilidades. A busca, ao empregar esta categoria para os atores sociais em disputa, é um caminho para situar também as implicações ideológicas destas representações.

(1) Em caracteres: as disputas entre Bolsonaro e Globo considerando textos verbais

A luta entre Bolsonaro e Globo sobre a imitação de falta de ar tem boa parte do seu desenvolvimento em textos verbais assinados pelo presidente no Twitter e nas manifestações do grupo de comunicação, a partir de seu portal de notícias, o G1, que também possui perfil na rede. Em nenhum momento, os perfis @jairbolsonaro e @g1 fazem referência um ao outro no sentido de estabelecer uma conexão direta, mas, indiretamente, remetem um ao outro. O portal G1 faz referência a Jair Bolsonaro e à entrevista no *Jornal Nacional*.

O tweet de Bolsonaro chama a atenção por uma referência a “Renata”, única indicação de que ele fala da entrevista. Ao não mencionar a Rede Globo, o *Jornal Nacional* ou mesmo Willian Bonner, fica clara a ideia de centralizar o embate entre o presidente e a jornalista. “Renata” representa a oposição que o candidato enfrenta para fazer valer a defesa da atuação de seu governo durante a pandemia de covid-19 e o ponto de vista defendido por ele em relação à doença. Ela é o obstáculo para que a construção ideológica de Bolsonaro sobre o enfrentamento da pandemia seja hegemônica e, nesse sentido, demanda a defesa de Bolsonaro para além da resposta na entrevista.

A construção de Bolsonaro passa não pelo ocultamento do vídeo, mas pela menção a trechos dele que corroborariam a versão de Bolsonaro de que as imitações por ele feitas de pessoas sofrendo com

falta de ar seriam não sinal de descaso, mas sim, forma de cuidado. É uma construção que aponta a responsabilidade pelos males da covid-19 a outros atores sociais, até mesmo integrados ao jornalismo, e que isentaria o presidente de responsabilidade.

Bolsonaro representa a si mesmo de forma concreta ao apontar que ele teria denunciado um protocolo ineficaz, buscando defender as pessoas dos riscos de tal conduta. Em seguida, a proposta é a de estabelecer uma correlação entre seus adversários ideológicos como responsáveis pela crise econômica advinda da crise sanitária e o protocolo que ele denunciou. O silogismo do presidente se baseia no entendimento de que as posturas reprováveis no combate à covid foram as de seus adversários, mesmo que ele tenha, de fato, feito uma imitação de pessoas sofrendo com falta de ar.

Por outro lado, o G1 atua para situar o motivo pelo qual as imitações teriam voltado ao noticiário: o então presidente pediu que elas fossem ao ar. Bolsonaro é representado em um papel duplo: o de candidato entrevistado pelo *Jornal Nacional* e o de presidente que gravou vídeos imitando pessoas com falta de ar. No embate entre o discurso ideológico bolsonarista e a ideologia profissional do jornalismo, representado pelos veículos do grupo Globo, as marcas de G1 vêm amparadas nas falas do presidente. É o pedido dele para que as imagens fossem apresentadas e a postura do presidente nas gravações dos vídeos em uma representação concreta do deboche.

Em duas lives, em 18 de março de 2021 e em 6 de maio do mesmo ano, o presidente simula um paciente sem oxigênio. A falta de ar era um sintoma comum de Covid em 2020 e em 2021, no pior período da pandemia, antes da disseminação da vacina contra a doença --o que fez desabar o número de casos graves e mortes.

Ainda no final de 2020, falando a apoiadores ao chegar no Palácio da Alvorada, Bolsonaro ridicularizou quem pegou Covid com piada homofóbica. Ele diz: “estou com Covid”, e ri. (G1, 2022, n./p.).

Bolsonaro e G1 escolhem determinadas estratégias textuais para dar maior eco para suas mensagens. No tweet de Bolsonaro, a ênfase em algumas palavras serve para dar efeito de reforço e facilitar a difusão da mensagem entre partidários do presidente. Os escritos “DENUNCIANDO” e “EU DEFENDI ESSAS PESSOAS”, em caixa alta, juntam-se a construções como “Sempre defendi que os médicos tivessem autonomia para tratar seus pacientes”, com o objetivo de que tais afirmações pudessem ser repetidas por adeptos do bolsonarismo diante de confrontações relacionadas ao tema. O tweet de G1, por sua vez, busca reforçar sua mensagem com as *hashtags* #g1 e #eleições, a fim de favorecer a inclusão da postagem entre outras que mencionam os dois termos. Os dois lados buscam fazer com que sua versão se torne hegemônica, referenciando seus dizeres, ainda que não dialoguem diretamente entre si.

(2) Em vídeo: imitação em diferentes velocidades na busca por adesão

De antemão, é possível notar um aspecto-chave nos vídeos disponibilizados por Bolsonaro e por G1: velocidades de reprodução diferentes. Enquanto o vídeo da conta de Bolsonaro no Twitter apresenta de forma acelerada a pergunta da jornalista Renata Vasconcellos e em velocidade normal a *live* de Bolsonaro, o vídeo de G1 apresenta todas as falas de Bolsonaro em velocidade normal. São propostas diferentes que permitem a leitura de que os envolvidos têm o mesmo propósito: a adesão do público em relação à sua versão sobre o caso da imitação da falta de ar. Porém, Bolsonaro opta por minimizar a jornalista, enquanto G1 faz uma exposição ampla para desnudar Bolsonaro.

Sob o olhar ideológico de Bolsonaro, a compreensão é de que não cabe a voz do outro, a não ser que esta voz apareça reforçando suas próprias posições. A contestação só precisa ser rebatida se ela não for eliminada de antemão. A escolha de diminuir a presença do jornalismo para ampliar a do candidato permite uma leitura do que é representado na ideologia defendida por Bolsonaro: a misoginia, com a restrição da presença da voz da mulher que pergunta; o autoritarismo, em que o outro questionando não pode ter espaço; e o messianismo, em que a posição do líder não pode ser posta em suspeita simplesmente porque ela é entendida como a melhor e infalível.

No vídeo de Bolsonaro, é proposto que não há caminho ao esclarecimento sem o líder. Neste

aspecto, a fala de Bolsonaro em um dos vídeos em que ele aparece imitando pessoas com falta de ar é recortada com o intuito de afirmar que ele teria tido tal atitude com a finalidade de denúncia, e não de chacota. A busca não é por esclarecer, mas por semear mais dúvidas, considerando que, de fato, houve a imitação. Diante de mais dúvidas, onde estaria o esclarecimento? No líder e em sua comunicação ideológica. O presidente rompe com a ideia de debate público a fim de apenas impor sua versão sobre os acontecimentos.

O enfrentamento nesta disputa ideológica cabe ao jornalismo, como ideologia profissional, na qual as ideias de exatidão e de verdade ocupam posição-chave. A comprovação é indispensável ao que o jornalismo apresenta como informação. Qualquer ideia que extrapole essa possibilidade deixa de configurar-se como informação para ser vista como opinião. Não se trata de pensar a opinião como livre para ser fantasiosa, mas sim, enquanto aberta a ser vista como crença e tratada como uma verdade restrita a seus adeptos. A informação precisa respeitar critérios de elaboração representados como noticiabilidade, os quais não deixam de ter um aspecto ideológico, por mais que este seja negado.

Diferente de Bolsonaro, G1 não utiliza o recurso de vídeo no tweet, mas apresenta um *frame* com o presidente imitando uma pessoa com falta de ar, imagem reproduzida pela intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras); no mesmo quadro, vemos também o então presidente da Caixa

Econômica Federal, Pedro Guimarães, posteriormente denunciado por assédio sexual e moral no banco. Sem entrar no debate sobre as intenções do presidente, o tweet responde ao pedido feito pelo então candidato durante a entrevista no *Jornal Nacional*, evidenciando a existência de gravação em vídeo com a imitação feita pelo ex-presidente.

A representação é de Bolsonaro imitando pessoas com falta de ar durante a pandemia de covid-19, conforme o presidente pediu durante a entrevista no *Jornal Nacional*. Não há uma exposição direta do presidente como alguém “sem compaixão”, delineada, por sua vez, na apresentação de trechos completos das lives do presidente durante a pandemia. Sem os cortes e com o auxílio de legendas, G1 representa o presidente por meio do registro das imitações que evidenciam o deboche por parte de Bolsonaro, sentimento que alcança ápice em imagem que o mostra rindo após comentar um diagnóstico de covid-19 com uma fala homofóbica.

A opção por, após todos esses vídeos, apresentaraentrevistadeBolsonaroao*Jornal Nacional* aponta a busca por hegemonia do jornalismo sobre o político autoritário. O jornalismo, em sua ideologia profissional, calcada em informação, estaria acima da ideologia autoritária, que enfatiza a opinião. Chama a atenção o trecho do vídeo com a entrevista do *Jornal Nacional*, justamente se apresentar de forma inversa em relação ao que Bolsonaro apresenta no tweet. Em velocidade normal e sem cortes bruscos, G1 apresenta Bolsonaro respondendo à pergunta da

jornalista sem dar uma explicação sobre sua atitude de imitar pessoas sofrendo com falta de ar. Vemos aí uma ênfase na ideia do debate público com a apresentação de ideias de diferentes atores sociais, em uma perspectiva democrática a fim de angariar apoio na opinião pública.

A disputa discursiva se dá em torno do que significa a imitação de pessoas com falta de ar, ao mesmo tempo que tem como objeto também a representação dos envolvidos nesta luta por hegemonia. Pelo *corpus* selecionado, Bolsonaro elabora uma versão alternativa para situar os vídeos com as imitações das pessoas sem ar, ao mesmo tempo em que o grupo Globo evidencia a imitação debochada como tal. É uma disputa pela representação dos atores sociais em relação a si mesmos e em relação ao outro.

O tweet de Bolsonaro é a principal ferramenta adotada para uma representação de si de forma unilateral, pela simulação de diálogo entre Bolsonaro e a entrevistadora do *Jornal Nacional*. Vídeo e texto em conjunto fazem parte da versão de Bolsonaro sobre o assunto, com a representação do veículo de imprensa como antagonista que manipularia a imagem. G1, por sua vez, aciona a entrevista de Bolsonaro para desmentir a versão do ex-presidente e reforçar a representação do então candidato como insensível à covid-19, ao mesmo tempo em que busca legitimar a imagem do Grupo Globo enquanto veículo de comunicação.

Considerações finais

As eleições são uma das sete dimensões da democracia, que na Comunicação Pública um indicador de qualidade, como mostram diferentes autores cujas reflexões foram recuperadas ao longo deste capítulo, a exemplo da realizada por Ricardo Fabrino Mendonça (2017). Todos estes elementos acabam por ser ameaçados em seu pleno exercício pela ação autoritária de um ator político como Jair Bolsonaro, com suas ações para transformar a disputa entre antagônicos em uma batalha entre inimigos.

O processo eleitoral é importante para neopopulistas e seu projeto de restituição da ideia de povo uno naquilo que possui de ideia flutuante e até vazia de significado. As eleições, com personagens neopopulistas, passam a representar o momento em que acontece o enfrentamento entre a política adotada por grupos consolidados, associados à elite, e grupos radicalizados que se colocam como representantes populares por excelência. Rosanvallon (2020) situa a plataforma populista para as eleições em uma democracia polarizada como concepção imediata e espontânea da expressão popular.

O episódio retratado representa como um candidato a presidente é incapaz de justificar a ação de um presidente que, no exercício do cargo, age como candidato. A resposta de Bolsonaro ao ser questionado, como parte do debate público a respeito do tema “saúde” e do combate à pandemia de covid-19, é de estabelecer travas a esta discussão. Primeiro, pedindo para que a imagem dele imitando

peças com falta de ar fosse exibida para apresentar o desmentido; depois, enviesando estas imagens para que sua leitura como deboche fosse substituída por sua leitura como denúncia, mais favorável à sua imagem como candidato à reeleição.

É perceptível o quanto a Comunicação Pública voltada para a discussão pública em torno do tema “saúde” e, especificamente, da covid-19 é ameaçada por uma abordagem autoritária que constrange as instituições e instâncias de discussão. A ação de Bolsonaro – que subjuga o interesse público em discutir questões de saúde pública ao seu interesse privado enquanto presidente em defender seu ponto de vista negacionista a respeito da pandemia – passa por enfrentamentos a partir do jornalismo, ao mesmo tempo em que ganha tração em terrenos não regulados, como as plataformas de rede social.

O tweet e a matéria do G1 representam o jornalismo profissional como ferramenta para a promoção do debate democrático, com o questionamento e a exposição dos posicionamentos do presidente. Ao expor as imitações de Bolsonaro para o público, estabelece um contraponto com a versão editada pela campanha do presidente. Na disputa ideológica entre o presidente e o veículo de comunicação, prevalece como hegemônico o jornalismo, com a exposição do presidente que imita – e menospreza – pessoas que sofreram por não conseguirem respirar durante a maior pandemia do século XXI, que matou aproximadamente 700 mil brasileiros.

Referências

Bolsonaro, J. **Na ocasião em que Renata diz que sumilei falta de ar por deboche, eu estava DENUNCIANDO o “Protocolo Mandetta”, que só recomendava ir ao hospital após sentir falta de ar. Foi justamente o contrário: EU DEFENDI ESSAS PESSOAS. Quem mandou ficar em casa é que desprezou suas vidas!.** Brasília, 22 de Agosto de 2022. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <twitter.com/jairbolsonaro/status/1561899185175232516>. Acesso em: 07 de Junho de 2023.

Bolsonaro, J. **Sempre defendi que os médicos tivessem autonomia para tratar seus pacientes, bem como que as pessoas procurassem um profissional de forma precoce, assim como é recomendado ao sentir qualquer sintoma de qualquer doença, quando as chances de recuperação são maiores.** Brasília, 22 de Agosto de 2022. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <twitter.com/jairbolsonaro/status/1561899187947577347>. Acesso em: 07 de Junho de 2023.

Fairclough, N. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: UNB, 2010.

G1. **Em entrevista ao JN nesta segunda-feira, Bolsonaro foi questionado sobre o tema. Ele disse: ‘Eu queria que você botasse no ar essa... eu imitando falta de ar’** <glo.bo/3pDHKPg #g1 #eleições>. Brasília, 22 de Agosto de 2022. Twitter: @g1. Disponível em: <twitter.com/g1/status/1561908708774379520>. Acesso em: 07 de Junho de 2023.

Mendonça, R. F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. e339707, 2018.

Ramalho, V.; Resende, V. M. **Análise de Discurso (para a) Crítica**: O texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes: 2011.

Rosanvallon, P. **El siglo del populismo**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020.

Weber, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: Kunsch, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 101-119.

Weber, M. H. Balizas do campo comunicação e política. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 6-48, 2020. Disponível em: <periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/4046>. Acesso em: 14 mai. 2023.

Weber, M. H.; Locatelli, C. Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. **MATRIZES**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 141-159, 2022. Disponível em: <revistas.usp.br/matrizes/article/view/183849>. Acesso em: 14 mai. 2023.

Weber, M. H.; Coelho, M. P.; Locatelli, C. (Org.). **Comunicação Pública e Política** – pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

Capítulo 6

Mídia, Gênero e Violência Simbólica: os ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello

Ana Luiza Vieira Morais

Millena Gonçalves Constantino dos Santos

Luiz Ademir de Oliveira

174

EM 18 DE OUTUBRO de 2018, em pleno período eleitoral, Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha de S. Paulo*, publicou a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*”. A notícia revelava que empresas apoiadoras do ainda candidato Jair Bolsonaro (na época filiado ao PSL – hoje está no PL) haviam comprado pacotes de disparos robotizados em massa de mensagens contra o PT, que foram, na época, fornecidos por agências de marketing digital, com bases de usuários (números de celulares). Havia o planejamento de uma grande ação para a semana anterior ao segundo turno eleitoral. Cabe ressaltar que tais práticas são consideradas ilegais.

Após a repercussão da reportagem, a jornalista começou a ser atacada por bolsonaristas, principalmente nas redes sociais. Mais tarde, em setembro de 2019, foi instalada no Senado Federal uma Comissão Parlamentar Mista (CPMI) para investigar o disparo de *fake news* nas eleições. Em depoimento à CPMI, em 11 de fevereiro de 2020, Hans River Nascimento, ex-funcionário da *Yacomns*

(uma das agências acusadas), que foi fonte de Mello na reportagem, contradisse informações publicadas na matéria e acusou a jornalista de se insinuar sexualmente para ele:

Ela [Patrícia] queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar, com o propósito de pegar a matéria ... deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção... [Hans River Nascimento, em depoimento à CPMI em 11 de fevereiro de 2020].

Na mesma data, a *Folha de S. Paulo* publicou anotícia “Ex-funcionário de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha”, com provas concretas (arquivo da conversa em texto e áudio) que desmentiam Nascimento, uma vez que ele que teria convidado Mello para um encontro, que a jornalista não aceitou. Uma semana após o ocorrido, mesmo sem ser perguntado, em uma das coletivas de imprensa na frente do Palácio da Alvorada, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) disse sobre o caso: “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”, um trocadilho ofensivo com conotação sexual sobre o jargão jornalístico “dar o furo”, que significa publicar uma informação relevante antes dos concorrentes. Vários vídeos e imagens ofensivas circularam nas redes sociais naquele mês, sempre com insinuação sexual, além de mensagens acusatórias e humilhantes nas redes sociais, tais como: “Você

tava querendo dar a buceta para ver o notebook do cara kkkkkkkk então você chupa piroca por fontes?” e “Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?” (Mello, 2020, p. 84).

Dados da organização internacional *One Free Press Coalition*, que reúne veículos como *The Washington Post*, Agência EFE e *Deutsche Welle*, revelaram em 2020 que Mello estava em terceiro lugar em uma lista com os 10 casos mais urgentes de ataques realizados contra jornalistas em todo o mundo. Em decorrência disso, a jornalista reuniu as informações sobre o que coletou em coberturas de eleições no Brasil e em outros países nos últimos anos, com enfoque na disseminação de *fake news* e uso de robotização na eleição por líderes populistas, principalmente na eleição brasileira à Presidência da República, bem como os ataques que sofreu, e publicou o livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre violência digital e *fake news*”.

Diante desse contexto, o capítulo analisa os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, os desdobramentos do caso e como ex-presidente Jair Bolsonaro, seus aliados e seguidores tentaram e ainda tentam deslegitimar o trabalho da imprensa, principalmente de mulheres jornalistas, a partir da desigualdade de gênero (Bourdieu, 2002). Serão analisados os relatos presentes no livro “A máquina do ódio” publicado por Mello, reportagens que retratam os episódios de agressão e mensagens postadas em redes sociais, recorrendo à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Comunicação, gênero e violência simbólica

O campo jornalístico, assim como o universo da política, entre outras esferas sociais, historicamente, consolidou-se como espaço majoritariamente masculino, no qual o poder é “naturalmente” exercido com mais eficácia pelo homem, uma vez que este o exerceria com maior racionalidade, ao contrário da mulher, mais frágil e mais sensível. Tal argumento ou premissa, no entanto, não passa de uma construção ideológica que procura naturalizar há séculos a desigualdade de gênero e perpetuar a misoginia e o machismo, mesmo no século XXI.

Para Joan Scott (1995), o gênero é, em primeiro lugar, um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, como segundo elemento, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Desse modo, a categoria *gênero* não se limita às questões que envolvem somente determinações biológicas, mas implicam também o mercado de trabalho e a área política, das quais tantas vezes as mulheres ficam à margem.

Bourdieu (1998) pontua que a dominação masculina acontece de forma simbólica e se torna natural até mesmo para as mulheres, o que ele define como *violência simbólica*. Segundo Bourdieu (2002), a dominação masculina vigente na sociedade foi incorporada e legitimada por hábitos taxinômicos binários, ou seja, as mulheres eram relacionadas aos fenômenos do interior; e os homens, aos do exterior. Desse modo, as características biológicas foram/são

utilizadas para transformar a arbitrariedade cultural em algo natural durante o processo de socialização. Essas estruturas, apesar de serem objetivamente tratadas como naturais, na verdade são construídas para retirar o direito das mulheres de ocupar outros espaços na sociedade. Por isso, é tão importante problematizar o ataque a jornalistas, especialmente do gênero feminino.

Comunicação e feminismo

Para Miguel e Biroli (2014, p. 21), “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada”. A questão apontada pelos autores dialoga com Bourdieu (2002), porque o mundo privado era destinado às mulheres, e o mundo público historicamente é de poder dos homens. Quanto aos estudos sobre comunicação e gênero no Brasil, estes surgem na década de 1970, tendo em vista que, antes disso, o campo da comunicação estava em fase inicial de desenvolvimento epistemológico. Escosteguy (2020) analisa que o tema adquiriu maior relevância no final da segunda década do século XXI, porque houve um fortalecimento dos feminismos na área pública e acadêmica, com a chamada “primavera feminista”, que ainda está em curso.

Escosteguy (2020) discorre sobre o panorama de estudos acerca de mídia e gênero. Segundo a autora, a década de 1970 é considerada um marco inicial nesse contexto, quando emergem os primeiros estudos sobre a comunicação. Ademais, ocorre

também a consolidação dos bens culturais de massa e do sistema educacional no que diz respeito às relações entre gênero e mídia no Brasil. As pesquisas iniciais abordavam a representatividade da categoria mulher na mídia e como tais meios de comunicação atuavam na construção do gênero feminino. Segundo Escosteguy, nos anos 70 e 80, tornou-se característica uma “dupla militância”, em que o movimento feminista se articulava em conjunto com a luta contra a ditadura. Essa interseção entre o feminismo e a resistência política demonstra a importância da mídia como um espaço de mobilização e visibilidade para as demandas feministas. Habermas (1997) *apud* Oliveira e Fernandes (2017) explica que os movimentos sociais que emergem nos anos 1970 tratam de demandas específicas, como os de gênero, e tentam articular questões do cotidiano, ligadas ao mundo da vida, como formas de pressionar por mudanças no mundo sistêmico, que se refere às esferas burocráticas e econômicas de poder. Podem ser citadas, como exemplo, as conquistas e leis que ampliaram os direitos das mulheres, que surgiram de demandas do universo de interações cotidianas até se tornarem lutas políticas, como as que combatem a violência contra a mulher, a definição de cotas na representatividade política, entre outras.

Escosteguy (2020) afirma que a relação mídia e feminismo foi importante para que os movimentos feministas também se adaptassem a novas lógicas de funcionamento social, como a busca de visibilidade nos meios de comunicação, como forma de lutar por

novas conquistas, quebrar estereótipos e opressões relacionadas à desigualdade de gênero.

Nos anos 1990, segundo Escosteguy (2020), as pesquisas sobre gênero e mídia enfrentaram um período de estagnação em decorrência do contexto conturbado vivenciado no país, regido por governos pautados pela lógica neoliberal. Por um lado, houve conquistas significativas nas relações de trabalho e na aprovação de políticas públicas voltadas para os direitos e proteção das mulheres, incluindo a luta contra a violência de gênero. Por outro lado, surgiram movimentos antifeministas e pós-feministas que buscaram minar o avanço das pautas feministas. Contudo, a autora afirma que, no século XXI, tem-se um novo impulso nos estudos de gênero e mídia. Nesse período, passa a haver um maior interesse e engajamento em relação ao debate das questões de gênero no contexto da comunicação e da mídia. Segundo Escosteguy (2020), emergem novas abordagens e perspectivas, que auxiliam na contribuição das dinâmicas de poder e representação de gênero na esfera midiática.

Segundo Escosteguy (2020), a quarta fase dos estudos de gênero e mídia ocorreu com o *boom* das novas mídias digitais e a primavera feminista no Brasil, em 2015. As plataformas digitais proporcionaram um espaço de mobilização e visibilidade ao movimento feminista, permitindo o compartilhamento de experiências, a disseminação de informações e a articulação de ações coletivas. Santos (2023) afirma que esta fase apontada por Escosteguy coincide com a

quarta onda do feminismo, muito focada na atuação dos movimentos nas redes sociais e no ciberespaço.

A quarta onda aponta para um novo modelo de comunicação – de vertical a uma horizontalidade nas relações – mas se deve fazer uma ressalva de que, na prática, apesar de movimentos feministas que se fortaleceram, ainda há grupos hegemônicos de mídia que reforçam as visões machistas e misóginas. Mesmo na internet, as redes bolsonaristas e grupos de direita também estabelecem lutas com forte poder econômico para tentar não somente frear avanços em conquistas das mulheres e grupos minorizados, mas buscam retroceder. Como exemplo tem-se o movimento Red Pill, que distorce as ideias do filme Matrix, em especial, na cena em que Neo escolhe entre as pilulas podendo descobrir a verdade (pilula vermelha) ou manter-se na inércia (pilula azul). O movimento propaga o machismo nas redes online, por meio do discurso de ódio contra mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, disseminando a pseudociência e questionando os avanços com relação a gênero e sexualidade. Movimento esse apoiado pelos conservadores radicais e de extrema direita (Almeida, 2023). Manifestações como essa visam frear as conquistas das lutas feministas (Santos, 2023, p.180).

181

Nara Lya Cabral Scabin [org.]

Nesse contexto, as pesquisas sobre gênero e mídia ganharam novo fôlego, abrangendo as dinâmicas das mídias digitais e analisando o impacto dessas plataformas na representação de gênero, no

ativismo feminista e na construção de novas formas de diálogo e participação política. Esses impulsos e momentos históricos demonstram a importância contínua dos estudos de gênero e mídia, que permitem compreender as transformações sociais e políticas, bem como as possibilidades e desafios enfrentados pelo movimento feminista na contemporaneidade.

Segundo Escoteguy (2019), certos grupos e indivíduos utilizam a internet como ferramenta para questionar e criticar as representações e estereótipos relacionados ao feminino presentes nas mídias, assim como a comunidade LGBTQIAPN+. A diversidade de formas de comunicação proporcionada pelas mídias digitais permite a criação de narrativas diversas que confrontam os valores dominantes. Isso tem ocorrido, principalmente, em um momento de retrocesso político brasileiro, em que movimentos de direita e de extrema direita chegaram ao poder com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018, que buscou implantar uma agenda de costumes conservadora visando principalmente os movimentos sociais identitários. As jornalistas mulheres tornaram-se alvo de ataques do governo e das redes bolsonaristas na internet.

Aline Rios e Marcelo Bronosky (2019), por sua vez, problematizam a violência contra a imprensa que tem se intensificado no Brasil, como um ataque ao próprio funcionamento da sociedade. Para tanto, recorrem ao direito à informação, assegurado nos artigos 5º e 220 da constituição, para afirmar que “qualquer forma de violência contra o jornalista e

consequentemente, contra a prática do jornalismo e à elaboração da notícia, também se configura como uma forma de ataque ao exercício do direito à informação pelos cidadãos” (Rios; Bronosky, 2019, p. 50).

Segundo Porto (2010), a violência tem um caráter múltiplo, pois se manifesta de forma física e também simbólica. No “Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa”, produzido pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), em 2021, dos 430 casos registrados, 131 (30,46% do total) correspondem a discursos que buscaram desqualificar a informação jornalística. Além disso, em 58 casos (13,49% do total), ocorreram agressões verbais virtuais/ataques virtuais. Com Mello, não foi diferente, já que a grande maioria dos ataques ocorreu por mensagens, ligações, vídeos e imagens divulgados nas redes. Já as autoras Olívia Cristina Perez e Arlene Martinez Ricoldi (2019) discutem, entre outras questões, que, a partir das redes sociais digitais, são criadas campanhas que denunciam abusos contra as mulheres e buscam a igualdade de direitos, inclusive com a formação de coletivos descentralizados e sem associação direta com partidos políticos.

É importante destacar ainda a questão do jornalismo investigativo e literário. A partir de uma perspectiva ética, o jornalismo investigativo é um esforço político dos jornalistas para evidenciar casos de corrupção e injustiças sociais (Lage, 2004, p.139) *apud* Aguiar (2006, p. 74), juntamente com mais tempo e dedicação para pesquisas, entrevistas, observações, checagem e recheagem. De acordo com Martinez

(2017), não há um consenso sobre o termo “jornalismo literário”, tanto no Brasil quanto no exterior. Partimos do princípio de que o jornalismo literário segue uma linha de aprofundamento dos fatos, mas mescla elementos estilísticos da literatura para estruturar e moldar o vocabulário do conteúdo.

Os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello

Para esta análise, são acionadas as seguintes categorias: (1) os ataques sofridos pela jornalista e em que medida eles apontam para misoginia e desigualdade de gênero; (2) a correlação entre o campo político e o campo jornalístico e como há uma tentativa de deslegitimação do jornalismo; (3) a narrativa transmidiática que atravessa o caso e gera manifestações tanto em apoio aos ataques e aumento das agressões quanto em defesa da jornalista; e (4) o uso do jornalismo literário como meio de denúncia do uso de robôs e *fake news*, bem como a violência de gênero.

(1) Desigualdade de gênero e misoginia

O livro de Mello elenca uma série de episódios em que os ataques atingiram tanto o trabalho como a reputação da jornalista. Aqui trataremos do vídeo “Vagabunda sem vergonha”, de Alexandre Frota, então candidato a deputado federal pelo PSL em 2018, com duração de 8 minutos, que faz xingamentos contra Patrícia Campos Mello.

O ex-ator pornô, famoso primeiro pela atuação em novelas da Rede Globo e por ter sido

casado durante com a atriz Cláudia Raia, utiliza palavras como “desclassificada, sem-vergonha e mentirosa” para descrever a jornalista. Mello abre seu livro com esse episódio, quando, por acaso, o filho, na época com sete anos, acha o vídeo na internet e fica assustado com o acontecido.

Neste trecho da obra, a jornalista demonstra os impactos que seu trabalho sobre o uso de robôs e *fake news* nas eleições e a misoginia tiveram em sua vida pessoal. Ela fala do lugar de mãe para justificar como os ataques a atingiram. No caso de jornalistas homens, quando são ameaçados, também existe violência contra os familiares. Há distinções, porque as mulheres jornalistas são alvo mais fáceis e são mais vulneráveis, pela própria lógica de dominação. Mas isso não quer dizer que jornalistas homens também não se sintam ameaçados e vivam as mesmas tensões no lugar de cidadãos e pais. Alexandre Frota, por exemplo, mesmo tendo feito filmes pornográficos, o que poderia ser alvo de críticas dos bolsonaristas pela posição conservadora que assumem em relação à comunidade LGBTQIAPN+ na defesa da “família tradicional”, deu várias entrevistas, com tranquilidade, sobre estes espaços ocupados. O fato de ser homem, intitular-se como heterossexual – alega ter feito filmes eventualmente por dinheiro, mesmo indo contra sua orientação sexual –, faz com que reivindique novamente este lugar de homem, heterossexual e defensor da família tradicional e disponha de “liberdade” para fazer ataques misóginos, sexistas contra a jornalista, mesmo que, no caso em

foco, Mello tenha atuado na esfera pública ao fazer uma reportagem de denúncias sobre *fake news*. Ele promove, portanto, uma mistura das esferas pública, privada e íntima e, numa postura machista e misógina, faz ataques à honra da jornalista. Mesmo tendo rompido com o bolsonarismo e votado e apoiado candidatos de centro-esquerda depois de migrar para o PSDB, Alexandre Frota não fez outro vídeo para pedir desculpas pelas ofensas à jornalista e pela postura agressiva e violenta demonstrada no contexto eleitoral de 2018.

(2) Campo político versus campo jornalístico: tensões e disputas simbólicas, coercitivas e econômicas

Desde a recente ascensão da extrema direita ao poder no Brasil e em outros países, conforme aponta Giuliano da Empoli (2019), criou-se uma aversão a instituições e campos legitimados na história da sociedade, como ataques a instâncias jurídicas, midiáticas, jornalísticas e até instituições políticas. Conforme argumenta Da Empoli (2019), trata-se da emergência da era da pós-verdade, marcada pela circulação intensa de *fake news* e o combate às instituições, em especial por governos de direita, cujo conceito remete à ideia de populismo digital.

Oliveira *et al* (2020) explicam que um dos fenômenos da era da pós-verdade é a quebra de confiança nas instituições, o que cria tendências a crenças conspiratórias e abre espaço para desinformação. Ademais, os autores apontam que

há uma tentativa de deslegitimar campos sociais já consolidados, como é o caso da esfera política e do campo jornalístico. Isso explica, segundo Oliveira et al (2020), o comportamento de Bolsonaro e das redes ligadas ao ex-presidente em atacarem o trabalho da imprensa e, em especial, de mulheres jornalistas.

Neste contexto, ao longo de seu livro “A máquina do ódio”, Patrícia Campos Mello detalha como seu trabalho profissional como jornalista incomodou determinados grupos políticos. O problema foi a forma como reagiram. Poderiam questioná-la, acioná-la juridicamente. Mas as formas de ataques se efetivaram de forma brutal, cruel, com ataques misóginos e sexistas, além de ameaças. Isso remete tanto ao poder simbólico como ao poder econômico, político e coercitivo citados por Thompson (1998).

Os ataques revelam que há distinções na forma de agir, no *modus operandi* dos campos político e jornalístico. Mesmo que não deixe de existir coerção e pressão na imprensa, dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores jornalistas, há uma tensão crescente travada com a esfera política, entendida como o campo em que a disputa de poder, muitas vezes, faz com que sejam acionadas estratégias do “vale tudo”. Vale negociar acordos, vale impor ameaças e é fundamental eliminar os “inimigos”, mesmo que seja o jornalismo. Foi a estratégia de guerra adotada por redes bolsonaristas, com ofensas a profissionais de imprensa, atacados, em algumas circunstâncias, no momento do trabalho.

Para demonstrar a coerência de seu trabalho e a carreira consolidada, a autora dialoga com teorias ou princípios do jornalismo. Ao fazer isso, no livro, Patrícia Campos Mello aciona a legitimidade do campo jornalístico enquanto instância que, numa sociedade democrática, tem o papel de informar, não assumindo lados ou, quando os assumindo, fazendo-o de forma transparente, em espaço opinativos, como aqueles destinados aos editoriais, colunas ou artigos assinados.

De acordo com Gaye Tuchmann (1993), os jornalistas recorrem ao ideal da objetividade para se protegerem de possíveis processos criminais ou exporem de forma cautelosa suas opiniões, a partir do uso das fontes. Mello aciona tal concepção e trata da objetividade jornalística ao afirmar que entrevistou também os empresários envolvidos no escândalo. A jornalista Patrícia Campos Mello faz ainda uma certa *mea culpa* ao relatar que foi um erro ter exposto sua opinião política em 2013, quando havia declarado que, em geral, votava no PT, em partidos e candidatos alinhados à centro-esquerda. Isso fez com que os bolsonaristas regatassem esta declaração, feita durante uma palestra na PUC, inserindo-as em outros contextos. Será que, de fato, jornalistas precisam esconder seus posicionamentos políticos, fora do ambiente de trabalho? E, quanto a outros profissionais – médicos, advogados, juízes, empresários –, também é exigida a “neutralidade” diante de fatos sociais?

Ademais, a jornalista aciona outro ritual, ligado a princípios do fazer jornalístico para demarcar

o seu lugar de fala profissional. Ela afirma que manteve o sigilo das fontes, que é um dos princípios do jornalismo investigativo e está assegurado pela Constituição Brasileira, no art. 5º, inciso XIV: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Quanto ao campo político, existem especificidades que o diferenciam da lógica jornalística, em que a esfera da verdade e a transparência não são consideradas fundamentais. Patrícia cita o exemplo de uma imagem de uma mulher loira ao lado de Haddad, divulgada na internet como se fosse a da própria jornalista. Assim, também se estabelece uma relação tensa em busca do controle de políticos sobre a imprensa, uma vez que o campo político é regido pela lógica da obtenção e manutenção do poder, como discute Maquiavel (1987), em texto publicado originalmente em 1532 como o clássico “O Príncipe”. Os ataques, inflamados por apoiadores de políticos específicos, funcionam como estratégias para que os líderes permaneçam intocáveis e livres para agirem como bem entenderem. Toda a estrutura que busca deslegitimar o papel investigativo e ético da imprensa recai em interesses relacionados ao poder estabelecido dentro do campo político.

O campo político, como aponta Bourdieu (1998), também tem lógicas de funcionamento e regras próprias, bem diferentes da lógica do campo midiático. Se a transparência é um dos fundamentos do fazer jornalístico, mesmo que isso nem sempre

ocorra, no caso da política, há uma busca de se manter o poder a partir de estratégias que ocorrem nos bastidores e nas chamadas “zonas de segredo”. A mídia torna-se um risco ao expor a visibilidade dos atores políticos e de suas ações. O disparo de mensagens por WhatsApp bem como a circulação de *fake news* são ações recorrentes no atual contexto por grupos políticos como forma de gerar ruídos na campanha do adversário.

Ao denunciar tais atos, Patrícia Campos Mello não somente tornou-se uma “inimiga”, aliada ao “comunismo”, como passou a ser alvo de ataques misóginos, sexistas e ameaças. Mais do que denunciar ações de um grupo político, o livro “A máquina do ódio” suscita debates e reflexões sobre o campo político e suas lógicas de manutenção de poder e permite-nos indagar até que ponto os que tentam trazer à cena pública os “acordos” ou “ações ilegais” da política passam a correr riscos, tanto de se manterem nas suas profissões como ameaças de integridade física e até de morte.

(3) Manifestações de apoio após o aumento de agressões contra Mello

Quanto à narrativa transmidiática, se, antes as mídias massivas concentravam as narrativas, hoje uma reportagem, que ganhou visibilidade na imprensa, conseguiu repercutir nas redes, impactou o campo político, teve desdobramentos, até se transformar em um livro-reportagem em que a jornalista detalha as agressões que vem sofrendo em seu trabalho.

Deve-se ressaltar que se entende por narrativa transmídia, a partir de Jenkins (2008), aquela que envolve a utilização de diferentes modelos criativos para contar uma história. No caso da forma como ganha visibilidade em diferentes tipos de mídia, ocorre, em um movimento de circularidade, uma mútua interferência das narrativas entre si. A publicação do livro gerou repercussão nas redes, de formas contraditórias, como também fez com que o fato jornalístico fosse retomado pela imprensa, seja em espaços jornalísticos tradicionais massivos ou em portais de notícia. Assim, sucessivamente, o texto é construído e vai sendo, muitas vezes, reconstruído.

Em fevereiro de 2020, após as acusações de Hans River do Nascimento e a fala do então presidente Bolsonaro sobre “dar o furo”, diversas organizações de caráter feminista assinaram uma nota de repúdio contra os ataques a Patrícia Campos Mello, tais como AzMina; Coletivo Feminino Plural; Nós, Mulheres da Periferia; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e União Brasileira de Mulheres.¹

A Abraji publicou um pronunciamento em defesa da jornalista, ocasião em que afirmou ser

1. *Az Mina* é uma revista feminista independente que nasceu em 2015 com um financiamento coletivo. O *Coletivo Feminino Plural* é uma organização não governamental feminista de Porto Alegre que atua em defesa dos direitos de mulher. *Nós, Mulheres da Periferia* é uma empresa jornalística fundada e gerida por mulheres negras e periféricas. A *Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos* foi fundada em 1991 e visa garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres. E a *União Brasileira de Mulheres*, que é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos e emancipação das mulheres, visando a construção de um mundo de igualdade contra toda opressão

“assustador que um agente político use seu canal de comunicação para atacar jornalista cujas reportagens trazem informações que o desagradam, sobretudo apelando ao machismo e à misoginia” (MELLO, 2020, p. 97). Patrícia relata que a ofensa não teria atingido apenas a ela própria, mas a todas as mulheres, por isso moveu uma ação judicial por danos morais e ofensas de cunho sexual contra o presidente.

(4) Jornalismo literário: elementos presentes no livro de Patrícia Campos Mello

O livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news*” rompe com a objetividade jornalística, aprofunda os fatos, leva os leitores para a “cozinha do jornalismo” e mescla relatos pessoais com recursos estilísticos de escrita para adentrar o jornalismo literário. No que se refere às características focalizadas por Felipe Pena (2008), na chamada “estrela de sete pontas”, encontra-se, em primeiro lugar, a apuração rigorosa e sistematizada. Mello escreveu que, após receber a pauta da matéria sobre o disparo de mensagens por WhatsApp em setembro de 2018, resolveu seguir o rastro do dinheiro. Em sequência, está a conduta ética do profissional. Por se tratar de uma investigação delicada, a jornalista teve contato com diversas fontes que desejavam permanecer no anonimato, uma vez que estavam envolvidas em esquemas de ilegalidade. Entretanto, a autora reconhece a dificuldade ética que jornalistas enfrentam ao manter o sigilo de suas fontes e, ao

mesmo tempo, zelar pela credibilidade dos dados levantados.

(...) deveríamos ter explicado de forma detalhada quem eram essas fontes e mostrar as trocas de mensagens na medida do possível, tomando cuidado para não violar o anonimato pedido por essas pessoas. Se tivéssemos descrito com pormenores como foi feita a reportagem, e explicitado como um jornalista trabalha para obter informações, a campanha para desacreditar a matéria e a autora, não teria ganhado tanta tração (...) (M, 2020, p. 50).

Em terceiro lugar, está a quebra com a periodicidade e atualidade, constituindo um momento de ampliar a visão do leitor e ultrapassar os limites do acontecimento. Mello, apesar de se afirmar como não especialista em jornalismo político, traz o contexto de outras eleições no exterior, como a cobertura que fez na Índia em 2014 e 2019, assim como nos Estados Unidos, em 2008, 2012 e 2016. “Nos dois países, acompanhei a utilização das redes sociais para influenciar a opinião pública” (Mello, 2020, p. 30). Ela cita o uso de robôs e o controle da mídia em países como Indonésia e Hungria.

O quarto elemento aponta a necessidade de o jornalismo ir além da mera função informativa e exercer a cidadania. Mello se baseou em intensa pesquisa documental e recorreu à articulação com sua formação acadêmica. A jornalista cita autores clássicos e conceituados, como, por exemplo, Hanna Arendt (1997). Levanta questionamentos sobre

autoritarismo, desinformação, uso de dados em campanhas eleitorais, violência contra jornalistas e mulheres e suscita reflexões acerca das informações de sua pesquisa.

Em quinto lugar, está a quebra da objetividade. Logo na primeira página do livro, deparamo-nos com a reação do filho de Patrícia Campos Mello quando o então candidato a deputado federal Alexandre Frota fez um vídeo xingando a jornalista. “Mamãe, tem um vídeo na internet de um cara te xingando. Posso assistir com você?” (Mello 2020, p.9). Assim, Patrícia coloca a si mesma e ao filho como personagens da narrativa. Além disso, a autora utiliza recursos estilísticos para dar fluidez à narrativa e conta pormenores que não interessariam ao leitor em uma cobertura factual, como no trecho: “(...) três cocas zero, dois pães com jamón, inúmeros cigarros depois, e nada do galego. Era meio dia e meia, resolvi almoçar lá mesmo, uma tortilha” (Mello, 2020, p. 61).

Na sexta ponta da estrela está a busca de fontes alternativas. Como já demonstrado, Mello procurou tanto por fontes envolvidas no escândalo revelado em 2018 como especialistas em política e tecnologia, além de dados de pesquisas nacionais e internacionais sobre consumo da mídia tradicional e das redes sociais. E, por fim, a manutenção do assunto em evidência. Lançar um livro em 2020, que começou com uma investigação e uma reportagem de 2018, mesmo que tenha se desdobrado em novas reportagens e polêmicas ao longo desses anos, propicia uma discussão aprofundada do assunto. Mas também é uma forma de Mello reiterar

seu prestígio como jornalista e a relevância de seu trabalho para a sociedade.

(2.a) A trajetória da jornalista Patrícia Campos Mello

Patrícia Campos Mello nasceu em São Paulo, no dia 06 de abril de 1974, formou-se em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de São Paulo, no ano de 1998, e é mestre pelo programa Business & Economic Reporting, da Universidade de Nova York, do qual foi bolsista entre 1999 e 2001. Entre novembro de 2021 e outubro de 2022, foi pesquisadora na Universidade Columbia. Há mais de 25 anos, atua na cobertura jornalística de relações internacionais, direitos humanos e economia global. Mello começou a carreira em agosto de 1993, como repórter no extinto *Jornal da Tarde*. Entre junho de 1997 e dezembro de 1998, trabalhou para a também extinta *Gazeta Mercantil*. Depois foi contratada pelo *Jornal Econômico*, no qual permaneceu até 2000. Entre maio e setembro de 2001, trabalhou no *The Wall Street Journal*, para o qual fez a cobertura dos ataques de 11 de setembro. De 2006 até 2010, foi correspondente em Washington do jornal *O Estado de S. Paulo*. Desde março de 2011, é colunista fixa da Folha de S. Paulo e, atualmente, também atua em reportagens especiais. Entre julho de 2017 e abril de 2019, chegou a ser comentarista de política internacional na TV Band. A partir de setembro de 2019, tornou-se comentarista da TV Cultura. É *sênior fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Realizou a cobertura sobre refugiados e guerras diversas vezes, indo até países como Síria, Iraque, Afeganistão, Líbia, Líbano e Quênia. Também fez matérias sobre a crise econômica nos Estados Unidos e cobriu as eleições americanas de 2008, 2012 e 2016 e as indianas de 2014 e 2019, dentre várias outras. Trabalhou na produção de notícias durante a epidemia de ebola em Serra Leoa, assim como sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. Ganhou diversos prêmios e honrarias: Prêmio de Jornalismo Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2017), Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa do Comitê de Proteção a Jornalistas (2019), Prêmio Especial Vladimir Herzog (2019), Ordem Nacional do Mérito (França-2021), entre outros. Mello publicou cinco livros, sendo eles: “O mundo tem medo da China? Nós também. O maior enigma da economia mundial” (2005); “Índia - Da miséria à potência” (2008); “Lua de Mel em Kobane” (2017); “Fronteiras: Territórios da literatura e da geopolítica” (2019); e “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital” (2020).

(2.b) O lançamento do livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”

O livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, de Patrícia Campos Mello, foi publicado em 20 de julho de 2020, pela editora Companhia das Letras. A obra é resultado da apuração da jornalista durante as eleições

presidenciais dos Estados Unidos, Índia e Brasil. A repercussão da matéria “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, assinada por Mello para o Jornal *Folha de S. Paulo* em outubro de 2018, foi importante para o desenvolvimento do projeto. Alvo de ataques sexistas e intimidação, a jornalista continuou produzindo conteúdos sobre o tema e reuniu mais informações sobre a “máquina do ódio”.

No livro, a autora mostra como líderes populistas usam as redes sociais para manipular a opinião pública, com a difamação de opositores, membros do judiciário e da imprensa. O processo acontece através de trolls (pessoas que provocam grandes discussões na internet) e robôs no Twitter, Facebook, Instagram e WhatsApp. No caso da imprensa, Mello destaca que as mulheres jornalistas são as principais vítimas. Na obra, a jornalista defende a relevância da informação de qualidade e a revalorização da mídia tradicional, tendência que se apresentou durante a pandemia de covid-19, quando uma pesquisa do Datafolha apontou aumento da confiança nas mídias jornalísticas em detrimento de informações divulgadas nas redes sociais².

2. Pesquisa DataFolha de 10 de abril de 2020 aponta que 83% das pessoas confiavam nas informações divulgadas pelos telejornais; 79% confiavam nos jornais impressos; 72% em sites de notícias e 64% em programas jornalísticos no rádio. Apenas 30% confiavam nas notícias sobre a pandemia que chegavam pelo Facebook, e 28% pelo WhatsApp. Ver DA REDAÇÃO. 78% se consideram bem informados sobre coronavírus. **Portal UOL**, São Paulo, 10 de abril de 2020. Disponível em <datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em 20 de maio de 2022.

Considerações finais

Ao analisar as violências sofridas pela jornalista Patrícia Campos Mello em diálogo com as teorias do campo da comunicação, percebe-se que a temática é muito pertinente, visto que as desigualdades de gênero, conforme apontam Bourdieu (2002) e Miguel e Biroli (2014), ainda são questões muito presentes na sociedade. Principalmente quando se trata de relações que envolvem o mundo político e o exercício profissional do jornalismo.

A violência, não somente a violência simbólica em suas várias facetas, mas outras formas de violência – psicológica e ameaça de uso da força física (que remete ao poder coercitivo) –, tem sido legitimada pelo patriarcado no Brasil e em países considerados democráticos. Líderes populistas, no caso de Patrícia Campos Mello, feriram o direito à informação garantido na Constituição Brasileira. Por isso, o engajamento do movimento feminista, bem como de outras mulheres jornalistas, órgãos e entidades de imprensa, líderes governistas, homens e mulheres de várias classes sociais é tão importante para que haja uma reflexão crítica tanto social quanto juridicamente sobre o papel da imprensa e das mulheres.

Em contrapartida, percebe-se que a escrita literária no jornalismo é uma opção para aprofundar os fatos e os processos jornalísticos, além de servir como aliada para a denúncia de crimes e a manutenção da credibilidade do campo jornalístico. Ao convidar as pessoas a conhecerem “a cozinha”, ou seja, todo

o processo investigativo por trás das reportagens, a autora promove, com técnicas de escrita literária, uma aproximação com os leitores e reitera o compromisso da profissão com a busca pela aproximação com a verdade.

Em 29 de junho de 2022, Patrícia Campos Mello ganhou o processo que movia contra o então presidente Jair Bolsonaro (PL) pela declaração sexista proferida por ele contra a jornalista em 2020. Anteriormente, Bolsonaro havia sido condenado em 1ª instância, em março de 2021, a pagar R\$ 20 mil; já segundo a decisão em 2ª instância pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, além de mantida a condenação, Bolsonaro teve de desembolsar R\$ 35 mil. Já em 1º de fevereiro de 2024, a justiça de São Paulo condenou em primeira instância, Hans River do Rio Nascimento, a indenizar a jornalista Patrícia Campos Mello, em R\$ 50 mil por danos morais. Hans também deverá pagar as custas processuais e os honorários advocatícios no valor de 15% do valor da indenização — ressalvada a gratuidade da Justiça. Desse modo e com correção monetária, a indenização pode ser ainda mais alta.

Apesar destas vitórias, é evidente que se manifestar politicamente tornou-se um risco de morte e alvo de misoginia num país que se intitulava democrático e com as instituições consolidadas. Ao trazer este debate, o presente capítulo buscou gerar reflexões sobre o fazer jornalístico e o papel que cada uma de nós temos, na condição de profissionais da imprensa e de cidadãs, em busca de um outro espaço para as mulheres. Em busca de uma sociedade em

que exista não somente igualdade de condições, mas que as diferenças de gênero sejam desconstruídas, porque, no fundo, revelam formas do poder patriarcal ainda tão presente não somente na política, mas nas práticas do cotidiano.

Referências

Aguiar, L. A. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 73-84, 2006.

Abraji. **Violência de gênero contra jornalistas somam 119 casos em 2021**. Disponível em: <abraji.org.br/noticias/violencia-de-genero-contra-jornalistas-somam-119-casos-em-2021>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Bergamo, Mônica. **Repórter da Folha aparece em lista de ataques graves contra jornalistas no mundo**: Patrícia Campos Mello virou alvo de ofensas nas redes sociais após um depoimento mentiroso dado na cpmi das fake news do congresso. Patrícia Campos Mello virou alvo de ofensas nas redes sociais após um depoimento mentiroso dado na CPMI das Fake News do Congresso. 2020. Disponível em: <folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/reporter-da-folha-aparece-em-lista-de-ataques-graves-contra-jornalistas-no-mundo.shtml?origin=folha>. Acesso em 04/04/2022.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Bourdieu, Pierre (1998). **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

Cebri. **Patrícia Campos Mello**. 2022. Disponível em: <cebri.org/br/especialista/71/patricia-campos-mello. Acesso em: 06 abr. 2022.

Da Empoli, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

Escoteguy, Ana Carolina D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 103-138, 24 dez. 2020.

Fenaj, Federação Nacional dos Jornalistas -. **Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**. Brasília: Cirandas, Comunicação e Mídias Digitais, 2022. 68 p. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

201

Folha de S. Paulo. **Ex-funcionário de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha**. 2020. Disponível em: <folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml. Acesso em: 10 jun. 2022.

Folha de S. Paulo. **Justiça condena Hans River a indenizar jornalista da Folha em R\$ 50 mil por danos morais**. 2024. Disponível em: <folha.uol.com.br/poder/2024/02/justica-condena-hans-river-a-indenizar-jornalista-da-folha-em-r-50-mil-por-danos-morais.shtml. Acesso em: 15 fev. 2024.

Fortes, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

Jenkins, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo :Aleph, 2008.

Maquiavel, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Marcosur, Articulacion Feminista. **Nota de repúdio e solidariedade: Ataque inverídico e machista à jornalista Patrícia Campos Mello é uma violência à liberdade de imprensa, às mulheres e à democracia**. 2020. Disponível em: <mujeresdelsur-afm.org/nota-de-repudio-e-solidariedade-ataque-inveridico-e-machista-a-jornalista-patricia-campos-mello-e-uma-violencia-a-liberdade-de-imprensa-as-mulheres-e-a-democracia/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Mello, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 294 p.

202 Mello, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**. 18 de outubro de 2018. Disponível em <folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 10 de maio de 2022.

Mello, Patrícia Campos. **Patrícia Campos Mello**. 2022. Disponível em: <linkedin.com/in/pataticm/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Miguel, Luís Felipe; Biroli, Flávia. **Feminismo e Política**. Boitempo Editorial, 2014.

Mina, Az. **Quem Somos**. 2022. Disponível em: <azmina.com.br/instituto-azmina/quem-somos/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

Mulheres, União Brasileira de. **Considerações gerais sobre a União Brasileira de Mulheres**. 2022. Disponível em: <ubmcarioca.blogspot.com/p/ubm.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

News, Bbc. Os principais momentos da CPMI das Fake News, que ampliou racha na base de Bolsonaro. **BBC Brasil**, 06 de março de 2020. Disponível em: <bbc.com/portuguese/brasil-51745900. Acesso em: 04 abr. 2022.

Oliveira, L.A.; Fernandes, A.B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. In: **Revista Estudos Filosóficos**, v.6, 2017, p.116-130.

Oliveira, L. A; Fernandes, C. M.; Campos, M. M.; Coimbra, M.R. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.16, n.2, dezembro 2020, p.1-18.

Pena, F. **O jornalismo Literário como gênero e conceito**. 2008. Disponível em: <portcom.intercom.org.br/pdfs/77311256385591019479200175658222289602.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

203

Perez, O. C.; Ricoldi, A. M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. Monterrey: **Anais do X Congresso Latino-Americano de Ciência Política** (Alacip), 2019.

Rios, A. O. Bronosky, M. E. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. **Mosaico**, [s. l], v. 11, n. 17, p. 46-63, 2019.

Santos, D. L. V. **As brasileiras no poder**: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019. 470p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2023.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul. 1995. Semestral.

Tuchman, G. A objetividade como ritual Estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: Traquina, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p.74-90.

WIKIPÉDIA. **Patrícia Campos Mello**. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/wiki/Patr%C3%ADcia_Campos_Mello#:~:text=Patr%C3%ADcia%20Toledo%20de%20Campos%20Mello%20\(S%C3%A3o%20Paulo%2C%206%20de%20abril,permaneceu%20at%C3%A9%20maio%20de%201997..](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patr%C3%ADcia_Campos_Mello#:~:text=Patr%C3%ADcia%20Toledo%20de%20Campos%20Mello%20(S%C3%A3o%20Paulo%2C%206%20de%20abril,permaneceu%20at%C3%A9%20maio%20de%201997..)>. Acesso em: 04 abr. 2022.

360, **Poder**. <poder360.com.br/justica/jornalista-da-folha-de-s-paulo-ganha-processo-contrabolsonaro/>. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/jornalista-da-folha-de-s-paulo-ganha-processo-contrabolsonaro/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Capítulo 7

Sistematização da violência digital contra mulheres jornalistas: das origens do Vale do Silício à esfera masculina

Giovana Kebian

Vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 2021, a jornalista filipina Maria Ressa enfrentou episódios extremamente hostis de linchamento virtual durante os últimos anos de sua carreira. Ela foi uma das fundadoras do site *Rappler*, portal de notícias online que colocou em xeque os abusos de poder exercidos pelo ex-presidente do país, Rodrigo Duterte. Nas plataformas de mídia social, os agressores, grande parte apoiadores do então presidente, a chamavam de “vadia”, “macaca”, “feia”, “virgem” e frequentemente utilizavam o neologismo *presstitute*, uma junção entre termos *press*, que significa “imprensa”, e *prostitute*, que significa “puta” (Posetti *et al.*, 2022).

Paralelamente, no Brasil, em fevereiro de 2020, a jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal *Folha de S. Paulo*, também recebia uma enxurrada de mensagens difamatórias com conteúdo altamente misógino e violento. Os agressores sugeriam que a repórter havia se oferecido sexualmente em troca de informações, conforme repercutiu um falso depoimento durante uma sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*. O então presidente Jair Bolsonaro chegou a

205

declarar que a jornalista “queria dar o furo”, mote para a criação de inúmeros memes misóginos e sexistas que promoviam julgamentos acerca do seu suposto comportamento sexual:

“Você tava querendo dar a buceta pro cara kkkkkk então você chupa piroca por fontes?’ [...] ‘Puta do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo’ [...] ‘Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?’ (Campos Mello, 2020, p. 84).

206

Os pesadelos enfrentados por Ressa e Campos Mello não foram exceções nos últimos anos. Um dos fenômenos mais expressivos entre as agressões ao jornalismo e à liberdade de imprensa, a violência digital contra mulheres jornalistas, tornou-se uma tônica dentro da profissão. Um estudo conduzido pela Unesco e organizado por Posetti et al. (2022) revelou que aproximadamente 75% das mulheres jornalistas e comunicadoras pesquisadas, provenientes de diversas regiões do globo, admitiram ter sido vítimas de alguma forma de violência *online*. As agressões se manifestam de várias maneiras, desde ofensas e insultos em seus perfis até ameaças explícitas de estupro e morte, passando pela disseminação não consensual de seus dados pessoais.

Uma característica muito marcante desse tipo de violência é que, ao ser direcionada a mulheres, apresenta um conteúdo fortemente misógino, violento, hipersexualizado e/ou reproduz estereótipos de gênero, o que fez alguns autores

(Rego, 2018; Koirala, 2020; Chen *et al.*, 2018) designarem esta prática como assédio de gênero¹. A nomenclatura foi adotada inclusive pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2022), que identificou a presença de assédios de gênero em 38% dos 119 ataques contra mulheres jornalistas em um monitoramento realizado durante o ano de 2021.

Nesse sentido, Koirala (2020) argumenta que há uma relação direta entre os ataques digitais sexistas e os problemas sociais ligados à violência de gênero no mundo físico, sendo os primeiros um reflexo de uma cultura patriarcal, na qual é esperada a submissão da mulher em relação ao homem. Chen et al. (2018) se atentam tanto à existência de conteúdo sexista mais hostil, misógino e pejorativo em relação às mulheres, com forte apelo à violência sexual, quanto à presença de conteúdo que promove estereótipos em relação ao lugar e à posição das mulheres. Já Richard Rego (2018), ao se basear em casos como o da jornalista indiana Rana Ayyub, cujo rosto foi implantado em um vídeo pornográfico por meio de inteligência artificial, defende que os ataques digitais contra mulheres jornalistas constituem uma expressão da violência sexual contra a mulher.

Em uma série de entrevistas à revista *Gênero e Número*, jornalistas como Juliana Dal Piva, do portal UOL, Vera Magalhães, de *O Estado de S. Paulo*, e a *freelancer* Schirlei Alves deram seus depoimentos sobre as agressões digitais que sofreram. Além

1. O termo é uma tradução literal para os conceitos *genderharassment* ou *gendertrolling*, utilizados pelos autores.

do machismo exacerbado, as jornalistas também apontaram a busca dos agressores em descredibilizá-las profissionalmente, sugerindo uma determinada inclinação política, ainda que inexistente, como aponta Dal Piva (Cruz, 2022, online):

Para nós, mulheres, é misógino, é ofensa. A pessoa ali tem pouco mais de 200 caracteres. O automático é uma palavra, né? Chamando de “vagabunda” ou “burra”, aí tem as desqualificações no sentido de você parecer novinha demais pra eles, então “estagiária” e variações disso; aí vêm os xingamentos que não são gênero, mas que também aparecem muito que é “jornalista”, “extrema imprensa”, “Globo lixo”, mesmo se você não é da empresa, entende?

Autores como Posetti *et al.* (2022) destacam a conexão entre violência digital, desinformação e teorias conspiratórias, apontando que os agressores se utilizam de informações incorretas ou falsas para difamar suas vítimas nos ataques a mulheres jornalistas. Lucina Di Meco (2023) introduz o conceito de “desinformação de gênero” para descrever informações inexatas ou falsas que visam a prejudicar as mulheres, baseadas em estereótipos sexistas arraigados. Ela observa que essas agressões, quando dirigidas a mulheres, geralmente não fazem parte de um debate público legítimo e apresentam um caráter pessoal, destinando-se a silenciá-las como opositoras.

Além disso, estudos de Waisbord (2020), Chen *et al.* (2018) e Koirala (2020) mostram que a incorporação da internet e das mídias sociais às

rotinas jornalísticas tornou mais fácil para o público em geral acessar e atacar as profissionais da imprensa, frequentemente por meio de perfis anônimos ou falsos. Uma pesquisa realizada pela organização Repórteres Sem Fronteiras em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (RSF, ITS, 2018) analisou meio milhão de ataques a jornalistas no *Twitter* e identificou a presença de 3,9% de perfis com alta probabilidade de serem robôs. Embora esse número seja relativamente baixo, essas contas foram responsáveis por cerca de 20% de todo o conteúdo publicado, evidenciando o impacto significativo que perfis automatizados podem ter no debate público *online*. A mesma pesquisa também destacou que a quantidade de *tweets* mencionando mulheres jornalistas foi 13 vezes maior do que a presença daqueles mencionando homens, e a incidência de termos depreciativos foi 50% maior quando direcionada a profissionais do sexo feminino.

209

Apesar de as agressões contra a imprensa não serem um fenômeno novo e, menos ainda, a violência de gênero estrutural da sociedade patriarcal, há uma certa singularidade na forma como a violência digital contra mulheres jornalistas se manifesta. Esses ataques operam de maneira coordenada, orquestrada e sistematizada, têm uma magnitude extensa, produzindo uma quantidade imensurável de mensagens que desacreditam, marginalizam e estereotipam seus alvos, operando como “assassinos de reputações” (Campos Mello, 2020). Além disso, apresentam um conteúdo fortemente hostil, violento,

explícito e misógino, que constantemente se apoia em outros recursos midiáticos para atacar seus alvos, preferencialmente mulheres.

Dessa forma, este capítulo se propôs a entender como essas profissionais são sistematicamente alvo de ataques nas redes sociais digitais. Por meio de uma análise teórica, examinamos como a arquitetura das redes sociais digitais, mediada por uma ideologia meritocrática, individualista, libertária e pós-racialista, condiciona a performance das plataformas de mídia social e é apropriada por movimentos de extrema direita que atacam jornalistas por desempenharem uma posição privilegiada na opinião pública. Além disso, argumentamos que estes ataques têm raízes profundas na violência de gênero da sociedade patriarcal e refletem uma gramática característica da misoginia online, originária de fóruns da subcultura da internet.

Vale do Silício: criando plataformas propícias à violência

Localizado na região Sul da Baía de São Francisco, na Califórnia, nos Estados Unidos, o Vale do Silício concentra grandes empresas e *startups* de tecnologia, como *Google*, *Microsoft*, *Facebook* e *Apple*. Próximas à região, estão algumas das melhores universidades do país, como a Universidade de Stanford, em Palo Alto. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o advento da internet e o avanço na criação de inovações tecnológicas em um tempo cada vez mais encurtado consolidaram o Vale do Silício

como uma grande incubadora de inovação, sucesso e prosperidade.

Paralelamente, a região também concentrou uma alta quantidade de programadores, engenheiros de *softwares* e desenvolvedores digitais – constituindo uma espécie de classe virtual. Richard Barbrook e Andy Cameron (2018) identificam na região da Costa Oeste californiana a formação de uma elite tecnológica moldada pelos ideais de liberdade individual, supervalorização do trabalho, meritocracia e antiestatismo. Esses ideais, por sua vez, influenciam diretamente na criação das empresas de tecnologia, no funcionamento das plataformas de mídia social e no discurso propagado por essa elite.

Segundo os autores, a ideologia do Vale do Silício sofreu grande influência dos *hippies* radicais na década de 1970. No início, “eles defendiam ideais progressistas, universais e racionais, como a democracia, tolerância, auto-satisfação e justiça social” (Barbrook; Cameron, 2018, p.14). Ao mesmo tempo, alguns dos membros da classe virtual, inspirados pelos ideais de Marshall McLuhan, alinhavam-se ao determinismo tecnológico e acreditavam que o progresso tecnológico e a convergência midiática seriam capazes de criar um espaço livre de censura, onde todos poderiam expressar suas opiniões, uma espécie de “ágora eletrônica”.

Barbrook e Cameron (2018) argumentam que, embora esses trabalhadores fossem bem remunerados e tivessem certa autonomia em relação à carga horária, grande parte deles tinha contratos

de trabalho temporários. Como resultado, eles se voltaram à supervalorização do trabalho, passando a defender a liberdade individual para poder produzir mais e, conseqüentemente, obter mais sucesso. Aos poucos, “em vez da liberdade coletiva defendida pelos radicais hippies, eles defendiam a liberdade individual no mercado” (Barbrook; Cameron, 2018, p. 18).

Abandonando a ideia de criar uma “ágora eletrônica”, mas mantendo a crença no determinismo tecnológico, os pensadores da Costa Oeste passaram a acreditar que a convergência midiática inaugurava um mercado eletrônico capaz de substituir o “monopólio natural” das relações capitalistas tradicionais por um espaço de competição. Nesse ambiente de valorização extrema do trabalho e hiperindividualização das relações sociais, o mérito e o esforço individual se tornaram premissas para o sucesso; portanto, qualquer forma de intervenção estatal e regulamentação no ciberespaço foi rejeitada, com a crença de que as relações sociais deveriam seguir as leis da competição.

Além da ideologia neoliberal antiestatista, Safiya Umoja Noble e Sara T. Roberts (2019) destacam a presença de um pensamento pós-racial que se baseia em mitos raciais e meritocráticos no discurso da elite tecnológica. De acordo com as autoras, “o pós racialismo se encaixa em uma postura neoliberal antirregulatória e em um sistema de crenças tecnolibertárias de que as soluções tecnológicas podem remediar os males sociais” (Noble; Roberts, 2019, p. 37). Trata-se de uma ideologia do século XXI que exclui quaisquer conflitos sociais históricos

presentes na sociedade, buscando argumentar que é possível tratar dos problemas sociais, a partir de uma abordagem universal da tecnologia, perspectiva essa que restabelece uma normatividade branca que não pode ser contestada.

Isso está presente, por exemplo, na formação das empresas de tecnologia, com a presença majoritária de funcionários homens e brancos. Diante das pressões para a adoção de políticas públicas para a inclusão de pessoas não-brancas e mulheres, pessoas em altos cargos saem em defesa da não intervenção estatal, negando-se a contornar o dramático quadro de sub-representatividade. Se as tecnologias inauguraram um novo espaço público onde todos são livres para fazer o que quiser, então, todos seriam capazes de acessar qualquer cargo que desejassem.

Além de excluir pessoas negras e sub-representadas desses espaços, essas empresas criam plataformas com interfaces que permitem o anonimato, desencorajam a moderação do discurso e facilitam a disseminação de ódio racial, fascismo, neonazismo, perpetuando exclusões baseadas em raça, gênero e etnia. O pós-racialismo “reforça o pensamento problemático de uma elite tecnológica homogênea em termos de raça, formação e classe, cujas escolhas de design e fabricação de produtos têm impacto nas populações de todo o mundo” (Noble; Roberts, 2020, p. 42).

Percebemos que a arquitetura das redes sociais digitais, mediada por algoritmos, privilegia

determinados discursos em detrimento de outros e reproduz hierarquias de poder já presentes no mundo *off-line*. Wardle e Darakshan (2017) argumentam que o funcionamento das plataformas de mídia social proporciona a criação de bolhas de filtro, que condicionam o conteúdo a que temos acesso de acordo com o nosso engajamento. Quanto maior o número de interações um conteúdo tiver (curtidas, comentários, compartilhamentos), mais visível ele se torna no ciberespaço, mesmo que esta informação seja falsa ou inexata ou contenha discurso de ódio contra um grupo social.

No entanto, ao se alimentar dos algoritmos das atividades humanas, marcadas por um histórico de desigualdades, as tecnologias oferecem um conteúdo acrítico e supostamente neutro. Em um mundo moldado pelo privilégio branco, a expressão “racismo algorítmico” (Silva, 2023) descreve de maneira precisa como tecnologias perpetuam a estratificação racial de conhecimento, recursos, espaço e violência em detrimento de grupos não brancos. Também é preciso reconhecer a fácil reprodução e projeção de outros tipos de violência simbólica (Bourdieu, 1989), estereótipos de gênero e sexualidade, além de estigmas ligados a determinadas culturas.

Dessa forma, o anonimato e a possibilidade de criação de perfis falsos contribuem para a retirada dos marcadores sociais nas interações em rede de usuários que buscam se reinventar e pertencer a uma comunidade. O princípio de autorregulação do ciberespaço promovido pela ideologia do Vale

do Silício permite e projeta manifestações de desinformação e discurso de ódio. E as bolhas de filtro das redes sociais digitais, por sua vez, são estratégicas para os usuários receberem um mesmo tipo de conteúdo repetidamente, contribuindo para a formação de um núcleo cultural com símbolos e ideais compartilhados e satisfazendo a necessidade identitária de pertencimento daqueles usuários. Isso facilita a criação de comunidades de nicho, como a esfera masculina.

Esfera masculina e o discurso Red Pill

Embora o design e organização das plataformas facilitem manifestações voltadas para o discurso de ódio, as redes sociais digitais potencializam tensionamentos e desigualdades anteriores ao seu surgimento, já enraizadas no mundo *off-line* (Santos; Santos, 2022). Uma dessas expressões seria a criação da esfera masculina, a chamada *manosphere*: um conjunto de sites e fóruns anônimos acessados por uma subcultura da internet em que a masculinidade exacerbada é utilizada como capital simbólico, criando um terreno fértil para manifestação de um discurso que estigmatiza, ridiculariza, objetifica e humilha as mulheres a qualquer custo.

Dois sites são fundamentais para sua constituição: o *reddit* e o *4chan*. O primeiro consiste em uma rede social composta por diversos tópicos de discussão temáticos em que os próprios usuários propõem discussões. Cada um dos tópicos é chamado de *subreddit* e pode atender a um público específico,

como fãs de um artista ou usuários de um *software*. O *4chan* opera com funcionamento similar ao *reddit* e tem como características ser um fórum de texto e imagem, com baixa mediação, grande presença de perfis anônimos, publicação de memes e compartilhamento de informações falsas. Ambos possuem enorme projeção e mobilizam milhares de publicações diárias. Em 2020, somente o *reddit* alcançou a marca de 30 bilhões de visualizações mensais, com cerca de 52 milhões de usuários ativos diariamente e 430 milhões de usuários mensais (CURRY, 2023).

Os tópicos de discussão, intitulados *imageboard*, são mediados por regras próprias, como, por exemplo, evitar que os usuários saiam do foco do tópico central definido. Quem se responsabiliza pela moderação da discussão é o próprio criador do tópico, que possui o poder de excluir comentários e banir usuários. Nesses espaços, é comum a mobilização de tópicos que tratam sobre o papel da mulher na sociedade, sua relação com o homem e o feminismo, em uma abordagem disruptiva defendida pela filosofia *The Red Pill* (Van Valkenburgh, 2022; Santos; Santos, 2022).

Ao realizar uma análise de 26 documentos encontrados na sessão *The Red Pill* do *reddit*, Van Valkenburgh (2021) destrincha os princípios que modelam a perspectiva da comunidade. Ele demonstra como a masculinidade hegemônica, central no argumento, incorpora discursos científicos e neoliberais para orientar que os homens tratem as mulheres como verdadeiras *commodities*.

De acordo com a filosofia *The Red Pill*, o feminismo seria uma estratégia sexual, por meio da qual as mulheres requerem liberdade a fim de poder selecionar seus parceiros sexuais estrategicamente, como aqueles que possuem melhores genes para reprodução e aqueles que possuem melhores condições financeiras para construção de uma família. Segundo essa perspectiva, a subalternidade da mulher em relação ao homem é um discurso ilusório construído pelo feminismo para encobrir a verdadeira opressão e exploração masculina, que se manifesta em um nível individual, biológico e microeconômico das relações sociais e sexuais.

Assim, o “mito da opressão feminina” serviria para enganar os homens durante toda a sua vida, especialmente aqueles considerados “machos beta”, homens que serviriam apenas para fornecer suporte financeiro e emocional e são preteridos em relação aos “machos *alpha*”, cujas características incluiriam virilidade acentuada, sexualidade exacerbada e aparência física musculosa. A partir dessa premissa, os homens poderiam decidir “tomar a pílula vermelha” (em referência ao filme *Matrix*), que traria um esclarecimento sobre como a realidade funciona. Ao fazer essa escolha, eles são instruídos a adotar uma postura chamada *game*, uma estratégia sexual que promove uma resposta à “ditadura opressora feminista”.

Se as mulheres supostamente têm preferência pelos chamados homens *alpha*, então os homens devem mimetizar o comportamento destes, tanto sua

confiança, quanto sua aparência física. Neste sentido, o culto ao corpo torna-se um elemento importante desta filosofia – não por uma preocupação com a saúde física e bem-estar mental, mas supostamente porque esta estratégia de sedução fará com que eles se coloquem em vantagem diante da opressão e exploração femininas. Outro ponto fundamental desta estratégia consiste em um comportamento racional dos homens em suas relações afetivas e sexuais, encorajando demonstrações de masculinidade e reprimindo comportamentos emotivos, para evitar que, dentro do mercado sexual das relações sociais, eles sejam confundidos com os chamados *betas*.

Trata-se, sobretudo, de adotar passos estratégicos a fim de obter as “melhores mulheres” dentro do mercado sexual das relações sociais. Van Valkenburgh (2021) demonstra que há uma apropriação da ideologia econômica neoliberal aplicada às relações sociais. De acordo com a teoria do liberalismo econômico clássico, os indivíduos são livres para – dentro das possibilidades do mercado – realizar a melhor escolha de um produto (preço, qualidade, durabilidade, custo-benefício etc.). Nesta mesma lógica, uma comunidade heterossexual é considerada um grande mercado, e seus indivíduos devem utilizar estratégias racionais para realizar a melhor escolha ao manter relações sexuais. Em outras palavras, os indivíduos também teriam um valor sexual dentro do mercado, e os corpos humanos são quantificados sexualmente, “reduzindo-os a valores-de-troca racionalizados e tornando-os comensuráveis no mercado sexual” (Van Valkenburgh, 2021, p. 98, tradução minha²).

2. No original: “reducing them to rationalized exchange values and rendering them commensurable in the sexual market place”.

A partir dessa premissa, os homens que adotam esse tipo de comportamento buscam constantemente reforçar sua masculinidade e, por outro lado, atacar e diminuir mulheres devido à sua aparência, corpo ou sexualidade. Esse discurso se tornou extremamente generalizado dentro de fóruns como o *reddit* e o *4chan*, abrindo espaço para comentários que promovem sugestões mais violentas de agressões – como ameaças de estupro ou morte.

Na publicação abaixo, retirada de um dos *subreddits*, há um exemplo explícito de manifestação misógina nesses espaços (Figura 1). O autor se mostra revoltado porque o termo “*pussy*” é designado tanto para gatinhos quanto usado como gíria para o órgão genital feminino. Ele alega que isso é um absurdo uma vez que gatos são muito melhores que mulheres e não é possível equiparar o termo com “um pedaço de carne sangrenta em formato de taco” (tradução nossa) que as mulheres possuem.

219



Figura 1 – Comentário publicado no *reddit*.

Fonte: Reddit/Online, 2017³.

3. Disponível em: <[reddit.com/r/IncelTears/comments/6ptdcu/whats_a_roastie](https://www.reddit.com/r/IncelTears/comments/6ptdcu/whats_a_roastie/)>. Acesso em: 25 jul. 2023.

Além dos *redpillers*⁴ clássicos, outra expressão importante da esfera masculina inclui os autoproclamados celibatários involuntários (*incels*). Também orientados pela filosofia *The Red Pill*, os *incels* seriam os “machos *betas*” que performam uma masculinidade alternativa, sentem-se oprimidos tanto pelas mulheres quanto pelos machos *alpha* e estão fortemente presentes dentro da comunidade *gamer*. Santos e Santos (2022) define o grupo como “homens que se sentem rejeitados por mulheres e acabam assumindo posturas misóginas e atitudes hostis contra elas, utilizando principalmente as comunidades *online* para disseminar seu ódio generalizado e purgar seu ressentimento” (Santos; Santos, 2022, p. 1089).

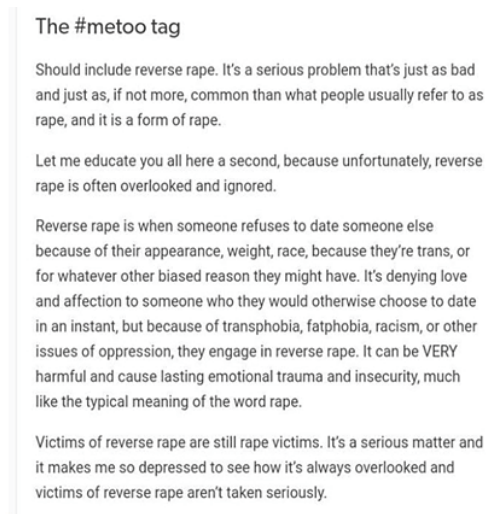


Figura 2 - Manifestação de conteúdo incel.

Fonte: Vice/Online, 2017⁵.

4. Neologismo adotado para designar aqueles que seguem a filosofia *The Red Pill*.

5. Disponível em: <[vice.com/pt/article/gyj3yw/como-o-reddit-esta-ensinando-homens-jovens-a-odiar-mulheres](https://www.vice.com/pt/article/gyj3yw/como-o-reddit-esta-ensinando-homens-jovens-a-odiar-mulheres)>. Acesso em: 25 jul. 2023.

No exemplo acima, o autor do conteúdo no portal *reddit* afirma que o movimento *#MeToo*, que impulsiona a quebra do silêncio de vítimas de violência sexual, deveria incluir também a pauta do “estupro reverso”. Segundo ele, o estupro reverso acontece quando alguém se recusa a se relacionar com outra pessoa devido à sua aparência, raça, porque aquela pessoa é trans ou qualquer outra razão. O ressentimento manifesta-se explicitamente na medida em que o usuário diminui a seriedade dos traumas de vítimas de estupro e busca inverter os sentidos, acusando as mulheres que o recusaram como perpetradoras de uma suposta violência.

Impactos da esfera masculina nos ataques contra mulheres jornalistas

Estas comunidades, que inicialmente se organizam em nichos específicos da subcultura da internet, já vêm rompendo as barreiras e adentrando o ambiente digital *mainstream*, produzindo ameaças a grupos minoritários nesses espaços (Santos; Santos, 2020). Marwick e Lewis (2017) afirmam que a esfera masculina pode, inclusive, radicalizar a tendência de homens cometerem atos de violência contra mulheres. Em 2018, Alex Manassian, autoproclamado *incel*, atropelou e matou 10 pessoas, das quais 8 eram mulheres, em Toronto, no Canadá. O motivo da ação, admitida pelo próprio assassino, foi a frustração sexual e ódio pelas mulheres que o rejeitaram (Coutinho, 2018).

Ainda que a esfera masculina brasileira seja tímida em comparação à de outros países, como os Estados Unidos, a gramática masculinista e misógina presente nestes fóruns pode ser observada em manifestações nos ataques digitais às mulheres jornalistas. É extremamente frequente o discurso sobre os corpos das mulheres e seu comportamento sexual como forma de ranqueá-las e invalidá-las para a realização do seu ofício, seguindo a premissa neoliberal do argumento *Red Pill* que também busca comensurar o valor das mulheres dentro do mercado das relações sexuais.

Ao analisar a linguagem e o comportamento de usuários no *4chan*, Catherine Thorleifsson (2022) demonstra como o uso do humor (ou daquilo que supostamente deveria ser considerado humor) promove uma diminuição nas barreiras para aceitação e corroboração do chamado *cyberfascismo*. Nos ataques massivos às jornalistas, observa-se uma grande presença de memes, GIFs, vídeos e recursos midiáticos que acompanham mensagens de texto, buscando cumprir o mesmo propósito de diluir o caráter agressivo das mensagens e torná-las mais palatáveis ao senso comum.

Em resposta a @camposmello

Foice... Não dá pra não RIR.



17:16 · 11 fev. 20

7 Retweets 88 Curtidas

223

Figura 3 – Publicação ofensiva sobre a jornalista Patrícia Campos Mello no Twitter.

Fonte: Twitter, Online, 2020⁶.

No exemplo acima (Figura 3), o comentário publicado contra a jornalista Patrícia Campos Mello no Twitter à época da CPMI da *Fake News* ilustra de maneira clara o uso dos recursos da esfera masculina para atacar a jornalista. A presença de um meme, o apelo irônico, a ridicularização da situação e, evidentemente, o forte machismo ao sugerir que com um cartão de crédito intitulado “Xerecard” a jornalista teria passe livre para fazer o que quiser.

Marwick e Lewis (2017) apontam que, apesar de *incels*, ativistas dos direitos masculinos,

6. Disponível em: <twitter.com/meddeiros_fabio/status/1227325530501976065>. Acesso em: 06 jul. 2023.

extremistas de direita e supremacistas brancos divergirem em suas crenças, eles compartilham táticas comuns para conseguir adesão em seus movimentos. Segundo as autoras, para aumentar a visibilidade de suas ideias, eles fazem uso das redes sociais digitais, de memes e perfis automatizados, assim como atacam jornalistas, blogueiros e influenciadores para facilitar a disseminação de suas ideologias.

Embora o grau de influência do jornalismo na opinião pública possa ter se alterado nos últimos anos, trata-se ainda de uma profissão privilegiada para enunciar e promover sentidos comuns dentro da sociedade. Assim, os mecanismos das plataformas de mídia social são apropriados por movimentos de extrema direita a fim de orquestrar ataques coordenados contra jornalistas, buscando disputar os discursos predominantes na opinião pública. É importante notar, neste sentido, que a cobertura política foi responsável por 62,7% das agressões contra jornalistas no Brasil, segundo um levantamento da Abraji (2023). No caso de Patrícia Campos Mello, os ataques se iniciaram logo após a publicação de reportagem que desmascarou o esquema de financiamento de empresas de marketing digital para disparo de mensagens em massa no WhatsApp contendo notícias falsas sobre o então candidato à Presidência Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (Campos Mello, 2018).

Além disso, Thorleifsson (2022) explica que um dos principais motivos que mobilizam adesão à esfera masculina é o fato de estes usuários se sentirem

de alguma maneira excluídos no mundo físico e recorrerem a um espaço onde possam se libertar dos chamados *normies* e da “cultura feminista opressora”. Nos ataques digitais às mulheres jornalistas, a rejeição e o ressentimento se fundem às falas dos agressores, que insultam as profissionais da imprensa, no geral, em decorrência de coberturas noticiosas que incitam disputas de interesse, ao que se soma o fato de serem mulheres. Há ainda, no pano de fundo desses ataques, a tentativa de criar um pertencimento a uma comunidade, ainda que a razão responsável por sustentar este vínculo seja o ódio pelas mulheres.

Ao mesmo tempo, toda a nossa atividade nas redes produz rastros digitais, que geram dados armazenados pelas companhias *hi tech*. Estas informações passam a ser monetizadas, permitindo que as empresas tecnológicas distribuam e segmentem um conteúdo que se torna visível de acordo com os interesses de cada um. Segundo a lógica de hiperindividualização das plataformas promovida pela ideologia do Vale do Silício, uma vez que cada indivíduo possui liberdade para publicar qualquer conteúdo, assim como para agenciar as informações que deseja consumir, não seria de responsabilidade dessas empresas garantir a autenticidade das informações ou impedir que determinado conteúdo seja publicado porque promove ódio contra grupos sociais.

Desta forma, ao não compreender as relações hierárquicas de gênero, raça e sexualidade como questões que interferem na experiência digital dos indivíduos, as redes sociais digitais facilitam a

manifestação do discurso de ódio contra mulheres jornalistas, em que pese a postura de desenvolvedores que não se interessam em frear um fenômeno que permanece promovendo interações e podendo ser monetizado.

Considerações finais

Nos últimos anos, a violência *online* foi incorporada à rotina de inúmeras profissionais da imprensa, especialmente com a ascensão do uso da internet e das redes sociais durante o próprio ofício. Além de ser um privilégio preferencial dos agressores digitais, observa-se um forte apelo de linguagem sexista, uso de memes, termos e expressões explícitas, além de referências violentas e sexuais – táticas ausentes quando os ataques são dirigidos aos jornalistas homens. É importante notar ainda que boa parte deste conteúdo, manifestado de maneira sistemática, coordenada e em larga escala, vem acompanhado de informações inexatas ou falsas e teorias conspiratórias, além de, frequentemente, serem promovidos por perfis anônimos e/ou automatizados.

Diante das peculiaridades desse fenômeno multifacetado, este capítulo realizou um esforço teórico ao identificar dois planos fundamentais que possibilitam a orquestração das agressões. Em primeiro lugar, estão as *affordances* das redes sociais digitais, apropriadas por movimentos de extrema direita e comunidades de nicho, a fim de promover discurso de ódio contra determinados grupos sociais. Além disso, consideramos relevante a influência

da chamada esfera masculina e do discurso *Red Pill* nos ataques personalizados a mulheres jornalistas, refletindo aspectos misóginos e estigmas de gênero presentes em uma sociedade patriarcal.

Por trás do design e projeção das redes sociais digitais, está a ideologia defendida pela elite tecnológica do Vale do Silício, onde se concentra a maioria das *Big Techs* de sucesso no mundo inteiro. Na origem de sua própria formação, as plataformas de mídia social são arquitetadas seguindo uma lógica individualista, meritocrática, antiestatista e pós-racialista, que ignora conflitos de classe, gênero e étnico-raciais presentes na sociedade, e opõem-se a qualquer tipo de mediação no debate público *online*. Assim, características como o anonimato, bolhas de filtro, autorregulação dos comentários digitais e mediação algorítmica das plataformas contribuem para tensionamento de disputas de poder já existentes no mundo físico, uma vez que estes mecanismos são apoderados por movimentos ultranacionalistas, de extrema-direita e por comunidades de nicho.

No caso das mulheres jornalistas, uma das influências predominantes nos ataques digitais é a gramática masculinista e misógina originária da esfera masculina. Nos sites e fóruns anônimos que compõem este espaço digital, há o predomínio da filosofia *Red Pill*, que prega a masculinidade exacerbada e a misoginia como resposta à “ditadura feminista opressora”. Nesse sentido, os homens defendem uma postura altamente competitiva, assumem um comportamento racional em suas

relações interpessoais e passam a comensurar o valor de corpos humanos dentro do “mercado sexual” das relações heterossexuais. Por outro lado, há um forte ressentimento em relação às mulheres que os rejeitam ou os “enganam” com suas “estratégias sexuais”, de maneira que se promove o ódio generalizado a corpos femininos, reproduzindo estigmas de gênero e reforçando comportamentos violentos.

Assim, observamos que os ataques digitais a mulheres jornalistas extrapolam manifestações de discordância em relação à imprensa, mas assumem um caráter sistemático, personalizado, machista e misógino. Diante do princípio de não-intervenção estatal na enunciação discursiva nas redes sociais digitais, esse quadro de violência afeta diretamente a vida pessoal e profissional das vítimas, que passam a conviver constantemente com as agressões, afetando também o exercício da profissão jornalística. A mediação algorítmica, por sua vez, acaba ecoando esses ataques, corroborando para a reprodução de estereótipos de gênero e sexualidade atribuídos às mulheres jornalistas e outras relações hierárquicas de poder.

Na medida em que a profissão jornalística depende cada vez mais da internet e das redes sociais, seja para coletar informações, entrar em contato com fontes, divulgar notícias ou interagir com o público, ser mulher jornalista se tornou um verdadeiro desafio para o exercício da profissão e para a garantia dos direitos à liberdade de expressão, comunicação e informação.

Referências

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Violência de gênero contra jornalistas: dados sobre ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021. **Abraji**, 2022. Disponível em: <abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 22 jun 2023.

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil - relatório 2022. **Abraji**, 2023. Disponível em: <abraji.org.br/publicacoes/monitoramento-de-ataques-a-jornalistas-no-brasil-relatorio-2022>. Acesso em: 22 jun 2023.

Barbrook, R.; Cameron, A. The Californian ideology. **Science as Culture**, n. 6, v. 1, p. 44-72, 1996.

Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

229

Campos Mello, P. A. **Máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Campos Mello, P. A. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**, 18 out 2018. Disponível em: <folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 29 set. 2023.

Chen, G.; Pain, P.; Chen, V.; Mekelburg, M.; Springer, N.; Troger, F. 'You really have to have a thick skin'. **Journalism**, v. 21, n. 7, p. 877-895, 2018.

Coutinho, L. Loucos por (falta de) sexo Celibatários involuntários promovem a misoginia na internet e, nos EUA, alguns deles estão por trás de assassinatos em massa para “punir as mulheres”. **Veja**, 14 de maio de 2018. Disponível em: <veja.abril.com.br/mundo/loucos-por-falta-de-sexo>. Acesso em: 25 set 2023.

Cruz, A. S. G. “Não deixo de trabalhar em ambiente hostil, mas me incomoda não poder me identificar como jornalista”. **Gênero e Número**, 25 de abril de 2022. Disponível em: <generonumero.media/entrevistas/entrevista-schirleialves>. Acesso em: 07 jul 2023.

Curry, D. Reddit Revenue and Usage Statistics (2023). **Business of Apps**, 9 de jan 2023. Disponível em: <businessofapps.com/data/reddit-statistics>. Acesso em: 25 set 2023.

Engel Bronosky, M., O. Rios, A. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. **Revista Mosaico**, Violência política: as múltiplas faces do Estado e as suas formas de agressão, v. 11, n. 17, p. 48-63, 2019.

Di Meco, L. Monetizing Misogyny: Gendered Disinformation and the Undermining of Women’s Rights and Democracy Globally. **She Persisted**: relatório online, fev de 2023. Disponível em: <she-persisted.org/our-work/research-and-thought-leadership>. Acesso em: 05 jul 2023.

Koirala, S. Female journalists’ experience of online harassment: A case study of Nepal. **Media and Communication**, v. 8, n. 1, p. 47-56, 2020.

Marwick, A.; Lewis, R. Media Manipulation and Disinformation Online. Relatório Online: **Data & Society Institute**, 2017. Disponível em: <datasociety.net/wpcontent/uploads/2017/05/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline-1.pdf>. Acesso em 21 jul 2022.

Noble, S. U.; Roberts, S. T. Technological Elites, the Meritocracy, and Postracial Myths in Silicon Valley, In: Mukherjee, R.; Banet-Weiser, S.; Gray, H. **Racism Postrace**, Duke University Press, p. 113-134, 2019.

Posetti, J; Shabbir, N; Maynard, D; Bontcheva, K; Aboulez, N. The Chilling: Global trends in online violence against women journalists. **Research discussion paper**. Unesco, 2022.

Rego, R. Changing Forms and Platforms of Misogyny: Sexual Harassment of Women Journalists on Twitter. **Media Watch Journal**: v. 9, n. 3, p. 472-485, 2018.

Repórteres sem fronteiras (RSF), Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS). Ataques ao jornalismo se alastram nas redes. **RSF, ITS**, 2021. Disponível em: <rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataquesaojornalismo_rsf_3.pdf>. Acesso em: 20 jul 2023.

Santos, A.; Santos, M. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 03, p. 1081-1102, 2022.

Silva, T Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **Anais do IV Simpósio Internacional Lavits 2019**. Disponível em: <lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 25 set 2023.

231

Thorleifsson, C. From cyberfascism to terrorism: On 4chan /pol/ culture and the transnational production of memetic violence. **Nations and Nationalism**, n.28, p. 286-301, 2022.

Van Valkenburgh, S. P. Digesting the Red Pill: Masculinity and Neoliberalism in the Manosphere. **Men and Masculinities**, v.24, n.01, p. 84-103, 2021.

Waisvird, S. Mob censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. **Digital Journalism**, v. 8, n. 8, p. 1030-1046, 2020.

Wardle, C., Derakshan, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. **Council of Europe report**, 2017.

Parte III

A democracia sitiada: discursos antidemocráticos em redes sociais digitais



Capítulo 8

Táticas no Twitter utilizadas contra a imprensa no governo de Jair Bolsonaro

Girliani Martins da Silva

DURANTE O MANDATO de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) contabilizou 1.442 ataques à imprensa. Destes casos, o ex-presidente, sozinho, foi responsável por 570 episódios, o equivalente a uma média de 142,5 agressões por ano, um ataque a cada dois dias e meio.

Segundo dados do Repórteres sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupou, em 2022, a 110ª posição no ranking global de liberdade de imprensa, que avalia 181 nações, destacando-se como o segundo país mais perigoso para jornalistas na América Latina, atrás apenas do México.

Antes da ascensão de Bolsonaro ao poder, seus antecessores, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, também tinham uma relação de animosidade com a imprensa tradicional; contudo, sob outro contexto. No primeiro mandato de Lula, por exemplo, de 2003 a 2006, não existiam Facebook, Twitter e tampouco WhatsApp no Brasil. A primeira plataforma chegou em 2007, enquanto a segunda popularizou-se apenas em 2008.

O WhatsApp (aplicativo de mensagens), em contrapartida, foi lançado em 2009. As críticas

233

à mídia ficavam concentradas em blogs e sites de esquerda. Nesse período, havia apenas o Orkut, que ganhou uma versão em português em 2005, com perfis pessoais, comunidades e fóruns de discussão.

Em 2010, durante a campanha presidencial na qual o Partido dos Trabalhadores (PT) era representado por Dilma Rousseff, Lula disse em comício que a vitória de sua companheira de legenda não compreendia apenas derrotar o adversário José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas “alguns jornais e revistas que se comportam como se fossem partidos políticos e não têm coragem de dizer que são partidos políticos e têm candidatos”.

A fala de Lula é uma referência à expressão “PiG” (Partido da Imprensa Golpista), popularizada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim e adotada por internautas brasileiros, desde 2007, para designar “o jornalismo praticado pelos grandes veículos de comunicação do Brasil (grande imprensa), que seriam demasiadamente conservadores e que estariam tentando derrubar o presidente Lula” (Amorim, 2008).

A ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo

A ascensão do bolsonarismo está associada a três grandes movimentos: as manifestações de 2013, que ficaram posteriormente conhecidas como Jornadas de Junho; a Operação Lava Jato, em 2014; e o

impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 (Petrarca, 2021; Solano, 2019).

O primeiro deles nasceu em junho de 2013, momento em que a população brasileira foi às ruas para manifestar-se contra o reajuste das tarifas do transporte público em diferentes municípios.

Petrarca (2021, p. 349) explana que a deflagração da Operação Lava Jato “absorveu as insatisfações contra o sistema político, a pauta anticorrupção e contribuiu para fortalecer o antipetismo e o discurso antissistema, constituindo-se em um verdadeiro partido”, o dos defensores do lavajatismo, do qual Bolsonaro tornou-se um representante.

As denúncias de corrupção intensificaram a perda de confiança da população no sistema político e nos partidos tradicionais. Em março de 2015, movidos por esse escândalo, aproximadamente um milhão e 350 mil pessoas protestaram contra o governo da presidente Dilma Rousseff nas ruas das principais cidades brasileiras. Bolsonaro e seus filhos, Flávio, Eduardo e Carlos, costumavam marcar presença em vários desses atos.

Além do antipetismo, os apoiadores da Lava Jato aderiram a um discurso antissistema, com ataques diretos à classe política e ao Supremo Tribunal Federal (Petrarca, 2021). Enfraquecida, sem apoio majoritário no Congresso, Dilma tornou-se alvo de mais um grande protesto em 2016, que reivindicou sua saída do poder e a prisão do então ex-presidente Lula.

Construção do líder populista

Jair Bolsonaro soube ler o clamor ecoado nas ruas para lançar um projeto conservador nas eleições de 2018. Solano (2019), inclusive, frisa que sua campanha à presidência da República ficou marcada por uma lógica antagônica, antissistema e antipartidária.

Declarando-se um *outsider*, uma figura que não se enquadrava no perfil da velha política, adotou um discurso populista *anti-establishment*. Em virtude de ter apenas oito segundos de campanha televisiva, seu foco passou a ser o WhatsApp e as redes sociais, sendo estas últimas gerenciadas por seu segundo filho, o vereador Carlos Bolsonaro. Nessas plataformas, comumente apresentava comportamento moralista: defendia a família tradicional brasileira, criticava o aborto, as feministas, os gays e as lésbicas, bradava pela ampliação da posse e pelo porte de armas, assim como atacava a esquerda, sintetizada nas figuras de Lula e do PT e o sistema político como um todo, bem como os veículos de imprensa que o criticavam. Chamado de “mito”, afirmava ser capaz de lutar contra todo esse sistema e a elite corrupta.

O populismo não apresenta uma definição única na literatura (Mudde, *et al.*, 2017). Para Laclau (2013, p.181), não se trata de uma ideologia rasa de esquerda ou direita, como vários teóricos defendem; o populismo é uma lógica política estabelecida através de demandas não atendidas, simbolizadas por um ou vários significantes vazios, que podem ser compreendidos como ameaças para o povo.

Para termos o “povo” do populismo, precisamos de algo mais. Precisamos de uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade [...]. No caso de um discurso institucionalizado, vimos que a diferencialidade reivindica ser o único equivalente legítimo: todas as diferenças são consideradas igualmente válidas no contexto de uma totalidade mais ampla. No caso do populismo, essa simetria é rompida: existe uma parte que se identifica com o todo (Laclau, 2013, p.134-135).

Populismo digital

O populismo digital consiste em uma estratégia de mobilização política utilizada de forma recorrente e com eficácia, principalmente pela nova direita (também chamada de direita radical), em meios digitais, e que prima pela construção discursiva de equivalência entre dois eixos: o líder e seu “povo” contra uma elite, inimiga da nação (Cesarino, 2019).

Em vários países, lideranças têm usado a internet e as plataformas digitais para apresentar uma disputa antagônica do “nós” (povo) contra “os outros” (elite corrupta). O líder utiliza os recursos digitais como ferramenta de mobilização para atrair apoiadores, criar teorias de conspiração e incitar sua base para atacar organizações.

Imprensa como inimiga do povo

Ao argumentarem que existe um cenário antagônico entre o “povo” e os “outros”, as lideranças

populistas tendem a alimentar a existência de um inimigo a ser derrotado, que “subentende grupos mais ou menos específicos – os políticos, os intelectuais, a mídia, o judiciário – ou, de forma mais geral, aqueles que gozam de certas vantagens em relação ao povo” (Ricci; Izumi; Moreira, 2021, p. 4).

Desde sua campanha presidencial, Bolsonaro referia-se à imprensa como comunista, inimiga da nação e apoiadora do PT, afirmando que, se fosse eleito, a primeira medida seria cortar a verba publicitária de alguns veículos. Semanalmente, realizava lives no Facebook, hábito que manteve depois de eleito. Nesse espaço, mostrava “sua versão” dos fatos e apontava supostas mentiras da mídia tradicional.

Mídia tradicional e/ou independente pode ser entendida por jornais, sites, canais de TV, emissoras de rádio etc. que contam com um aparato jornalístico de apuração. Em contrapartida, mídia hiperpartidária caracteriza-se por englobar discussões políticas por meio “da produção de conteúdo que não tem compromisso com as normas éticas do jornalismo, utilizando, frequentemente, informações falsas ou manipuladas com objetivos políticos” (Benkler *et al.*, 2018 *apud* Recuero; Soares; Zago, 2021), como os sites *Terça Livre* (extinto em 22 de outubro de 2021) e *Mídia sem Máscara*, entre outros.

No primeiro ano do governo Bolsonaro veio à tona a existência do que a imprensa batizou de “Gabinete do ódio”, nome dado ao grupo formado por três servidores ligados ao vereador Carlos Bolsonaro: José Matheus Sales Gomes, Mateus

Matos Diniz e Tércio Arnaud Tomaz. Em resumo, os alvos preferenciais eram todos que pudessem ser considerados adversários do presidente.

Metodologia

A metodologia adotada neste capítulo está dividida em quatro partes: 1) após consulta a sites de notícias e relatórios da Abraji, Fenaj, ONG Repórteres sem Fronteiras (RSF) e Instituto Tecnologia e Sociedade (ITS), foram selecionadas *hashtags* no Twitter ligadas a ataques à imprensa na gestão de Jair Bolsonaro; 2) com as *hashtags* definidas, o programa Twitter Crawler levantou *tweets* com essas palavras-chave; 3) após a filtragem dos *tweets*, foi possível identificar quais *hashtags* se sobressaíram em cada ano e os episódios a elas relacionados; e 4) por uma questão de recorte acadêmico, para cada ano de mandato, estão descritos os dois principais episódios e as táticas/ferramentas utilizadas. Logo, ao todo, foram analisados oito casos.

Como ataques, neste contexto, podem-se considerar declarações que desacreditizam jornalistas ou veículos, intimidações, ofensas, ameaças e discursos estigmatizantes (Fenaj, 2020).

Jair Bolsonaro ingressou no Twitter em 2010 e, no momento de redação deste capítulo, possui 12 milhões de seguidores. Costuma utilizá-lo para compartilhar opiniões, resgatar ações de seu mandato, comparando-as com a gestão de Lula, e atacar opositores. Em virtude de a plataforma ter relevância no cenário político brasileiro, o Twitter foi escolhido como objeto deste estudo.

(1) Twitter

É uma rede social/microblog criada e lançada em 2006, nos Estados Unidos, por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass. O nome escolhido tem ligação com o som emitido pelos passarinhos (“tweet”), por isso, o logotipo foi idealizado como um pássaro azul.

Até 2016, os usuários poderiam escrever “tweets” (micro-mensagens) com até 140 caracteres, porém, desde 2017, a empresa dobrou o tamanho permitido para as mensagens, que agora chegam a 280 caracteres. Na plataforma, é possível seguir outros perfis, escrever tweets, curtir, comentar, compartilhar (“retweets” ou “RT”) ou enviar “Direct Messages” (mensagens diretas ou “DM”).

Além disso, é possível compartilhar links, imagens e vídeos, bem como fazer enquetes e mencionar outros usuários (@). Um recurso muito frequente é o uso de *hashtags*, mecanismo desenvolvido para indexar palavras-chave.

Para saber quais são as palavras ou os assuntos mais comentados em tempo real no Twitter, existem os “Trending Topics” (TT’s). A rede social conta com 240 milhões de usuários ativos, entre políticos, celebridades, *influencers* e pessoas comuns, sendo que mais de 14 milhões são brasileiros, a quarta maior base do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Índia, respectivamente.

Em outubro de 2022, a plataforma foi adquirida pelo empresário Elon Musk e, desde então, passou por uma série de mudanças; entre elas, está

a limitação de dados para pesquisadores, criação de versão paga (Twitter Blue), selo de verificação pago e nova identidade visual.

O logo do pássaro azul deixou de ser utilizado para dar lugar ao “X”, em referência à identidade das demais empresas de Musk. Em julho de 2023, o Twitter oficialmente trocou de nome, sendo rebatizado como “X”.

(2) Twitter Crawler

Diariamente, os usuários do Twitter geram cerca de meio bilhão de tweets. Muitos deles estão disponíveis para pesquisadores e desenvolvedores por meio de API’s (ou “Interfaces de Programação de Aplicações”) públicas. O Twitter Crawler é um software que utiliza essa API pública para extrair e salvar dados da plataforma para posterior análise.

241

(3) Hashtags selecionadas

As palavras-chave definidas para cada ano levaram em consideração a relevância em sites de notícias e no próprio Twitter. Assim, ao todo, foram consideradas 15 *hashtags*, sendo que duas delas, *#globolixo* e *#folhalixo*, aparecem nos quatro anos do governo Bolsonaro devido à pertinência de episódios.

Hashtags relacionadas a ataques contra a imprensa			
2019	2020	2021	2022

#globolixo	#globolixo	#globolixo	#globolixo
#folhalixo	#folhalixo	#folhalixo	#folhalixo
#estadoementiu	#cnnbrasillixo	#cnnlixo	#cnnlixo
#imprensaliço	#imprensaliço	#imprensaliço	#veravergonha
#miriamleitaø	#folhaputinhadopt	#extremaimprensa	dojornalismo
terroristasim	#majumentirosa	#estadoafake	
	#patriciacampos	#vejalixo	
	mello		
	#verafakenews		

Quadro 1 – *Hashtags* utilizadas em ataques contra a imprensa de 2019 a 2022.

Fonte: elaborado pela autora.

(4) Táticas selecionadas

No aparato de ataques à imprensa, muitas táticas podem ser utilizadas. Entre os resultados do estudo apresentado neste capítulo, incluem-se duas: *astroturfing* e *firehosing*; e duas ferramentas: *bots* e *fake news*, dados que nos auxiliarão a compreender o *modus operandi* virulento contra a mídia tradicional brasileira. Vejamos as táticas:

- **Astroturfing:** O termo é utilizado para simular apoio com o objetivo de manipular a opinião pública contra cidadãos ou instituições. O nome advém de *AstroTurf*, uma marca de grama sin-tética da Monsanto, criada na década de 60 (Kolivos; Kuperman, 2012). Enquanto *astroturfing* aparenta ser um apoio espontâneo, uma movimentação em grupo, os *grassroots*, em contrapartida, designam movimentos sociais ou políticos com alguma base de apoio popular realizados nos Estados Unidos.

• **Firehosing:** Em uma alusão à mangueira de incêndio (*fire* + *hose*), o *firehosing* é utilizado para disseminar informações, muitas vezes falsas, sobre determinado assunto ou indivíduo, de modo rápido, em larga escala, repetidamente e em multicanais (Paul; Matthews, 2016). Repetida à exaustão e em canais que imprimem credibilidade jornalística, a informação tem mais chances de ser aceita como verdadeira uma vez que tenha espaço em múltiplos canais, porém, “a apresentação de múltiplos argumentos por múltiplas fontes é mais persuasiva do que a apresentação de múltiplos argumentos por uma fonte ou de um argumento por múltiplas fontes” (Paul; Matthews, 2016, p. 8). Entretanto, nem sempre a tática é composta por informações ou notícias 100% falsas; muitas vezes, estas misturam-se com fatos verdadeiros.

243

Além de Vladimir Putin, presidente da Rússia, outro adepto do *firehosing* é Donald Trump, que comandou os Estados Unidos durante quatro anos (Arbay; Widodo, 2022). Da corrida presidencial americana de 2016 até o período em que esteve na Casa Branca, divulgou teorias conspiratórias, desinformação e *fake news*, como aquela que contestava o local de nascimento de Barack Obama ou sobre a construção de um muro na fronteira com o México, endossadas e repetidas em seu perfil no Twitter, na Fox News e em outros veículos pró-governo.

No Brasil, Jair Bolsonaro também recorre à prática: utilizou-a para tratar da existência de um suposto “kit gay” durante sua campanha, em 2018, ou para atacar jornalistas. Em julho de 2019, durante conversa com correspondentes estrangeiros no Planalto, o ex-presidente disse que Miriam Leitão integrou a luta armada contra a ditadura militar e foi presa porque iria para a Guerrilha do Araguaia.

Os dois episódios foram divulgados em canais bolsonaristas no YouTube e em sites como *Terça Livre* e *Jornal da Cidade*, bem como em páginas no Facebook e no Twitter. Ambos são exemplos de *firehosing*, visto que tiveram divulgação de forma contínua, em alto volume e em multicanais, sem compromisso com a realidade, além de misturarem elementos falsos com reais.

(5) Ferramentas

Uma das táticas, *firehosing*, conforme apontado, pode envolver a produção e a circulação de *fake news*. Por conta disso, notícias falsas, neste contexto, são consideradas uma ferramenta. Na mesma linha, *astroturfing*, ao simular um apoio espontâneo a uma ação ou campanha, pode incluir ou não o uso de *bots*, a segunda ferramenta. Vejamos cada caso.

Heaton (2002) define *bot*, derivação da palavra em inglês robot (robô), como um programa de *software* que realiza tarefas autônomas repetidamente. Por ser automatizado, opera mais rápido do que usuários humanos. São também conhecidos como *spiders*, *crawlers* e agentes inteligentes.

“Na internet existem tanto *bots* legítimos, que prestam serviços úteis e legais, quanto *bots* empregados em crimes ou ações de cunho malicioso e que podem resultar em danos e prejuízos para terceiros” (TechTudo, 2018, *online*). Os *bots* legítimos, por exemplo, fazem varreduras para indexar páginas, como acontece quando usamos o Google para pesquisar algo. Já um “bot maligno” pode encontrar sites vulneráveis para fazer ataques e invasões, ou ainda “postar conteúdo, interagir entre si e com usuários humanos e outros bots, por meio de conexões online – assim como pessoas reais (Regattieri, 2019, p.133).

No Twitter, existem milhares de *bots*. Em 2017, uma pesquisa da Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, afirmou que 15% da base de usuários eram perfis automatizados, o equivalente a 49,5 milhões de contas na época.

“Esses robôs tinham a função de retuitar, tuitar e seguir os chamados influenciadores, a fim de engrossar estatísticas de famosos e até de políticos” (TechTudo, 2018, *online*). Nas eleições americanas de 2016, o Twitter revelou ao governo americano que *bots* ligados a contas de grupos russos retuitaram 470 mil vezes mensagens de Donald Trump nos meses finais da campanha frente a 50 mil retuites do perfil de Hillary Clinton.

Esses dados vieram de uma investigação sobre o uso de redes sociais para manipular as eleições no país, usando, inclusive, *bots* para automatizar contas e perfis falsos, de forma não transparente. Embora

tenha eliminado milhões de perfis identificados como *bots*, o Twitter tem dificuldades para combatê-los, pois agem cada vez mais como usuários reais.

Em 2017, um estudo divulgado pela Associação Brasileira das Empresas de Infraestrutura e Hospedagem na Internet (Abrahosting) revelou que 60% do tráfego na internet em nosso país vem de bots. Mas nem todos são maliciosos. A maioria é de natureza lícita.

Massaro, Lago e Cruz (2018, p. 37) explicam que “no Brasil é possível diagnosticar o uso de bots em contextos eleitorais desde, pelo menos, 2010”. Para identificar a probabilidade de um perfil ser automatizado no Twitter, existem algumas ferramentas, como Botometer (conhecido anteriormente como Bot or Not), PegaBot, BotSlayer, entre outros.

O Botometer, desenvolvido pela Universidade de Indiana, verifica as atividades de um perfil no Twitter e atribui um ranking de pontuação a partir de parâmetros. Pontuações mais altas significam mais probabilidade de serem *bot*. Varol *et al.* (2017) afirmam que o grau de confiabilidade do software é de 86%.

O PegaBot funciona da mesma forma. Nasceu no Brasil, em março de 2018, através de uma parceria entre o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) e o Instituto Tecnologia & Equidade. Segundo o site oficial, trata-se de “um projeto para dar mais transparência ao uso dos bots no Brasil” quanto à disseminação e desinformação.

Já em relação às *fake news*, embora não haja um consenso na literatura acadêmica, o termo teve visibilidade nas eleições americanas de 2016, entre o republicano Donald Trump e a democrata Hillary Clinton. Para muitos, as notícias falsas, inclusive, teriam auxiliado Trump a chegar à presidência.

No Twitter, o então candidato a presidente dos Estados Unidos repetia a expressão *fake news* à exaustão para se referir às notícias negativas sobre ele divulgadas na imprensa. Depois dele, outros políticos recorreram ao uso com o mesmo sentido. Ainda em 2016, as menções às *fake news* aumentaram 365%. No ano seguinte, foi eleita a palavra do ano pelo dicionário inglês *Collins* (2017), que o classifica como “informações falsas, muitas vezes, sensacionalistas, disseminadas como se fossem notícias”.

247

Há quem defenda que o conceito nasceu no debate político ou no âmbito jornalístico. Apesar do impasse, Lazer *et al.* (2018) definem *fake news* como informações fabricadas para parecerem reais ao menos na forma, e não no processo ou intenção organizacional.

Elas podem sobrepor outros desarranjos da informação, como a *desinformação*, no sentido da informação equivocada ou no sentido da informação propositalmente difundida com a intenção de enganar. Com a facilidade de criação de páginas ou perfis nas redes sociais, qualquer um pode “produzir” conteúdo e intitular aquilo de notícia:

As plataformas da internet se tornaram os principais facilitadores e principais condutores de notícias falsas. É barato criar um site com as características de uma organização de notícias profissionais, assim como também é fácil gerar receita com conteúdo por meio de anúncios on-line e disseminação de mídia social. A internet não apenas fornece um meio para publicar notícias falsas, mas oferece ferramentas para promover ativamente a divulgação (Lazer *et al.*, 2018, p. 1095-1096).

Assim como Trump, Bolsonaro utiliza o termo para ressaltar que a mídia tradicional produz notícias falsas a seu respeito e ao seu governo, em uma tentativa de descredibilizá-la.

Análise dos resultados

De acordo com o Twitter Crawler, em quatro anos, as *hashtags* selecionadas movimentaram 4 milhões de tweets, associados a 453.655 perfis.

(1) Primeiro ano de gestão

Em 2019, primeiro ano de Jair Bolsonaro no poder, as duas palavras-chave mais utilizadas foram *#globolixo*, que teve o pico em outubro, com 350.182 mil tweets, seguida por *#estadaomenti*, com pico em março, resultando em 50.825 tweets.

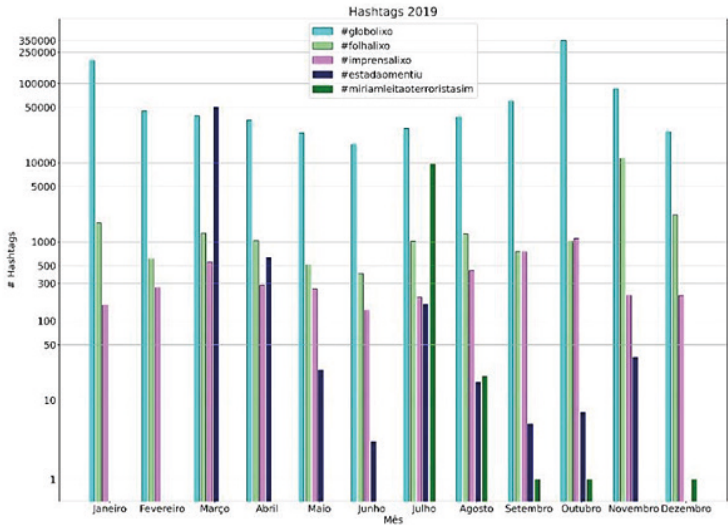


Gráfico 1 – Hashtags utilizadas nos ataques contra a imprensa em 2019.

Fonte: elaborado pela autora.

(1.a) Episódios

#globalixo: Reportagem do JN sobre o caso Marielle Franco

Uma reportagem do *Jornal Nacional*, divulgada em 29 de outubro, mostrou que Élcio de Queiroz, suspeito de assassinar a vereadora Marielle Franco, entrou no Condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro, para se reunir com outro acusado, Ronnie Lessa. O encontro ocorreu horas antes do crime, em 14 de março de 2018. Além de Lessa, Jair Bolsonaro também reside no local. Em depoimento à polícia, o porteiro contou que Élcio de Queiroz iria à casa 58, pertencente ao então deputado na época. Ao

interfonar para o imóvel, o porteiro disse ter ouvido a voz do parlamentar. No entanto, registros da Câmara dos Deputados mostraram que ele estava em Brasília.

Antes mesmo da reportagem ir ao ar, Bolsonaro fez um tweet, chamando a emissora de “canalhas”, que gerou mais de 12 mil compartilhamentos (retweets). O conteúdo jornalístico teve ampla repercussão nas redes sociais. No Twitter, *#globolixo* ficou entre os destaques. A maioria dos tweets criticou o trabalho da emissora e questionou sua credibilidade.



Figura 1 – Tweet de Bolsonaro sobre a reportagem veiculada no Jornal Nacional.

Fonte: Twitter.

#estadaomentiui: Constança Rezende

Em março de 2019, Constança Rezende, do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi alvo de uma acusação falsa divulgada pelo blog francês Club de Mediapart, do site Mediapart. Um homem chamado Jawad Rhalib publicou o texto “Para onde vai a imprensa?”

e uma gravação telefônica em que a repórter teria demonstrado intenção de arruinar Flávio Bolsonaro e o então presidente.

A voz que aparece na gravação é de Constança, mas em nenhum momento ela fez essa declaração. O autor do artigo explica que o áudio, em inglês, foi extraído de uma conversa entre a profissional e um estudante de uma universidade britânica.

A “notícia internacional” e a gravação tiveram destaque no site *Terça Livre* e no Twitter. Na ocasião, bolsonaristas difundiram e amplificaram a acusação, movimentando a *hashtag* #estadaomentiu.

Bolsonaro compartilhou o conteúdo em seu perfil, reforçando que “querem derrubar o governo com chantagens, desinformações e vazamentos”. O tweet dele, publicado em 10 de março, foi o que mais engajou, com 23 mil curtidas, 7 mil retweets e 5,3 mil comentários.

251



10:45 PM · 10 de mar de 2019 · Twitter Web Client

Figura 2 – Tweet de Bolsonaro sobre o caso Constança Rezende.
Fonte: Twitter.

(2) Segundo ano de gestão

Os picos de *hashtags* em 2020 aconteceram em abril, com #globolixo, que movimentou 282.440 tweets, e em agosto, com #majumentirosa, responsável por gerar 99.561 tweets.

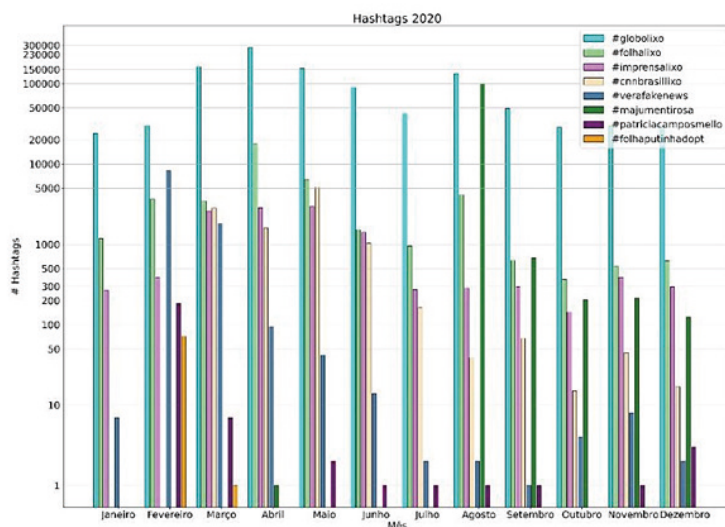


Gráfico 2 – *Hashtags* utilizadas nos ataques contra a imprensa em 2020.

Fonte: elaborado pela autora.

(2.a) Episódios

#globolixo: Cobertura dos primeiros meses de pandemia

Logo no primeiro quadrimestre do ano, durante a pandemia de covid-19, o ex-chefe de Estado brasileiro criticou a cobertura da imprensa, especialmente o trabalho realizado pelo grupo Globo,

e afirmou que havia um exagero de informações, com a intenção de enganar a população.

Em 2 de abril, ele usou seu perfil no Twitter para responder à emissora, mas de forma indireta: “Não há mudança de tom quando se fala em salvar vidas após alertar sobre histeria, como sugere determinada emissora [...]”. A postagem recebeu quase 7 mil retweets e fomentou a base bolsonarista, que impulsionou a *hashtag* #globolixo como forma de mostrar apoio.

Ao final do mês, mais precisamente em 30 de abril, em entrevista concedida em frente ao Palácio da Alvorada, ameaçou cortar verbas do grupo e não renovar a concessão: “Essa imprensa lixo, porcaria! Não vou dar dinheiro para vocês. Globo, não tem dinheiro para vocês! Não é ameaça, não...”. A declaração foi bem recebida entre os eleitores que o acompanhavam no “cercadinho”. Horas depois, apoiadores impulsionaram a *hashtag* citada.

253



Figura 3 – Jair Bolsonaro critica, de forma implícita, cobertura da pandemia feita pela TV Globo.

Fonte: Twitter.

#majumentirosa: Maju Coutinho

Na tarde de 24 de agosto de 2020, Maju Coutinho, que apresentava o *Jornal Hoje*, noticiou que, durante o evento “Brasil Vencendo a Covid”, tanto as autoridades presentes quanto o presidente não prestaram solidariedade às vítimas da pandemia e aos seus familiares. À noite, Bolsonaro rebateu a notícia no Twitter e afirmou que a TV Globo mentiu a seu respeito.



Figura 4 – Tweet do presidente afirma que TV Globo mente sobre ele.

Fonte: Twitter.

Embora não tenha citado diretamente o nome da jornalista, destacou a imagem dela. Após esse tweet,

a profissional ficou entre os assuntos mais comentados da rede social na manhã de 25 de agosto por meio da *hashtag* #majumentirosa, que a descrédibilizava. Um dos usuários ressaltou que, diante da repercussão, ela recorreria ao discurso vitimista, dizendo que foi vítima de racismo (Figura 5).

Então a TAG de hoje é #MajuMentirosa a bicha é tão descarada que mentiu no jornal hoje dizendo que Nem Bolsonaro e nem as autoridades lá no evento prestou solidariedade às vítimas da COVID. Só que a verdade veio à tona, Jaja ela diz que está sofrendo racismo
KKKKKKKKKKKKKKKK

[Translate Tweet](#)

8:39 AM · Aug 25, 2020 · [Twitter for iPhone](#)

Figura 5 – Tweet com ofensa à Maju Coutinho.

Fonte: Twitter.

255

À tarde, no *Jornal Hoje*, Maju se pronunciou, reconhecendo a presença de um erro factual na reportagem. “[...] Mas uma médica da Bahia, a doutora Raissa Soares, que não faz parte do governo, pediu um minuto de silêncio e o pedido foi respeitado por todos os presentes, inclusive o presidente”, disse.

(3) Terceiro ano de gestão

Em 2021, as duas principais *hashtags* foram #globolixo, em junho, com 95.015 tweets, e #cnnlixo, que apresentou 47.792 tweets em maio.

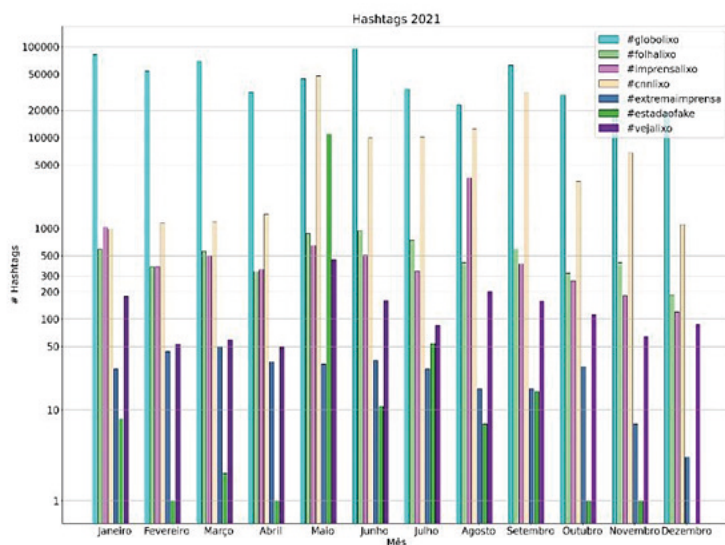


Gráfico 3 – Hashtags utilizadas nos ataques contra a imprensa em 2021.

Fonte: elaborado pela autora.

(3.a) Episódios

#globolixo: Ações de Jair Bolsonaro na pandemia

Na semana em que o Brasil atingiu 500 mil mortes decorrentes da pandemia de covid-19, Bolsonaro continuou sem utilizar máscara e a defender o uso de hidroxicloroquina e ivermectina para tratar o vírus, mesmo sem comprovação científica da eficácia dessas substâncias. As ações do mandatário ganharam destaque na mídia tradicional, e, em uma visita ao município de Guaratinguetá, no interior de São Paulo, em 21 de junho, ao ser questionado pela repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda, afiliada

da TV Globo, sobre não ser adepto de máscara em locais públicos, o então presidente respondeu: “Cala a boca [...] a Globo é imprensa podre. Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam”.

Naquele momento, ele utilizava máscara de proteção sobre o rosto, mas, irritado, acabou tirando-a em frente aos jornalistas. As ofensas de Bolsonaro estiveram entre os assuntos mais comentados do dia. No Twitter, políticos e outros usuários se solidarizaram com Laurene Santos; em contrapartida, bolsonaristas apoiaram o discurso do presidente, subindo a *hashtag* *#globolixo*.

Vale ressaltar que, em junho, o governo federal ficou, ainda, envolvido em suspeitas de fraude em torno da compra de vacinas contra a covid-19, algo em voga no noticiário brasileiro e que gerou conflitos com outros profissionais da imprensa. Quando Victória Abel, da Rádio CBN, integrante do grupo Globo, indagou-o sobre o caso, recebeu como resposta que “voltasse para a universidade”. Ele também pediu para que os repórteres parassem de fazer perguntas estúpidas.



Figura 6 – Perfil do Uol no Twitter destaca ataque à repórter Laurene Santos.

Fonte: Uol/Twitter.

#cnnlixo: Manifestação pró-Bolsonaro no Rio de Janeiro e Daniela Lima

Em 23 de maio de 2021, ainda durante a pandemia, apoiadores de Bolsonaro organizaram uma manifestação no Rio de Janeiro para criticar medidas de *lockdown* e pedir intervenção militar. O então presidente e o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, compareceram. Contrariando as

recomendações de órgãos da saúde, apareceram sem máscara e causaram aglomeração.

O repórter da CNN, Pedro Duran, que cobria o ato, foi alvo de xingamentos e precisou ser escoltado pela polícia. Os manifestantes gritavam “CNN lixo”, expressão que se tornou uma hashtag forte no Twitter. Para os bolsonaristas, a emissora foi à manifestação para tentar prejudicar a imagem do presidente, visto que iriam mostrá-lo sem máscara, em aglomeração e sustentando um discurso contra o isolamento.



Figura 7 – Tweet sobre expulsão de repórter em ato pró-Bolsonaro.

Fonte: Twitter.

(4) Quarto ano de gestão

O ciclo ficou marcado pelo último ano do mandato de Jair Bolsonaro e pelas eleições de 2022, repercutidas nas redes sociais. As hashtags mais utilizadas no ano foram *#globolixo*, uma vez mais, e *#veravergonhadojornalismo*. Ambas predominam em agosto, mês de debates presidenciais. A primeira palavra-chave registrou 458.443 tweets; já *#veravergonhadojornalismo* somou quase 10 mil tweets.

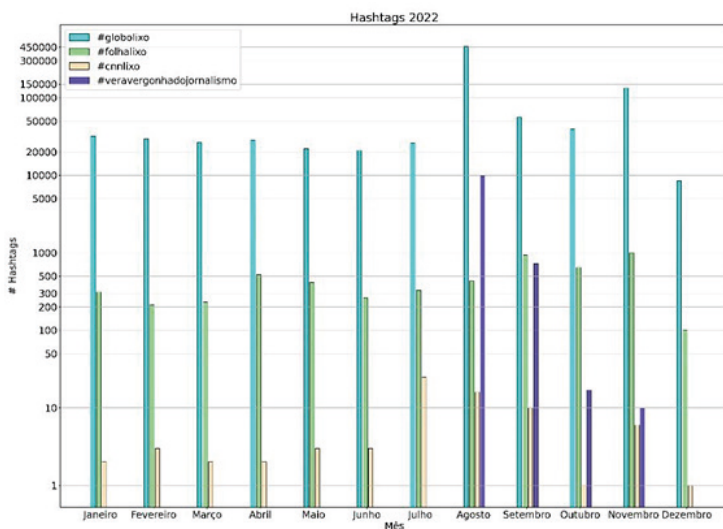


Gráfico 4 – Hashtags utilizadas nos ataques contra a imprensa em 2022.

Fonte: elaborado pela autora.

(4.a) Episódios

***#globolixo*: Entrevista de Jair Bolsonaro no Jornal Nacional**

As eleições de 2022 tiveram amplo destaque na mídia nacional e nas plataformas digitais. O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva ao cenário político, em uma disputa contra Jair Bolsonaro, ganhou pauta nos jornais e nas redes sociais.

O *Jornal Nacional*, transmitido pela TV Globo, abriu a série de entrevistas com os presidentiáveis em 22 de agosto. Bolsonaro foi o primeiro sabatinado, enquanto Ciro Gomes, Lula e Simone Tebet continuaram a agenda.

No Twitter, os eleitores do presidente em vigor reclamaram da postura de William Bonner. Durante a sabatina, Bolsonaro disse que o apresentador do JN espalhou *fake news* ao noticiar que ele havia xingado ministros do Supremo Tribunal Federal.

Renata Vasconcellos, por sua vez, indagou sobre as ações na pandemia e citou a queda de quatro, dos cinco ministros, que ocuparam o Ministério da Educação. Um deles, Milton Ribeiro, foi preso por estar ligado a um esquema de propina para liberação de verbas.

A Pilantra Safada Militante mudou o Discurso!! "Fica em Casa se puder ... 🤪🤪🤪

#GloboLixo #RenataVasconcelosMentirosa

Translate Tweet

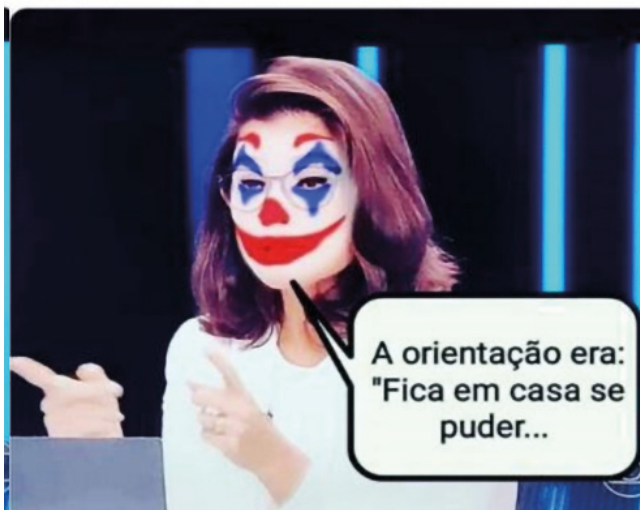


Figura 8 – Usuário pró-Bolsonaro ofende Renata Vasconcellos por ter abordado tópico da pandemia em sabatina no *Jornal Nacional*.

Fonte: Twitter.

Todas as perguntas foram rebatidas pelo entrevistado que, em seu perfil, afirmou que Bonner fez um pronunciamento: “Na medida do possível, com muita humildade, pudemos esclarecer e levar algumas informações que raramente são noticiadas em sua emissora [...]”.

Durante e após sua participação no telejornal, os eleitores e simpatizantes subiram a *hashtag* #globolixo e chamaram a atenção para a imparcialidade dos jornalistas. O tweet de Bolsonaro, com quase 25 mil compartilhamentos, serviu para

endossar o discurso de que a TV Globo não veicula informações e/ou notícias verdadeiras.



Figura 9 – Perfil oficial de Jair Bolsonaro afirma que TV Globo omite informações.

Fonte: Twitter.

263

#veravergonhadojornalismo: Vera Magalhães

No primeiro debate entre os presidenciáveis, promovido pela TV Cultura, em 28 de agosto, a jornalista Vera Magalhães perguntou a Ciro Gomes “em que medida que a desinformação difundida pelo presidente pode ter agravado a pandemia de Covid?”.

Na dinâmica, Bolsonaro poderia comentar a questão. Assim, aproveitou para dizer que as acusações eram mentirosas e que defendiam um posicionamento político: “Eu acho que você [Vera] dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido em um debate como esse. Fazer acusações mentirosas ao meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”.

A âncora não pode responder às ofensas na transmissão. Em contrapartida, políticos como

Ciro Gomes e Simone Tebet, além de jornalistas, saíram em defesa dela. O comentário de Bolsonaro apresentou viés misógino. Além disso, para invalidar a credibilidade da apresentadora, recorreu também às acusações de que ela seria parcial e militaria a favor de um lado – nesse caso, da esquerda –, narrativa fomentada por bolsonaristas no Twitter por meio da *hashtag* apontada.



Figura 10 – Postagem enaltece resposta de Jair Bolsonaro à Vera Magalhães.

Fonte: Twitter.

A seguir, apresenta-se o quadro geral com as duas *hashtags* que mais se destacaram em cada ano no Twitter, os episódios relacionados e as táticas e/ou ferramentas utilizadas (Quadro 2).

Ano	Hashtag predominante	Episódio	Tática (s) e/ou ferramenta (s)
2019	#globolixo	Reportagem no JN sobre o caso Marielle Franco	fake news
	#estadaomentiu	Constança Rezende	astroturfing, fake news e firehosing
2020	#globolixo	Cobertura dos primeiros meses de pandemia	fake news
	#majumentirosa	Maju Coutinho	fake news e firehosing
2021	#globolixo	Ações de Jair Bolsonaro na pandemia	fake news
	#cnnlixo	Manifestação pró-Bolsonaro no Rio de Janeiro e Daniela Lima	fake news
2022	#globolixo	Entrevista de Jair Bolsonaro no Jornal Nacional	fake news
	#veravergonhado jornalismo	Vera Magalhães	fake news

Quadro 2 – Táticas utilizadas em ataques de 2019 a 2022.

Fonte: elaborado pela autora.

Considerações finais

Uma das retóricas adotadas por Jair Bolsonaro em sua gestão presidencial foi enxergar a imprensa tradicional como um adversário a ser derrotado, pois ela pertenceria a um grupo cultural hegemônico de esquerda.

Como figura populista, o ex-presidente estabelece um discurso que opõe o povo aos “outros”. Segundo Laclau (2013), as raízes populistas estão concentradas em um povo representado por um líder carismático que se posiciona como antissistema em uma fronteira antagônica.

Contudo, o “povo” que Bolsonaro defende não está associado a componentes globais de uma nação, mas a grupos em consonância com seus posicionamentos. Nesse sentido, seu “povo” representa um ideal de pureza, composto por cidadãos de bem, evangélicos e mulheres antifeministas. Em contrapartida, os “outros” (Estado, imprensa e partidos políticos) integram uma elite cultural corrupta, que detém certos privilégios.

A direita bolsonarista nasce de uma insatisfação generalizada com as instituições públicas e é formada por indivíduos que não se sentiam representados pela ordem vigente e passaram a se articular no meio digital, inicialmente em sites e blogs e, posteriormente, nas redes sociais, onde conseguem se mobilizar.

Para Gerbaudo (2017, p.7), as redes sociais são espaços que deram voz “aos de baixo” e amplificaram suas visões. Nas plataformas digitais, esses cidadãos mantêm um discurso anti-establishment, que pode gerar protestos e demais ações, como ataques a determinados indivíduos ou à imprensa.

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro utilizou as redes sociais para atacar a mídia tradicional, principalmente quando era questionado ou estava envolvido em pautas polêmicas, entre elas, comportamento na pandemia, irregularidades na compra de vacina contra covid-19, queda de ministros, etc.

Dos oito episódios de ataques analisados neste estudo, apenas dois (Constança Rezende e

Manifestação pró-Bolsonaro no Rio de Janeiro) não foram iniciados pelo político. Os casos englobam, ainda, uma ou mais táticas/ferramentas utilizadas pelos apoiadores. Em todos os anos, a *hashtag* #globolixo predominou, o que evidencia uma relação conflituosa com o grupo Globo.

Em suma, ao colocar a imprensa como inimiga do povo, Bolsonaro colaborou para que sua base descredibilizasse o trabalho de veículos tradicionais e de seus profissionais, representando uma ameaça à democracia brasileira.

Referências

Amorim, P. H. Neste país, a imprensa é irresponsável. **Revista Ser Médico**, ed. 42, 2008. Disponível em: <<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=345>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Benkler, Y.; Faris, R.; Roberts, H. **Network Propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in american politics**. New York: Oxford University Press, 2018.

Collins Dictionary. **Definition of fake news**. Collins, 2017. Disponível em: <[collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news](https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news)>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Cesarino, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%C3%A7%C3%A3o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Garrett, F. O que é bot? Conheça os robôs que estão ‘dominando’ a Internet. **TechTudo**, 2018. Disponível em: em:< <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/0-que-e-bot-conheca-os-robos-que-estao-dominando-a-internet.ghml>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Gerbaudo, P. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism, and Global Protest**. New York: Oxford University Press, 2017.

Heaton, J. **Programming spiders, bots, and aggregators in Java**. San Francisco: Sybex, 2002.

Kolivos, E.; Kuperman, A. Consumer Law: Web of Lies. Legal Implications of Astroturfing. **Good Companies Journal**, 2012, vol. 64, pp. 38-41, Austrália. Disponível em: <<http://search.informit.com.au/documentSummary?dn=980294545823385&res=IEL>>. Acesso em: 06 mai. 2023

Laclau, E. Populism: What’s in a Name?. In: Panizza, F. Populism and the Mirror of Democracy. **Phronesis**. London: Verso Books, 2005.

Laclau, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Lazer, D. M. J. et al. The Science of Fake News. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018. Disponível em: <science.sciencemag.org/content/359/6380/1094>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Lycarião, D.; Magalhães, E.; Albuquerque, A. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2018: Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/28384/1662>. Acesso em: fev. 2023.

Massaro, H.; Lago, L.; Cruz, F. B. Bot ou não: quem segue os candidatos a presidente?. **InternetLab**, 2018. Disponível em: <internetlab.org.br/pt/noticias/bot-ou-nao-quem-segue-os-candidatos-presidente/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Mudde, C.; K, C. R. Populism: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2017.

Mudde, C.; K, C. R. **The Populist Radical Right: A Reader**. London: Routledge, 2017.

Paul, C.; Matthews, M. The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model. **Rand Corporation**, 2016. Disponível em: <rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Petrarca, F. R. Uma janela no tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. **Revista Tomo**, edição nº 38, pp.339-371, 2021. Disponível em: <seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/14356>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Recuero, R., Soares, F., & Zago, G. (2021). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre Covid-19 no Twitter. **Contracampo**, 40(1),1-17, 2021.

Regattieri, L. L. Bots como agentes de expressão: Regime de visibilidades e o poder de criar redes. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n.2, pp. 130-149, ago./nov. 2019.

Ricci, P.; Izumi, M.; Moreira, D. O populismo no Brasil (1985-2019): Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.36, n.107, 2021.

Solano, E. A bolsonarização do Brasil. **Democracias**

em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Varol, O. *et al.* Online Human-Bot Interactions: Detection, Estimation, and Characterization. In: **Proceedings of the Eleventh International AAAI Conference on Web and Social Media**, 2017, pp. 280–289. Disponível em: <aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/ICWSM17/paper/view/15587/14817>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil - Relatório 2018. **Fenaj**, 2019. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf>. Acesso em: 01 jan.2023.

270

Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil- Relatório 2019. **Fenaj**, 2020. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023

Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil - Relatório 2020. **Fenaj**, 2021. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil - Relatório 2021. **Fenaj**, 2022. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%A2ncia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Capítulo 9

Subserviência, censura e ameaças democráticas (2018 - 2022): alguns prints sobre Bolsonaro

Tiago Coutinho

Felipe Oliveira

Wesley Vasconcelos

SÔNIA MENEZES (2018, p. 185), no texto “Qual a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática?”, nos lembra da importância de estudar as datas comemorativas. Nessas ocasiões, percebe-se “uma intenção pedagógica” dos meios de comunicação – sejam jornais, revistas, novelas, minisséries, filmes – de produzirem narrativas que unem “as funções de ensino, consumo e usos do passado”. Essas narrativas “se diversificam tanto em termos culturais como epistemológicos”, mas fica evidente que, no Brasil, país caracterizado por monopólios midiáticos, os meios de comunicação, de certa forma, são responsáveis pela “fabricação não apenas da informação, mas da História”.

Os meios de comunicação, na historiografia em geral, não são considerados como as principais fontes de pesquisa. Por seus aspectos ideológicos, sua velocidade na produção e, muitas vezes, sua falta de contexto, são tidos como fontes secundárias. No entanto, Silverstone (2002, p. 235) nos alerta que,

271

“acima de tudo, na ausência de outras fontes, a mídia tem o poder de definir o passado: de apresentar e reapresentá-lo. Ela se arroga autoridade histórica no drama e no documentário”. Para o autor, a mídia se apresenta como “testemunha da história”. Portanto, não podemos ignorar “a capacidade da mídia de construir um passado público, assim como um passado para o público” (Silverstone, 2002, p. 237). A história que leremos daqui a 30 anos sobre o nosso tempo presente certamente será pautada pela forma como a mídia está contando esta história hoje. Por isso, a mídia é tão importante e fundamental para a compreensão e para a construção da narrativa histórica. E “o fato de eles serem, em algum sentido, populares, ubíquos ou *efêmeros* não desqualifica esse tipo de investigação” (Silverstone, 2002, p. 61, *grifo nosso*).

Neste capítulo, o *efêmero* nos interessa bastante, principalmente considerando-se o contexto de consumo de mídia em redes sociais. No texto “Os rastros digitais na circulação de sentidos”, Rafael Grohmann (2019, p. 151) critica a forma como a “dataficação é normalizada e naturalizada como um novo paradigma científico, transformando-se em uma ideologia”. O autor defende que podemos estudar a circulação de mídia a partir de seus sentidos, mostrando como “valores, visões de mundo e ideologias circulam nos processos comunicacionais”, sem necessariamente, se referir “ao número de curtidas ou compartilhamento, ao nível de engajamento” (Grohmann, 2019, p. 152). Ele alerta

que “nunca é possível apreender toda a circulação de sentidos presentes na sociedade, e o que captamos são sempre *rastros da circulação* (com seus contextos e limitações), quando pesquisamos em mídias sociais, o que há é a busca por *rastros digitais*” (Grohmann, 2019, p.152, *grifos nossos*).

Neste artigo, pensamos a mídia para além das empresas de comunicação, mas sem deixá-las de fora. Desta forma, sem hierarquizar as fontes, também analisamos memes, charges, áudios e correntes de whatsapp, fios no twitter¹, sem nos preocuparmos com, nem ignorarmos, “o número de curtidas e compartilhamento” ou “o nível de *engajamento*” (Grohmann, 2019, p. 151-152). O que nos interessa é “desenhar e pesquisar a circulação nos rastros digitais”. Isso “significa contextualizar os dados e processos comunicacionais, reconhecendo a complexidade das dinâmicas presentes” (Grohmann, 2019, p. 156). Dentro do material de análise, destaca-se a potência narrativa dos memes.

Qual a lógica de funcionamento de um meme? É a da repetição com variação. De tanto o meme se repetir, ele garante maior alcance. Um ponto que propicia maior difusão para um meme é sua característica “amadora”. Por serem muito simples tecnologicamente, eles acabam viabilizando a autoria dos usuários de internet, que podem criar e compartilhar suas próprias versões do meme, o

1. Após ser vendido para Elon Musk, por 44 bilhões de dólares, o Twitter passou por diversas alterações e, desde julho de 2023, passou a ser denominado “X”. Contudo, preferimos manter o antigo nome da rede social quando nos referirmos a ela neste capítulo.

que contribui para uma replicação mais numerosa e efetiva das mensagens (Santos; Colacique; Carvalho, 2016). Eis a facilidade de um meme “viralizar”.

É interessante pensar o verbo “viralizar” e sua relação com o meme. O vírus, assim como o meme, tem uma capacidade de mutação muito ligeira, diretamente ligada com seu contato. Ou seja, cada corpo, de certa forma, pode modificar o vírus. Ele é o mesmo vírus, porém diferente. Com quanto mais corpos ele mantém contato, mais ele aumenta sua capacidade de reprodução, alcance e mutação. O mesmo acontece com o meme. O elemento da repetição de um meme é tão fundamental quanto o de sua variação. O meme só faz sentido se nele houver alguma troca de informação ou mudança de contexto. Nessas trocas e mudanças, conseguimos perceber a construção de uma narrativa.

Além disso, “os memes são também formas de narrativas do cotidiano que, por meio do humor, permitem aos internautas ressignificarem e reinterpretam os ambientes e acontecimentos que os cercam” (Santos; Colacique; Carvalho; 2016, p. 20). Hoje, deparamo-nos com o conceito de “memetização da realidade” (Casimiro, 2020), que pode ser definido como um processo de leitura de acontecimentos, uma forma de se lembrar o passado recente e, também, uma forma de se observar como o tempo presente vem sendo construído. O meme faz parte de uma luta simbólica. Isso porque “reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas” (Casimiro, 2020, p. 23). Os memes

também são estratégias para difusão de “informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo de renovação, transformando o trabalhador em um voluntário passivo diante da própria condição de explorado”.

Em nossa tese (Parente, 2019), montamos um recurso metodológico para construir uma narrativa histórica por meio destes “rastros”. Entendendo que a narrativa histórica não é fixa, e que, por meio desses rastros, ela se atualiza e modifica, propomos a construção de uma escrita historiográfica a partir de vários fragmentos midiáticos, oriundos das mais diversas linguagens ou plataformas. Chamamos esta metodologia de “narrativa midiática”. Neste capítulo, partindo da noção do efêmero e dos rastros, analisamos prints coletados, recebidos e selecionados durante três anos de pesquisa².

Um *print* é, de certa forma, a fixação de um rastro. No consumo de comunicação hiperindividualizado das redes sociais, pautado por *feeds*, as informações desaparecem rapidamente e temos dificuldade de localizá-las. Ao realizar um *print*, aquilo que poderia desaparecer, fica guardado. O *print*, então, é um congelamento do efêmero.

Nossa relação com o print se inspira na “imagem dialética” de Walter Benjamin. No “Caderno

2. Por meio de um canal de comunicação, solicitamos que nossos seguidores no Instagram nos enviassem colaborações, de qualquer mídia e/ou linguagem, que remetessem à data do 7 de setembro. Com esse material, construímos uma narrativa na perspectiva da montagem (Benjamin, 2009), em que diversas linguagens se aproximam e dão uma dimensão histórica ao passado e ao presente correlatos.

N” das “Passagens”, ele diz que a imagem dialética é a imagem que lampeja, é uma imagem do agora, ela só “pode se realizar senão naquilo que estará irremediavelmente perdido no instante seguinte” (Benjamin, 2009, p. 515). Em um trecho anterior, ele lembra que “imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação [...] a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta” (Benjamin, 2009, p. 504).

A noção de passado para Benjamin pode ser entendida como “apoderar-se de uma lembrança tal como lampeja num instante de perigo”, e não deve ser entendido como uma mímica do “foi assim”. O importante, para ele, é “capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo”. E o governo Bolsonaro foi marcado por inúmeros perigos.

Na captura de uma imagem inesperada, ou seja, o *print*, há uma ameaça de romper “o conteúdo dado da tradição” (Lowy, 2005, p. 65). Podemos, por meio dos *prints*, perceber como Bolsonaro interferiu na construção da narrativa histórica, assim como seus contrapontos. Neste jogo metodológico, é importante também “evitar superestimar, romantizar ou idealizar possíveis ‘resistências’ dos sujeitos [...] Entre um caminho e outro, é preciso considerar as contradições nos processos, bem como as possibilidades, brechas e tentativas” (Grohmann, 2019, p. 155).

Assim, a partir do dia 7 de setembro e de seus desdobramentos, propomos construir uma narrativa

histórica de um momento político muito recente do Brasil. Nossa noção de história se aproxima, talvez, de uma narrativa cinematográfica. Um movimento construído a partir de uma sucessão de *frames*, ou *prints*, que são, em última instância, imagens construídas e paradas. Nosso propósito não está somente em capturar o presente, mas, por meio de seleção e sobreposição, tal qual uma constelação, montar a história de nosso tempo presente e apresentá-la em constante movimento e disputas. Memória é luta. Portanto, é sensato lutar pela memória (Silverstone, 2002).

Era uma vez uma facada...

No dia 6 de setembro de 2018, às vésperas do dia em que se comemora a data símbolo do patriotismo brasileiro, na cidade de Juiz de Fora (MG), Bolsonaro, ainda deputado federal e candidato à presidência, vestia uma camisa verde e amarela com os dizeres “meu partido é o Brasil”. Promovia um comício eleitoral, quando recebeu uma facada que mudou a história do país. O fato viralizou e chegou a ser o mais comentado do dia. Na rede social Twitter, o assunto foi mencionado cerca de 800 mil vezes em poucas horas, e marcou o Trending Topics de 12 países (Exame, 2018). Entre as palavras mais comentadas, estavam: “jair bolsonaro”, “força bolsonaro”, “bonoro”, “bozo”, “esfaquearam bolsonaro”, “FACADA”, “tramontina” e “ESFAQUEADO”.

277



Figura 1 – Quadro de memes e prints selecionados sobre a facada.

Fonte: acervo dos autores.

278

No quadro acima, apresentamos alguns dos *prints* relacionados ao episódio. É muito sintomático o que diz “Ele sangrou por você! Vá à guerra por ele!”. O *post*, embora publicado em janeiro, quando Bolsonaro já havia tomado posse como presidente, atualiza a imagem do sacrifício cristão, convoca seus apoiadores e anuncia o contexto de um patriotismo sangrento que marcará seu mandato. Não seria exagero associá-lo à figura de Jesus Cristo – basta lembrarmos que um dos nomes de Bolsonaro é Messias. A facada, tal um milagre, muda os rumos do processo eleitoral brasileiro. Bolsonaro sai dos 20% em que estava estagnado e chega à presidência.

Letícia Cesarino (2020), ao analisar a campanha de 2018, aponta uma diluição ainda mais

acentuada das fronteiras entre a esfera político-eleitoral e outros domínios da vida, como o culto às celebridades, parentesco, religião, indústria do entretenimento (música, filmes, séries), esportes (futebol, lutas, clubes de tiro) e, em especial, a linguagem e as dinâmicas identitárias e de sociabilidade próprias das redes sociais (Cesarino, 2020). Para ela, a facada ocupa um lugar especial.

Após o atentado da faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar – o que ficou conhecido na época como os autointitulados “marqueteiros do Jair” (um significante que flutuou também enquanto “fiscais do Jair”, “escudo do Jair”, “exército do Jair”, ou “robôs do Bolsonaro”) (...) a remoção do corpo físico do candidato do espaço público após o atentado levou à sua rápida substituição por um corpo digital formado por seus apoiadores. A eficácia eleitoral foi clara (Cesarino, 2019, p. 533).

279

O episódio torna evidente que o domínio da viralização e da memética se faz presente também no campo da direita política. O que nos faz, mais uma vez, concordar com Grohmann quando o autor aponta ser “superestimando o papel dos memes como protesto político”; portanto, é importante entendê-los, “a um só tempo, semioticamente abertos e estruturalmente desiguais” (Grohmann, 2019, p. 155).

Minutos depois da facada, a Internet mostrava existirem dois grupos distintos. Os que

tiravam sarro do fato e os que culpavam dois partidos pelo atentado: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Não demorou para associar o atentado ao maior líder político do PT, Lula, ex-presidente à época, como mostram as imagens da parte superior do quadro. Em um dos memes, encontramos o rosto de Lula dentro de um capuz que remete à imagem de um *slasher*, assassino psicopata, típico do cinema de terror. Ele, obviamente, segura uma faca. No entanto, num piscar de olhos, o rosto muda e deparamo-nos com a face da cantora Pabllo Vittar, uma das maiores divas pop do Brasil, ícone da comunidade LGBTQIAPN+. Lula e Pabllo, no submundo dos memes, estão com a faca na mão.

Ao associar Lula e Pabllo, há, sem dúvidas, o interesse de vincular o político à pauta LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que se estimula o sentimento de ódio contra a comunidade. Lula e Pabllo voltam a viralizarem *fakes news*, em 2019 e 2021, respectivamente, quando se espalha que Pabllo estaria grávida de Lula; e, posteriormente, quando a apontam como sua futura vice. Podemos, aqui, destacar a ambiguidade que se dá entre o meme e a desinformação. É possível ler as relações de Lula e Pabllo como uma *fanfic* (ficção de fã) divertida e crítica à ignorância de quem crê nessas *fake news*; no entanto, a intenção da piada/crítica não deixa de circular e engajar uma informação falsa.

Ainda no episódio da facada, destacamos a imagem inferior do canto direito do quadro, em que um homem, um “cabra macho” do Nordeste, com uma grande peixeira, vestido com uma camisa azul –

similar à da seleção brasileira de futebol – com um 13 no peito (número do PT e de Lula) pergunta “quando é que Bolsonaro vem para o Crato”, cidade do interior do Ceará. A palavra Crato se encontra em destaque, fruto de uma montagem amadora, muito comum nos memes. Ou seja, qualquer pessoa, no celular, pode apagar e escrever, por cima, o nome de outra cidade e reutilizar o meme.

A imagem, novamente de forma ambígua, atualiza a relação xenofóbica de Bolsonaro com o Nordeste, bem como o estereótipo de valentia do cabra macho da região. Como uma ameaça, o quadro repercute “regionalmente” um episódio, acontecido no Sudeste, dando o recado de que a faca (ou a virilidade) nordestina é maior. E, se o atentado fosse no Nordeste, Bolsonaro não escaparia. Não esqueçamos que Lula é nordestino e que o personagem veste a camisa 13, mesmo sendo ela azul, uma cor presente na bandeira brasileira e mais relacionada à ideologia patriótica de Bolsonaro.

Nosso objetivo de trazer, para este capítulo, o episódio da facada, além da “coincidência” de ter ocorrido na véspera do dia 7 de setembro, é demonstrar como ela anuncia uma prática que iria se desdobrar e repetir no governo Bolsonaro dos próximos anos. Entre 2019 e 2022, as vésperas dos dias 7 de setembro e 31 de março foram marcadas por ameaças democráticas. Se Bolsonaro, mesmo sendo beneficiado politicamente, foi, neste primeiro episódio, uma “vítima”, nos próximos, ele deixa de ocupar este lugar e concretiza a crônica da ameaça anunciada.

2019, 2020 e 2021: um grande pacote de ameaças



Figura 2 – quadro de memes e prints selecionados sobre 2019.

Fonte: acervo dos autores.

Após a facada que elegeu Bolsonaro, vem a pergunta: O que ele traz para o 7 de setembro em seu mandato? De nossa primeira imersão colaborativa, em 2019, chegamos a um vídeo no qual ele e seus ministros cantam o hino nacional. A peça foi veiculada no canal institucional do Planalto no YouTube e aponta mais indícios do Brasil que se pretendia construir/

narrar. A edição procura casar trechos do hino com os estereótipos dos ministérios. “Nossos bosques têm mais vida”, por exemplo, é cantado pela ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina, apoiadora de Projetos de Lei que flexibilizaram o uso de pesticidas e agrotóxicos, facilitaram normas para o licenciamento ambiental e beneficiaram empresários do meio rural.

Com algumas famílias e nenhuma referência aos LGBTQIAPN+, o vídeo retoma o imaginário colonizador de que o Brasil seria um grande paraíso natural, além da preocupação de construir uma história de heróis, na qual Bolsonaro e seus ministros se inserem. A segunda imagem do quadro acima questiona como a independência do Brasil é narrada. A partir da piada/meme “com filtro e sem filtro”, faz alusão que a história contada por herói se assemelha aos filtros utilizados nas redes sociais: garante maior engajamento, mas esconde seu verdadeiro rosto. É uma história falseada.

Ainda em 2019, o presidente dos Estados Unidos era Donald Trump, do Partido Republicano. Bolsonaro, em vários momentos, mostrou-se como seu admirador. A relação de subserviência de Bolsonaro foi apontada na exposição “O Riso é Risco: Independência em Risco – Desenhos de Humor”. O termo “risco” do título remete tanto a desenho quanto à ideia de perigo. As duas últimas imagens, na direita do quadro, foram retiradas da exposição. Na primeira, Bolsonaro, de joelho, beija os pés de Trump, ao mesmo tempo em que é pisoteado e entrega o Brasil de bandeja. Na seguinte, atualiza-se Bolsonaro como

narciso, admirando seu reflexo em uma privada, comparando-o ao conteúdo que há lá dentro. A exposição foi inaugurada em 2 de setembro de 2019 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. No dia seguinte, foi censurada pela Casa por possuir um “teor ofensivo” contra o então presidente. Depois de ampla pressão, a exposição foi reinaugurada no final de setembro (Brasil de Fato, 2019). A exposição questiona justamente um dos pontos sobre o qual Bolsonaro construiu sua imagem: o nacionalismo. Como resposta, temos a censura.

Ao contrapormos o vídeo institucional que exalta o hino nacional e cria imagens abstratas de nacionalismo com as imagens da charge da exposição e suas consequentes censuras, aproximamos Bolsonaro do conceito de “nacionalismo fascista”, apresentado por Leandro Konder (2009). O termo remete à ideia de um vazio contraditório em torno do que seria a nação. Este vazio se alimenta dos “sentimentos de um povo explorado pelo capital estrangeiro ou que exprime a revolta de um povo contra imposições de outra nação”. Trata-se de “um nacionalismo essencialmente defensivo: seus valores podem levá-lo a hostilizar circunstancialmente os estrangeiros exploradores”, no entanto, “não nega os valores das outras nações” (Konder, 2009, p. 40).

Este tipo de nacionalismo manipula “as massas populares, limita brutalmente a sua participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas substancialmente imutáveis ‘de cima para baixo’” (Konder, 2009, p. 39-

40). Clara Zetkin (2019, p. 79) nos alerta também para o fato de que o fascismo se apresenta com “características diferentes em cada país”, mas, “em todos os lugares, ele consiste em uma amálgama de violência terrorista e brutal, unida a uma fraseologia revolucionária enganadora”. A definição de Zetkin nos parece precisa para analisarmos as estratégias de Bolsonaro.

Desta forma, 2019 nos aponta algumas características que seriam desdobradas nos anos seguintes. Em 2020, o mundo foi acometido pela pandemia de covid-19. No Brasil, em particular, houve uma “estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República” (Breda, 2021, p. 22). No dia 24 de março de 2020, 13 dias após a Organização Mundial da Saúde decretar a pandemia, o ex-presidente, em pronunciamento, minimizou a gravidade sanitária: “No meu caso particular, e pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho”.

Ele ainda propagou a informação de que os Estados Unidos estavam empenhados na “comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19”. No dia seguinte, circulou um meme com a imagem do ex-presidente retirada do vídeo do hino nacional, mas, em vez de “Ouviram do Ipiranga”, líamos “O Vírus do Ipiranga”.



Figura 3 – Vídeo institucional (à esquerda) e meme (à direita).

Fonte: acervo dos autores.

286

O meme, em *plot twist*³, faz uma paródia do hino nacional e canta “Pátria enganada, esculhambada, salvem! Salvem! Jair, um jumento, um raio vindo”. A partir deste documento, estabelecemos conexões entre 7 de setembro e covid-19 que só enfatizou a relação de subserviência de Bolsonaro a Trump. A imagem abaixo faz referência à película “O iluminado”, de 1980, do diretor Stanley Kubrick. Ela apresenta Bolsonaro e Trump, como as irmãs gêmeas que assombram o filme. A assombração é batizada de Cloroquina.

3. Reviravolta na história, quando algo não esperado acontece.



Figura 4 – Trump e Bolsonaro em referência ao filme *O Iluminado*, de 1980, de Stanley Kubrick.

Fonte: acervo dos autores.

287

Dias após a circulação do “vírus do Ipiranga” e das irmãs cloroquina, em 31 de março de 2020, em alusão ao dia em que se instaurou a ditadura militar brasileira, o Ministério da Defesa lançou uma nota celebrando a data como “um marco para a democracia brasileira”. O texto completa: “o entendimento de fatos históricos apenas faz sentido quando apreciados no contexto em que se encontram inseridos”. Sem citar a palavra “comunismo”, o texto afirma que havia “instabilidades” e “conflitos” que “recrudesciam e se disseminavam sem controle”. Diante disso, “a sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram”. Esse “contexto histórico” teria sido o que sustentou e legitimou a necessidade do golpe de 1964.

Por isso, o governo lembraria a intervenção militar como um mérito.

A Justiça Federal solicitou a retirada da publicação, por ser uma ação “nitidamente incompatível com os valores democráticos insertos na Constituição de 1988”. A união recorreu e, no ano seguinte, em 17 de março de 2021, foi aprovado “o direito do governo de celebrar a data” (Freyre, 2021). Em 29 de março de 2021, movimentações do governo federal demonstraram negociação entre o ex-presidente e as Forças Armadas brasileiras. Houve mudança em seis ministérios, com substituições nas Forças Armadas.

288

Num passeio pelas capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, no dia 30 de março de 2021, percebemos que os três deram em sua manchete as mudanças ministeriais. A *Folha* noticiou “Bolsonaro troca 6 ministros, afaga centrão e surpreende militares”. Já a edição d’*O Globo* trouxe “Pressionado, Bolsonaro cede ao centrão e abre crise com os militares” – uma frase bem parecida com a da edição da *Folha de S. Paulo*, porém, mostra um presidente pressionado e cedendo. O *Estadão* apostou em “Ministro da Defesa cai por recusar uso político das Forças Armadas”, dando a entender que o antigo ministro foi afastado por não obedecer a ordens superiores.

Com as mudanças ministeriais, a ampla divulgação da mídia e a aproximação de um novo 31 de março, houve um medo de que a história recente do Brasil se repetisse. Um “fantasma do golpe” (Parente

et al., 2021) passou a circular nas redes e nos meios de comunicação, espalhando o medo do retorno da ditadura. O meme abaixo exemplifica bem a situação. Após as negociações, o novo Ministro da Defesa, Braga Netto, no Twitter, publicou: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março”. O assunto esteve entre os mais comentados no Twitter, ao lado da *hashtag* #Viva31deMarço.



Figura 5 – Meme sobre as vésperas de 31 de março de 2021.

Fonte: acervo dos autores.

De acordo com Sakamoto (2021), as alterações ministeriais serviriam para fortalecer a celebração do aniversário do golpe de 1964, uma vez que os cargos seriam ocupados por pessoas dispostas ao papelão de seguirem ordens diretas do então presidente.

Sakamoto afirma que “um tuíte de um comandante do Exército que se meta indevidamente em uma discussão civil tem mais poder do que horas de robôs contratados para floodar com *fake news* o debate público”. Além da influência nas redes sociais, é possível imaginar também os interesses militares pairando acima das mudanças, levando em conta um autogolpe de Estado com o apoio das Forças Armadas.

Por dois anos seguidos, no mês de março, nas proximidades do dia 31, Bolsonaro recorreu à narrativa do autogolpe, com o apoio de uma parcela da população brasileira. As datas foram marcadas por uma série de pequenas manifestações em capitais do país, que celebraram o golpe militar de 1964 e saíram em defesa do então presidente Jair Bolsonaro, símbolo do saudosismo da ditadura. Houve atos em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, por exemplo. Em São Paulo, o ato ocorreu por meio da Marcha da Família Cristã pela Liberdade, convocada por apoiadores de Bolsonaro.

Para a historiadora Mariana Joffily (2018, p. 235), a década de 2010-2020 “ecoa traços da experiência vivida nos anos 1960: diante do crescimento das forças de esquerda, o conservadorismo brasileiro mostra seus dentes”. Ao analisarmos a história recente do Brasil, percebemos que a direita liberal instaura, assim, uma narrativa de ameaça, ao mesmo tempo em que dissemina a ideia da importância de uma intervenção das Forças Armadas quando o país se sentir ameaçado. O objetivo, mais do que realizar um novo golpe, é nos lembrar de que ele é uma carta na manga.

Meses depois da dança das cadeiras ministeriais com os militares, em agosto de 2021, um novo alerta. Vazou um áudio do cantor Sérgio Reis no qual ele relata ter tido uma reunião com os mais fortes criadores de soja do Brasil. Da reunião, teriam participado o então presidente, todos os ministérios, inclusive o da Defesa, e “os generais do exército, da marinha e da aeronáutica”. A pauta era o 7 de setembro, e o encaminhamento era não fazer nenhuma manifestação na data, por causa do desfile e “para não atrapalhar o presidente”. No entanto, eles decidiram que, no dia 8 de setembro, os caminhheiros, plantadores de soja iriam ser recebidos pelo presidente do Senado. “Não é um pedido, é uma intimação”. O plano era exigir que o Senado tivesse 72h para “aprovar o voto impresso e para tirar todos os ministros do Supremo Tribunal Federal”. Sérgio Reis reforça: “não é um pedido, é uma ordem”. A ameaça, caso não seja acatada em 72h, se estenderia pelo Brasil. “Vamos parar o país de Norte a Sul [...] Já está tudo armado”. Ainda no mesmo áudio, o cantor revela que o grupo golpista teria condições financeiras de manter a paralisação e o terror por até 30 dias. “Se em 30 dias não cumprirem, vamos invadir, quebrar tudo, e tirar os caras na marra”, finaliza Sérgio Reis.

O desejo de voto impresso e a querela de Bolsonaro com o STF renderiam um outro capítulo. Mas esse áudio, divulgado no dia 15 de agosto, mostra a centralidade da data de 7 de setembro para o governo e de como se recorre a ela para realizar ações históricas. Não à toa, no dia 6 de setembro

de 2021, o então secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Fabio Wajngarten, publicou o texto “O Brasil, o presidente e o 7 de Setembro”, no jornal *Folha de S. Paulo*. Ele relembra o episódio da facada e reforça: “Sou testemunha de como o presidente se mobiliza, vivência e se empolga com o 7 de Setembro e seus significados político, histórico e patriótico”. Wajngarten reforça o nacionalismo vazio de Bolsonaro e diz que percebia “a tristeza nos seus olhos quando o povo brasileiro sofria por qualquer motivo”. A devoção de Bolsonaro, segundo o secretário, “incomoda aqueles que não comungam do mesmo sentimento pátrio e não valorizam, com a devida relevância, os fatos históricos do país com a presença das Forças Armadas”. E completa: “vi que algumas decisões do presidente não tinham a racionalidade de um governante, mas sim a de homem com um coração do tamanho do país que governa”.

Na mesma noite, a manchete: “Apoiadores de Bolsonaro furam bloqueio da PM e invadem Esplanada dos Ministérios”. Governando pelo coração, Bolsonaro convoca a população para ir às ruas no dia 7 de setembro. Na Esplanada dos Ministérios, com roupas nas cores verde e amarelo, além de bandeiras do Brasil, os apoiadores do então presidente seguiram trios elétricos e carregaram faixas onde se lia frases como “STF rasga a Constituição”, “destituição de todos os ministros do STF” e “pelo voto impresso”. Mais uma vez, a ameaça estava solta na rua ao lado do então presidente que comemorava o seu patriotismo.

Epílogo: e ele se dizia “imbrochável” – 2022



Figura 6 – Print retirado do Twitter.

Fonte: acervo dos autores.

Um ano mais tarde, em 2022, o 7 de setembro ganharia uma roupagem ainda mais especial: tratava-se do bicentenário da independência do Brasil. Duzentos anos do famoso grito “independência ou morte”, atribuído a Dom Pedro I. Como forma de celebração e de culto a um passado heroico, no final de agosto, a presidência decidiu trazer de Portugal para o Brasil, num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), o coração de Dom Pedro I.

O ritual se inspirava nas comemorações da Independência do Brasil de 1972, quando, “durante a ditadura militar, parte da ossada do imperador foi exposta em várias cidades, antes de ser depositada no Monumento da Independência, em São Paulo”, segundo matéria veiculada no G1. O coração de Dom Pedro I, além de mostrar a subserviência ao suposto herói nacional, resultou em associações de Bolsonaro

ao canibalismo, como mostra acima a Figura 6. Sarapatel é uma comida portuguesa, popular no Nordeste brasileiro, preparada com vísceras de porco, cabrito ou borrego.

Não bastasse o transporte do coração, a data de 7 de setembro em 2022 se deu a menos de um mês do primeiro turno da eleição presidencial, na qual Bolsonaro era candidato à reeleição. Em plena campanha, a data foi comemorada num evento oficial em Brasília que se confundiu um comício. Ao lado de Michelle Bolsonaro – na época, esposa de Bolsonaro, embora tenha se separado dele logo após a derrota no segundo turno –, o então presidente fez uma declaração sexista e disse que Michelle não ficava apenas ao seu lado, “muitas vezes ela está é na minha frente”, e puxou o coro de “Imbrochável! Imbrochável! Imbrochável!”.



Figura 7 – Meme relacionando à falta de interesse pelas vacinas da Pfizer e o interesse na compra do medicamento conhecido como Viagra para as Forças Armadas.

Fonte: acervo dos autores.

Rapidamente, o episódio do imbrochável atualizou o meme da Figura 7. A imagem circulou, em abril e maio de 2022, quando foi descoberto que as Forças Armadas compraram 35 mil comprimidos de “sildenafil”, nome genérico do Viagra, remédio produzido pelo laboratório Pfizer e popularmente utilizado para facilitar a ereção masculina. O Ministério da Defesa, na ocasião, relatou que a compra seria para o tratamento de HAP (hipertensão arterial pulmonar). Bolsonaro defendeu a compra, alegando que a utilidade era somente para a saúde pública.

A Figura 7, ao mostrar Bolsonaro dormindo ao lado da vacina contra a covid-19, também produzida pela Pfizer, associa o escândalo do Viagra ao fato de, em agosto de 2021, ter sido descoberto que o Ministério da Saúde do Brasil não havia respondido a uma série de e-mails da Pfizer. As mensagens, enviadas a partir de maio de 2020, apresentavam propostas de negociação para a vacina de combate à covid-19. Caso o Ministério tivesse respondido e avançado nas negociações, poderia ser menor a quantidade de pessoas mortas no Brasil pela pandemia. A Figura 7 consegue, numa só imagem, sintetizar dois escândalos recentes do governo Bolsonaro: a compra do Viagra e a prevaricação na compra das vacinas. O mais curioso é que o meme não se refere ao episódio do imbrochável, mas ele foi atualizado e voltou a circular com o coro puxado por Bolsonaro. Os memes, como a memória, aparecem e desaparecem na história.

Mais do que uma análise sobre a relação entre o atual governo e as datas selecionadas, acreditamos que nossa maior contribuição com esta pesquisa é poder demonstrar a possibilidade de construir uma narrativa histórica, em tempo presente, a partir de fragmentos midiáticos que muitas vezes se passam despercebidos como documentos históricos. Limor Shifman (2014, p. 30, *tradução nossa*) diz que “numa era marcada pelo ‘individualismo de rede’, as pessoas usam memes para, simultaneamente, expressar sua individualidade e a sua conectividade”⁴. Assim, os memes e os *prints* nos fornecem possibilidades de leituras mútuas, permitindo compreender percepções individuais e, ao mesmo tempo, dos grupos sociais por onde circulam.

Ao misturarmos esses fragmentos com outras documentações, sem nos restringirmos a uma única linguagem, podemos construir o que denominamos de “narrativa midiática”, ou seja, a possibilidade de se elaborar uma historiografia do tempo presente a partir de recursos midiáticos os mais diversos.

Analisadas conjuntamente, as datas de 7 de setembro e 31 de março nos revelam que a ameaça faz parte da narrativa histórica do governo Bolsonaro. Podemos tecer quatro considerações sobre as práticas do governo Bolsonaro: (1) há explícito interesse em reafirmar uma narrativa conservadora, de culto ao passado e colonizadora acerca da história brasileira;

4. No original: “in a era marked by ‘network individualism’, people use memes to simultaneously express both uniqueness and their connectivity”.

(2) recorre às datas de 7 de setembro e 31 de março para instituir um nacionalismo abstrato e conservador; (3) constrói uma narrativa de ameaça de haver um novo golpe e retorno à Ditadura Militar; e (4) sua forma de contar a história é pautada no machismo, no sexismo e na misoginia.

Jogando com a necessidade de ter dias históricos, Bolsonaro deixa sempre em aberto a ameaça de, a qualquer momento, um possível golpe. O fato de, em 2016, termos vivenciado um golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) reforça a possibilidade de um novo golpe – mas, desta vez, com o apoio militar. Bolsonaro mobiliza o medo e o desejo do retorno à Ditadura Militar, episódio do passado recente brasileiro em relação ao qual ele nunca negou admiração.

Em 30 de outubro de 2022, houve o segundo turno da eleição presidencial, e Bolsonaro não foi reeleito. O ex-presidente ficou em silêncio durante alguns dias e, em seu primeiro pronunciamento, não reconheceu a derrota. Vários de seus eleitores ocuparam os quartéis-gerais do Brasil solicitando uma intervenção militar que derrubasse o resultado das urnas. Em 1 de janeiro de 2023, em um domingo, Lula, o presidente eleito, tomou posse. No domingo seguinte, em 8 de janeiro de 2023, cerca de quatro mil eleitores de Bolsonaro, em ato golpista, foram à Praça dos Três Poderes, em Brasília, e depredaram prédios da Esplanada dos Ministérios. A investigação dos responsáveis continua em curso. O bolsonarismo, mesmo sem ocupar a cadeira da presidência,

continua com constantes ameaças e ataques e, assim, reforça suas práticas antidemocráticas e joga com a possibilidade de ressuscitar o “fantasma do golpe”.

Referências

Benjamin, W. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Brasil de Fato. Exposição de charges que derrotou a censura em Porto Alegre será aberta no Sintrajufe. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/09/24/exposicao-de-charges-que-derrotou-a-censura-em-porto-alegre-sera-aberta-no-sintrajufe>. Acessado em 19/07/2022.

BREDA, Tadeu. (org.) **Bolsonaro Genocida**. São Paulo: Elefante, 2021.

CASIMIRO, F. H. C. **A tragédia e a Farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

Cesarino, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, 62(3), 530 - 557.

Cesarino, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Revista Internet & Sociedade**. 91-120. 2020. p. 112. Disponível em: <revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%CC%A7a%CC%83o-sem-sair-de-casa.pdf> Acesso em 30 set. 2020.

Exame. Facada em Bolsonaro gera 800 mil menções no Twitter em duas horas. Disponível em: <exame.com/brasil/facada-em-bolsonaro-gera-800-mil-mencoes-no-twitter-em-duas-horas>. Acessado em 19/07/2022.

Frey, J. Governo Bolsonaro ganha na Justiça direito de celebrar o golpe de 1964. **Congresso em Foco**. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/governo-bolsonaro-ganha-na-justica-direito-de-celebrar-golpe-de-1964>. Acesso em 17/05/2022.

G1. Apoiadores de Bolsonaro furam bloqueio da PM e invadem Esplanada dos Ministérios. Disponível em: <g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/06/apoiadores-de-bolsonaro-furam-bloqueio-da-pm-e-invadem-esplanada-dos-ministerios.ghtml>. Acessado em: 19/07/2022

G1. Grupos contra e a favor de Bolsonaro fazem atos em Brasília neste 7 de setembro. Disponível em: <g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/09/07/grupos-contra-e-a-favor-de-bolsonaro-fazem-atos-em-brasilia-neste-7-de-setembro.ghtml>. Acessado em: 19/07/2022

299

G1. Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil e é esperado 'como se imperador estivesse vivo', diz Itamaraty. Disponível em: <g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/08/22/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-e-e-esperado-como-se-imperador-estivesse-vivo-diz-itamaraty.ghtml>. Acessado em: 08/10/2023

Grohmann, R. Os rastros digitais na circulação de sentidos: pela desnaturalização e contextualização de dados na pesquisa em comunicação. **Revista Galaxia**, n. 42, set-dez, 2019, p. 150-163.

Joffilly, M. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

Konder, L. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Löwy, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: leitura das teses ‘sobre o conceito de história’. São Paulo: Boitempo, 2005.

Meneses, S. Qual a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática? In: Mauad, A. M.; Santhiago, R.; Borges, V. T. (orgs.). Que história pública queremos?/ What Public History Do We Want?. **Letra e Voz** – São Paulo, 2018. p. 181-187.

Napolitano, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Revista Estudos Ibero Americanos** - História, Cotidiano e Memória Social - a vida comum sob as ditaduras no século XX. v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

Parente, T. C. **Iracema, horizonte de memórias do mito incessante**. 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Memória Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Parente, T.; Oliveira, F.; Vasconcelos, W. (2021) O Fantasma do Golpe: anotações sobre o Governo Bolsonaro e o Dia 31 de Março. **Anais do XIII Encontro Nacional de História da Mídia**.

Silva, J. B. T. Reinventando o passado: memória, imprensa e ditadura 50 anos depois (1964-2014). **Revista Historiar**, v. 5, n. 9, 2013.

Souza, C. F. O.; Vasconcelos, W. G. I.; Parente, T. C. A Cultura dos Memes e as Formas de se Pensar a Política do Presente. In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2020, Salvador - BA. Anais do Intercom 2020, 2020. Disponível em <encurtador.com.br/mowxB>. Acesso em 20 jun. 2021.

Sakamoto, L. Bolsonaro adoraria o Exército nas ruas, mas ficará satisfeito com tuítes. Colunas UOL. 2021. Disponível em <encurtador.com.br/dpBN4>. Acesso em 20 jun. 2021.

Santos, E.; Colacique, R.; Carvalho, F. S. P. A autoria visual na internet: o que dizem os memes?. **Quaestio**. v. 18, n. 1. p. 135-157. 2016. Disponível em: <shorturl.at/bnCVY>. Acesso em 18 set. 2020.

Shifman, L. **Memes in digital culture**. The MIT Press Essential Knowledge series. 2014.

Silverstone, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Zetkin, C. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

Wajngarten, F. **O Brasil, o presidente e o 7 de Setembro**. Disponível em: <folha.uol.com.br/opiniaao/2021/09/o-brasil-o-presidente-e-o-7-de-setembro.shtml>. Acessado em 19 jul. 2022.

Capítulo 10

“A verdade será revelada”: teorias conspiratórias da extrema-direita no Twitter sobre os atos do 8 de janeiro

Aline Melo de Oliveira

302

BRASÍLIA, 8 DE JANEIRO de 2023. Grupos de extrema-direita no Brasil protagonizaram um evento inesperado no Distrito Federal, com depredação de bens nos edifícios dos Três Poderes: Congresso, Supremo Tribunal Federal (STF) e Palácio do Planalto¹, como manifestação de revolta e descrença pelo resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2022, nas quais Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para a presidência em uma disputa acirrada com o até então presidente Jair Bolsonaro.

Os ataques se assemelharam à invasão de apoiadores de Donald Trump ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, que virou um marco na história política norte-americana, após a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020. Um dos argumentos motrizes de ambos os ataques é a alegação de fraude na contagem de votos na urna, que não foi comprovada em ambos os países.

1. Cerca de 300 pessoas foram detidas após o ato. Na manhã do dia 9 de janeiro, outras 1.200 pessoas foram detidas no acampamento bolsonarista em frente ao QG do Exército, em Brasília. Em lista divulgada pela Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal na época, o total de presos pelos atos terroristas em Brasília chegou a 736 pessoas.

Por extrema direita brasileira, considera-se um grupo centrado no ultraconservadorismo (Morais, 2019), amparado pelos pilares de Tradição, Família e Propriedade (TFP). No caso dos atos, a atenção concentrou-se em apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que surgiu como uma das personalidades representantes da ascensão da extrema direita brasileira nos últimos anos. Quanto ao processo eleitoral e às instituições envolvidas nas eleições, acusavam fraude na contagem de votos das urnas eletrônicas. Características identificadas no discurso da extrema-direita brasileira na atualidade são:

- (i) a compreensão do indivíduo como investimento e como empresa, (ii) a propriedade privada como direito sagrado, (iii) o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual, (iv) a família cristã como fiadora dos valores morais, (v) a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social, (vi) a (re) aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes e (vii) o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso (Morais, 2019, p.156).

303

Para apurar os atos, ações e omissões ocorridos na data das manifestações, foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, no dia 25 de maio de 2023. A autoria do requerimento foi do deputado federal André Fernandes (PL-CE). Contou com o apoio de mais de 200 deputados e 30 senadores.

A tensão de disputa dicotômica entre direita x esquerda na Câmara dos Deputados concentrou-se na CPMI do 8 de janeiro no primeiro semestre de 2023. Parlamentares da oposição ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro chegaram a avaliar que a comissão tinha um potencial maior de atingir o governo Lula do que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre reforma agrária e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)².

A instalação da CPMI do 8 de janeiro recebeu apoio não só de aliados do governo Lula, como uma oportunidade de investigar organizadores e financiadores envolvidos no ataque e encontrar ligações entre as ações antidemocráticas com o ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores, mas também foi amplamente apoiada por políticos e ativistas da extrema direita, ainda que esse grupo seja acusado de incitar a violência do ocorrido.

O apoio da extrema direita à CPMI surge principalmente após o depoimento do general Gustavo Henrique Dutra, ex-chefe do Comando Militar do Palácio do Planalto que estava de plantão no dia do acontecimento, na Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre os atos do 8 de janeiro. A falsa notícia³

2. Conforme informações disponíveis em: Matos, A. Para a oposição, CPI do 8 de Janeiro é mais prejudicial ao governo do que a do MST. **Carta Capital**, 16 mar. 2023. Disponível em: <cartacapital.com.br/politica/oposicao-avalia-que-cpi-do-8-de-janeiro-e-mais-prejudicial-ao-governo-do-que-a-do-mst>. Acesso em: 8 jun. 2023.

3. Conforme informações disponíveis em: Aleixo, I. General Dutra não disse que 'Lula armou 8 de janeiro'. **UOL Confere**, 26 maio 2023. Disponível em: <noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2023/05/26/general-dutra-nao-disse-que-lula-armou-8-de-janeiro.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

sobre o general ter confirmado que o presidente Lula teria “armado” os atos começou a ganhar força como argumento para a teoria de que infiltrados da esquerda foram responsáveis pela depredação do patrimônio público.

Isto posto, o objetivo deste capítulo é compreender como a narrativa de agentes infiltrados nos atos do dia 8 de janeiro de 2023 se comporta como um conspiracionismo de políticos e ativistas de extrema-direita para apoiar a CPMI no Twitter. A hipótese é que a suspeita de infiltrados é uma teoria da conspiração fundamental para o apoio da extrema direita à Comissão. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa (Bauer; Gaskell, 2008) a partir da análise de discurso (Gill, 2008) de 30 tweets coletados manualmente no mecanismo de busca da plataforma com as palavras-chaves: “8 de janeiro”, “verdade” e “infiltrados”, entre os dias 1 e 15 de junho de 2023.

305

O pássaro está livre: Twitter e Teorias Conspiratórias

Desde que Elon Musk, bilionário fundador da SpaceX e CEO da Tesla Inc., assumiu a direção do Twitter no dia 27 de outubro de 2022, a plataforma tornou-se um espaço ainda mais fértil e possível para a circulação e disseminação de fenômenos como a desinformação, discurso de ódio e conspiracionismo, disfarçados de opinião e liberdade de expressão. O primeiro tweet de Elon Musk após a compra sintetiza a forma como o empresário defende a absoluta

“liberdade de expressão” na rede, ainda que a partir de posições antidemocráticas: “O pássaro está livre”⁴.

Diversos ataques à democracia têm sido potencializados no ambiente online a partir da circulação de informações falsas e teorias conspiratórias que estimulam a articulação de ações que ferem o Estado Democrático de Direito, principalmente nas redes sociais. As plataformas digitais se tornaram espaços promissores para desinformação:

É exatamente por meio da comunicação em plataformas e aplicativos digitais que os chamados processos de desinformação vem se dando na atualidade -de propagação de notícias falsas, distorcidas, descontextualizadas e apócrifas que circulam em escala supra-industrial (Benkler; Faris; Roberts *apud* Aggio, 2021, p.65).

A compreensão de que estamos atravessando uma crise estrutural de sentido (Berger; Luckman, 2004), na qual experienciamos uma difusão nos valores comuns e interpretações compartilhadas para justificar acontecimentos e legitimar crenças, ainda que contrárias a argumentos lógicos, colabora com a percepção de comunidades que se tornam quase autônomas na produção de sentidos na busca por respostas à realidade que vivem. Essa conjuntura reverberada nas instâncias de comunicação mediadas

4. Conforme informações disponíveis em: Pereira, M. C. M.; Saraiva, R. Elon Musk adquiriu Twitter, e agora?: prospecções sobre o futuro do passarinho azul e seus efeitos sobre os direitos digitais. **IP.rec**, 3 nov. 2022. Disponível em: <ip.rec.br/blog/elon-musk-adquiriu-twitter-e-agora-prospeccoes-sobre-o-futuro-do-passarinho-azul-e-seus-efeitos-sobre-os-direitos-digitais>. Acesso em: 6 jun. 2023.

por plataformas digitais corrobora cada vez mais o distanciamento de um horizonte comum de sentidos:

Esse processo guarda uma relação direta com nosso desenvolvimento tecnológico no campo da comunicação digital na medida em que, para além das segregações grupais e adensamento de comunidades restritas de indivíduos nas redes digitais, assistimos ao crescimento da perda de capacidade coletiva em consentir sobre um denominador comum acerca do que é real em relação ao que é falso, falacioso, inverídico [...] (Aggio, 2021, p.76).

A tendência de clima de opinião, observada por Noelle-Neuman (2018), também é uma óptica possível para refletir sobre o efeito dominó que acontece quando determinado grupo expressa convicção sobre um fato e estimula a manifestação de outras pessoas a compartilhar e concordar com esse mesmo sentido, conferindo a impressão de coerência nessas assimilações da realidade.

Em uma sociedade conectada por redes digitais, essa dinâmica é favorecida pela infodemia, caracterizada por Araújo (2021) como uma “patologia da dimensão informacional” devido ao amplo alcance e rápida disseminação de informações falsas, que se tornam mais influentes na tomada de decisões do que as informações de qualidade.

Assim, diversos fatores se acumulam no fenômeno da desinformação. Além do compartilhamento rápido de informações falsas, é decisivo o papel desempenhado pelo mecanismo

das plataformas digitais que atuam por meio de algoritmos que selecionam e fazem uma “curadoria” de informações que podem interessar ao usuário, criando bolhas nas redes sociais com universos de sentidos à parte, desconectados de outros grupos da sociedade, impedindo a circulação de opiniões divergentes, como analisa Ribeiro e Paes (2021).

Regidos por modelos de negócios que procuram mantê-los conectados por mais tempo à internet, os algoritmos exibem, na maioria dos casos, aquilo que é agradável ao gosto do usuário, excluindo informações que possam ser vistas como negativas ou conflitantes aos seus interesses. [...] Assim, as redes sociais on-line acabam por formar “câmaras de eco” de informação, que omitem a presença de opiniões divergentes. (Ribeiro; Paes, 2021, p.91).

Dessa forma, a lógica de interação e sociabilidade de redes sociais como o Twitter conecta e permite a interação de usuários para “reforçar suas identidades de grupo e fortalecer seus laços de pertença identitária” (Aggio, 2021), ainda que seja por intermédio de falsas informações e teorias conspiracionistas.

Nesse contexto, teorias conspiratórias ganham solo fértil na busca pela verdade dos acontecimentos na sociedade. A crença sobre motivações ocultas, que não são expostas ao público, e a existência de agentes empenhados em esconder essa revelação podem explicar eventos e se tornar uma fissura na realidade que é apresentada pelas

instituições para escapar da crise de sentido, como define Uscinsky:

Teorias da conspiração se definem pela tentativa de explicação de um evento passado, presente ou futuro que elege como causa primária de sua ocorrência o envolvimento obscuro de um pequeno grupo de pessoas poderosas que atua em favor de seus interesses e contra o bem comum (Uscinski apud Aggio, 2021, p.64).

No mesmo direcionamento, posiciona-se Aggio (2021) ao analisar que as conspirações se sustentam pela refutação de instituições que costumavam compartilhar valores comuns na sociedade. A busca pela revelação da “verdade” não existe com o propósito de encontrá-la, pois qualquer evidência ou fato contrários à crença conspiracionista são invalidados por seus apoiadores. Toda a trama construída precisa do fator obscuro para permanecer como válida, logo, a “verdade” nunca pode vir à tona:

Refutar as autoridades epistêmicas, especialistas em determinadas áreas do saber e suas respectivas instituições, está no cerne do pensamento conspiracionista. Em grande medida, os teóricos da conspiração dão um passo além até que se prove o contrário -e essa prova, para os adeptos do conspiracionismo, nunca existirá- autoridades epistêmicas são agentes a serviço do acobertamento das reais razões por detrás de um evento ou fenômeno, quando não corruptos, corruptores e fraudadores de estudos, cuja real motivação de existência está em enganar e confundir as

pessoas para o alcance de objetivos pessoais e antiéticos. (Aggio, 2021, p. 71.)

Não importa, assim, a veracidade do objeto de crença. Dessa forma, a resposta para a conspiração não são evidências e raciocínio lógico, mas sim, a brecha para a dúvida na convicção da crença. Na perspectiva peirceana, esse mecanismo de fixação da crença é denominado como método da tenacidade, no qual a pessoa evita dúvidas e absorve apenas as informações que colaboram com suas suposições:

A dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e passar ao estado de crença; enquanto este último é um estado calmo e satisfatório que não desejamos evitar, ou alterar por uma crença noutra coisa qualquer. Pelo contrário, agarramo-nos tenazmente, não meramente à crença, mas a acreditar exactamente naquilo em que acreditamos (Peirce, 1877, p.7).

Porém, essa movimentação, apesar de intensificada, não é tão recente assim. A construção não só da campanha eleitoral, mas também do governo Bolsonaro teve como base o estímulo a teorias conspiratórias e informações falsas:

[...] Jair Messias Bolsonaro lidera um movimento social e preside seu país com base em decisões, implementações de políticas e discursos e pronunciamentos dirigidos à população cujos pilares fundamentais se assentam e justificam com base em teorias conspiratórias (Aggio, 2021, p. 65).

O impulso a teorias conspiratórias como campanha política e forma de governo é uma tendência já observada no cenário político dos Estados Unidos. Jair Bolsonaro declarou diversas vezes à imprensa a sua inspiração no país, afirmando que “lá é o Estado Brasileiro que deu certo”⁵. Em paralelo, na época em que ocorreu a invasão ao Capitólio, citada anteriormente, a conta de Donald Trump foi suspensa permanentemente do Twitter, e o político foi proibido de criar perfis na plataforma devido ao risco de incitar mais violência⁶.

Historicamente, a narrativa de infiltrados políticos já foi bastante visitada em argumentos da esquerda revolucionária, principalmente em momentos críticos de repressão. Rancière (2011) identificou a existência de uma “inversão ideológica” na qual grupos conservadores apropriam-se de discursos e crenças construídos pela experiência revolucionária e marxista, como é o caso de informantes e espiões.

O discurso da contra-revolução intelectual construiu a sua hegemonia reciclando em seu proveito todo um stock de descrições, narrativas, de conjuntos de argumentos e de crenças que pertenciam à tradição crítica e revolucionária, em particular, à tradição marxista (Rancière, 2011, p.75).

5. Conforme informações disponíveis em: Prates, V. Bolsonaro sobre EUA: ‘Lá é o Estado brasileiro que deu certo’. **Estado de Minas**, 30 mar. 2023. Disponível em: <em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/30/interna_politica,1475458/bolsonaro-sobre-eua-la- e-o-estado-brasileiro-que-deu-certo.shtml>.. Acesso em: 6 jun. 2023.

6. Conforme informações disponíveis em: Bursztynsky, J. Elon Musk says he would lift Twitter ban on Donald Trump after deal closes. **CNBC**, 10 maio 2023. Disponível em: <cnbc.com/2022/05/10/elon-musk-says-he-would-lift-twitter-ban-on-donald-trump-after-deal-closes.html>. Acesso em: 6 jun. 2023.

Registros, relatórios e estudos, como os que são mantidos no Brasil Doc., arquivo digital construído pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), levantam documentos que certificam a espionagem como um dos principais métodos utilizados pelos serviços de informações das ditaduras de Segurança Nacional durante a ditadura militar no Brasil. Porém, até o momento de finalização deste capítulo, não há comprovação da existência de infiltrados nos atos do 8 de janeiro, como apontam grupos da extrema direita.

Infiltrados no Congresso: análise no Twitter

312

Foi realizada uma pesquisa qualitativa (Bauer; Gaskell, 2008) com análise de discurso (Gill, 2008) de 30 tweets coletados entre 1 e 15 de junho de 2023, através do mecanismo de busca da plataforma com a palavras-chave “8 de janeiro”, combinada com os termos “verdade” ou “infiltrados”.

Existe uma narrativa de que aliados do atual governo estariam escondendo “a verdade”, enquanto os opositores estariam atuando de forma imparcial e heroica para que sejam revelados os verdadeiros acontecimentos para a população. Defendem que houve uma manifestação pacífica por parte dos apoiadores do Bolsonaro, enquanto infiltrados da “esquerda”, normalmente sendo rotulados como filiados do PT, PSOL ou integrantes do MST, teriam depredado o patrimônio público durante uma manifestação legítima para desmoralizar um protesto justo contra o resultado das eleições presidenciais de 2022.

Durante o período analisado, circulou em diversos canais de comunicação da extrema direita

no Twitter uma matéria da *Revista Oeste*, veículo de direita alinhado ao “pensamento liberal-conservador”, como afirmam em seu portal online, sobre uma das suspeitas presas por organizar os atos do 8 de janeiro, conhecida como Ana Priscila Silva de Azevedo, querer ser convocada na CPMI para contar a “verdade” (Figura 1).

É dito na matéria que o advogado de Ana Priscila “reclama que o STF é um ‘mistério’ e não segue o rito processual”, demonstrando desconfiança quanto à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso, sendo um dos principais aspectos que caracterizam uma teoria conspiracionista, de acordo com Aggio (2021).

Alguns comentários de usuários afirmam que Ana Priscila seria uma das agentes infiltradas para incitar o vandalismo não só nos atos, mas também no grupo do Telegram, do qual ela fazia parte.

313



Figura 1 – Matéria da Revista Oeste que circulou em canais de extrema direita.

Fonte: Captura de tela feita pela autora/Twitter (2023).

Foi identificada também outra matéria da *Revista Oeste* que circulou durante o período analisado sobre a revelação de documentos antigos de infiltrados nos atos que comprovariam filiação em partidos de esquerda (Figura 2). No texto, a revista destaca que “veículos de comunicação da grande imprensa e o próprio PT descartam a tese segundo a qual havia infiltrados no 8 de janeiro, mesmo com vídeos registrados pelos próprios manifestantes”.



Figura 2 – Matéria da *Revista Oeste* que circulou em canais de extrema direita.

Fonte: Captura de tela feita pela autora/Twitter (2023).

Outro destaque é o compartilhamento de uma matéria do *Jornal da Cidade Online* sobre o surgimento da campanha “8 de Janeiro, Eu Sei a Verdade” (Figura 3), para “desmoralizar a esquerda”. No texto da notícia, que é um informe publicitário, é dito que “a comissão vai desmascarar muitos acontecimentos estranhos do fatídico dia 8 de janeiro”.



Figura 3 – Matéria do *Jornal da Cidade Online* que circulou em canais de extrema direita.

Fonte: Captura de tela feita pela autora/Twitter (2023).

Notícias sobre Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF, também apareceram nas publicações coletadas do Twitter, sobretudo após Torres ter afirmado que

“a verdade será revelada” durante sua participação na CPMI. Seu advogado também ressaltou, na matéria, que a participação de Anderson na comissão “será importante para a expor a verdade” (Figura 4).



Figura 4 – Matéria do perfil *NewsAtual* que circulou em canais de extrema direita.

Fonte: Captura de tela feita pela autora/Twitter (2023).

Não existe um consenso entre usuários da extrema direita no Twitter quando se trata da eficácia da CPMI em “revelar a verdade”, mas compartilha-se o sentido de descrença e desconfiança quanto ao funcionamento das instituições públicas, que estariam “corrompidas pela esquerda”, e a teoria de que infiltrados da esquerda teriam estado presentes nos atos de vandalismo no dia 8 de janeiro. Ou seja, ainda que a Comissão avalie que não houve infiltrados,

esse grupo justificará o resultado como uma forma do governo esconder informações da população, um posicionamento que evidencia o método de tenacidade (Peirce, 2011) nessa crença.

Não é a primeira vez que se registram teorias sobre infiltração de agentes de “esquerda” em algum contexto. O conspiracionismo sobre marxismo cultural no Brasil, conceito amplamente difundido por conservadores nos Estados Unidos⁷, foi uma das concepções importadas da região norte-americana por Bolsonaro e seus apoiadores, principalmente Olavo de Carvalho. A ideia é a de que a “esquerda” teria se infiltrado e se apropriado da cultura, das instituições, como universidades públicas, escolas e imprensa, para manipular a população e corromper a família tradicional e, por isso, seria preciso fazer um resgate do patriotismo e dos “bons costumes” pelo bem da nação.

317

Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi analisar como a narrativa de agentes infiltrados nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 se comporta como uma teoria conspiracionista acerca do evento. A busca pela revelação da verdade e a suspeita de que articulações ocultas estariam enganando a população ganhou amplo espaço no discurso da extrema direita

7. Conforme informações disponíveis em: Meireles, M. Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural. **Folha de S.Paulo**, 13 jan. 2019. Disponível em: <folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/bolsonarismo-importa-dos-eua-teoria-conspiratoria-sobre-marxismo-cultural.shtml>. Acesso em: 8 jun. 2023.

brasileira que apoia o ex-presidente Jair Bolsonaro no Twitter quando se trata dos atos do 8 de janeiro e a condução da CPMI sobre o caso. A análise de discurso dos tweets coletados sugere aproximações com o conceito de teoria conspiratória definido por Uscinski (2020) e Aggio (2021), além de semelhanças com o método de tenacidade na fixação de crenças, elaborado por Peirce (2011).

Por fim, este capítulo abre brechas para outros questionamentos e pesquisas relacionadas aos atos de 8 de janeiro de 2023, principalmente no que diz respeito ao acesso e análise de vídeos gravados por manifestantes apontados como supostas provas da existência de agentes de esquerda infiltrados cometendo atos de vandalismo; assim como reflexões sobre a responsabilidade civil de plataformas digitais diante de fenômenos da comunicação e a necessidade regulatória em caso de teorias conspiratórias que aprofundam a desinformação que circula nas redes sociais digitais.

Referências

Aggio, C. Teorias conspiratórias, verdade e democracia. In: Alzamora, G.; Mendes, C. M.; Ribeiro, D. M. (org.). **Sociedade da Desinformação e Infodemia**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2021. Cap. 3, p. 63-86. Disponível em: <seloppgcomufmg.com.br/publicacao/sociedade-da-desinformacao-e-infodemia>. Acesso em: 6 mai. 2023.

Araújo, C. A. Á. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os

novos regimes de informação. **The International Review of Information Ethics** (IRIE). Vol 30, n. 1, 2021. Disponível em: <informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405>. Acesso: 8 jun. 2023.

Bauer, M. W.; Gaskell, G (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Benkler, Y, Faris, R, Roberts, H. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation and Radicalization in American Politics**. Nova Iorque: OUP, 2018.

Berger, P.; Luckmann, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Gill, R. Análise do discurso. In: Bauer, M. W.; Gaskell, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. cap. 10, p. 244-270.

Morais, A. R. A. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/12129>. Acesso em: 9 jun. 2023.

Noelle-Neuman, E. **A espiral do silêncio: nossa pele social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2018.

Peirce, C. S. A Fixação da Crença. Trad.: Anabela Gradim Alves. **Popular Science Monthly** 12 - November 1877, p. 1-15. Disponível em: <bocc.ubi.pt/pag/peirce-charles-fixacao-crenca.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

Rancière, J. O Tempo da Emancipação já Passou? In: Didi-Huberman, G. *et al.* **A República por vir: arte, política e pensamento para o século XXI**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 73-100.

Ribeiro, D. M.; Paes, F. O. Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo: contribuições para o debate sobre a desinformação científica. In: Alzamora, G.; Mendes, C.; Ribeiro, D. M. (orgs). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: FAIFCH Selo PPGCOM UFMG, 2021. Disponível em: <seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/wpcontent/uploads/2021/10/Sociedade-da-desinformacao-e-infodemia-SeloPPGCOM-UFMG-1.pdf>.

Uscinski, J. E. **Conspiracy Theories: A Primer**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2020.

Sobre os autores



Sobre os autores

ADRIANO C. BRAINER

Professor de *lato sensu* no Centro Universitário Belas Artes. Jornalista pela Unip, especialista em design digital e novas mídias pela Belas Artes, master business communication pela ESPM. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo com a dissertação “A esfera pública digital e o papel do Telegram na construção de novas tribos morais”, orientada por Ivan Paganotti.

E-mail: adrianocbrainer@gmail.com.

ALINE MELO DE OLIVEIRA

Mestranda na linha de Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e jornalista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do grupo IPÊ – Instituições, Públicos e Experiências Coletivas, ligado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

E-mail: alinemelow15@gmail.com

ANA LUIZA VIEIRA MORAIS

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz

de Fora (UFJF), na linha de pesquisa Processos Comunicacionais e Interface Sociais. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: analuizavieiramorais@gmail.com

CARLA DE ARAUJO RISSO

Doutora e mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Professora e pesquisadora na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom/USP).

E-mail: carlaarisso@gmail.com.

323

CARLOS AUGUSTO DE FRANÇA ROCHA JÚNIOR

Doutorando em Comunicação pela Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e bacharel em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Comunicação Pública (NUCOP) e do Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP).

E-mail: carlosrocha.the@gmail.com.

FELIPE OLIVEIRA

Mestrando em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri

(UFCA), foi bolsista de iniciação científica pelo projeto de pesquisa “Narrativas Midiáticas e Datas Comemorativas: disputas políticas de como se lembra o passado”. Atua como redator e revisor na *Corte Seco - Revista de Audiovisual*.

E-mail: epilef.9@hotmail.com.

DANIELA OSVALD RAMOS

Doutora e mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e pesquisadora no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP e vice-coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom/USP).

E-mail: dramos@usp.br.

GIOVANA KEBIAN

Mestranda em Comunicação e Cultura no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Jornalista pela Escola de Comunicação da UFRJ. É integrante do Observatório de Comunicação para Liberdade de Expressão (Obcom), vinculado à Universidade de São Paulo (USP), e do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

E-mail: giovanakebian.ufrj@gmail.com.

GIRLIANI MARTINS DA SILVA

Jornalista formada pela Universidade Católica de Santos, com especialização em Mídias Digitais pela PUC Minas, e mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do

Prof. Dr. Márcio Moretto Ribeiro. Possui experiência nas áreas de jornalismo digital e editorial. Hoje, atua como pesquisadora no Monitor do Debate Político no Meio Digital – USP.

E-mail: girliani@usp.br.

IVAN PAGANOTTI

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista produtividade do CNPq (PQ-2). Desenvolve pesquisa com auxílio Fapesp, processo nº 2020/15055-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Realiza pós-doutorado no TIDD/PUC-SP, sob supervisão de Pollyana Ferrari. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: ivanpaganotti@gmail.com.

LUIZ ADEMIR DE OLIVEIRA

Bolsista de Produtividade CNPq – Nível E. Mestre e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; Mestre em Comunicação pela UFMG. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

E-mail: luizoli@ufs.j.edu.br

MILLENA GONÇALVES CONSTANTINO DOS SANTOS

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação

em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na linha de pesquisa Processos Comunicacionais e Interface Sociais. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: goncalvesmillena94@gmail.com.

NATALIA REIS GOMES

Doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atuou como assistente de pesquisa no Departamento de Sociologia da Universidade de Copenhagen com ênfase nos estudos sobre trabalho doméstico e interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Suas pesquisas têm como foco prioritário as áreas de comunicação mediada pela tecnologia, gênero, semiótica, política e análise crítica do discurso.

E-mail: nataliareisgomes1@gmail.com.

RENATA RIBEIRO ROLIM

Professora de Sociologia Geral e Jurídica do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 2009. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestre e doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha/Espanha.

E-mail: renata.r.rolim@gmail.com.

TIAGO COUTINHO

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Professor do curso de jornalismo da Universidade Federal do

Cariri (UFCA). É autor do livro *Iracema, América: Anagramas Coloniais* (2021). Produziu e dirigiu o podcast *Beijos para Johnathann* (2023).

E-mail: tiago.coutinho@ufca.edu.br.

WESLEY VASCONCELOS

Mestrando em Letras pela Universidade Regional do Cariri (Urca) e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). É autor do livro *Quantas Histórias Cabem dentro da Tarrafa?* (2022), vencedor nacional do prêmio Expocom (2023) na categoria Livro-Reportagem e do prêmio de Mérito Cultural em Literatura pela Secretaria de Cultura de Tarrafas (2023). Possui estudos nas áreas de comunicação, política cearense e nacional e análise do discurso dos memes.

E-mail: wesleyguilherme1998@gmail.com.

327

Este livro foi editado com fonte
Constantia e Montserrat,
durante o inverno de
2024.